**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA**

**Mal-Estar na Sociedade de Risco
um debate interdisciplinar sobre sustentabilidade**

Adriano Kasiorowski de Araujo

Abertura da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável na Assembleia Geral da ONU
Foto: ONU/Mark Garten

São Paulo
2019

Mal-Estar na Sociedade de Risco: um debate interdisciplinar sobre sustentabilidade

Adriano Kasiorowski de Araujo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Saúde Global e Sustentabilidade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gabriela Marques Di Giulio

Versão Revisada
São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Ficha elaborada pelo Sistema de Geração Automática a partir de dados fornecidos
pelo(a) autor(a) Bibliotecária da FSP/USP: Maria do Carmo Alvarez -
CRB-8/4359

Kasiorowski de Araujo, Adriano

Mal-estar na sociedade de risco : um debate interdisciplinar
sobre sustentabilidade / Adriano Kasiorowski de Araujo;
orientadora Gabriela Marques Di
Giulio. -- São Paulo, 2019.
218 p.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Saúde Pública da Universidade de
São Paulo, 2019.

1. Mal-estar. 2. Risco. 3. Crise ambiental. 4. Sustentabilidade. I.
Marques Di Giulio, Gabriela , orient.
II. Título.

À Elaine, minha esposa e Sol dos meus dias.
À Laura, minha filha, que divide comigo a paixão pela Lua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, professora Gabriela Marques Di Giulio, sempre atenciosa tentando me ajudar com minhas confusões, por sua paciência e perseverância com esse trabalho que passamos a qualificar de “desafio”.

À minha esposa, Elaine, que não apenas acompanhou mas também me ajudou no texto, com suas leituras e críticas.

À Laura, minha filha, que quando soube que o pai estudava a natureza achou “muito lindo”.

Aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar.

Ao Programa de Saúde Global e Sustentabilidade, por acolher essa proposta de investigação.

À UNIFESP, que permitiu um período de afastamento para este estudo.

Aos professores Christian Ingo Lenz Dunker e Roberto Donato da Silva Junior, por sua participação na banca de qualificação.

Aos professores João Nunes, Marko Monteiro e Roberto Donato que participaram do processo de avaliação nessa fase final e na banca de defesa.

RESUMO

ARAUJO, A. K. **Mal-Estar na Sociedade de Risco: um debate interdisciplinar sobre sustentabilidade.** 2019. Tese (Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2019.

Partindo da percepção de uma proliferação do uso da palavra sustentabilidade e uma série de variações que direcionam para a noção de Desenvolvimento Sustentável estabelecida pelo ONU em 1987, este trabalho procura analisar os documentos provenientes dessa instituição, especificamente a Conferência de Estocolmo de 1972; o Relatório de Brundtland – *Nosso Futuro Comum*; a Eco92 de 1992; a Rio+10 de 2002; a Rio+20 de 2012; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2000; e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2015. Dentro de abordagem metodológica psicanaliticamente orientada em que participam os momentos transferência-construção-ensaio, a tese toma o relatório *Nosso Futuro Comum* como ponto de partida para pensar o mal-estar na sociedade de risco, cujos pressupostos teóricos iniciais são o mal-estar da psicanálise e as definições da teoria social de risco de Ulrich Beck. O caminho metodológico permitiu a construção do contexto que remete às Guerras Mundiais como importantes eventos que tornariam possível a institucionalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Além das condições para seu nascimento, a tese se debruça também para uma análise dos efeitos de sua aplicação. Esse percurso permitiu compreender a influência de um mundo assombrado por um catastrofismo que começa a ser transformado nas décadas de 1970 e 1980, vindo a se consolidar em uma perspectiva gerencial em 1990, movimento que pode ser apreendido dos documentos analisados. O trabalho evidencia o conflito colocado entre a finitude e o ilimitado presentes na crise ambiental e como o discurso econômico, prevalente em nossa sociedade, mostra-se incapaz de lidar com os problemas atuais e do tempo por vir. A análise sugere a necessidade de pensar não somente em uma sociedade de riscos, mas também em uma sociedade de refúgios.

Palavras chave: mal-estar, risco, crise ambiental, sustentabilidade

ABSTRACT

ARAUJO, A. K. **Malaise in the Risk Society: an interdisciplinary debate on sustainability**. 2019. Doctoral Thesis in Global Health and Sustainability - Faculty of Public Health, University of São Paulo, 2019.

Starting from the perception of a proliferation of the use of the word sustainability and a series of variations that lead to the concept of Sustainable Development established by the UN in 1987, this work examines the documents coming from that institution, specifically the Stockholm Conference of 1972; the Brundtland Report - Our Common Future; Eco92 of 1992; Rio + 10 of 2002; Rio + 20 of 2012; the Millennium Development Goals (MDGs) of 2000; and the Sustainable Development Objectives (SDO) of 2015. Within the psychoanalytically oriented methodological approach in which transfer-construction-essay moments take part, the thesis takes the report Our Common Future as a starting point for thinking of malaise in the society of risk, whose initial theoretical assumptions are the malaise of psychoanalysis and the definitions of the social theory of risk of Ulrich Beck. The methodological path allowed the construction of the context that refers to the World Wars as important events that would make possible the institutionalization of the concept of Sustainable Development. In addition to the conditions for its birth, the thesis also examines the effects of its application. This path allowed us to understand the influence of a world haunted by a catastrophism that began to be transformed in the 1970s and 1980s, becoming consolidated in a managerial perspective in 1990, a movement that can be seen from the documents analyzed. The work shows the conflict between the finitude and the limitless present in the environmental crisis and how the economic discourse prevalent in our society proves incapable of dealing with the current problems and the time to come. The analysis suggests the need to think not only of a society of risks, but also of a society of refuges.

Keywords: malaise, risk, environmental crisis, sustainability

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
ABORDAGEM TEÓRICO-ANALÍTICA E METODOLÓGICA.....	24
PRIMEIRA PARTE - A MALDIÇÃO ATERRADORA DO MUNDO DA LUA	49
CAPÍTULO 1 – A MALDIÇÃO	49
1.1. A maldição da guerra.....	51
1.2. O horror e o terror.....	57
1.3. O impossível do mal	59
1.4. O novo discurso.....	60
1.5. Gramática de guerra	64
CAPÍTULO 2 – O SENTIMENTO ATERRADOR.....	68
2.1. Medo da Natureza	68
2.2. Lugar estranho.....	74
2.3. De onde vem o estranho	77
2.4. O Silêncio do Ambiente.....	80
CAPÍTULO 3 – O MUNDO DA LUA	88
3.1. Narrativas de Navegação	93
3.2. Gaia e o desamparo	97
3.3. Com os pés sobre Gaia	102
SEGUNDA PARTE – GOVERNO DO FUTURO	107
CAPÍTULO 4 – O REGIME SUSTENTÁVEL.....	107
4.1. Introdução	107
4.2. A Conferência de Estocolmo de 1972	108
4.3. Nosso Futuro Comum	114
CAPÍTULO 5 – FINALMENTE O FIM.....	128
5.1. Introdução	128
5.2. ECO92	129
5.3. Rio+10.....	137
5.4. Rio+20.....	140
5.5. ODM e ODS.....	143
CAPÍTULO 6 – CRISE DE OPORTUNIDADES.....	150
6.1. Introdução	150

6.2. Da concentração à difusão de riscos.....	152
6.3. Regime Sustentável e a Racionalidade Clínica	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS – MAL DITO TEMPO	177
Figuras do Outro	180
Maldição econômica.....	182
Lunáticos e solares	184
Uma ausência hiperbólica.....	187
Para bem dizer o Antropoceno: o terrível.....	192
REFERÊNCIAS.....	204

APRESENTAÇÃO

Foi ainda na graduação que construí a perspectiva de que a psicologia não pode prescindir da análise social, época em que a questão que se colocava era sobre como não psicologizar o social ou não sociologizar a psicologia. Período também em que comecei a estudar a psicanálise, marcadamente freudiana. Naquele momento, um dos assuntos que me atraía era a alienação, que me levou para Hegel, Feuerbach e Marx, e em seguida para os Frankfurtianos. Freud permaneceu com mais força ao efeito do tempo, tenho resistência em abandoná-lo, embora seja impossível não o tomar à minha maneira. Os outros não desapareceram, mas enfraqueceram-se. Já no mestrado tomei uma decisão profissional, trabalhando na Saúde Pública, Saúde Mental mais especificamente, fui investigar o processo de acolhimento, questão que me parecia teórica e praticamente problemática. Coloquei-me a olhar para o texto institucional que manda, e a prática que, em geral, tenta obedecer. Vi distância no que é dito em documentos produzidos no mais das vezes sob processos políticos de interesses divergentes, cuja métrica institucional finalmente consegue dar uma forma que, tão logo é posta em prática, fracassa. O fracasso talvez seja motor institucional, não há razão para pensar que algo feito para circunscrever as divergências vá funcionar sem problemas. O que não quer dizer que não seja necessário; sem institucionalização talvez fosse pior.

Minha experiência no mestrado também ajudou a conformar meu interesse por filosofia. Na ocasião utilizei a hermenêutica gadameriana para analisar meu objeto e passei a entender a filosofia como refúgio às tendências que o discurso científico impõe. Meu tema nesta tese é psicanalítico, sociológico, ecológico, econômico, biológico, histórico, geológico, e é possível enquadrá-lo em outras logias, mas é difícil não vê-lo como filosófico, a crise ambiental coloca a seu modo uma perspectiva de mundo.

Outro elemento que a experiência do mestrado contribuiu foi o olhar aos processos institucionais. Ainda que fracassados em sua aplicação, eles se tornam referências como condutores do estar no mundo. Busquei trazer esse jogo para a tese partindo da realidade da crise ambiental e o seu revestimento institucional pelo figurino da ONU.

O interesse pelo pior fica explícito nas linhas escritas nesta tese, passa por aí minha relação com a temática e o atravessamento dela nesses quatro anos. Além disso, me dispus a pensar um tema que fosse socialmente relevante e do qual estivesse suficientemente distante. Quando conheci o programa de Saúde Global e Sustentabilidade já estava curioso com a proliferação da noção de sustentabilidade nos últimos anos e o programa me pareceu bastante adequado a acolher uma perspectiva de investigar esse tema com a psicanálise e com outras abordagens.

A presença da psicanálise levou-me a pensar a crise ambiental nos parâmetros do mal-estar na civilização. Esse foi um ponto de partida que desencadeou uma procura por referências, o que me fez perceber uma escassez de trabalhos psicanalíticos que enfrentavam, de fato, essa temática. Outras definições e parâmetros, contudo, vieram com o ingresso no doutorado. A sociedade de risco, por exemplo, pareceu uma teoria perfeitamente pertinente à abordagem do tema, embora não imediatamente possível de se fazer aproximações com a psicanálise, não fosse o fato de ela pensar uma sociedade cujo núcleo é o medo. Fomos unidos pelo medo, em um primeiro momento. Posteriormente a ideia de efeitos colaterais latentes do processo de produção também parecia uma categoria a transitar. Desse modo foi possível propor *Mal-estar na sociedade de risco*, admitindo que vivemos em uma sociedade com essas características e que viver em sociedade pressupõe o mal-estar. Abriu-se, assim, uma possibilidade de analisar como seria esse estar em risco contemporâneo.

É importante mencionar que não há, nesta tese, fidelidade explícita a conceitos e abordagens. Compartilho em grande medida do entendimento sobre risco proposto por Beck, que teorizou a sociedade de risco; mas reconheço que esse entendimento é posto em perspectiva. Como todo o resto, a relação foi sempre de questionamento e desconfiança; interesse-me pelo fenômeno e utilizo teorias e conceitos conforme eles se apresentam potentes para fazer caminhar a discussão, ainda que os tivesse que buscar em outros lugares.

A experiência da banca de qualificação foi um divisor importante para o trabalho, primeiro pelo clima propiciado por minha orientadora, professora Gabriela Marques Di Giulio, quem mostrou que a qualificação do projeto poderia ser pensada como uma orientação coletiva, em que outros pontos de vista ajudariam no início e na condução da pesquisa. Encarar dessa forma permitiu uma abertura mais do que um fechamento. Foi possível perceber as várias insuficiências do projeto

apresentado, sofrer com elas e tentar contorná-las. Precisaria de bastante espaço nesta apresentação para tratar de todas as contribuições que os professores Christian Ingo Lenz Dunker e Roberto Donato da Silva Júnior proporcionaram na banca de qualificação, muitas de suas intervenções possibilitaram desenvolvimentos que poderão ser encontrados no decorrer do texto; outras tantas, contudo, não puderam ser levadas a efeito. Em todo caso, colocaram o trabalho em movimento.

Devo mencionar uma contribuição de cada um desses professores que, após aquele momento, fez surgir uma nova questão, e que se manifesta na forma de apresentação do presente texto. Com o auxílio sempre presente da orientadora, tivemos um trabalho constante de “calibrar o texto” para uma tese que não é psicanalítica nem sociológica, mas que tenta se posicionar como interdisciplinar, com todas as dificuldades que essa posição coloca. Do professor Roberto duas perspectivas presentes em sua produção acadêmica, o *hibridismo* e a *interdisciplinaridade disciplinar*, contribuíram na análise ora apresentada. O primeiro não o uso textualmente, mas está presente na postura em lidar com os conceitos. O segundo o utilizo, também a meu modo, para mostrar a prevalência do discurso econômico presente neste tema interdisciplinar. Do professor Christian, seu livro *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros* permitiu um olhar atualizado sobre o mal-estar freudiano, além de mostrar a possibilidade de aproximações com a antropologia; sua sugestão metodológica de investir na forma de ensaio também contribuiu para a calibragem do texto.

O atravessamento da tese com essa característica interdisciplinar não foi tarefa fácil. Ainda que com a ajuda da orientadora e dos professores da banca, a diversificação de pontos de vista, leituras e lógicas envolvidas no tema, somada às várias disciplinas que necessariamente o atravessam, deixam o solo movediço ao investigador. No entanto, um caminho tornou-se possível, gosto da ideia de que o texto que surgiu conta a história do Desenvolvimento Sustentável com um sotaque psicanalítico, uma maneira de olhar para o seu nascimento, formalização e efeitos, um resultado da política global iniciada desde a Segunda Guerra Mundial capaz de mostrar o mal-estar na sociedade de risco.

INTRODUÇÃO

Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o relatório Global Environment Outlook Six (GEO 6), um documento técnico-político que avalia o estado global das políticas públicas das diferentes nações do globo para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Quatro anos antes, em 2015, a ONU havia lançado um documento referente à Agenda 2030, com o subtítulo *Transformando nosso mundo*. Este documento estabeleceu 17 ODS, com suas 60 metas e mais de 200 indicadores; um desdobramento e aprimoramento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) de 2000. Em 2009, uma publicação científica ganhou bastante evidência ao pôr em tela os limites planetários, incluindo: acidificação dos oceanos, aquecimento global, redução da camada de ozônio, erosão da biodiversidade, excessivas cargas de nitrogênio e fósforo, inseguranças hídricas, poluições químicas e usos irresponsáveis dos solos (ROCKSTRÖM, *et al.*, 2009). Tais limites, como evidencia a publicação, continuam sendo ameaçados, ainda que desde 1992, quando a mais importante conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente fora realizada, tratados internacionais sobre desertificação, mudanças climáticas e perda de biodiversidade, por exemplo, foram acordados. Talvez esses postulados só tenham sido possíveis porque na década de 1980 a Comissão Mundial Sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) publicou o Relatório de Brundtland ou *Nosso Futuro Comum*, que instituiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável¹.

Essa pequena linha do tempo de pouco mais de 30 anos nos mostra uma questão elementar: existe uma preocupação global com o meio ambiente. Com exceção do trabalho de Rockström e seus colaboradores, as outras referências citadas no parágrafo anterior são provenientes da ONU que, assim como outras instituições, discute o que pode ser denominado como crise ambiental nessa dobra dos séculos XX e XXI. A carta de fundação da ONU, de 1945, na ocasião do fim da última Grande Guerra Mundial, esclarece que sua função é a de garantir a paz mundial, por meio da cooperação internacional entre as nações, com respeito à soberania nacional e aos direitos humanos. Naturalmente, a crise ambiental não é a única preocupação da ONU, mas ocupa espaço considerável nessa instituição. Seus

¹ Utilizaremos as letras maiúsculas para designar que se trata do Desenvolvimento Sustentável proveniente da ONU.

documentos não têm poder de lei sobre as nações, já que isso seria infringir seu próprio princípio de respeito à soberania. No entanto, há um poder de governo concebido a ela, particularmente nas questões ambientais e de desenvolvimento – foco desta tese – que pode ser depreendido por meio dos seus documentos divulgados, os quais estabelecem diretrizes quanto ao relacionamento entre as nações para lidar com questões que são objeto de arbítrio da ONU.

Diretriz não é lei, mas organiza o jogo de cooperação; seu descumprimento não pode ser considerado infração, mas pode gerar uma forma de constrangimento. Desde 1945, o mundo² decidiu que as relações entre as nações deveriam ser pautadas por acordos que seguissem princípios de cooperação e não agressão e a ONU, como instituição que nasce com o fim da guerra, posicionou-se como uma espécie de árbitro para que esse processo se tornasse possível. Podemos dizer que o laço entre as nações passou a ser dirigido por princípios articulados por essa instituição para a segurança global. Nesse sentido, é possível afirmar que a ONU exerce uma forma de governo sobre as nações.

No entanto, é preciso resgatar que a crise ambiental é um diagnóstico global que somente tornou-se possível com o desenvolvimento tecnocientífico, mais especificamente a partir das contribuições da Ecologia³, a qual desenvolveu um saber sobre os ecossistemas da Terra e estabeleceu meios de medi-los, assim como esquemas de análise que projetam a evolução das dinâmicas ecológicas, tendo um ganho substancial com o avanço da informatização (ACOT, 1990), sobretudo, devido aos investimentos em contextos de guerra. A quantidade e qualidade das informações geradas apontavam, e continuam a apontar, ameaças presentes e futuras sobre o ecossistema terrestre, identificadas como consequências das intervenções humanas.

Se a visão sistêmica da ecologia a posiciona como um conhecimento de dimensão global, a intervenção humana sobre os sistemas ecológicos não poderia prescindir da dimensão política para o tratamento dos problemas identificados. Assim, as dimensões do saber e do governo estão presentes no tratamento da crise

² Optamos por utilizar o termo mundo para referir-se à política global da ONU; não entramos na especificidade de tratar a princípio sobre os países que compuseram o grupo vencedor da Segunda Grande Guerra, ou do conjunto de países hoje afiliados à ONU. Essa opção nos ajuda com a redação, mas infelizmente deixa opaca a relação de poder presente nessa instituição.

³ Acot (1990) atribui à Haeckel a primeira menção ao termo ecologia no ano de 1866.

ambiental em sua configuração no século XX. Se a crise ambiental é postulada pelo saber tecnocientífico de espectro global, no processo político a governança dessa crise também é de caráter global. Desde esse entendimento, poderíamos situar o ingresso da crise ambiental global, como problema de governo, no âmbito da ONU, a partir de 1968:

Em 1968, os problemas do meio ambiente são apresentados pela primeira vez na ONU, sob sua forma moderna, durante a Conferência intergovernamental de peritos sobre as bases científicas da utilização racional e da conservação dos recursos da biosfera, organizada em Paris, pela UNESCO (com a colaboração da OMS⁴, da FAO⁵, da UICN⁶ e do Conselho Internacional das Uniões Científicas) (ACOT, 1990, p. 167).

Desde então, começaram os preparativos para a primeira conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento, realizada em 1972 em Estocolmo, precedendo a institucionalização do Desenvolvimento Sustentável pelo relatório *Nosso Futuro Comum*. Tanto essa primeira conferência, assim como as demais, e o próprio documento divulgado posteriormente, em 1987, evidenciam que a relação governar e saber são duas características presentes no discurso de Desenvolvimento Sustentável, objeto de análise desse trabalho.

Nesta tese, a proposta é compreender esse arranjo conceitual sobre Desenvolvimento Sustentável, de modo a discutir o mal-estar na sociedade de risco por meio da análise dos relatórios das conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente da ONU e do relatório *Nosso Futuro Comum*. Situamo-la dentro de uma discussão maior no campo psicanalítico, a do mal-estar presente em nossa sociedade.

O mal-estar é conceito teórico de linhagem psicanalítica que necessariamente nos remete ao trabalho freudiano *Mal-estar na civilização* (1930). Não é exagero afirmar que se trata da obra mais conhecida de Freud, e da própria psicanálise, para a análise da cultura pelos pressupostos psicanalíticos. Existe uma perspectiva sobre a prática psicanalítica que a posiciona como uma técnica de tratamento de dimensão individual; esse modo de perceber a psicanálise pode gerar um estranhamento quando ela se propõe a ocupar-se das questões socioculturais.

⁴ Organização Mundial da Saúde.

⁵ *Food and Agriculture Organization*, sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

⁶ União internacional para a Conservação da Natureza e dos seus Recursos (ACOT, 1990).

Contudo, *Mal-estar na Civilização* é a obra clássica que refuta essa percepção, embora possa ser considerada tardia no pensamento freudiano. Na história da psicanálise e na linha do tempo do pensamento de Freud são várias as ocasiões em que a interpretação da cultura e dos processos sociais foram objeto de sua atenção: *Totem e Tabu* (1914), por exemplo, trata da origem e constituição das sociedades humanas; *Psicologia de grupo e análise do ego* (1921), busca compreender o comportamento dos indivíduos em grupo e os processos psicológicos envolvidos. Outra obra de destaque nesse conjunto é *O Futuro de uma Ilusão* (1927), que pode ser lida como um prefácio ou prenúncio do Mal-estar, em que o autor se concentra na religiosidade do humano, ressaltando um aspecto um tanto diverso: seu olhar sobre o futuro. É bastante comum à psicanálise olhar para o passado, tanto individual, na história singular, como cultural, na história da humanidade⁷. Uma evidência disso é a presença frequente da mitologia, história, literatura e artes plásticas nos textos freudianos. A busca das origens é trabalho psicanalítico, embora não se restrinja a ela, mas a obra *O Futuro de uma Ilusão* traz a intrusão do futuro, iniciando-se, inclusive, com ela:

Quando já se viveu por muito tempo numa civilização específica e com frequência se tentou descobrir quais foram suas origens e ao longo de que caminho ela se desenvolveu, fica-se às vezes tentado a voltar o olhar para outra direção e indagar qual o destino que a espera e quais as transformações que está fadada a experimentar (FREUD, 1927/2006, p. 15).

Esse direcionamento para o futuro é particularmente importante para este trabalho que procura pensar o mal-estar na sociedade atual. Em nosso tempo, pode ser facilmente constatado em várias esferas da vida uma insistência para o futuro que o torna parte do presente, dando a impressão de que não estamos mais orientados pela busca das origens como explicação estável sobre o que nos tornamos ou o que guia nossas condutas (solo que em grande medida a psicanálise fez crescer suas teorizações).

⁷ Mais uma vez temos com relação a esse termo um problema intrínseco: ao abarcar toda a humanidade invariavelmente dissolvemos as diferenças presentes entre os diferentes modos de existir espalhados pelo mundo e pela história. No entanto, torna-se bastante difícil não fazer essa opção, ela também está presente nos relatórios que tomamos como fontes e em boa parte da literatura consultada. Resta-nos a justificativa de seu uso e a observação, no decorrer do trabalho, dos momentos em que essa universalização se torna problema adicional.

Compreendendo que o tratamento da crise ambiental passa pela necessidade de uma abordagem interdisciplinar (FERREIRA, 2005), é possível argumentar que, ao lado de outras ciências humanas, sociais e naturais, a psicanálise pode ser posicionada como intérprete da cultura (MEZAN, 1985), uma ciência conjectural (DUNKER *et al.*, 2002) atenta às transformações de seu tempo e às formas de manifestação de seu mal-estar.

O mal-estar é considerado, neste trabalho, como uma condição da qual não se consegue escapar; é insolúvel, incurável. Sua justificativa teórica tem como base a relação humano-mundo. A questão inicial de Freud é sobre a felicidade, desejada e impossível. Basta estar no mundo para perceber que a desejamos, mas há sempre algo (ou falta algo) que a impede de ser completa. A hipótese freudiana dessa impossibilidade o leva para a cultura⁸.

Se, por um lado, a psicanálise mostrou a inclinação humana na busca pela satisfação; por outro, a livre satisfação colocaria todos contra todos, em um estado de natureza como o descrito por Hobbes⁹. O mal-estar é efeito indissociável do contrato de convivência: se é preciso estar com o outro, aí está o mal-estar. Freud argumenta que para tornar possível a convivência é necessária uma renúncia pulsional coletiva; submeter-se a um contrato em que algumas satisfações devem ser inibidas, inibição para a qual se torna necessário instituir formas de submissão à Lei.

Neste contrato, tem-se como ganho a sobrevivência, proteção ou segurança, mas ao custo da inescapável insatisfação. É, portanto, uma solução instável porque a pulsão exerce pressão para alcançar a satisfação e, quando uma força constante encontra uma barreira, ela não deixa de ser força, tenciona até encontrar um desvio. Aí se encontra parte do argumento freudiano sobre a presença de uma hostilidade dos humanos aos produtos civilizacionais: desejamos acabar com a civilização e destruir aquilo que nos remete a ela, porque exerce poder coercitivo. Para o autor, a incidência de mandamentos como “não matarás” e “amar ao próximo como a si mesmo” são provas suficientes do desejo de matar¹⁰ e de destruir o outro,

⁸ Mal-estar na civilização é a tradução para o português proveniente do inglês, o qual foi nomeado como *Civilization and its discontentments*, o original em alemão é *Unbehagen im der Kultur*. Esse caminho coloca civilização e cultura como sinônimos. No interior de seu texto Freud pontua seu entendimento sobre cultura compreendendo as produções humanas materiais e espirituais.

⁹ Freud o cita textualmente.

¹⁰ Ânsia de matar é o termo utilizado na tradução inglesa.

representante da inconformidade que é ser civilizado. Pulsão de vida (Eros) e pulsão de morte (Tânatos) estão na cultura, e em conflito. O “instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo” (FREUD, 1930/2006, p. 126). A civilização, enquanto condição para a existência, oferece proteção; é, também e ao mesmo tempo, motivo de descontentamento, ódio e violência. A destrutividade é parte inescapável da condição. A destruição, contudo, é plástica, pode estar tanto em um lamento julgado inofensivo quanto em um assassinato julgado crime, sempre em relação ao ordenamento social e simbólico, que variam no tempo.

Cabe apontar para outro aspecto de nos tornarmos civilizados. A civilização precisa edificar fundamentos para que a destrutividade mantenha-se em um nível que não a destrua completamente. Freud se pergunta: “quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela?” (FREUD, 1930/2006, p. 127). E refere que se trata de “algo notável, [...] que, não obstante, é bastante óbvio” (*Idem*). A agressividade é introjetada, dirigida de volta para o próprio ego¹¹, é assumida pelo superego “sob a forma de ‘consciência’, e está pronta para pôr em ação contra o ego a mesma agressividade que o ego teria gostado de satisfazer sobre outros indivíduos, a eles estranhos” (*Idem*). Essa relação entre o superego e o ego é chamada de culpa. A culpa é a agressividade dirigida para dentro e não para fora.

A civilização, portanto, consegue dominar o perigoso desejo de agressão do indivíduo, enfraquecendo-o, desarmando-o e estabelecendo no seu interior um agente para cuidar dele, como uma guarnição numa cidade conquistada (*Idem*, p. 127)

Essas descrições tornam-se importantes nesse momento para estabelecer dois aspectos que, de diferentes formas, estarão presentes neste trabalho: o mal-estar é condição inescapável; e a destruição é inerente ao humano, seja dirigida para a exterioridade, seja para a interioridade.

¹¹ Há três instâncias psíquicas na concepção freudiana: id, ego e superego. Em linhas gerais, o primeiro é a instância incivilizada, anterior à linguagem e à sociedade, sem extensão e temporalidade, é coisa pulsante. O ego é fronteira, camada protetora, desdobramento proveniente da relação com a realidade, é forma que se assume dessa relação. O superego pode ser entendido como conformidade da forma, produto da introjeção da lei e seu representante psíquico; vincula-se à normatividade social como ideal subjetivo. O ego precisa, portanto, funcionar como mediador entre as exigências pulsionais provenientes do id e as exigências sociais tornadas superegóicas.

Dunker (2015) faz uma revisão da noção de mal-estar, resgatando o termo original alemão *Unbehagen*, para enfatizar duas características que contribuem para sua articulação enquanto conceito teórico. Chama a atenção para a negação (*Un*) presente no adjetivo (*behagen*), traduzido como agradável, de modo que sua leitura nos levaria a desagradável. No entanto, *behagen* provém do substantivo *Hag*, que o autor traduz como clareira, no sentido de um lugar na mata fechada sob o qual se pode estar. Isso permite ressaltar a característica de lugar na composição da palavra, impedido pela tradução apenas de desagradável, quando o mais apropriado poderia ser *lugar* desagradável, ou como *não lugar*.

O autor afirma que “*Unbehagen im der Kultur* deveria ser entendido como *mal-estar na civilização*, desde que em *mal-estar* pudéssemos ler a impossibilidade de *estar*, a negação do *estar*, e não apenas a negação do *bem-estar*” (*Ibidem*, p. 192, grifos do autor). A noção de mal-estar extrapolaria, dessa forma, as possibilidades de nomeação, por isso seu uso pode ser intuitivo e disseminado, utilizado para diferentes estados que remetam à dimensão de indeterminação do estado: mal-estar físico, psíquico, social. Formas de estar em um não lugar, ou o sentimento referente à perda de lugar.

A tentativa de definição do mal-estar e a parcialidade que cada variação deixa ver estariam ligadas, para Dunker, àquilo que é tomado por Freud como objeto na análise do mal-estar na civilização, a própria noção de mundo, compreendida pela convivência com o outro e o pertencimento a um lugar, que faz o autor afirmar que mal-estar é “o sentimento existencial de perda de lugar, a experiência real de estar fora de lugar” (*Ibidem*, p. 196). Para nomeá-lo, irá buscar em Carlos Drummond de Andrade a ideia de um “sentimento de mundo” (*Ibidem*, p. 199).

Trata-se de um descontentamento difuso para o qual se necessita um esforço de nomeação. Nesse sentido, o lugar não pode deixar de ser entendido como simbólico. O não lugar, por sua vez, é aquilo que se torna impossível de ser simbolizado, daí a dificuldade de nomeação; permanece não suportado pela estruturação do discurso que se organiza para permitir o laço social, como se estivesse implicado desde um fora, é a angústia de estar fora de lugar. É a parte do estar que sofre indeterminação, um estar como experiência de sofrimento. Dunker refere que “o mal-estar não é a própria angústia, mas liga-se a um déficit de percepção da angústia que possui efeitos de inibição e se qualifica como torturante” (*Ibidem*, p. 205).

Devemos ter esses aspectos em mente para analisar o mal-estar na sociedade atual - a sociedade de risco. Estamos partindo da concepção do sociólogo Beck, que no final da década de 1980 faz um diagnóstico de época (BOSCO & DI GIULIO, 2015), cuja tese principal reside na transformação da sociedade industrial para outra formatação e organização social, que nomeia de sociedade de risco, uma vez que sua ênfase é colocada sobre o tipo de risco que passa a circular nessa sociedade, um risco intimamente ligado à produção da existência, mas que se volta contra ela em forma de risco à existência. Riscos, assim, são os produtos e a expressão das transformações da sociedade. Para o autor, “enquanto na sociedade industrial a 'lógica' da produção de riqueza domina a 'lógica' da produção de riscos, na sociedade de risco essa relação se inverte” (BECK, 2010). O autor situa o início dessa transição a partir da segunda metade do século XX (*Ibidem*, p. 15). Considera que houve um acúmulo de poder que se manifesta, sobretudo, na esfera tecnológico-econômica (*Ibidem*, p. 15), processo que gera um ofuscamento da produção dos riscos, o que o faz chamá-los de “efeitos colaterais latentes” (*Ibidem*, p. 16).

Beck considera que a liberação desses riscos produz ameaças a todas as formas de vida, já que sua magnitude pode não ser limitada geograficamente, não respeita fronteiras territoriais e políticas e é considerada de tendência globalizante, porque “faz surgir *ameaças globais supranacionais e independentes de classes*” (*Idem*, *grifos do autor*). Sua perspectiva é construída no contexto pós-guerra em que os EUA e a Europa passaram por um momento de grande crescimento econômico e de desenvolvimento tecnológico, este bastante influenciado pelo contexto de corrida desenvolvimentista dos anos da Guerra Fria, momento que se destaca também pela presença de narrativas sobre destruição em massa, sobretudo ligadas às ameaças nuclear e ambiental (LASCH, 1983).

Desde o “choque do petróleo” em 1973, contudo, esse crescimento e desenvolvimento ascendente passaram por um momento de crise e reestruturação econômica (HARVEY, 2008). É nesse período de apreensão econômica que Beck desenvolve seu diagnóstico de época, e esses aspectos se refletem em seu pensamento: a sociedade de risco é bem-sucedida em crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico, mas a este sucesso está ligado um sentimento crescente de ameaça global. Beck assina seu livro mais conhecido, *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*, em 1986, mesmo ano do desastre de

Chernobyl. Este evento particular se junta a uma série de outros que encontram formas de nomeação que condensam pelo menos duas características: grandiosidade¹² e temor. São essas as características e os termos que passam a circular com bastante frequência na sociedade de risco: catástrofe, tragédia, desastre. Beck abre seu livro levantando esse aspecto: “pobre em catástrofes históricas este século na verdade não foi: duas guerras mundiais, Auchwitz, Nagasaki, logo Harrisburg e Bhopal, e agora Chernobyl” (BECK, 2010, p. 7). Também podemos depreender a presença dessas duas características em sua concepção de risco mundial¹³ cuja dimensão é grande o bastante para ameaçar o planeta como um todo e cuja extensão no tempo pode se prolongar por várias gerações, além da situação de indeterminação na qual os riscos são produzidos e distribuídos socialmente, que faz o autor afirmar que o “núcleo da sociedade de risco é o medo” (*ibidem*, p.90).

Os riscos são intuitivamente associados à ameaça e perigo que, neste trabalho, são compreendidos como variações de um mesmo conjunto que faz circular o medo como afeto predominante e seus correlatos – temor, terror, pavor, horror, receio, apreensão, dentro de uma série que chamamos de aterradora.

Nossa proposta de analisar o mal-estar na sociedade de risco considera esses parâmetros, mas a partir da eleição de um grande medo específico de nosso tempo: a crise ambiental, que tem sua emergência renovada em meados do século XX (FERREIRA, 2006). Consideramos que a sociedade de risco de Beck traz descrições que permitem enquadrar a crise ambiental: ela se encaixa em sua concepção de risco global, com dificuldades de definições, efeitos inesperados, dificuldade de responsabilização, invisibilidade e dependência de tradução pelo conhecimento científico; com impossibilidade de ser enfrentada nacionalmente, mas com a possibilidade de permanência no tempo indefinida, desvelando sua perspectiva catastrófica no futuro. Torna-se importante circunscrever essa crise às transformações sociais referidas por Beck que as situam a partir do acúmulo de poder tecnológico e econômico. A crise, para o autor, estaria vinculada à produção de riqueza das sociedades afluentes. E quanto a este aspecto, consideramos literalmente a afirmação de Beck de que os riscos dessa sociedade, enquanto

¹² Tudo é global, trans-fronteiriço e indeterminado no tempo futuro.

¹³ Há um desdobramento teórico posterior em que o autor chamará de risco global.

efeitos colaterais, são “produtos do sucesso do processo de modernização” e da produção de riqueza. Estamos compreendendo a crise ambiental como o efeito, ou conjunto de efeitos, desse sucesso. No entanto, é um efeito que surge como um incômodo, desagradável, que nos remete ao não lugar, cuja grandiosidade compreende todo o planeta.

Cabe pontuar que a sociedade de risco traz ainda um assento sobre as transformações no processo político. Para Beck, a modernidade da Era industrial deu lugar a outra modernidade, que o autor chama de segunda modernidade ou modernidade reflexiva. A reflexividade pensada por Beck significa que as transformações no processo de produção de riqueza desencadeiam efeitos colaterais que precisam ser tomados como problemas políticos de outra ordem. A sociedade torna-se reflexiva porque precisa resolver os temas e problemas criados por ela mesma, e dada a sua magnitude e abrangência, as estratégias políticas de enfrentamento do período industrial tornam-se insuficientes. Beck argumenta que os riscos mundiais têm uma característica tempo-espacial diferente da sociedade industrial. O risco mundial além de ser trans-fronteiriço, também possui difícil determinação no tempo. Beck refere que esse tipo de risco tem um “componente futuro” (BECK, 2010, p.39).

Essas descrições permitem pensar o mal-estar na sociedade de risco como as formas de sofrimento que se produzem na condição de *estar em risco* (BECK, 2006), que revela o não lugar, ou o sentimento de perda no lugar. Situados na perspectiva psicanalítica e da sociedade de risco, tomamos a crise ambiental como a crise do lugar, que aponta para as dificuldades do não lugar e suas formas variadas de indefinição. Ela fala da perda de lugar nas dinâmicas sociais e simbólicas, e nas dinâmicas ecossistêmicas ou naturais, no espírito e no corpo do mundo. A política demandada nessa sociedade é obrigada a lidar com a indeterminação. Quando se toma o risco mundial, esse efeito colateral da riqueza e do desenvolvimento tecnológico, sob a vertente da ameaça ambiental, as incertezas¹⁴ se multiplicam e o tratamento político sobre os riscos que circundam a crise ambiental precisa se adequar a essas características: governo global que compreenda o presente e o futuro indeterminado.

¹⁴ O risco se diferencia da incerteza em sua característica de antecipação. O risco é a antecipação da catástrofe virtual, a catástrofe é a efetivação do risco (BECK, 2006, p 332). Incerteza é quando sabemos que não sabemos (CALLON et. al., 2009).

É esse aspecto político que nos remete novamente à ONU e ao conjunto normativo de seus documentos como a base para interpretação sobre o arranjo conceitual do Desenvolvimento Sustentável – uma aposta para lidar com essa crise ambiental nesta dobra dos séculos XX e XXI. A característica única dessa instituição, seu caráter supranacional, que se coloca como mediadora do relacionamento entre as nações sobre questões que as perpassam, convergem com a tese de Beck sobre a necessidade de um processo político diferente daquele estabelecido pelas categorias da sociedade industrial. O Desenvolvimento Sustentável como uma aposta internacional construída nesse fórum para tratar dos problemas relacionados à crise ambiental também se mostra de acordo com esse contexto de transformações que permitem nomear a sociedade atual de sociedade de risco.

ABORDAGEM TEÓRICO-ANALÍTICA E METODOLÓGICA

A questão inicial da pesquisa surgiu de uma percepção: a proliferação da palavra sustentabilidade e suas múltiplas variações. Quem quer que procure saber algo a respeito da sustentabilidade irá se deparar com a noção de Desenvolvimento Sustentável, cujo registro mais formalizado de nascença pode ser atrelado à publicação *Nosso Futuro Comum*, e sua origem institucional, inscrita na ONU.

As múltiplas versões de sustentabilidade não serão tratadas nesse trabalho, cujo foco é a noção de Desenvolvimento Sustentável. Entendemos que esse arranjo conceitual está mantido nestas múltiplas versões, incluindo as mais atuais (como transição para sustentabilidade, sociedade sustentável, ambiente sustentável, por exemplo). Reafirmando-o ou contrapondo-o, o Desenvolvimento Sustentável mantém-se como um articulador do discurso do tempo social que vivemos. Essa identidade nos fez dirigir o olhar para o documento que o instituiu, assim como à instituição de que é parte e de onde esse discurso é emitido.

Dunker *et al.* (2016) referem que “existe uma prática de análise do discurso já contida no método psicanalítico” (*Ibidem*, p. 7). Partindo da afirmação freudiana segundo a qual a principal fonte de mal-estar são as relações sociais (FREUD, 1930/2006), Lacan dedicou-se à compreensão dessas relações desde o ponto de vista de que elas são estruturadas simbolicamente; para este autor, o inconsciente é estruturado como uma linguagem (LACAN, 1988) e as trocas sociais são possíveis apenas pela mediação simbólica, de modo que o discurso é a forma com a qual o laço social se organiza para suportar a convivência com o outro.

Nesse trabalho, a psicanálise como análise do discurso volta-se para os documentos institucionais e seus escritos para compreender o movimento de penetração do Desenvolvimento Sustentável na sociedade desde 1987.

Uma abordagem metodológica psicanaliticamente orientada implica dizer que a psicanálise é considerada tanto uma teoria como um método de investigação (FREUD, 1923/2006), em que se privilegia uma construção e reconstrução dos sentidos (FREUD, 1937/2006b; IRIBARRY, 2003; COSTA & POLI, 2006; ROSA, 2004). Iribarry (2003) refere que “é o contexto da cadeia falada que irá circunscrever a significação, ou seja, o contexto irá delimitar a significação, estabelecendo o sentido” (*Ibidem*, p. 119). Para lidar com a cadeia e o contexto, seguimos uma

indicação metodológica dissolvida na obra de Freud¹⁵, e que surge em seu tratamento de questões sociais: devemos seguir uma ideia até onde ela puder nos levar. Concordamos que a psicanálise

procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou modificar suas teorias. Não há incongruência (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios, ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro (FREUD, 1923/2006, p. 269 – 270).

Esse trabalho adotou três momentos de um processo analítico: transferência-construção-ensaio. Descrevemos cada um deles, sem esquecer que a separação é apenas recurso expositivo.

Na situação psicanalítica de pesquisa está presente a experiência transferencial, “a constituição de um campo relacional no qual esteja em causa a hipótese do inconsciente” (COSTA & POLI, 2006). Para lidar com textos e contextos, a transferência deve ser instrumentalizada (IRIBARRY, 2003) de modo que a experiência permita produzir uma aprendizagem e um saber (LAPLANCHE, 1997 *apud* IRIBARRY, 2003). Para os autores, trata-se do espaço heurístico, próprio da descoberta, que não se limita à reprodução e aplicação dos conceitos teóricos, mas abre um campo para o novo conhecimento na relação estabelecida. Para Herrmann (2006):

O analista que interpreta, ao tomar em consideração o valor metafórico do discurso [...] de qualquer recorte do real —, espera induzir uma ruptura dos pressupostos que limitavam seu sentido, encarnados numa área psíquica transferencial ou campo, provocando o estado de momentânea confusão chamado vórtice (*Ibidem*, p. 61).

O vórtice é o lugar da confusão, da ruptura, da crise, da emergência; lugar onde o pesquisador estabelece uma relação que deverá se tornar significativa com seu objeto, abrindo caminho para uma aprendizagem e um saber.

Quanto à construção, Freud refere que ela é a tarefa do analista, “completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que deixou atrás de si” [e] “construí-los”

¹⁵ Ver, por exemplo, “O futuro de uma ilusão” e “Moisés e o monoteísmo”, dois importantes textos em que as relações culturais são analisadas.

(FREUD, 1937/2006b, p. 276). Compara esse trabalho com o de um arqueólogo que faz uma escavação sobre ruínas. A construção psicanalítica, tal como o trabalho do arqueólogo, trata do esquecido, daquilo que sofreu ação do tempo, transformou por isso sua forma, mas isso que se tornou guarda parte do que foi. A construção deve ser compreendida como “um conceito-limite, porque ela permite que a psicanálise se conecte com outros discursos” (DUNKER *et. al.*, 2016, p. 99-100); utiliza o “critério da *verossimilhança*, ou seja, a conjectura ou ficção que acolha, reúna e seja corroborada pelo maior número de elementos do caso” (*Ibidem*, p. 100, grifos dos autores).

Dunker *et al.* (2002) comparam a pesquisa psicanalítica com o romance policial, porque parte-se de uma história sobre um crime em que se torna necessário reconstruir seus indícios, colocando sob o investigador o trabalho de conjecturar possibilidades; além de encontrar o criminoso, deve-se também “integrá-lo em uma rede que apresente os motivos, os meios, as circunstâncias e os acontecimentos de forma a produzir uma unidade lógica no conjunto” (*Ibidem*, p. 115-116). Essa unidade lógica de conjunto deve ser capaz de dizer sobre o crime, assume o valor de verdade sobre o caso; “a verdade se estrutura como ficção, e a ficção se estrutura como uma construção” (DUNKER *et. al.*, 2016, p. 100).

A transferência pode ser compreendida como a relação de abertura para o caso, relação com o objeto, com o problema, com os documentos; a construção como o trabalho de fiação em que se entrelaçam a ficção da verdade e o tecido social, panos de fundo, véus que se deixam ver ao fim em uma forma de apresentação. Nesse último aspecto entra em cena o ensaio que, para continuar na metáfora tecelã, pode ser chamado de trama: “deixe fluir associações significantes formando uma trama, um tecido textual, em que sua experiência fica registrada” (IRIBARRY, 2003, p. 126).

Adorno (2003) também pensa a forma ensaio análoga à confecção: “o pensamento não avança em um sentido único; em vez disso, os vários momentos se entrelaçam como num tapete” (*Ibidem*, p. 7). Este autor pontua que o ensaio deve ser guiado pelo objeto, que o pensa em fragmentos porque a realidade é fragmentada, não quer separar forma de conteúdo porque a forma é forma do conteúdo. O ensaio não exclui a subjetividade, mas a faz participar, em que a forma mostra uma intenção tateante:

Como a maior parte das terminologias que sobrevivem historicamente, a palavra “tentativa” [*Versuch*], na qual o ideal utópico de acertar na mosca se mescla à consciência da própria falibilidade e transitoriedade, também diz algo sobre a forma, e essa informação deve ser levada a sério justamente quando não é consequência de uma intenção programática, mas sim uma característica da intenção tateante (ADORNO, 2003, p. 9).

Situamos nosso trabalho sob a forma de ensaio, porque é tateante e fragmentário, em que as discussões se apresentam com algum confronto de formas, em que o vocabulário busca escapar ora de um tecnicismo, ora de um economicismo, ora da conjunção de ambos, que o próprio objeto investigado tem em suas camadas. Contudo, a forma ensaio não significa não observação do rigor científico e acadêmico, mas antes, a possibilidade mesma de atuar com uma diversidade própria ao campo investigado, ao objeto nesse campo e à interdisciplinaridade por ele demandada.

Desde o início dessa investigação, pensar com a psicanálise a crise ambiental e o Desenvolvimento Sustentável em uma sociedade de risco nos posicionou como estrangeiros em um campo de saber, sem dono, mas com cercas históricas, que vêm abrindo portões interdisciplinares. Por conta desse lugar, a forma ensaio parece bastante apropriada, se entendermos que “o modo como o ensaio se apropria dos conceitos seria, antes, comparável ao comportamento de alguém que, em terra estrangeira, é obrigado a falar a língua do país” (*Ibidem*, p. 7). Comunicamo-nos nesse idioma, discutimos esse assunto, mas contamos a história do Desenvolvimento Sustentável com sotaque psicanalítico.

A ideia de sotaque psicanalítico, adotada nesta tese, deve transmitir a possibilidade de tratamento de nosso objeto de investigação visando uma análise do discurso, tal como a concebemos pela teoria psicanalítica. Para situarmos melhor os termos dessa análise do mal-estar na sociedade de risco, explicitamos, a seguir, em que a teoria psicanalítica e a teoria social do risco encontram convergência.

Para pensar o mal-estar na sociedade de risco

Para buscar a convergência entre duas teorias de pressupostos distintos como é o caso da Psicanálise e da Teoria Social do Risco, o ideal é darmos um passo anterior e buscarmos evidenciar suas principais hipóteses, para então pensá-las em suas possibilidades de encontro.

O mal-estar se apresenta como um descontentamento inerente à convivência social. Para descrevê-lo, Freud se vale do mito da horda primeva: “Freud recorre à teoria da horda primitiva, formulada por Darwin e modificada por Atkinson, para corresponder à forma primordial dos agrupamentos hominídeos” (LIMA e SOUZA, 2016). Pensada como uma primeira grupalidade, em que a figura do grande pai organiza o laço social entre os membros da horda, esse mito de fundação das sociedades pensa essa figura de grande poder como a imagem de autoridade paterna, a quem se destina todo o poder e os modos desinibidos de satisfação sexual, de modo que todos os membros estão a ele submetidos e inibidos em sua satisfação.

Essa configuração se mantém pela força e poder dessa figura de coerção, mas também por seu papel de protetor e mantenedor da existência. Esse duplo papel busca caracterizar uma figura primeira, pensada miticamente, para a organização social. Segundo Freud, a convivência com o outro apenas torna-se possível por esta solução: renunciar a uma parcela de prazer para garantir uma parcela de segurança. Mas a renúncia ao prazer mantém-se como incômodo, deslocado em forma de agressividade aos representantes civilizacionais. A compreensão fundamental do mal-estar é que há uma repressão aos impulsos (antissociais por definição) que permite a coexistência. Essa repressão fundamental esteve associada à figura paterna, disso decorre o entendimento psicanalítico de que nossas sociedades tradicionais foram organizadas à imagem dessa figura, trata-se da função social da *imago* paterna. Culturalmente, a organização totêmica, a ordem pastoral, as formações religiosas, e outras formas de organização política seriam derivações dessa função social.

Com o processo de modernização das sociedades, em que as tradições são quebradas, passa-se a ser construída uma compreensão, no campo psicanalítico, que essa função vem sendo destruída, ou apagada; processo chamado de declínio da função social da *imago* paterna, o que traz a necessidade de repensar o mal-estar na sociedade atual. Lacan (1999) refere que o próprio surgimento da psicanálise já é um sintoma do declínio da função social dessa imagem, uma vez que os sofrimentos que se tornam objeto dessa nova ciência já trazem as marcas daquele declínio, daí sua ênfase na sexualidade e nas dramatizações familiares. Neste ponto, chamamos a atenção para a historicidade desse processo, em que pensar as transformações sociais implica conceber mudanças também nas

manifestações do mal-estar. É aqui que as considerações de Beck quanto às alterações percebidas na segunda metade do século XX sob o processo de modernização nos ajudam a compreender os desdobramentos atuais da sociedade e das formas de seu mal-estar.

Diante disso, passemos para a hipótese fundamental da configuração que interessa nessa tese: a sociedade de risco conforme descrita por Beck. Este autor pontua uma transição dentro do processo de modernização das sociedades. Estaríamos saindo de uma sociedade organizada por categorias vinculadas ao processo de industrialização (chamada de sociedade industrial), e passando a ter de lidar com outras categorias, em que a presença de novas modalidades de riscos e incertezas permitem nomeá-la de sociedade de risco. Essa transição é pensada como uma divisão de modernidades. Não que tenhamos deixado o processo de modernização, mas ele tomou uma nova dimensão, ou nova camada, de modo que a sociedade industrial corresponde a uma modernidade simples, ou primeira modernidade, enquanto a sociedade de risco corresponde a uma segunda modernidade, que o autor denomina reflexiva. Essa mudança é compreendida por Beck (1995a) como um acúmulo de poder que as sociedades industriais teriam produzido, principalmente nas dimensões técnica e econômica.

A partir de meados do século XX, Beck identifica uma mudança na distribuição dos riscos e incertezas ligadas às atividades produtivas da sociedade. Na modernidade simples, podia-se pensar em riscos passíveis de previsão, controle, quantificação e cálculo, visíveis na relação produtiva e permitindo sua vinculação e responsabilização. Com o acúmulo de poder tecno-econômico, o autor argumenta que esses riscos se libertam e já não mais se enquadram em análises probabilísticas, tornam-se mais difíceis de serem vinculados em uma relação de causalidade, o que dificulta a responsabilização, ao mesmo tempo que ganham invisibilidade. Seus efeitos deixam de ser imediatamente localizáveis no espaço e no tempo; seu alargamento e opacidade não os impedem de gerarem efeitos, que, no entanto, carregam a indeterminação como sua marca. O autor os chama de efeitos colaterais daquele excesso de poder. Essa libertação de riscos trans-espaciais e trans-temporais, que carrega a indeterminação como marca, produz um espectro de incerteza e insegurança.

O acúmulo de poder é por vezes referido como radicalização da sociedade industrial que assume a modalidade de sociedade de risco. Beck refere, a seu modo,

uma inescapabilidade da sociedade de risco ao discutir o conceito de reflexividade da segunda modernidade, descrita por ele como auto confrontação, em que os efeitos colaterais se chocam com as categorias da sociedade industrial.

Pode-se virtualmente dizer que as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração de efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial (BECK, 1995a, p. 18)

Reflexividade pode ser entendida, assim, como auto confrontação da modernidade com ela mesma, que faz dela coisa outra como efeito desse “conflito interno” da modernidade radicalizada (industrial *versus* de risco). Não temos escolha senão viver sob esse conflito, segundo Beck, porque a sociedade de risco é uma “continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos em relação aos seus próprios efeitos e ameaças” (*Idem*).

Se pensarmos a modernização como o processo de declínio da função social da *imago* paterna, e se concordamos com Beck que esse processo tornou-se ainda mais acentuado na modernidade reflexiva, é possível argumentar que a sociedade de risco torna-se uma nova camada no processo de apagamento daquela função social, e, nesse sentido, a autoconfrontação reflexiva passa a ser a referência simbólica para a divisão subjetiva.

O mal-estar não pode mais ser visto como efeito do conflito inscrito sob a renúncia do prazer em benefício da segurança, porque a atmosfera inescapável de incerteza e insegurança da qual se refere Beck deixa ver que os termos desse contrato social que tem em suas bases o modelo repressivo, prescreveram. Nesse ponto, é interessante notar que os teóricos do risco não deixam de voltar sua atenção ao processo que chamam de destradicionalização (BECK, 2010; GIDDENS, 1991) presente na modernização. Consoante com o progresso científico, as formas de vida tradicionais vão sendo destruídas, os laços sociais sustentados pelas tradições são representantes da *imago* paterna, que desde a perspectiva mítica de fundação da sociedade, já lida com o ímpeto de destruir o Grande Pai¹⁶. A

¹⁶ Em *Totem e Tabu*, Freud (1918/2006) refere-se a esse assassinato mítico, seguido de um banquete totêmico, processo que se torna, para este autor, a primeira figura do mecanismo de identificação (como forma de introjetar/encarnar o poder por meio do ritual canibal da refeição totêmica), prescindindo, dessa forma, da necessidade de colocar outra figura no lugar do Pai. Mas o que teria sucedido ao assassinato foi o remorso socialmente compartilhado em forma de sentimento

destradicionalização, como a sucedânea desse desejo, também pode ser pensada como a destrutividade (pulsão de morte) dirigida à civilização (tomemos, aqui, a ambiguidade na própria noção de progresso, que faz avançar mediante destruições).

Não apenas a destracionalização e as incertezas e inseguranças são indícios do declínio da função social da *imago* paterna, cuja presença da pulsão de morte mais proeminente pode ser inferida, mas, sobretudo, a sociedade de risco enquanto uma sociedade catastrófica (BECK, 2010), em que os riscos mundiais – como a crise ambiental – sinalizam para uma destruição planetária projetada no futuro. É a partir desse entendimento que passamos a tratar nesta tese, os riscos dessa sociedade como emissários da morte, ou como assombrações, no sentido de se situarem simbolicamente à sombra de uma finitude global. Essa abordagem não visa descaracterizar os riscos mundiais conforme Beck os descreve, mas nos aliarmos às suas descrições para pensá-los em sua função simbólica, dentro da economia psíquica, como a possibilidade de contribuição psicanalítica para a análise dos modos de subjetivação na sociedade de risco.

Trata-se de um esforço analítico ainda em construção, que se soma a outras frentes de análise que vêm pensando as configurações do laço social contemporâneo desde a perspectiva de declínio da função social da *imago* paterna, e quais as formas que assumem seu lugar, ou que tentam suplantá-la. Essas perspectivas também são tateantes em seu esforço de nomeação. Algumas vão na direção de pensar que as consequências sociais estariam nos levando à estruturação de uma sociedade de perversão generalizada (LEBRUM, 2010), outras se referem a uma sociedade de imperativo do gozo (ZIZEK, 1996), sociedade de desorientação (BOLLAS, 2015), ou ainda, como não totêmicas e não neuróticas centradas (DUNKER, 2015). O que todas essas tentativas apontam, de diferentes formas, é a compreensão do declínio da função social da *imago* paterna como a transição de ordenamentos sociais de versão repressiva, para outras configurações não repressivas.

Essas transformações provocam descentramentos, inclusive, no olhar psicanalítico. Como poderá ser notado no decorrer desse trabalho, quase não há espaço para a sexualidade, aspecto proeminente na obra freudiana, paterno, neurótico e repressivo centrada. Ao contrário, nessa sociedade catastrófica da

inconsciente de culpa, seguida da elevação de uma *imago* paterna, atuando no campo do sagrado, e submetendo a todos como a representação da Lei.

modernidade reflexiva é a face mortífera da pulsão que insiste enquanto modalidade de gozo, esta satisfação mórbida (ROSA, 2015) presente nos efeitos desse processo de modernização do qual se refere Beck.

Não há psicanálise sem Freud, contudo, no decorrer do texto, outros autores psicanalíticos ou que dialogam com a psicanálise em seus desdobramentos, com a sociedade contemporânea – e suas diferentes tentativas de nomeação – são trazidos, como parte desse esforço tateante de lidar com o mal-estar na sociedade atual.

Há uma crescente literatura sendo produzida, em que a psicanálise é chamada para pensar a relação do humano com o mundo, a partir do reconhecimento de uma crise ambiental de proporções globais. Searles (1972), por exemplo, irá buscar no complexo de Édipo e nas concepções kleinianas sobre posição depressiva e posição esquizo-paranóide modelos para pensar nossa relação com a crise ambiental. Trabalhos mais recentes, como de Randall (2009) que pensam as possibilidades psicanalíticas para lidar com as perdas inscritas nas narrativas de mudanças climáticas, lançam mão dos estudos de Winnicott e sua perspectiva de ambiente protetor, recorrendo também aos apontamentos de Melanie Klein, e a estudos diversos sobre as fases de luto como tentativa de pensar as formas de lidar com as perdas presentes nas transformações em curso.

Dodds (2012) procura inserir a psicanálise no debate sobre ecologia, aliando-a ao pensamento complexo e às contribuições de Deleuze e Guatarri sobre as três ecologias: mente, natureza e sociedade. Este autor busca diversificar sua discussão, valendo-se do pensamento freudiano, kleiniano, psicologia do self, junguiana e lacaniana, partindo da perspectiva de que a psicanálise é uma “psicologia sem ecologia” (*Ibidem*), para tentar ancorar seu ingresso nessa discussão que se afigura como um novo conjunto a gerar sofrimento.

Weintrobe (2013), por sua vez, procura trazer uma discussão sobre as dificuldades de engajamento à questão climática, balizando sua discussão sobre nossa dificuldade intrínseca com a morte e suas diferentes formas de negação defensiva.

Essa literatura, desde a década de 1970, aponta de diferentes formas para essa versão mortífera em que nossas sociedades teriam entrado sob a perspectiva do declínio da função social da *imago* paterna. Nesse sentido, pontuamos que, quando Beck afirma que o medo é o núcleo da sociedade de riscos, devemos

complementá-lo a partir da compreensão de que se trata de um medo contemporâneo, sobre problemáticas que são diferentes de qualquer outra que tivemos na modernidade simples, mas que, em última instância, remete-nos subjetivamente, ao medo da morte. Estamos diante de um medo que não responde mais pelas mesmas categorias porque nossa modernidade tornou-se reflexiva. Neste trabalho, tentaremos, sobretudo em sua primeira parte, pensar essa nova modalidade, nas trilhas das preocupações ambientais, como um medo globalizado.

Desde o percurso histórico que apresentamos nesta tese, seguindo nosso objeto, o medo se torna amplificado, ou hiperbólico, por conta do processo de nossa identificação à imagem global. É como se o medo assumisse outra qualidade, ou outra ordem, para utilizar um termo de Beck. Essa amplificação atua sobre a dimensão da finitude, que passa a ser, como seus emissários nos fazem ver, também mundial.

Quando olhamos para a literatura que vem sendo produzida, a nossa relação com a perda, com a morte, e suas formas de negação tomam evidência em vários estudos. Neste sentido, o trabalho ora apresentado não difere desse aspecto; todavia, a análise aqui proposta segue a vertente dos discursos, de modo que procuramos no laço social por onde essa dificuldade com a perda, com a finitude, e com as formas de sua negação passam. Partimos da acepção segundo a qual o discurso permite compreender que a negação, a dificuldade de enfrentamento e as fantasias fazem parte das trocas sociais e da produção cultural, são parte da forma com a qual nos organizamos para ser; incidem, assim sobre as pessoas provocando sofrimentos desde os déficits em sua estrutura para lidar com o mal-estar.

O discurso na análise do mal-estar na sociedade de risco

É importante pontuar que os discursos são tomados como aparelhos para a análise do mal-estar na sociedade. O discurso é o laço social por “ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime” (LACAN, 2003) e, desse modo, organiza uma articulação significativa que, no entanto, jamais é completa, porque o mal-estar não se deixa capturar totalmente pelo simbólico. Lacan (1985) se refere a essa característica de inescapabilidade do mal-estar como aquilo que insiste em não se inscrever, como um resto não simbolizável que retorna em forma de

incômodo, desencaixe, e para o qual, dada sua insuportabilidade, passamos a produzir fantasias que visam contorná-lo. É nessa insistência repetitiva e não simbolizável que Lacan compreende a presença e atuação da pulsão de morte.

A psicanálise desde Lacan passa a pensar o mal-estar também a partir das categorias de discurso, com produções que se situam no pós-guerra, isto é, compreendendo toda a segunda metade do século XX. Nessa concepção, as formas nas quais os laços sociais podem se apresentar foram pensadas inicialmente desde apenas quatro estruturas possíveis: discurso do mestre, discurso da universidade, discurso da histeria e discurso do analista, cada um buscando contornar um impossível, conforme apontado por Quinet (2009): governar, educar, fazer desejar e psicanalisar.

O mal-estar na civilização é o mal-estar dos laços sociais. Estes se expressam nos atos de governar e ser governado, educar e ser educado e, também, [...] tanto no vínculo entre analista e analisante, que [Freud] inaugurou, quanto no ato de fazer desejar, como as históricas o ensinaram. Essas quatro formas de as pessoas se relacionarem entre si – governar, educar, psicanalisar e fazer desejar – Lacan chamou de discursos, pois os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem (*Ibidem*, p. 17).

O discurso do mestre é a figura primordial para se pensar essas estruturas. Podemos tomar, como exemplo, o patriarcado, em que a forma de dominação social é hierárquica, seguindo a regra do “mestre” (seja este o Rei, o pai, ou Deus). Há uma clara influência da hipótese paterna de Freud nessa estrutura, mas Lacan irá buscar também na alegoria do senhor e do escravo de Hegel os parâmetros para pensá-la, implicando dizer que todas as versões tratam o discurso como uma relação de poder, porque

Na perspectiva psicanalítica os laços sociais remetem à condição constitutiva do homem e da civilização, condição esta que inaugura a entrada do homem na linguagem e na cultura e que o insere simultaneamente no jogo relacional, afetivo, libidinal e também no jogo político. Os laços sociais têm seu fundamento na linguagem, mas, a partir desse ponto são laços discursivos, ou seja, materializam-se nos modos de relação em um dado tempo e lugar, pautando a construção da história de cada um, inserida no campo discursivo de seu tempo (ROSA, 2015, p. 5).

O discurso do mestre se estrutura, portanto, na busca por contornar a impossibilidade de governar. Pelos motivos já apresentados, todo discurso visa a uma forma de totalidade para se lidar com a realidade, mas todos fracassam. Por

isso, o governo é uma arte sempre por fazer, sempre inacabada e insatisfeita, dado que há uma impossibilidade estrutural.

O discurso da universidade, ou do conhecimento, por sua vez, posiciona o saber como o dominante da relação; recebeu esse nome pela influência dos movimentos de Maio de 1968, na França. Lacan pensou, inicialmente, que o discurso da universidade, nessa sociedade de meados do XX, seria a nova versão do mestre, isto é, as formas em que nossas sociedades estariam regidas por uma articulação saber-poder. Contudo, Olivier (2012) menciona que o discurso da universidade não é autônomo, mas serve ao mestre – como é o caso atualmente em relação à ordem econômica dominante. Quinet (2009), também chama a atenção para esse discurso referindo que “tudo o que é tratado pelo saber é considerado um objeto, mesmo quando são homens e mulheres tratados epistemicamente. Trata-se de objetivar, objetualizar para aplicar o saber” (*Ibidem*, p. 20). Para este autor, o resultado é a produção do “sujeito da crença” (*idem*): “Ao universal da ciência responde não o sujeito da ciência, mas o sujeito da [crença]. Pois é lá que o sujeito encontra *prêt-à-porter* o máximo da totalidade do saber: aquele que tudo sabe, o Onisciente” (*Idem*). Nesta tese, discutimos essa estrutura desde o primeiro capítulo, mas passamos a utilizar a nomenclatura “discurso tecnocientífico” proposta por Lebrun (2001), como a versão derradeira do discurso universitário, em que participa uma “crença de um mundo sem limites” animando suas produções e progressos tecnocientíficos que assistimos no século XX, e que Beck (2010) identifica como partícipe para a transição à modernidade reflexiva e sua sociedade de riscos. Essa estruturação se torna bastante importante para nossa análise de modo que os efeitos colaterais que Beck pensa como latentes, ou seja, aquilo que surge como o incalculado do cálculo e o imprevisto da previsibilidade, podem ser considerados, em termos psicanalíticos, como os restos daquela estrutura que se organiza como totalidade do saber, fazendo surgir como riscos mundiais o que escapa e “insiste em não se inscrever”, carregando a característica de incerto e indeterminado.

O terceiro discurso, da histeria, seria aquele que efetivamente produz conhecimento, porque é marcado pelo questionamento ao poder do mestre, do qual Olivier (2012) depreende as formas subversivas do revolucionário, que aponta para a incompletude do poder. É o discurso que faz desejar um saber que não se sabe e que escapa às formas do saber científico. É um discurso que aponta para o furo

simbólico presente em toda estruturação que se organiza deixando crer em sua totalidade.

O discurso do analista se coloca entre o discurso da histeria, do mestre e da universidade, porque, já de partida, reconhece como o fator dominante da relação a impossibilidade estrutural, marca da falta, ou da castração, ou incompletude. Freire (2003) considera que a psicanálise se ocupa do fracasso, e se estrutura como o exato oposto do discurso do mestre, em que no lugar do dominante está o objeto causa do desejo. Lacan menciona que o fator subversivo desse discurso é “não pretender nenhuma solução” (LACAN, 1992, P. 66); ele deve transitar e atravessar os discursos mostrando a função da fantasia (crença) que tenta tamponar o simbólico frente à manifestação do mal-estar.

Essas quatro estruturas, também chamadas de discursos radicais, pretendem mostrar os trânsitos nas relações de poder já que os discursos são as formas como ele é aparelhado. Na década de 1970, Lacan desenvolve um quinto discurso tentando comportar uma nova fase do laço social, marcada pelo acirramento das formações capitalistas como discurso dominante. O autor refere que se trata do discurso mais astuto, que corre rápido demais, consome tudo e acabará por consumir-se porque é insustentável (LACAN, 1972). Sua estrutura se modula a partir do discurso do mestre, da universidade, e da histeria, constituindo-se como um governo sedutor; nele, quem assume a posição de comando é o sujeito identificado como consumidor, sustentado pela verdade do capital, que questiona o saber enquanto conhecimento de produção de objetos para o gozo. Para Quinet (2009), esse discurso, na verdade, exclui o sujeito do laço social, fazendo-o relacionar-se não com outros seres humanos, mas com objetos-mercadoria.

A sociedade regida pelo discurso capitalista se nutre pela fabricação da falta de gozo, produz sujeitos insaciáveis em sua demanda de consumo. Consumo [...] que essa mesma sociedade oferece como objetos do desejo. Promove assim uma nova economia libidinal. Por outro lado, ao colocar a mais-valia no lugar da causa do desejo, essa sociedade transforma cada um num explorador em potencial de seu semelhante para dele obter um lucro de um sobretrabalho não contabilizado (*Ibidem*, p. 39).

Olivier (2012) também pensa esse discurso como um “mestre-histórico” já que exerce a dominação não por coerção, mas por meio da sedução, ele manda fazendo desejar; seduz com seus objetos intercambiáveis; utiliza a ciência como sua serva, obedecendo a seu imperativo de produção e administrando a insatisfação – e

os riscos – para o aumento do consumo. Não haveria mais uma relação de senhor e escravo, como no discurso do mestre primário, mas sob o comando do capitalismo globalizado, este se torna o senhor absoluto moderno que coloca-nos todos na posição de proletários, expropriados da possibilidade de satisfação, já que é pela administração da insatisfação que se renova o imperativo do gozo.

Essa lógica circular também é apontada por Žižek (2016), para quem o capitalismo global aparece como um ciclo ilimitado de auto reprodução expandida que ameaça engolir tudo em sua dinâmica, minando todas as formas tradicionais da vida social. Segundo este autor, a multiplicidade de formações nessa dinâmica age sedutoramente com a promessa da possibilidade de restringir seus efeitos socialmente destrutivos – os quais podemos pensar como efeitos colaterais de seu sucesso. Para o autor, o discurso capitalista captura as diferenças e as coloca nos termos de seu funcionamento, alcançando sistemas religiosos, morais de tradição oriental, e até a ecologia (ŽIŽEK, 2016, p. 481). Tratar-se-ia, em sua perspectiva, de um traço perverso presente nesse discurso, no sentido que ignora seus limites, deixando crer no ilimitado a partir da inserção e reintegração de suas próprias contradições, fazendo-as funcionar em sua dinâmica para permitir a expansão ilimitada.

É no âmbito desse processo de reintegração e reincorporação, em uma lógica de circulação infinita que podemos pensar a outra vertente que Beck nos apresenta sobre a modernidade reflexiva: o aumento do poder econômico. Essa lógica circular do discurso capitalista também nos parece bastante potente para a análise do mal-estar na sociedade de risco quando retomamos a interpretação de Beck em seu postulado de que, nesta sociedade, os temas e problemas criados pelo sucesso da modernidade são novamente reincorporados nas estratégias e soluções que visam o enfrentamento deles a partir da mesma racionalidade que os criou. É o que pode ser depreendido quando Beck expressa que, na sociedade de risco, passamos a enfrentar os efeitos dos problemas gerados pela tecnologia, com mais tecnologia, e os problemas gerados pelo crescimento, com mais crescimento (BECK, 2010). Trata-se do imperativo do gozo presente nesse discurso que nega a finitude (inseridas aí a crise ambiental e as mudanças climáticas, ou qualquer representação de limites, porque o traço perverso é ignorar a castração) em sua própria estrutura. Podemos conceber que o autor, ao seu modo, descreve um processo social inscrito sob essa modalidade de discurso capitalista. Esta perspectiva é tratada no presente

trabalho, sobretudo na segunda parte, quando abordamos as conferências da ONU sobre desenvolvimento e ambiente, reconhecendo que a forma de negação da finitude sob o discurso capitalista é enfrentada com uma estratégia política internacional que não as nega manifestamente, mas atua de modo a reproduzir o imperativo de crescimento ilimitado, de acordo com a negação estrutural.

É a partir do pressuposto de acirramento dos processos de modernização que nos fazemos ingressar na modernidade reflexiva, partindo das duas dimensões que Beck identifica como centrais nessa transição, o poder tecnológico e econômico, que este trabalho se estrutura. Dividida em duas partes, a tese contempla, na primeira, uma perspectiva analítica mais atrelada ao discurso universitário em sua versão tecnocientífica. Nesta parte, abordamos a maldição aterradora do mundo da Lua, pensada até a década de 1970, momento a partir do qual, nos parece, o discurso do capitalista passa a assumir maior papel. A segunda parte está centrada na análise sobre o governo do futuro. Nossa análise segue uma cronologia desde as Guerras Mundiais para compreender esse largo período de transformações, tentando capturá-lo em diálogo com a história do Desenvolvimento Sustentável, contada a partir dos episódios históricos que nos parecem possibilitar esse trânsito nos discursos, e a forma neles inscrita para lidar com a finitude e com o imperativo de ilimitado.

O quadro 1 sintetiza os elementos que permitem pensar as aproximações teóricas para se discutir o mal-estar na sociedade de risco. O quadro 2 detalha as mudanças que identificamos serem centrais, dentro da concepção de Beck sobre a modernidade reflexiva em comparação com a modernidade simples.

Quadro 1: convergências entre a Psicanálise e a Teoria Social do Risco

Convergência entre os processos	
Psicanálise	Declínio da função social da <i>Imago</i> paterna
Teoria Social do Risco	Processo de modernização

Fonte: elaboração própria

Quadro 2: Transição da modernidade simples para a modernidade reflexiva

	Modernidade simples	Modernidade reflexiva
Mal-estar	Renúncia ao prazer em benefício de segurança	Imperativo do gozo com perda da segurança
Riscos	Dentro das possibilidades de calculabilidade e controle	Fora das possibilidades de calculabilidade e controle (insiste em não se inscrever)
Transformações pensadas pela teoria social do risco	Relações sociais, familiares, de gênero, trabalho e individualidade são regidas pelas referências do passado (papel da tradição)	Relações sociais, familiares, de gênero, trabalho e individualidade são regidas por referências que apontam para o futuro.
Transformações pensadas pela psicanálise	Relações sociais, familiares, de gênero, individualidade, trabalho e formas de sofrimento psíquico são regidas pelo discurso do mestre (tradição, paterno) já com a penetração crescente do discurso da universidade (razão/ciência como referência)	Relações sociais, familiares, de gênero, individualidade, trabalho e formas de sofrimento psíquico são regidas pelo discurso do capitalista (mestre-histórico).
Sufrimento psíquico	Neurótico-centrado (como normatividade social). Categorias clássicas: neurose, psicose e perversão. Etiologia sexual das patologias	Não neurótico-centrado (formas de difícil definição – enquadre diagnóstico). Novas patologias e/ou emergência de patologias marcadas pela destrutividade ¹⁷ .

Fonte: elaboração própria

¹⁷ Cabe destacar que tomamos esses exemplos apenas para mostrar que se trata de transformações que sugerem efeitos da estruturação do discurso, não é nosso objetivo debater as novas patologias em detalhe nesta tese. Mas é oportuno mencionar que a clínica psicanalítica tem dedicado bastante atenção às chamadas “novas patologias” inscritas na sociedade de riscos, destacando-se as compulsões, dentre elas as vinculadas ao uso da tecnologia, datada mais fortemente a partir da década de 1990; os transtornos alimentares; o transtorno de personalidade *borderline*, também chamado de “casos limítrofes”, uma forma de estruturação de personalidade que não se encaixa nas descrições clássicas, e por isso é pensada como “sem fronteiras” já que “transborda os limites”. Destacam-se também a depressão, vista como doença do fim do século, cuja incidência vem aumentando, e os crescentes casos de suicídio registrados mundialmente. A esse respeito, podemos encontrar uma boa sistematização em Birman (2001), Maia (2005), e Kehl (2009).

Antes de apresentarmos a estrutura da tese, cabe realçar que a opção pela apresentação cronológica dos episódios históricos permite destacar as modulações do discurso no tempo de modo a depurar sua estrutura a partir da relação (transferencial) com o Desenvolvimento Sustentável. Essa historicidade mantém a perspectiva de pensar um mal-estar na sociedade de risco em suas hipóteses principais: viver em sociedade pressupõe lidarmos com o mal-estar, mas este viver está concernido às configurações de uma sociedade de risco, que implicam novas tentativas de nomeação do mal-estar. O trabalho apresentado tenta considerar essa diversidade das possibilidades de nomeação, tomando de partida a impossibilidade de contemplar toda a multiplicidade envolvida nas abordagens ao tratamento do objeto. O trabalho também reforça a necessidade urgente do ingresso da psicanálise no debate corrente que se trava sobre a crise ambiental de nossa época na medida em que seus efeitos acarretam diferentes formas de sofrimento. Nesse sentido, a relação da psicanálise com a teoria social do risco parece-nos fundamental se considerarmos que uma teoria com força explicativa da estrutura social oferece o substrato necessário para a melhor circunscrição das formas de manifestação dos sofrimentos contemporâneos, contribuindo com as possibilidades de nomeação do mal-estar.

Mais do que um fechamento, a proposta de pensar o mal-estar na sociedade de risco na vertente dos discursos permite que este trabalho se conecte com as diferentes perspectivas tentando extrair delas sua forma de estruturação. Assim, o estudo realizado não persegue a verdade, senão procura pensar as formações discursivas, no tempo, que permitem simbolicamente que ela seja dita. Cabe lembrar que a concepção psicanalítica trata a verdade estruturada como uma ficção (LACAN, 1995), somente possível pela linguagem e seus modos de organização discursivos, os quais, teoricamente, funcionam desde uma impossibilidade constitucional de dar conta das manifestações do mal-estar. E são as falhas, os déficits ou buracos simbólicos nesse processo, os lugares em que podemos buscar as fantasias presentes no discurso, que neste trabalho são referidas como crenças¹⁸. Olhar para esses buracos e pensá-los desde sua função no discurso é o

¹⁸ Várias teorias fazem uso intuitivo da palavra crença, e por isso a utilizamos com maior frequência de modo a facilitar o trânsito entre as diferentes abordagens, mas a situamos dentro de uma série de palavras que remete ao conceito de fantasia na psicanálise e tem função de complemento, visando tamponar o buraco no simbólico para suportar o mal-estar. No decorrer desse trabalho essa ideia poderá ser encontrada de diferentes formas, como ilusão, consolo, crença, fantasia, perspectiva.

esforço analítico presente ao longo do trabalho. Daí, assumimos de antemão o “risco” de navegar por teorias e conceitos em suas diferentes formas de dizer a verdade ao longo do período analisado, desde as Guerras Mundiais à primeira década do século XXI. Pensar o Desenvolvimento Sustentável com a psicanálise na dobra dos séculos XX e XXI busca somar-se às formas críticas de compreensão da disseminação social desse arranjo conceitual. A psicanálise mantém seu olhar sobre o processo político e as práticas sociais como construções que mostram os conflitos também em sua dimensão subjetiva. Já o esforço de analisar o laço social contemporâneo, auxiliado pela Teoria Social do Risco, visa produzir um debate teórico, no interior do qual podemos perceber tensões conceituais, às quais consideramos parte essencial para avançar com a tarefa sempre inacabada de nomeação do sofrimento. Esta nomeação direciona a análise para o campo discursivo, as discursividades circunscritas em um tempo posto em perspectiva; isto é, abre-se como espaço para a compreensão das condições sociais e históricas que tornam um discurso possível em detrimento de outras formas de estruturação, para a tradução desse sentimento de mundo que genericamente chamamos de mal-estar.

É importante chamar a atenção para essa potência da psicanálise que, por conta de seu método, permite uma dispersão para o tratamento de seu objeto, perseguindo a função significante para mostrar os deslocamentos presentes no discurso. Ao se tratar de um discurso do Desenvolvimento Sustentável, portanto, estamos considerando-o também afetivamente e gerando efeitos subjetivos, os quais são sentidos de diferentes formas na clínica psicanalítica, e diante dos quais a psicanálise não pode se silenciar. Esta tese se posiciona, assim, como uma contribuição da psicanálise no contexto do Sul Global para compreender um fenômeno atual que tem mobilizado angústias globalmente; dado sua abrangência e ineditismo. É nesta perspectiva, inclusive, que a opção pela forma ensaio de apresentação torna-se viável, já que “o ensaio reflete, [...] delira e inventa coisas onde nada há” (IRIBARRY, 2003, p. 130), e por meio dele, o psicanalista se dedica “a comunicar e administrar as perspectivas cruzadas e os estados informúlados, conferindo sensibilidade aos conceitos e inteligibilidade às intuições” (DUNKER, 2011, p.128).

Cabe destacar ainda que, na vertente dos discursos, a fantasia é por vezes tratada como fantasia social (DE OLIVEIRA ALVES, *et. al.*, 2018), fantasia ideológica (ZIZEK, 1992), fantasia cultural (BLOOM, 2016).

Nossa opção metodológica ao se posicionar como tateante busca atuar sobre os complementos diante das formas de indeterminação que, na modernidade reflexiva, se dirigem para o futuro. Essas formas de indeterminação podem ser compreendidas como aberturas para as crenças tanto em suas versões aterrorizantes como em suas versões formidáveis. Neste sentido, é importante ter em mente que desde o início o fio condutor presente neste trabalho é a dupla finitude-ilimitado. A finitude, como abordamos ao longo dessa tese, é a abertura à angústia, terreno para a produção de fantasias que levam ao infinito, ao ilimitado. Tentamos, a partir de um olhar sobre a construção política-internacional do Desenvolvimento Sustentável, mostrar como nesse período de pouco mais de meio século estamos nos estruturando simbolicamente para lidar com essa impossibilidade.

Impossibilidade é tema que perpassa o objeto investigado e também a tentativa de sua abordagem; nesse sentido, é importante registrar que ao optarmos pela forma ensaio, também devemos ter em mente os limites de seu alcance. Se por um lado, ganhamos com o impulso ao pensamento e reflexão, por outro, ficamos sujeitos a restringir seu campo de ação, de modo que, situar a análise em um período bastante longo dificulta uma contextualização mais detida. Embora o método nos permita ir do detalhe à visão mais ampla, essa estratégia deixa a impressão de sobrevoos nos quais as relações correm o risco de se tornarem generalistas. Como um debate teórico, a função de perturbar as teorias presentes, misturar aportes de linhagens diferentes e colocá-las em perspectiva é outro risco que assumimos no decorrer do trabalho, que se desenvolve deixando aberturas para aprofundamentos posteriores. Além disso, mantivemos o cuidado de fundo de evitar um engajamento precipitado a um determinado paradigma de compreensão da sociedade e do humano. Não concorremos com uma sociologia do conhecimento, mas defendemos que a potência analítica, tomada a partir da vertente dos discursos, encontra-se na tentativa de tornar traduzíveis aspectos subjetivos pouco abordados pela teoria social quando tomada isoladamente. Aproximar o olhar psicanalítico dessa atual questão que nos interroga globalmente é, portanto, a parcela de contribuição que esta tese procura trazer.

Estrutura da Tese

Para além da Apresentação e Introdução, esta tese está dividida em duas partes, mais um capítulo final, totalizando sete capítulos. Esse conjunto busca trazer explicações amparadas por teorias e disciplinas, mas também se detém em casos particulares para deles depreender aspectos mais gerais. Isso faz de cada capítulo apresentado um texto quase autônomo. Contudo, acreditamos que a leitura do todo evidencia o eixo de discussão proposto na tese.

Um aspecto anterior à descrição da organização desse trabalho, consoante com o percurso metodológico adotado, deve ser mencionado: trata-se de situar a linhagem do Desenvolvimento Sustentável, que nasce na ONU, uma instituição cuja origem é a Segunda Guerra Mundial, e que manifestamente firma-se para “impedir” que a catástrofe da guerra mundial volte a ocorrer, governando, assim, para a paz. Desse modo, o aspecto fundamental a destacar desse trabalho é que todo ele é feito a partir do relacionamento que estabelecemos com o relatório *Nosso Futuro Comum*. Entendemos que a série de documentos analisada nesta tese é ordenada por aquele relatório, de modo que, ao mesmo tempo, há um percurso para o estabelecimento do Desenvolvimento Sustentável depreendido de *Nosso Futuro Comum*; e outro percurso desde sua definição na ordem pública, e os efeitos que passam a ser notados.

O que primeiramente chamou a atenção na leitura desse documento foi a presença das Guerras. Presença esta que pode ser interpretada de várias formas; contudo, para a tese, nos debruçamos sobre uma análise acerca do contexto no qual elas eclodem. Assim surgiu o primeiro capítulo: a maldição. Houve uma resistência inicial em dar-lhe esse título; possivelmente a leitura dos trabalhos de Isabelle Stengers foi o que permitiu-nos sentir autorizados. Essa autora trata o capitalismo como feiticeiro e acredita que, para lidar com ele, o processo político e social precisa de contrafeitiços. O vocabulário místico de Stengers é subversivo aos parâmetros do discurso técnico e capitalista. Esse estilo da autora ajudou a nos tornarmos um pouco refratários à predominância técnica e econômica com a qual a literatura sobre as interfaces ambiente-sociedade comumente se apresenta. Esse é um primeiro motivo para chamá-lo de maldição. O segundo também está ligado à estrutura do discurso, já que debatemos nesse capítulo que as guerras mundiais foram momentos em que uma nova gramática se instalou, produzindo um tipo de relacionamento com o mundo em que todas as esferas da vida passam a ser

equivalentes a recursos, produzindo enunciados sem enunciação, que esquecem o dizer em benefício do dito, permitindo-nos chamá-los de mal ditos. Quanto ao terceiro motivo, podemos dizer que é moral. A mensagem nesses discursos preocupados com o futuro aponta para grandes catástrofes, tragédias, desastres e precariedades, não há boa-nova visível.

Foi *Nosso Futuro Comum* que nos levou ao contexto dessas grandes guerras do século XX. Freud viveu naquele tempo e sua obra está repleta de influências dos conflitos. Uma em especial nos chamou a atenção: seu diálogo com Einstein, o qual, na tradução que temos, teria perguntado a Freud o que fazer para livrar a humanidade da maldição da guerra. Essa maldição postulada por Einstein é tomada neste trabalho para buscar responder dessa vez não à guerra, mas à crise ambiental.

Nosso Futuro Comum lida com os vários problemas ambientais já conhecidos e com projeções futuras. Assim, entendemos que era necessário buscar as origens da crise ambiental no segundo capítulo. Na literatura específica, na história ambiental e nas fundamentações teóricas apresentadas em diversos trabalhos, uma referência se destaca: *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1969). Carson apresenta seus achados e argumentos a partir de “*Uma fábula para o amanhã*”, com uma forma de emitir mal ditos sobre o futuro esteticamente diferente. O conteúdo e forma dessa obra nos levaram a outro trabalho freudiano, que trata especificamente de estética: *O Estranho* (FREUD, 1919/2006). Nesse segundo capítulo foi possível concentrar-se no grande temor voltado ao ambiente e refletir sobre um sentimento aterrador, ligado ao medo e à Terra, mas também formidável, ligado à esperança e à tecnologia. Cabe ressaltar que tecnologia, tecnociência (LEBRUM, 2001; BECK, 2010), gramática técnica (SILVA JÚNIOR, 2016), não cessam de surgir em *Nosso Futuro Comum*.

No terceiro capítulo, nos debruçamos sobre um ponto de considerável expressão referente ao alcance técnico: a Lua. *Nosso Futuro Comum* não a menciona, mas a corrida espacial está presente nesse relatório de modo bastante peculiar, evocando um sentimento de mundo mobilizado pela *Marble Blue*¹⁹, a foto da Terra vista do espaço. Discutimos a viagem à Lua como alegoria do sujeito global, o sentimento oceânico tornado um sentimento sideral. Argumentamos que a

¹⁹ Foto da Terra tirada do espaço, em 7 de dezembro de 1972 na Missão Apollo 17.

visão do mundo fora de lugar representa a mudança em curso de nossa visão de mundo. É quando se afirma o modo de vida que vale a pena ser vivido, o qual passamos a nos referir como modo de vida lunático, momento também caracterizado pelo nascimento de Gaia. Ainda nesse capítulo, buscamos correlacionar as derivas políticas assumidas pela sociedade por conta dos desenvolvimentos da conquista espacial e dessa mudança de perspectiva em curso. Estas derivas remetem à crença do ilimitado, que, contudo, parece ganhar nova camada ao nos tornarmos lunáticos. Assim finalizamos a primeira parte da tese nos debruçando sobre um mundo assombrado pelo grande temor do fim.

Se a primeira parte da tese se debruça sobre um entendimento do contexto no qual emerge o Desenvolvimento Sustentável, a segunda parte volta-se à análise propriamente dos documentos emitidos pela ONU, buscando pensar características e momentos que permitem que este tipo de desenvolvimento seja postulado enquanto estratégia para lidar com a crise ambiental. Essa segunda parte da tese reflete a mudança de foco do trabalho acompanhando as próprias transformações ocorridas nas últimas décadas, que nos remetem à estrutura do discurso do capitalista. Se o mundo, como explorado na primeira parte da tese, parecia assombrado pelo grande temor da finitude, a partir da década de 1970 e, com mais força a partir do final da década de 1980, a geopolítica se transforma, a ameaça comunista desaba e o medo do fim do mundo é substituído, ou pelo menos amenizado, por um esforço gerencial. A segunda parte da tese se debruça exatamente nesse movimento.

Assim, o capítulo quarto, dividido em duas partes, apresenta primeiramente uma descrição da conferência de Estocolmo, realizada em 1972, realçando a influência do *Limites do Crescimento*, obra escrita a partir dos modelos matemáticos informacionais que vinham sendo desenvolvidos e utilizados na ecologia e economia e que projetavam mal ditos sobre o futuro da humanidade e do planeta. Nesta parte, destacamos o impasse entre países ricos e países pobres pelo direito ao desenvolvimento. Argumentamos que é nesse momento que o Desenvolvimento Sustentável encontra as condições necessárias para se firmar como um arranjo que procura resolver o impasse entre crescimento econômico e preservação ambiental. A segunda parte desse capítulo mostra como esse discurso, que ganha institucionalização com a publicação do *Nosso Futuro Comum*, se apresenta como um regime de governo, por meio de um mandato e evocando um apelo à ação,

elegendo os riscos que valem a pena ser temidos e os meios para sua eliminação. Há uma ênfase na padronização de parâmetros econômicos e ambientais para todas as nações do planeta e uma prescrição de condutas a governos, corporações e indivíduos. Esse discurso do Desenvolvimento Sustentável mostra sua vocação em governar.

O quinto capítulo trata propriamente das conferências internacionais realizadas em 1992, 2002 e 2012 (Eco 92, a Rio+10, a Rio+20) e sobre as propostas dos ODM (de 2000) e dos ODS (de 2015). A Eco92 é tratada, no geral, como a operacionalização do regime sustentável; em outras palavras, busca colocar governos, corporações e indivíduos para trabalhar sob seus parâmetros. Três importantes tratados são assinados nesse momento: biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas (instituinte, inclusive, a necessidade de realização das Conferências das Partes – COP). A Eco92 atua para a implementação da Agenda 21, compreendida nesse trabalho como um manual de boas práticas. A discussão que fazemos, nesse capítulo, enfoca o aspecto econômico e técnico que, nos parece, governam o mundo a seu modo desde 1990. É o governo do fim da história, seu imperativo é o crescimento econômico e o saber técnico é posto a trabalhar para isso, nos enredando a todos na perspectiva de capacitação permanente.

Após o estabelecimento do Desenvolvimento Sustentável e sua operacionalização na Eco92, argumentamos que o que se tem na Rio+10 e Rio+20 são repetições e aprimoramentos econômicos. Se o contexto da realização da Rio+10 é marcado pelos atentados às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em 2001; o da Rio+20 é pautado pela crise econômica global de 2008. Ambas as situações teriam minimizado a importância dessas conferências, evidenciando, como reforça Beck, problemas típicos da sociedade de risco.

A proposição dos ODM e ODS é analisada, nesta tese, pela perspectiva econômica e de gestão, algo bastante comum no campo empresarial. Entendendo que a forma como os discursos sobre esses objetivos se estrutura reflete o discurso do tempo social que vivemos; realçamos, especificamente para os ODS, outra camada desse modo empresarial: a competição esportiva. A obra *Cultura da Performance* de Ehrenberg (2010) nos ajuda particularmente quanto ao aspecto degradante que pode ser associado à preocupação ambiental.

O capítulo sexto busca trazer um panorama geral sobre o que chamamos de Era das Conferências, destacando a mudança do discurso. Se, em um primeiro

momento, o governo parece ser exercido com ênfase no medo, com riscos e choques (e a obra *Capitalismo do Desastre* de Naomi Klein, de 2008, é relevante para compreender a função da catástrofe no discurso capitalista); no segundo momento, sobretudo, após o estabelecimento do Desenvolvimento Sustentável como o referente mestre para as políticas de desenvolvimento e ambiente, a ordem é gestão para o crescimento e cinismo com os efeitos colaterais ambientais. Ao final desse capítulo, retomamos a relação entre *performance* e esgotamento, a primeira como imperativo e o segundo como efeito planetário e humano desse discurso.

No último capítulo, buscamos fazer uma reflexão desde a instalação da gramática técnica, com seus mal ditos sobre o futuro, sua conjugação com o discurso econômico e seus imperativos de crescimento, e retomamos a dificuldade de nomeação de nosso tempo com o auxílio da compreensão de Dufour (2005) sobre as figuras do Outro, como alteridade, transformadas no tempo, bem como a possibilidade de a Natureza estar assumindo, ou poder assumir essa função em nosso tempo.

Buscamos trazer para a discussão o que chamamos de silêncio da “voz dos povos do mundo” (ONU, 1987), que trata de perspectivas presentes na literatura, mas ausentes nos relatórios sobre desenvolvimento sustentável, e que direciona a discussão para a impossibilidade do crescimento econômico ilimitado. Dois apontamentos são destacados: o de Georgescu-Roegen, sobre economia ecológica, na interpretação do pesquisador brasileiro José Eli da Veiga, e o de Bataille sobre o princípio do dispêndio e a economia generalizada. São perspectivas que permitiram um olhar sobre o próprio processo de produção desta tese, sobre os eixos estabelecidos para compreender a divisão finitude-ilimitado que a percorre, sendo a primeira ligada à série securitária vinculada aos riscos e aos medos; e o outro ligado aos imperativos para o ilimitado.

Além disso, a característica de relação global que passa a ser referência do estar no mundo é ilustrada pela figura da hipérbole, que compreende a grandiosidade e o exagero presentes nesse tempo social que vivemos. Retomamos a dificuldade de nomeação a partir da perspectiva temporal com as discussões, ainda em curso, sobre a definição da nova Era geológica do planeta, o Antropoceno, e suas narrativas. Defendemos que se trata de uma consequência inserida no mesmo processo que fez nascer a crise ambiental como problema hiperbólico, mas com a diferença de que a crise abre espaço para uma organização social que busca

evitar a finitude com práticas estruturadas pela crença no ilimitado. O Antropoceno, nos parece, traz outra perspectiva, a de que já não há mais o que evitar, é preciso construir formas de lidar com o inevitável. Retornamos, assim, ao mal-estar na civilização, e as formas de enfrentamento dele, tais como pensadas por Freud, bem como propostas atuais que vêm sendo desenvolvidas para lidar com esse tempo, em que a sociedade de risco poderia se encaminhar para uma sociedade de refúgio.

PRIMEIRA PARTE - A MALDIÇÃO ATERRADORA DO MUNDO DA LUA

CAPÍTULO 1 – A MALDIÇÃO

“Garantir a satisfação das necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades”, essa é a descrição do Desenvolvimento Sustentável de *Nosso Futuro Comum* (ONU, 1987). O Desenvolvimento Sustentável pode ser tomado como um arranjo conceitual que visa oferecer uma resposta à constatação de que vivemos uma crise em nossa relação com o mundo, há um problema que diz respeito ao desenvolvimento e sua relação com o ambiente que afeta, e conforme projeções, afetará nossa existência. Este problema é diagnosticado em bases tecnocientíficas, em uma ciência que se vale da técnica e seus artefatos para emitir sua verdade. Não apenas o diagnóstico é produzido dessa maneira, mas também a indicação do tratamento submete-se a esses parâmetros. O ponto de partida está sob a forma de desenvolvimento “predatório” (ONU, 1987) para o qual a resposta deve ser sua transformação em um desenvolvimento sustentável, de modo que o foco do processo político volta-se para a transformação desse tipo de desenvolvimento.

A primeira parte de nosso trabalho visa buscar inícios possíveis à construção do Desenvolvimento Sustentável, o contexto que o permitiu e a forma como sua verdade é emitida. Para isso, retrocedemos na história a partir da leitura de *Nosso Futuro Comum*, que se refere a um mundo desde a última Grande Guerra, de modo que também fazemos das guerras nosso ponto de partida. Nossa intenção nesse primeiro capítulo é mostrar como os eventos desse período que aqui chamamos de Era das Catástrofes (HOBBSAWN, 2004) influenciaram e ainda influenciam a concepção de Desenvolvimento Sustentável. Buscamos autores que pudessem contribuir com essa compreensão, iniciando o capítulo com um diálogo entre Einstein e Freud (FREUD, 1933/2006) sobre como livrar o humano da maldição da guerra, que acontece no entre guerras. Posteriormente, para tratar do segundo conflito, nos servimos da análise de Arendt (1998) sobre as origens do totalitarismo,

em que ressaltamos sua característica técnica e gerencial conjugada com uma política de horror e eliminação das ameaças. Em seguida, trazemos duas perspectivas psicanalíticas que apontam para a Era das Catástrofes como um momento de transformação de nossa relação com o mundo, em que a técnica passa a estruturar o modo como a verdade é emitida.

Este capítulo veio a ser chamado de maldição porque o que há no futuro presentificado pela técnica é a catástrofe, é o que se enuncia nos documentos trabalhados: catástrofes, tragédias, desastres, riscos, ameaças, perigos; também porque a maneira de se tratar desses eventos colocados sobre o futuro é eminentemente técnica. Pensamos que a verdade é *mal dita*, uma vez que somente pode ser enunciada a partir da forma técnica de enunciar, é dependente dessa forma. Tomamos “a Metapsicologia da Feiticeira [a psicanálise]” que, conforme Freud (1937/2006) não pensa uma análise “sem especulação e teorização metapsicológica” (FREUD, 1937/2006a, p. 241), e partimos da perspectiva de que a forma de falar do objeto é fundamental para a própria construção que se tem do objeto, estando nela as possibilidades e as impossibilidades, de modo que este primeiro capítulo busca evidenciar os moldes técnicos do discurso para analisá-lo.

Em um mundo que alinha um agenciamento do sujeito diferente de outros tempos, um mundo que se vê global, o Desenvolvimento Sustentável nos parece um cenário projetado para o futuro desse mundo global. Um mundo que desde a Segunda Guerra se concebe como pacificado, mas que passa a registrar perturbações climáticas e ambientais e uma possibilidade matemática de extinção em massa por conta dessas perturbações, fato que demanda um trabalho global para evitá-la (ONU, 1987). Um mundo que passa a construir seus rituais com uma parafernália científica, tecnológica, econômica e política para garantir a satisfação das necessidades das gerações indefinidamente sob o modelo de um modo de vida bastante específico, em uma prática que tenta determinar o futuro em uma linguagem também específica.

Consideramos a crise ambiental semelhante a um problema da existência, é crise do lugar, o que inclui a própria representação do lugar, que é dependente das formas com as quais o podemos representar, o aparelho simbólico que se organiza de modo a circunscrevê-lo. Nesse contexto, o Desenvolvimento Sustentável pretende assumir o papel de resposta a esse problema, definir nossa atitude em relação ao mundo.

O Desenvolvimento Sustentável que se presta a inscrever um novo começo para livrar-se do predador visto na forma de desenvolvimento, confrontado com a crise, em um primeiro momento se apresenta como uma estratégia de fuga da ameaça, mas é também o começo de um processo em continuidade histórica, social e econômica; e, mesmo concordando que a crise ambiental é uma crise inédita²⁰ na história da humanidade, confirmada pela verdade da ciência, há algo do começar nesse começo que pode não ser novo.

Há, por um lado, um problema da existência e, por outro, práticas para a construção de um modo de vida que visa evitar o *mal dito* pela técnica. O medo da catástrofe global do futuro talvez possa ser mais bem compreendido se o analisarmos em relação ao medo de catástrofes globais passadas. Nesse ponto, pensamos a crise ambiental global como uma forma de deslocamento da guerra mundial, esta como uma forma de catástrofe primeira, em que a crise ambiental se coloca como o lugar para onde se dirige a política pacífica desde então. Surge, assim, a necessidade de vasculharmos os conflitos mundiais para encontrarmos o que as aproxima. Orientados por *Nosso Futuro Comum*, as guerras são tomadas nesta tese como o começo da crise ambiental.

1.1. A maldição da guerra

O historiador Hobsbawm (2004) se refere à Primeira Guerra Mundial como a marca do colapso da civilização ocidental do século XIX (*Ibidem*, p. 16); século em que o conhecimento científico se expandiu para o ordenamento do mundo, cuja penetração no campo político pode ser verificada pela criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual em 1921, vinculada à Liga das Nações, organização que surge no âmbito do tratado de Versalhes com a finalidade de preservar a paz mundial. Especialistas de diversos campos foram chamados a responder à perplexidade de um evento capaz de colapsar o que era considerado o modo de vida ideal, o modelo europeu. Dentre esses especialistas, destacamos a atuação do físico Albert Einstein (1879 – 1955). Dele advém a pressuposição de que

²⁰ Inédito é outra forma de dizer não-dito.

ao menos parte da resposta a este problema estaria ligada à vida psíquica do ser humano (FREUD, 1933/2006).

Einstein coloca a Freud (1856 – 1939), enquanto teórico da vida psíquica, uma questão: “Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça (*Verhängnis*) de guerra?”²¹ (*Ibidem*, p. 193). Conforme sua própria exposição, a guerra tratar-se-ia do “mais urgente de todos os problemas que a civilização tem de enfrentar” (...) (*Idem*). O diálogo entre o físico e o psicanalista demonstra a importância de considerar o inconsciente nas discussões sobre a existência e sua relação com a política (LACAN, 2008, p. 350). E não apenas do ponto de vista estritamente psicanalítico, também Foucault (2004) afirma que

quando as pesquisas da psicanálise, da linguística, da etnologia, descentraram o sujeito em relação às leis de seu desejo, às formas de sua linguagem, às regras de sua ação, ou aos jogos de seus discursos míticos ou fabulosos, quando ficou claro que o próprio homem, interrogado sobre o que era, não podia explicar sua sexualidade e seu inconsciente, as formas sistemáticas de sua língua ou a regularidade de suas ficções, novamente o tema de uma continuidade da história foi reativado: uma história que não seria escansão, mas devir (FOUCAULT, 2004, p.15)

A pergunta de Einstein em face da guerra é sobre o devir: o que fazer para evitar a catástrofe perturbadora da paz no futuro? A preocupação do físico pode ser estendida à Liga das Nações, que pode ser pensada como o primeiro ensaio daquilo que viria a ser a ONU. A Liga das Nações já apresentava certa arquitetura global na colocação dos problemas, como se pode depreender da questão de Einstein, um problema que “toda a civilização humana tem de enfrentar”. Seu questionamento se constrói evidenciando a necessidade do reconhecimento de uma ameaça de dimensão global e que, como tal, demanda um esforço comum, de todas as nações, para seu enfrentamento. Esta ameaça, que no diálogo entre o físico e o psicanalista assume a feição de guerra, é marcada na escrita do físico como “um assunto de vida ou morte para a civilização, tal como a conhecemos” (FREUD, 1933/2006, p. 193), e sua perplexidade se deixa ver em sua argumentação, a qual reconhece que o progresso da ciência teria fracassado em impedi-la. Não apenas o modo de vida, mas a crença de uma vida sustentada pelo progresso passa por uma desilusão, em

²¹ Cabe um esclarecimento quanto ao uso da palavra alemã *Verhängnis* que na pergunta de Einstein é traduzida por ameaça e na resposta de Freud é traduzida por maldição. Utilizamos os termos conforme são apresentados na tradução da Standard das Obras completas de Freud, que utiliza a versão inglesa de sua obra.

que a catástrofe da guerra se apresenta como um sem sentido que precisa de elaboração.

Cabe destacar na exposição de Einstein suas reservas quanto à possibilidade de uma agência internacional poder arbitrar sobre conflitos entre nações. Para o físico, a atuação dessa agência seria limitada por pressões políticas, porque

a lei e o poder inevitavelmente andam de mãos dadas [...] a busca da segurança internacional envolve a renúncia incondicional, por todas as nações, em determinada medida, à sua liberdade de ação, ou seja, à sua soberania, e é absolutamente evidente que nenhum outro caminho pode conduzir a essa segurança. (FREUD, 1933/2006, p. 194)

Freud concorda com Einstein, mas não sem ressaltar que, ao se falar em poder e direito, estamos falando de violência e que “todos conflitos entre os homens são resolvidos pelo uso da violência” (*Ibidem*, p. 198), que ganha o *status* de Lei como “força de uma comunidade” (*Ibidem*, p. 199). Quando se constrói uma unidade que age segundo regulamentos, é esta união que, violentamente, suprime a força individual. Freud argumenta que a solução por meio da lei é uma forma de conseguir paz; contudo, utiliza o exemplo da *pax romana* (*Ibidem*, p. 201) para destacar que a guerra produz um novo sistema de leis dentro de unidades maiores pela incorporação dos vencidos, um novo sistema que poderia garantir uma paz perene. O ponto paradoxal para este autor é que as unidades maiores também ganham maior poder, o que pode levar a guerras cada vez mais devastadoras (*Ibidem*, p. 201).

Freud sinaliza, então, que a iniciativa de uma autoridade central que arbitre sobre conflitos, lugar pretendido pela Liga das Nações naquele momento, parecia uma saída coerente desde que se pudesse “criar uma instância suprema e dotá-la do necessário poder” (*Ibidem*, p. 201). Entretanto, Freud não reconhecia na Liga das Nações condições suficientes para isso. Não percebia nessa instituição dois fatores de manutenção de uma comunidade: a coerção, da qual a força é imprescindível, e a identificação, o laço emocional que reúne os membros em uma espécie de mente grupal (*Ibidem*, 1933/2006, 1918/2006, 1921/2006). A Liga das Nações falharia, na visão freudiana, pela ausência de poder para manter a união mediante a coerção e incapacidade de produzir vínculos emocionais entre seus membros por meio de um ideal coletivo compartilhado.

Quanto a essa dificuldade de arbítrio, Einstein já havia percebido que a Liga das Nações não conseguiria êxito a menos que houvesse uma renúncia à soberania nacional de todos os países. E problematiza essa dificuldade evidenciando que “os interesses de uma minoria sobressaem aos da maioria, levando os países a sacrificarem muitas vidas na guerra”. Esse gasto inútil seria impulsionado, segundo coloca, por interesses “de caráter econômico, puramente mercenário” (FREUD, 1933/2006, p. 194). E esse caráter econômico mercenário também o faz questionar se não existiria no humano um desejo de ódio e destruição e como seria possível controlar sua evolução, já que reconhece que os progressos da ciência não foram suficientes para lhe contrapor.

Para responder, Freud recupera sua teoria, lembrando que há dois impulsos humanos: “aqueles que tendem a preservar e unir [...] e aqueles que tendem a destruir e matar [...]” (*Ibidem*, p. 202 - 203). Ambos operaram em conjunto e não isoladamente, de modo que o agressivo pode servir de complemento para que o erótico alcance a satisfação, e afirma que “de nada vale tentar eliminar as inclinações agressivas dos homens” (*Ibidem*, p.204); o que não quer dizer que não se possa “tentar desviá-los num grau tal que não necessitem encontrar expressão na guerra” (*Ibidem*, p. 205). A guerra poderia ser evitada, argumenta Freud, por meios indiretos, sendo o mais explícito deles tentar contrapor o impulso destrutivo a “seu antagonista”.

Para Silva Junior (2017), esses meios indiretos referidos por Freud nesta carta dizem respeito à contribuição própria que a psicanálise pode oferecer para o campo da política. A análise da cultura torna-se importante na medida em que identifica relações deficitárias que surgem como formas de sofrimento.

Ainda na correspondência de Freud e Einstein, é possível observar que Freud mantém-se filiado à confiança na ciência como construção civilizacional mais adequada à destinação dessa agressividade, a ponto de afirmar que uma “situação ideal, naturalmente, seria a comunidade humana que tivesse subordinado sua vida instintual ao domínio da razão” (FREUD, 1933/2006, p. 206). No entanto, mesmo neste caso não escaparíamos do mal-estar, porque devemos ao processo civilizatório “o melhor daquilo que nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos”; processo que segundo o autor, pode levar “à extinção a espécie humana” (*Ibidem*, p. 207).

Como podemos notar, temos na correspondência entre os autores na década de 1930 uma menção importante ao que Beck chamaria mais tarde de riscos mundiais, em um debate ainda anterior à possibilidade de destruição em massa e extinção por meio das próprias ações que a Segunda Guerra iria mostrar de forma mais perceptível com as bombas nucleares.

Freud (1930/2006) reconhece que o problema da finitude (divisão marcada como questão de vida ou morte) sempre foi terreno fértil para a produção de ilusões, as quais são criadas para lidar com o mal-estar causado por essa divisão. As medidas encontram expressão social nos rituais que cada sociedade em cada momento histórico se encarrega de construir. A extinção em massa por artefatos técnicos criados pelos próprios humanos é uma versão da dificuldade com a finitude que circula nas sociedades humanas, cuja resposta deve encontrar ritual específico conforme a configuração dessa sociedade.

Sustentamos nesta tese que as preocupações expostas na correspondência entre Einstein e Freud no entre guerras tornaram-se ecos nas discussões nos relatórios da ONU sobre a aposta global do Desenvolvimento Sustentável. De Einstein, destacamos a perspectiva de ameaça à sobrevivência da civilização, tal como a conhecemos (ONU, 1987); o princípio de colaboração entre as nações como projeto civilizacional para a manutenção da paz (*Idem*, 1972, 1987, 1992); e a compreensão de que os fatores econômicos participam desse processo²². Da parte de Freud, o reconhecimento da destrutividade como parte indissociável do humano, não apenas individualmente, mas socialmente nas diferentes formas de destruição que podem ser notadas; e a perspectiva sobre o destino dessa destrutividade, cuja sugestão do autor foi desviá-la para outras formas de expressão que não a guerra.

Argumentamos que o questionamento e as impressões de Einstein na década de 1930 parecem fazer eco em *Nosso Futuro Comum* da ONU, instituição multilateral e supranacional que se autoneia neste relatório como a voz dos povos do mundo (ONU, 1987) e que, no momento de sua fundação logo após a Segunda Grande Guerra, posiciona-se como guardião da paz (ONU, 2014, p. 3). Identificamos esse eco na pergunta relativa à ameaça da catástrofe mundial, que retorna em um intervalo de meio século, não enquanto preocupação sobre a guerra propriamente, mas em nova versão de preocupação urgente da humanidade: a crise

²² No relatório, surge como nova era de crescimento (ONU, 1987, p. XIV)

ambiental. No Relatório de 1987, por exemplo, encontramos essa mesma construção em que se lê que a crise ambiental é o problema mais urgente que a civilização deve enfrentar (ONU, 1987, p. 7). Além disso, a ideia de crise também é destacada no documento ao evidenciar que apesar dos progressos, ainda não conseguimos “encontrar” a melhor forma de coexistirmos. Guerra e crise ambiental são, assim, enunciados num mesmo arranjo, como se pudéssemos atualizar o questionamento: existe alguma forma de livrar a humanidade da maldição da crise ambiental?

Pensamos que há um deslocamento da guerra para a crise ambiental, ambos enunciados a partir de nossa dificuldade com a finitude; um deslocamento de nossa “questão de vida ou morte”; um problema cuja narrativa o descreve como coletivo, que afeta a todos de modo que se torna necessário um esforço internacional dentro de um processo político de cooperação internacional de mesmo princípio que o preconizado nas palavras de Einstein. A questão ambiental tornou-se um problema importante na atuação da ONU, na qual assegurar a paz entre as nações passa por reconhecer a necessidade de uma política internacional sobre desenvolvimento e meio ambiente como um desses meios de evitar sofrimentos futuros.

O discurso dos especialistas representantes da Liga das Nações sobre a guerra como ameaça global pode ser pensado na mesma chave que o dos povos do mundo acerca da crise ambiental enquanto ameaça global, articulação que permaneceu em um intervalo de cinco décadas entre uma e outra ameaça. Neste intervalo, o risco mundial começa a ser conceituado pela Teoria Social do Risco de Beck (2010), na década de 1980. Na sua análise, o sociólogo alemão busca uma forma de abordar catástrofes humanitárias, industriais, ecológicas, nucleares, econômicas, dentre outras.

Tomamos as preocupações de Einstein como a voz da Liga das Nações e adiantamos que o modo como a guerra é pensada não difere fundamentalmente de como a crise ambiental passa a ser pensada no âmbito da ONU. Por outro lado, a indicação de Freud quanto à necessidade de produzir investimentos da destrutividade que não desembocassem em guerras também parece se confirmar após a Segunda Guerra, dessa vez em forma de consumo dos recursos do mundo. Estamos defendendo, contudo, que este momento é importante para a inscrição de uma nova postura frente ao mundo em que passamos a emitir *mal ditos* sobre o

futuro, cujo horizonte é a finitude. Eles operaram na mesma chave que os problemas relacionados à crise ambiental. No próximo tópico, buscaremos outros pontos importantes, referentes à Segunda Guerra, para pensarmos essa estruturação.

1.2. O horror e o terror

Hannah Arendt (1906 – 1975), filósofa que se dedicou a entender as origens do totalitarismo e a banalidade do mal como fenômeno a ele ligado, sustenta que a segurança faz parte de um mundo que teria chegado ao fim na emergência da Primeira Guerra Mundial. A perda da segurança estaria ligada, para esta autora, à expansão do poder da burguesia. Esta classe social, em sua escalada para o crescimento econômico, utilizou o Estado-nação para as decisões políticas; quando este passou a ser insuficiente no cumprimento desse imperativo, abriu-se um campo de ‘luta aberta pelo poder’ (ARENDT, 1998, p. 154). O que Einstein apresenta como “interesses econômicos puramente mercenários” aparece também em Arendt sob a forma de uma necessidade de expansão ilimitada que encontra no Estado-nação o seu limite; em outras palavras, foram os limites ao crescimento que teriam levado à perda de segurança e conseqüentemente à guerra. Essa perspectiva analítica traz à tona outro aspecto presente ao tratarmos de riscos mundiais e, sobretudo, de riscos ambientais: a necessidade de tratá-los desde um alargamento das fronteiras para a perspectiva global.

Hannah Arendt procura mostrar a expansão ilimitada como um antigo imperativo, referenciando Cecil Rhodes (1853 – 1902), colonizador britânico: ‘Se eu pudesse, anexaria os planetas’ (*Ibidem*, p.154). Embora presente na leitura de Einstein, em Arendt o crescimento econômico ganha maior ênfase na compreensão da perda de segurança. À sua maneira, Arendt concorda com Freud que há algo de destrutivo amalgamado ao imperativo de crescimento, e afirma: “essa sede de poder só podia ser saciada pela destruição” (*Ibidem*, p. 173). Em sua exposição, a autora menciona que no totalitarismo há o surgimento de um mal radical antes ignorado pela crença no progresso da razão somado ao imperativo da expansão ilimitada. Isso porque a ideologia totalitária, valendo-se da racionalidade instrumental, administrou a irracionalidade das populações, promovendo a suspensão das classes sociais e fazendo-as funcionar como massa. A autora recorre em alguns momentos

à psicologia das massas para tentar entender o papel da propaganda nesse manejo. A teoria proveniente da psicanálise sobre o funcionamento das massas que se serve Arendt está amparada no pensamento de Le Bon (2005), que as descreve como uma multidão na qual a individualidade é, ao menos temporariamente, suspensa; e na qual as funções intelectuais seriam rebaixadas de modo que o pensamento se submeteria aos afetos mobilizados pela condução do líder. Segundo essa concepção, dois processos estariam presentes nas massas: a sugestão, caso em que a conduta é prioritariamente regulada pela ordem do líder e não pela razão; e o contágio, processo em que um mesmo afeto é sentido e transmitido por todos na multidão, uma espécie de clima único ou co-moção. Para Le Bon, as massas são incapazes de racionalidade; talvez por isso, Arendt destaca que no totalitarismo é preciso haver uma coerência lógica, a qual se encarrega de dar ordenamento no mundo, não sendo para isso necessária a confirmação de fatos. Le Bon defende que as massas seriam movidas por forças não racionais. “A razão cria a ciência, os sentimentos dirigem a história” (LE BON, 2005).

No entanto, é possível pensar uma racionalidade a partir da exposição de Arendt, ainda que seja para governar uma suposta irracionalidade das massas; a burocracia e a propaganda são as formas de controle que movimentam os sentimentos em torno de um ‘inimigo objetivo’, uma ameaça que precisa ser eliminada. É um cenário em que está presente um funcionamento regressivo de auto conservação – uma multidão em que circulam os mesmos afetos que levam ao horror pelo inimigo objetivo, como o medo, o ódio, o nojo. Esse horror dirige-se para a expulsão ou destruição da ameaça. Em um contexto como este, o terror contra o inimigo é autorizado pelo discurso oficial do regime e amplificado pela propaganda. O horror, um conjunto de afetos ligados a um objeto ameaçador (representado como inimigo), e o terror, uma ação orientada para a destruição desse objeto, são, assim, compartilhados pela massa.

É possível dizer que neste momento já existe um uso administrativo sobre como dirigir as forças destrutivas. Arendt é uma das primeiras autoras a tentar compreender um certo protocolo dessa administração. Ela descreve os processos do totalitarismo, que começam por impor um consenso político, com uma coerência interna, eliminando divergências; negar as classes sociais e transformar a sociedade em massa; construir um ideal que funcione como um princípio organizador, e eleger inimigos objetivos, que passam a ser percebidos como riscos de destruição da

sociedade organizada por aquele princípio, e para os quais a hostilidade se dirige. Por fim, os processos do totalitarismo também parecem envolver uma perspectiva de ameaça à sobrevivência, se a pensamos como a manutenção daquele mundo percebido como ideal; cuja propaganda se encarrega de oferecer a coerência uníssona que reafirma os princípios a serem observados e os riscos a serem temidos.

1.3. O impossível do mal

Para Arendt, o totalitarismo permite problematizar o mal, conceituado em um primeiro momento como mal radical. A radicalidade desse mal estaria vinculada a uma crença fundamental que estrutura o regime, que segundo a autora é a crença de que tudo é possível: “[...] a crença totalitária de que tudo é possível parece ter provado apenas que tudo pode ser destruído. [...] Ao tornar-se possível, o impossível passou a ser o mal Absoluto, impunível e imperdoável [...]” (*Ibidem*, p. 510). A lógica parece se assentar sobre essa dificuldade de responsabilização, sua imputabilidade, já que exercer o mal se torna legítimo conforme a ordem estabelecida; não estaria, assim, em desacordo com a Lei. Arendt revisa esse conceito de mal radical e passa a se referir a ele como banalidade do mal (ARENDT, 1999). Para a filósofa, seria um mal que pode ser realizado por qualquer pessoa, independentemente de suas particularidades ou valores, já que estaria ligado a uma estrutura, uma lógica de funcionamento reproduzida na sociedade como um todo, nas instituições e na burocracia, operando por princípios legitimados pelo ordenamento social. Inserido neste tipo de regime, o indivíduo, que particularmente não se decidira por ser bom ou mau, perderia a faculdade de julgar, tornar-se-ia um executor de ordens de acordo com a plataforma do sistema que lhe dá as coordenadas.

Essa perspectiva analítica de Arendt nos possibilita compreender como esse regime totalitário gerencia os riscos por meio de uma ordem discursiva sobre o que temer ou odiar, o risco o é a partir do ordenamento do discurso. As experiências mostram que a condução das populações mediante um discurso de ameaça interna revela um funcionamento regressivo, de afetos ligados à autoproteção, que coloca em causa a finitude, de modo que se produz uma relação de submissão a qual não passa pelo julgamento racional, seja com executivos da máquina burocrática, um

sujeito demitido da faculdade de julgar, seja a massa, cujo modelo de funcionamento é de manada.

Importante reforçar que nosso interesse em trazer essa perspectiva é para dela depreender como os afetos circulam em uma sociedade de risco que, embora estruturada de maneira diferente da sociedade de massas, pode nos fornecer elementos para pensar o funcionamento dos riscos difusos que circulam globalmente (Beck, 2010). Não devemos desprezar que diante do risco, estamos sujeitos a um funcionamento regressivo uma vez que ele seria o emissário, ou pelo menos um sinal, da aproximação com a finitude, com suas condutas de fuga ou enfrentamento dirigidas à auto conservação. Esta pode ser outra característica de um momento que inscreve um catastrofismo como atitude frente ao mundo, o período que compreende as duas guerras mundiais, chamado de Era das Catástrofes por Hobsbawn (2004), e que vai reverberar nos encaminhamentos internacionais para o tratamento dos problemas ambientais, como sustentamos nesta tese.

1.4. O novo discurso

As estratégias de auto conservação são medidas de todo ser vivo para manter-se vivo (FREUD, 1914/2006), ainda que se constitua em uma forma regressiva de funcionamento psíquico. Viver em sociedade nos impõe questões sobre o que fazer e como fazer para que não nos matemos uns aos outros (FREUD, 1927/2006); a diferença com a sociedade de risco é que também a morte do planeta em que vivemos passa a englobar essa questão (ONU, 1987). Para o enfrentamento das situações de ameaça, as construções da cultura vêm ao nosso auxílio (FREUD, 1930/2006). Destacamos neste tópico uma construção específica marcada por várias perdas provocadas pelas guerras, o discurso tecnocientífico (LEBRUN, 2001).

No campo da psicanálise encontramos em Lebrun uma análise que pode ser elucidativa. O autor parte da análise de Arendt sobre o nazismo da Segunda Guerra para analisar nosso contexto atual, o qual descreve como “um mundo sem limites” (LEBRUN, 2001). Considerando que aquela crença de que tudo é possível da experiência totalitária deva ser entendida como uma antecipação, o autor chama a atenção para o fato de que o totalitarismo do século XX se amparou em grande

medida nos desenvolvimentos da ciência e da técnica e teria servido para consolidar o modo predominante de organização e percepção do mundo no pós-guerra, o qual compreende como um totalitarismo pragmático:

Por totalitarismo pragmático deve-se entender a autonomia adquirida por um sistema organizado em torno de uma lógica que pretende dar conta racionalmente de tudo, a tal ponto que chegaria [...] a não mais deixar lugar para o sujeito. A disposição do discurso tecnocientífico para ser esse sistema simbólico que pretende dar conta do real [mal-estar] e a partir do qual, como parece que se deixa crer, tudo se origina, o deixa inteiramente congruente com tornar-se esse sistema (*Ibidem*, p. 68)

Essa lógica totalizante teria sido possível a partir do desenvolvimento da ciência e seus construtos; numa perspectiva de suprimir a experiência do impossível, a técnica seria o meio pelo qual a experiência do limite passaria a ser transgredida. A técnica, nesta perspectiva, é o que permite ir além dos limites, contornando dessa forma o impossível nele inscrito. O nazismo, na interpretação de Lebrun, é compreendido como uma antecipação da articulação de um discurso tecnocientífico em que as justificativas e práticas científicas foram utilizadas em consonância com o regime. Os campos de extermínio teriam sido antecidos por uma política de eutanásia empreendida pelos nazistas, o *Programa T4*, que consistia em organizar e administrar a supressão de “vidas que não valem a pena ser vividas”: doentes mentais, débeis, pessoas com prejuízos e inválidos” (*Ibidem*, p. 75 - 76). Neste programa participaram voluntariamente vários médicos que atuavam amparados cientificamente por uma biologia aplicada, ou mais especificamente por uma raciologia aplicada.

O autor pontua que este programa tinha legitimação científica para aplicar a purificação da raça por meio da eliminação de vidas, e busca elencar vários exemplos extraídos dos discursos de Hitler que mostram como o campo da biologia tornou-se à época o fundamento de compreensão da sociedade: a própria câmara de gás como instrumento de extermínio colocava os internos na mesma condição de insetos, pragas a serem pulverizadas com veneno; não mais que objetos administráveis tecnicamente. Conforme seu ponto de vista, a medicina foi colocada “como racionalidade científica que é convocada para tentar conjurar a doença do sistema social” (*Ibidem*, p. 78); uma ciência que se torna eficiente no cumprimento de seus postulados, de modo que aqueles que a aplicam não decidem por ser bons ou maus, mas apenas científicos.

Cabe ressaltar que do mesmo modo que Arendt revela o totalitarismo como uma organização na qual a coerência interna dos discursos é mais importante do que a verdade dos fatos; Lebrun argumenta que a ciência passa a ter a “legitimidade fundada na autoridade concedida pela coerência interna dos enunciados” (*Ibidem*, p.53). Essa legitimidade do discurso tecnocientífico nos coloca em condição semelhante à das massas no sentido em que deixa pouco espaço para a subjetividade, senão como reprodutores e executores.

Desde Galileu, o discurso de cientificidade começa a se estruturar como um saber de enunciados, pontua Lebrun, em que o dizer do mestre perde o lugar para um conjunto “acéfalo de ditos” (*Ibidem*, p. 53). Com Descartes, teria sido inaugurado um saber sem verdade, no qual se busca ‘estabelecer algo de certo e constante nas ciências’ (*Ibidem*, p. 57). Saber este que visa à certeza e que procura verdades eternas, universais, processo que classifica como da ordem do esquecimento, “de esquecer o ‘dizer’ para só reter o ‘dito’” (*Ibidem*, p. 61). A ciência cartesiana é compreendida como de enunciados sem enunciação, busca a totalidade do saber e esquece suas origens, perde a experiência do dizer que levaram ao dito. O saber vai se acumulando e acumulando também esquecimentos em seu próprio processo, os quais Lebrun chama de implícitos do discurso:

(...) [a ciência] se presta, a cada um de seus avanços, a “deixar crer” que é capaz de se autofundar; é esse convite à auto fundação abusiva e enganosa que faz com que carregue espontaneamente, em si, uma pretensão totalizadora, e é isso que faz com que tenha estado ligada e que sempre tenha ligação [...] com o risco totalitário (*Ibidem*, p. 62).

O momento da ciência que progrediu como acumulação de saber, quando o cientificismo passa a operar revestido pela lógica do técnico, estaria ligada à desilusão dos ideais iluministas da ciência capaz de responder aos problemas de forma suficientemente boa. Lebrun (2001) parece se remeter também à perplexidade desse período; para ele, um dos campos onde se percebe essa desilusão é o da literatura, por meio da ficção científica que, depois de 1945, teria perdido seu otimismo e confiança na ciência: “após Hiroshima, foi primeiro uma tomada de consciência que se operou, ligada à realização de uma possibilidade nova, antes que a uma mudança no meio social” (*Ibidem*, p. 63). As bombas atômicas teriam produzido a queda do *homo triumphans* científico, e a imaginação da ficção científica

foi a primeira a tentar construir narrativas sobre essa decadência por meio de cenários distópicos pós-atômicos (*Idem*).

Em Lebrun, temos que a técnica é a versão da ciência em sua derradeira forma. Esta ciência tecnocientífica se estrutura deixando crer que tudo é possível, não colocando limites à expansão, atuando como se todos fossem transponíveis. A maneira como o autor refere-se a essa lógica totalizante nos parece semelhante ao conceito de reflexividade pensado por Beck (1995a), um processo segundo o qual temas e problemas gerados pelo progresso fabricam riscos que passam a ser enfrentados pela mesma racionalidade que os gerou. Não se trata de uma operação sem restos, mas a ciência em face dos riscos, nessa lógica do impossível, busca reincorporá-los, visa uma operação sem restos, deixa crer que é possível.

Nesse sentido, devemos esperar que a crise ambiental, na medida em que se torna uma narrativa de riscos sobre o planeta, encontra uma barreira para seu enfrentamento pois pode se mostrar como um conjunto de limites à expansão, conflito que deve retornar à determinação de riscos já que dependem da tecnociência para sua visibilidade (BECK, 2010). A questão ambiental torna-se, assim, um campo de tensão onde se necessita da técnica tanto para fazer correr a expansão quanto para administrar os riscos, entendidos como o preço a se pagar por aquela permissão. É essa perspectiva que encontramos no relatório *Nosso Futuro Comum*, em que se lê: precisamos de uma nova Era de crescimento (ONU, 1987); mas também precisamos avançar em tecnologia para alcançar essa nova Era com menos impactos, porque os impactos são riscos de perdas, eles nos aproximam da finitude que a ciência que se autofunda quer esquecer. O Desenvolvimento Sustentável pode ser compreendido, nesse sentido, como uma estratégia política baseada no conhecimento tecnocientífico situada no limiar entre impor limites e produzir possibilidades de expandi-los. Esse aspecto também pode ser extraído daquele relatório quando deixa crer que a inovação tecnológica é o meio para expandir recursos. O que acontece diante do irrenunciável crescimento e suas perdas é a renovação das estratégias para manter o irrenunciável como tal, um esforço comum (ONU, 1987) atuando sobre a redução de perdas mediante a crença de que tudo é possível com a introdução da técnica.

Poderíamos pensar, com Lebrun, que a queda do *homo triumphans* científico, esse estar diante da impossibilidade, é também a desilusão que contribui com o processo de revestimento da ciência em sua face derradeira de tecnociência.

Esta versão da ciência a socorreu da queda, deixando crer no triunfo pela técnica, como uma prótese cuja introdução tem a função de negar a perda. Uma das mudanças que podem ser observadas é que as práticas científicas abandonam uma postura de esforço para a descoberta em benefício da produção de arquiteturas tecnológicas: “perdem-se assim categorias essenciais daquilo que marca a diferença entre o saber da ciência e o saber técnico, ou seja, o desconhecimento e o desejo de saber como causa da investigação” (GRANGER, 1994, *apud* SILVA JÚNIOR, 2017). O saber científico não está interessado na verdade do mundo, refere Beck (2010), mas o foco volta-se para a extração de eficiência tecnológica.

É importante extrair da análise de Lebrun (2001) que a crença no impossível de um mundo sem limites parece situar-se como a consequência da desilusão e perda de confiança na ciência daquele mundo seguro descrito por Arendt que apenas teria existido antes da Primeira Guerra, ainda no século XIX. A ciência que veio a ser tecnociência se apresenta como uma nova ilusão, com uma função semelhante à das crenças mágicas do mundo não esclarecido para lidar com as impossibilidades, mas nesse caso, a crença de que tudo é possível está amparada na racionalidade técnica.

1.5. Gramática de guerra

A pesquisa psicanalítica procurou acompanhar essas transformações e suas manifestações a partir de uma perspectiva analítica construída sobre o mal-estar. Silva Júnior (2017) chama atenção para esse aspecto discutindo o ponto cego de Freud. Mencionamos esse ponto em seu diálogo com Einstein, que consistiria em sua defesa de uma vida completamente orientada pela razão. Segundo Silva Júnior (2017), Freud partilha de uma visão de ciência como “referência confiável frente à insaciável sede de auto ilusão do homem” (*Ibidem*, p. 177), pensamento que funciona na chave do *homo triumphans* científico de que nos recorda Lebrun. Diferentemente de Lebrun, no entanto, Silva Júnior situa a antecipação tecnocientífica ainda na Primeira Guerra Mundial. Há duas referências importantes em sua argumentação. A primeira diz respeito à descrição de Ernst Jünger chamada de *Mobilização Total*, na qual pontua que este conflito possui uma característica que o diferencia dos anteriores: ele passou a organizar o funcionamento da sociedade.

Na última fase, que já se insinuava por volta do fim desta última guerra, não ocorreu mais nenhum movimento – mesmo o de uma dona-de-casa junto à sua máquina de costura – no qual não residisse ao menos uma função mediatamente bélica. (JÜNGER, 2002, p. 195)

A segunda referência está situada no pensamento de Heidegger, e em sua perspectiva sobre a técnica, na qual defende que foi a partir da guerra que “as instituições e a linguagem haviam tomado a forma de um sistema metafísico, isto é, a forma de uma afirmação totalitária e totalizante (...)” (SILVA JÚNIOR, 2017, p. 178). Isto se reflete em uma estrutura que deixa de pensar em seus próprios fundamentos, como um “conjunto acéfalo de enunciados sem enunciação”, mencionado por Lebrun (2001), e que, conforme interpretação de Silva Júnior, pode ser compreendido como um pensamento instrumental de recusa da finitude; uma recusa que não é apenas individual do ser-para-a-morte, mas que “impregna a ordem da cultura como um todo.” (*ibidem*, p. 178). Seja o impossível de Lebrun, seja a finitude de Heidegger, estaríamos lidando com um processo que diante dos limites construiu a técnica como meio para a sua negação, para deixar crer e agir como se assim fosse: sem limites.

Essa impregnação técnica é tratada pelo autor como uma “Era da Instalação”, na qual a percepção e compreensão do mundo, da natureza e do humano são mediadas por essa forma técnica. O autor a chama de “gramática de extração e de acúmulo, onde os objetos (*Gegensand*) passam a valer por sua consistência, duração e certeza (*Bestand*)” (*Ibidem*, 2017).

Seja como gramática técnica ou como discurso tecnocientífico, os autores estão apontando para uma estruturação de caráter técnico que passa a predominar no enlace dos sujeitos na Era das Catástrofes. É nesse momento que a referência que estrutura a realidade, em vários aspectos, seja natureza, sociedade ou humanidade, assumem um valor equivalente a instrumento, ferramenta ou recurso. Como Silva Júnior pontua:

O Reno, que permitia outrora que o camponês transportasse suas frutas e verduras, dependendo do tempo, passa a ser pensado como energia para uma usina hidroelétrica, e sua beleza como potencial de exploração econômica pela indústria do turismo. (*Idem*, 2017)

É possível depreender da organização da linguagem essa transformação na qual a relação com os elementos que compõem o mundo passam a ser equivalente a recursos, o mundo pós-guerra teria passado a ser um amontoado de recursos. Sustentamos nesta tese que, ao analisar os relatórios da ONU sobre desenvolvimento e ambiente, é possível identificar que essa gramática está presente em seus enunciados sobre o futuro, dos recursos humanos aos recursos naturais. Se anteriormente a técnica era entendida como um instrumento que poderia ser ou não usado por uma decisão individual, na medida em que se torna uma gramática, é a ela que o sujeito se aliena para dizer: seus ditos estão concernidos a esta gramática a partir de então.

Por essa razão, podemos tomar essa gramática técnica como uma estrutura de emissão de *mal ditos*, se concebermos que é a partir dela que se constrói um “monopólio da operacionalidade técnica em torno da certeza da representação” (*Idem*, 2017). Essa operacionalidade técnica se encontra presente nos relatórios da ONU, como será discutido nos próximos capítulos. Por hora, é importante ressaltar que nos reencontramos com os *mal ditos* sobre o futuro no horizonte de finitude como os enunciados dessa língua técnica, cuja inscrição parece estar situada temporalmente na Era das Catástrofes (HOBSBAWN, 2004), ou Era da Instalação (SILVA JÚNIOR, 2017). Em todo caso, tem nos eventos guerras o seu marcador temporal, na qual o discurso tecnocientífico (LEBRUN, 2001) passa a representar nossa relação com o mundo a partir de sua gramática que, por meio de seus *mal ditos* técnicos, leva a destruição para o futuro. Sustentamos que essa gramática opera seus avanços esquecendo-se de seus fundamentos; constrói um conhecimento não somente orientado pelo futuro, mas pela eficiência para prosseguir com aquela expansão ilimitada irrenunciável e negar o impossível. A finitude é negada na própria estrutura que permite a emissão de enunciados, deixa crer no sem limites, ao mesmo tempo em que serve à administração dos riscos de sua própria instalação como gramática de ordenamento, porque tudo se torna conversível ao equivalente recursos.

Essa gramática é reproduzida nas narrativas de crise ambiental que encontramos nos documentos analisados, em que se trata de um catastrofismo como sombra da catástrofe mundial, na qual a existência passa a ser orientada por uma gestão de crescimento e uma gestão dos riscos, dois aspectos presentes na gestão dos recursos planetários. Objetiva-se medir os ganhos e as perdas, onde o

ganho se filia a imagens de velocidade, aceleração e eficiência, e as perdas à série catastrófica que deve ser evitada também tecnicamente, ambos aspectos que apontam para uma estruturação da realidade a partir da crença da suplência da finitude. Garantir a satisfação das necessidades presentes e futuras extraindo e acumulando, como propõe o discurso do Desenvolvimento Sustentável, nos parece uma forma de negação da finitude que constitui o estar no mundo. As narrativas sobre riscos e perdas, nesse sentido, agem como as figuras que circulam mobilizando afetos para o enfrentamento ou fuga. A crise ambiental, que emerge renovada no pós-guerra e convoca para novos entendimentos cada vez mais centralizados nas ações antrópicas sobre o ecossistema parece ser um desses momentos que o sucesso de aplicação se converte em perdas de várias ordens, que são constantemente revestidas por mais controle técnico, já que é assim que simbolicamente passamos a tentar tamponar essa dificuldade. Essa gramática de recusa da finitude acaba por levar a uma compulsão²³ à inovação tecnológica. Aquilo que fica fora desse ordenamento pode insistir em se mostrar por sua não inscrição no sistema, sob a forma de efeitos colaterais catastróficos, descritos por Beck como o incalculável do processo de cálculo, mas que devem ser reincorporados à circulação, porque a lógica deixa crer que é possível.

Na continuidade desse trabalho passaremos a nos referir aos *mal ditos* vinculados à crise ambiental como efeitos de verdade técnica que se formam nessa estruturação que tenta circunscrever a totalidade visando evitar a finitude e deslizando a destruição para o futuro. No próximo capítulo, tentaremos mostrar com um exemplo extraído da literatura ambiental como as transformações empreendidas por esta nova configuração do mundo produzem efeitos subjetivos, seguindo o fio condutor da relação do sujeito com a finitude.

²³ Tomada como uma ação repetitiva, sintoma da presença do mal-estar em sua dificuldade de simbolização.

CAPÍTULO 2 – O SENTIMENTO ATERRADOR

O termo sentimento, proposto no título deste capítulo, busca exprimir um estado, uma manifestação mais ou menos permanente vinculada às ameaças difusas que o período pós-guerra parece conformar com a consciência de fim do mundo (Hobsbawn, 2004) e o medo da extinção em massa e que, nesta tese, argumentamos ser atualizado com a crise ambiental. Aterrador, neste caso, se refere a esse medo de finitude, mas como apresentaremos neste capítulo, ele ganha outra dimensão em seu deslizamento na cadeia guerra-nuclear-ambiental. Partimos da acepção de Beck (2010) para quem o núcleo da sociedade de risco é o medo, de modo que uma discussão sobre o medo ligado ao ambiente se faz necessária.

Estamos admitindo que com a instalação técnica estaríamos diante de uma nova gramática que passa a mediar nossa relação com o mundo. Nesse sentido, gostaríamos ainda de pensar um sentimento aterrador desde seu antigo parentesco com a palavra *formidável*, embora o uso desta última tenha ganhado significado diverso com o tempo, remetendo a algo admirável, extremamente belo ou bom, mas que em sua origem, do latim *formidabilis*, significa “aquilo que causa medo, terror” (REZENDE & BIANCHET, 2014). Manter esse duplo referente aterrador-formidável significa não perder de vista uma possível ambiguidade a ser destacada dessa relação técnica com mundo, tomada como uma estrutura de recusa da finitude. Finalmente, formidável ainda pode ser pensado como uma certa forma, ou formatação proporcionada pela Era da instalação, o modo mesmo que o sujeito se aliena a essa gramática. Nossa maldição sobre o futuro teria algo de aterrador e formidável, que trataremos nesse capítulo a partir do medo do ambiente como o lugar que anuncia a finitude.

2.1. Medo da Natureza

Desde a Antiguidade temos registro de divindades representadas pelas forças da natureza (ABRÃO, 1999), onde o temor e a adoração estão ligados à conduta humana frente a essas forças. Feuerbach (1989), que discute a essência das religiões, coloca o medo como um dos princípios de nossas produções

religiosas. Para este autor, a divindade se constitui em uma projeção dos desejos do homem, na qual a natureza, poderosa e incontrolável, ganha características humanas, podendo dessa forma ser controlada. Essa relação de humanização da natureza a fim de controlá-la simbolicamente também é encontrada em Freud (1927/2006) quando afirma que,

se tudo na natureza forem Seres à nossa volta, do mesmo tipo que conhecemos em nossa própria sociedade, então poderemos respirar livremente, sentir-nos em casa no sobrenatural e lidar com nossa insensata ansiedade através de meios psíquicos (*Ibidem*, p. 25).

A insensata ansiedade da qual o autor se refere diz respeito à reação gerada frente aos perigos da natureza diante de um não saber sobre suas manifestações; reconhecidas como perigo, provocam efeitos psíquicos e culturais para aplacá-lo. Frente à insegurança representada pelo perigo, medidas são tomadas para afastar-se dele; o que irá determinar essas medidas, no entanto, é a estruturação do discurso com seus modos de subjetivação para lidar com esses afetos mobilizados na situação de perigo, seu revestimento simbólico. Esse ordenamento irá direcionar nossa conduta para o livramento ou sua negação. À medida que o discurso sobre a natureza muda – do sobrenatural para o racional, mudam-se também as manifestações dos nossos sentimentos em relação à natureza, no entanto, estamos concebendo que a relação com a natureza é uma das fontes de mal-estar²⁴ (FREUD, 1930/2006), seja uma natureza povoada de fantasmas, deuses e demônios, seja ela povoada por riscos tecnicamente definidos. A diferença nesse último caso, como pontua Silva Júnior (2017), é que por valer-se do cálculo, a instalação torna mais difícil a análise da dimensão infantil (fantasmática) presente nessa relação.

O medo da natureza teria nos servido de motivo para a criação de ilusões religiosas em uma natureza encantada. Estamos considerando ilusões conforme descrição psicanalítica, como derivações dos desejos humanos (FREUD, 1927/2006, p. 39), e essa dimensão permanece na construção de nossas medidas

²⁴ O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com os outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro. Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo gratuito, embora ele não possa ser menos fadidamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes. (*Ibidem*, p. 84 – 85)

de enfrentamento, possamos ou não ter consciência delas. Importante ressaltar, nesse sentido, que as criações cujo medo participa ocupam uma função de consolo (*Ibidem*) frente aos perigos aos quais o ser humano esteve exposto em sua relação com a natureza.

A natureza pré-moderna participa das construções míticas do ser humano, vinculadas à ideia de destino, fado, fatalidade, da qual nem o humano nem os deuses escapavam. Escapar e se separar desse destino passa a ser um dos trabalhos do Esclarecimento da Idade Moderna. Para Adorno e Horkheimer (1985), Ulisses²⁵ representa o parâmetro dessa travessia. Na perspectiva dos autores, a Odisseia representa uma trajetória física e espiritual que permite a superação dos mitos por meio da razão, uma saída desenvolvida que trouxe consigo a produção do indivíduo nos moldes que o conhecemos na época Moderna.

Natureza ou destino, ambos, provocam este sentimento aterrador no homem que passa a buscar em suas formidáveis invenções formas de consolo. Ulisses, como relatam Adorno e Horkheimer (1985), teria se valido da *Hubris*²⁶ para desafiar o destino, de modo a transformá-lo, e os poderes da natureza, de modo a dominá-la. Conforme os autores, Ulisses enfrenta os desafios impostos pelos deuses com a sua astúcia, evidenciando a relação humano-natureza. Embora as forças naturais mostrem-se superiores, elas são contornadas pela razão humana. É o que mostra a alegoria do canto das sereias: para enfrentar o poder de sedução delas, o personagem pede a seus companheiros de navegação que o amarram ao mastro e coloca cera em seus ouvidos. Por conhecer os efeitos do canto sobre os homens, ele desenvolve meios para contenção do próprio corpo. Podemos dizer, para traduzir a um vocabulário técnico, que a surdez e a imobilidade voluntárias são como seu planejamento estratégico, as formas de seu autocontrole. Com uma série de medidas astutas de previsão e cálculo, Ulisses obtém vantagem para o enfrentamento dos desafios impostos. A astúcia é uma figura da razão e meio pelo qual a natureza pode ser controlada em sua supremacia sobre o humano.

Para os autores de *A Dialética do Esclarecimento*, este empreendimento não apenas produz efeitos sobre a natureza (tomada como externalidade), mas também

²⁵ Os autores utilizam a Odisseia de Homero para extrair da aventura de Ulisses elementos que estariam na gênese do indivíduo moderno.

²⁶ Uma propriedade humana que pode ser traduzida como desmesura, exagero, arrogância, astúcia, e considerada uma primeira figura da razão.

internamente no humano. As formas de controle, da natureza externa ou do autocontrole, são responsáveis por produzir uma sensação de segurança, pois agem na diminuição do medo e no aumento da confiança sobre a racionalidade. Desse modo “o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores” (*Ibidem*, p. 17). Esse processo de domesticação dos impulsos ilustrado por Adorno e Horkheimer por meio da Odisseia é chamado de individuação (CROCHÍK, 2001): o protótipo do indivíduo moderno (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 47) passa por essa domesticação.

Analisando um contexto diferente, Figueiredo (2002) chega à conclusão semelhante e descreve como *privatização da subjetividade* o processo relacionado a um momento de crise no modo de vida, “da passagem do Renascimento para a Idade Moderna” (*Ibidem*, p. 04). Sua análise, contudo, se detém nessa transição como marcada por uma crise em função da perda de referências. É um momento de transição de valores em que a natureza passa a ser pensada como não mais sustentada por Deus, mas tornando-se interpretável a partir de instrumentos racionais, como um lugar regido por leis. A seu modo, Figueiredo refere uma consciência do fim do mundo, o fim do mundo medieval e o ingresso de novos parâmetros para pensar, perceber e viver o mundo que, conforme o autor, são constatados por meio das artes, da ciência, da filosofia, da política, dentre outras expressões culturais. Essa transição sentida como crise teria “lançado o homem europeu numa condição de desamparo” (*Ibidem*, p. 04). Condição paradoxal, refere o autor: de um lado, forneceu a sensação de uma abertura para a exploração do mundo, de outro, gerou insegurança pela perda dos referenciais que anteriormente amparavam a experiência de mundo. Sem Deus organizando o mundo, entra em cena o humano como sujeito da razão. A formação do indivíduo com sua subjetividade privatizada estaria escrita em uma história de domínio da natureza e autodomínio de suas paixões. Com esse entendimento, passa a ser possível se pensar que a gramática da técnica que transforma tudo em instrumentos mensuráveis corresponde à ideia de radicalização proposta por Beck, no sentido em que os riscos são libertos no processo de produção da existência, que, conforme o autor, escapam ao cálculo, tornam-se objeto de um cálculo ainda mais radical nessa gramática.

Tanto sob os parâmetros míticos quanto sobre os parâmetros racionais – que podem ser considerados outra forma de mitologia (MASS, 2008) –, é possível

afirmar que a relação do humano com a natureza tem uma ancestralidade vinculada ao medo. As medidas tomadas para tentar se livrar dele resultam no estabelecimento de formas de controle. Cada época tem seu medo correspondente e suas formas de enfrentamento concernidas ao tipo de relação com o poder. A razão, com seu desencantamento, foi a forma privilegiada da modernidade. Porém, quando essa racionalidade sofre abalos em sua função de suporte, e poderíamos pensar a queda do *homo triumphans* (LEBRUN, 2001) como um desses abalos, o medo reivindica maior espaço, podendo assumir formas como insegurança ou incerteza; do mesmo modo que as medidas para sua contenção são reconfiguradas de acordo com a reconfiguração do laço social. São nesses momentos, em que este suporte começa a falhar, que o mal-estar passa a ser representado com o nome de crise.

A sobreposição das forças da natureza aos controles humanos sob a forma de crise ambiental parece ser um desses episódios, no qual os avanços tecnocientíficos passam a ser capazes de produzir diagnósticos antes impossíveis, em grande medida sobre situações criadas pela própria aplicação da razão, pelo produto de nosso sucesso (Beck, 2010). Passamos a ver uma verdade que só é possível de ser vista nessa gramática, mas para a qual não há racionalidade que contenha, na sua totalidade, os efeitos nocivos desse processo de aplicação, falha simbólica em sua função de revestimento. Concernidos por essa gramática, somos levados a crer que por meio do desenvolvimento conseguiremos enfrentar seus desafios; pelo menos, essa parece ser a mensagem colocada sobre essa forma de organização que impele ao desenvolvimento tecnocientífico. No entanto, nessa circulação de riscos há um aumento da sensação de insegurança e medo, da qual decorre, conforme a análise de Beck (2010), a produção de condutas dirigidas por uma antecipação por meio do cálculo. O incalculável lida com a indeterminação do futuro como perda de controle, algo assustador e desestabilizador de uma lógica baseada na confiança depositada na calculabilidade. Mas esta “falha” a faz avançar na reincorporação desse incalculável, um processo que torna cada vez mais hiperbólica a demanda por governança. Dos restos do processo de produção da existência que Beck nomeia de efeitos colaterais, podemos pensar, desde o ponto de vista psicológico, em afetos colaterais; afetos que passam a circular nos parâmetros dessa gramática técnica que se instalou, mas que, no entanto, tornou-se insuficiente na representação desses afetos. Para Safatle (2015), a circulação de

afetos pode ser uma das formas de se compreender uma sociedade. Quanto a isso, o autor refere que:

Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são, em seu nível fundamental, circuito de afetos. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras (SAFATLE, 2015, p. 15 – 16).

Dessa afirmação podemos questionar quais possibilidades de vida passamos a assumir em uma sociedade de risco cujo núcleo é o medo. Nesse mundo que se quer totalmente técnico, não devemos esperar que o “medo da natureza”²⁷ se expresse do mesmo modo como na primeira modernidade, quando o que estava em causa era o controle da natureza para o qual o desenvolvimento das ciências parecia suficiente. O medo na sociedade de risco parece-se menos com um medo de algo que não se controla ainda e que será controlado porque temos confiança na razão, mas um medo decorrente da perspectiva de perda de controle, justamente porque nosso instrumento privilegiado, a razão, passou por uma desilusão (queda do *homo triumphans*) e abriu caminho para as narrativas apocalípticas, que utiliza a técnica sob a perspectiva de garantir ainda mais controle, ou de retomá-lo, já que o controle é uma das formas desenvolvidas que, cremos, oferece segurança.

Podemos notar que a crise ambiental que emerge nas décadas posteriores à Segunda Grande Guerra se apresenta nessa chave de um mundo fora de controle (BOSCO & DI GIULIO, 2015), que tem o medo como sua marca, e passa a demandar controle hiperbólico: acedemos aos riscos mundiais e nossa técnica precisa ser global em busca da segurança perdida (BECK, 2006; IANNI, 2012, FIGUEIREDO, 2002). Nesse sentido, aquela afirmação do primeiro capítulo de que a paz perene irá se defrontar com a possibilidade de devastações cada vez maiores parece ter algo de acertada.

Chamemos de gramática da técnica (SILVA JÚNIOR, 2017) ou de discurso tecnocientífico (LEBRUN, 2001), ambas as interpretações apontam para uma anulação do sujeito por esta forma de alienação (sujeição a esse discurso), já que o

²⁷ Medo da Natureza não é a melhor expressão, já que concordamos com Beck que a Sociedade de Risco é um acirramento da Sociedade Industrial e que neste contexto a Natureza passa a ser equivalente a Recursos em uma gramática técnica.

sofrimento inerente à vida na sociedade de risco seria apagado por medidas também técnicas de negação, esta reflexividade que reincorpora os efeitos colaterais para tratá-los novamente por meios técnicos. A aceleração para o controle total tecnocientífico que busca por um mundo completamente controlado também alcançaria o sujeito como mais um recurso que deva ser completamente controlado²⁸. As formas de reconhecimento se dariam na ordem do cálculo, os restos do processo que poderiam ser chamados de mal-estar não têm espaço para elaboração, já que sua presença passa a ser objeto de um processo de incorporação e anulação, como um sistema fechado cujo incômodo é o excesso produzido e para o qual não há vazão, ele é reincorporado na lógica técnica de extração e acúmulo.

2.2. Lugar estranho

No início deste capítulo mencionamos a necessidade de não perder de vista uma ambiguidade contida na ideia de um sentimento aterrador-formidável frente à crise ambiental determinada nessa gramática da técnica. Nesse momento, com a discussão colocada sobre a presença do medo da natureza e de ilusões derivadas, podemos retomar essa ideia. É diante de crises que encontramos a abertura para o ingresso de ilusões que visam aplacar o medo (da finitude) a elas vinculado, e estamos considerando que o discurso tecnocientífico é o revestimento simbólico utilizado diante da catástrofe representada primeiramente pelas Guerras, em um mesmo momento em que se percebe a queda do *homo triumphans* científico. Estaríamos diante de uma crise suficiente para pensar que a técnica, que vem ao socorro da razão desiludida, ocuparia o lugar antes ocupado por ilusões de outra natureza, isso nos permite compreender a atitude do humano em sua relação com o mundo técnico não muito diferente, em termos de função simbólica, da atitude frente ao mundo mágico, no sentido em que ambos lhe servem de consolo. Encontramos em Adorno e Horkheimer essa compreensão quando afirmam que “o esclarecimento da razão se converte novamente em mito” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985),

²⁸ Os autores vão na direção de interpretar que o sujeito nessa gramática tem afetada sua capacidade de produzir narrativas de sofrimento, processo de elaboração considerado necessário para atenuá-lo diante dos déficits do próprio discurso que os enlaça.

afirmação que nos parece uma outra maneira de se referir ao processo que Lebrun descreve sobre o discurso tecnocientífico como “deixar crer que tudo é possível”, a razão seria o mito do totalmente possível, mito para o qual a crise ambiental, como o real que mostra a falha, insiste em desmentir. Tratar-se-ia, no caso de uma consciência mítica, de um homólogo cultural do pensamento infantil, marcado pela onipotência de pensamentos, também chamado de pensamento mágico (FREUD, 1918/2006), facilmente constatado nas fantasias infantis. A psicanálise nos ensina que esse tipo de pensamento não é apenas abandonado com o desenvolvimento, mas sobrevive em um nível inconsciente, podendo retornar tão logo encontre nas circunstâncias de vida, como em uma crise, ocasião para seu retorno. Será no discurso sobre a crise que poderemos depreender essas fantasias. A fantasia presente visa recobrir a presença da finitude temida. A finitude é um dos retornos mais recorrentes que podem ser encontrados na clínica psicanalítica, e como postula Randall (2009), também se encontra presente nas narrativas sobre mudanças climáticas. Como lembra Freud, isso se deve ao fato de o inconsciente não conceber sua própria morte e por isso não é incomum a presença de narrativas, historicamente ligadas à religião, que concebem uma imortalidade e reproduzem rituais ligados a essa negação (FREUD, 1919/2006).

Este entendimento pode nos ajudar a pensar a percepção dos riscos nessa sociedade desde algumas construções psicanalíticas enquanto elementos conjugados às transformações verificadas na modernidade reflexiva (BECK, 1995a, LIEBER, R.R. e ROMANO-LIEBER, N.S. 2002). A que gostaríamos de destacar é a concepção de Estranho (*Unheimlich*) presente na obra freudiana, já que sua expressão estaria entre o assustador e o fascinante. Freud situa o estranho como um tema presente no campo da estética, desde que esta seja entendida como a qualidade do sentir, e o descreve como aquilo que se relaciona “com o que provoca medo e horror (...) com aquilo que desperta medo em geral” (*Ibidem*, p. 237). Sua descrição passa pela literatura, pela maneira de se referir ao estranho em vários idiomas e pela teoria psicanalítica, até finalmente concluir que

o animismo, a magia e a bruxaria, a onipotência dos pensamentos, a atitude do homem para com a morte, a repetição involuntária e o complexo de castração compreendem praticamente todos os fatores que transformam algo assustador em algo estranho (*Ibidem*, p. 260).

Uma das maneiras mais comuns de se descrever o estranho é como algo familiar que se tornou estranho por um processo de repressão. Para Freud, para que um material se torne estranho é preciso que algo seja acrescentado (*Ibidem*, p. 239); este algo é o processo de repressão, característica da sociedade à qual viveu²⁹. No entanto, a generalização do conceito pode ajudar menos do que algumas especificidades presentes no seu esforço de conceituação. Por exemplo, várias das maneiras em que se constata o estranho estão ligadas ao lugar. O termo *Heimlich* pode ser utilizado como sinônimo de doméstico ou nativo, de modo que *Unheimlich*, nesse caso daria a impressão de lugar inóspito. Não precisamos ir muito longe para encontrar a relação das discussões sobre a crise ambiental assentada sobre essa imagem de lugar inóspito, dessa imagem de um ambiente degradado sobre o qual lançamos mal ditos sobre o futuro. Seja em uma inclinação mais biológica, a noção de *habitat*, seja nos relatórios da ONU com a ideia de nossa morada (ONU, 1987), ou na encíclica papal como “nossa casa comum” (IC, 2015), essa inospitalidade se apresenta como uma imagem do futuro, como um estranho mal dito. Lacan (2005) discute a angústia³⁰ desde o conceito de *Unheimlichkeit* (estranhamento); pontua que devemos pensar o *Heim* como a casa do humano, e refere: “Deem à palavra ‘casa’ todas as ressonâncias que quiserem, inclusive astrológicas” (*Ibidem*, p. 58), desde que pensada como o lugar que sustenta a ausência que move, e é quando este lugar falta que surge a “estranheza radical” (*Ibidem*, p. 58); quando o que “está no lugar *Heim* é o *Unheim*” (*Ibidem*, p. 57).

No texto freudiano poderemos encontrar que uma casa *unheimlich* só pode ser traduzida como casa assombrada (FREUD, 1919/2006, p. 258). E ainda em outra referência, *heimlich* e *unheimlich* significariam uma disposição ou indisposição com relação ao clima (*Ibidem*, p. 241). Essa característica do estranho como familiar que se tornou assustador, no sentido de pertencente à casa, nos parece uma qualidade do sentir presente no início das discussões dos anos 1960 sobre a crise ambiental, da qual extraímos uma das obras consideradas inaugurais para se pensar o ambiente em sua relação natureza-sociedade: *A Primavera Silenciosa*, de

²⁹ Basicamente podemos descrever o processo de repressão como um represamento de conteúdos que são afastados da consciência para um nível inconsciente.

³⁰ O termo freudiano é *Angst*, utilizado a partir de três acepções: medo, pavor e susto. A tradução Standard das Obras Completas que utilizamos não é traduzida diretamente do alemão, mas do inglês; nesta versão, *Angst* também é traduzido por ansiedade.

Rachel Carson. Nesta obra, como veremos mais adiante, podemos identificar o estranho que emerge em discurso técnico.

Mas há ainda outros elementos do conceito de estranho para nos ajudar quanto aos riscos mundiais, um deles diz respeito à invisibilidade. Para Beck (2010), além das características espacial e temporal que diferenciam os riscos da segunda modernidade, a invisibilidade e a dificuldade de responsabilização também os caracterizam, e delas decorre uma estreita relação com o saber, já que os riscos precisam ser cientificamente definidos para serem assumidos como tal, isto é, são a verdade na medida em que a gramática técnica os capta e os traduz em sua língua. Quanto a isso, Freud toma de empréstimo a descrição de Shelling para caracterizar esse aspecto do *unheimlich*: “tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto mas veio à luz” (FREUD, 1919/2006, p. 243), ele irrompe estranhado, como se fosse externo.

2.3. De onde vem o estranho

No caminho de conceituação, uma das hipóteses levantadas sobre o estranho direciona sua origem à incerteza intelectual (*Ibidem*, p. 239). O estranhamento poderia ser pensado como uma espécie de sentimento que emerge de uma relação com o ambiente em que este começa a apresentar aspectos desorientadores, isto é, suas transformações poderiam afetar a imagem de segurança do lugar, de modo que a insegurança é sentida como queda de proteção. De maneira correlativa, Winnicott (1971) pensa o ambiente composto por um meio externo e os relacionamentos estabelecidos entre os indivíduos. A sustentação que o ambiente fornece é da qualidade de uma continuidade, tanto que este autor pensa o trauma como uma descontinuidade dessa experiência de sustentação – como uma experiência de insustentabilidade, uma falha no suporte esperado, suporte este representado como uma característica ambiental. Pondé (2011) pontua que este entendimento em relação ao ambiente é o que caracteriza no pensamento winnicottiano a ideia do medo como uma defesa. É a partir da compreensão de que o medo é reação frente a uma descontinuidade em um ambiente que perdeu a qualidade de sustentador que se torna possível pensar na “importância da ‘previsibilidade’ e da ‘confiança’ no ambiente para uma experiência de sua

continuidade da existência” (SANTOS, 2009, p. 19). O medo seria então uma defesa contra a possibilidade de finitude, de desmoronamento do ser. Neste ponto nos parece interessante retomar os apontamentos dos teóricos do risco mundial já que a previsibilidade e a confiança são elementos importantes para a caracterização desse conceito.

Giddens (1991) menciona que “riscos e confiança se entrelaçam” (*Ibidem*, p. 42), ao passo que para Beck (2010, p. 93), na sociedade de risco, torna-se crucial a antecipação de perigos para a sobrevivência. As incertezas fabricadas que esses autores discutem as colocam como parte do próprio processo de produção da existência, em que a tecnociência é sua fábrica. Nesse sentido, a gramática técnica ao encerrar o mundo à sua lógica torna-se o próprio tecido de produção do estranho, se o pensamos como sentimento gerado diante de incertezas. Poderíamos relacionar os conceitos de estranho, como Freud o descreve desde sua característica de incerteza intelectual, às incertezas fabricadas descritas por Beck, ou seja, como a aplicação de um saber que produz um não saber que passa a ser percebido como assustador ou ameaçador. A relação estabelecida com as incertezas fabricadas é assim da ordem da estranheza. O medo, núcleo dessa sociedade de risco, é o extrato da instalação técnica cuja aplicação produz estranhamento, porque se a gramática técnica se estrutura como “monopólio operacional da certeza da representação” (SILVA JÚNIOR, 2017), a incerteza poderia ser pensada como o que deveria permanecer oculto mas veio à luz, o que insiste em não se inscrever, uma espécie de déficit dessa totalização do mundo a retornar em forma de perturbação. A análise de Beck, no entanto, vai além e refere que esse processo gira em torno de si mesmo, produz uma repetição sobre sua própria lógica para incorporar as incertezas e operacionalizá-las como certeza. Essas características que o autor agrupa sobre a concepção de reflexividade também podem ser pensadas desde o ponto de vista psicanalítico relacionado a esse tipo especial de sentimento de estranhamento: a compulsão à repetição.

O tema da repetição na obra freudiana tem várias incidências até ser elaborado de maneira a provocar uma redefinição de conceitos, por tocar naquilo que era entendido como o princípio organizador do funcionamento psíquico: o princípio do prazer. Para o autor, o que está além do princípio do prazer é a pulsão de morte, um tipo de satisfação mórbida. A repetição seria uma tentativa de retorno a um estado anterior, e em última instância, o estado animado tenderia a retornar ao

estado inanimado, isto é, à morte. O autor se refere a essa tendência como o princípio do nirvana (FREUD, 1920/2006).

Como já mencionamos no capítulo anterior, esse é o entendimento presente em sua resposta a Einstein de que temos de lidar com forças que levam à união e crescimento e com forças que levam à destruição, embora ambas não sejam facilmente discerníveis porque enquanto as “manifestações de Eros eram visíveis e bastante ruidosas [...] o instinto de morte operava silenciosamente” (FREUD, 1930/2006, p. 123). Segundo o autor, uma das maneiras de marcar a presença dessa agressividade é por meio das repetições. Na clínica psicanalítica, em grande medida, os sofrimentos se manifestam como formas de repetição, fator importante a se considerar também para a análise social do mal-estar como o que se repete em sua presença apenas percebida como não inscrição simbólica. Poderíamos dizer, diante do que foi colocado, que Beck consegue capturar por meio de seu conceito uma lógica de repetição dentro dessa gramática técnica, quando o processo de produção libera riscos que passam a ser enfrentados como algo estranho a si, mas que, na verdade, são fabricados na mesma fábrica técnica. Os riscos são os perigos traduzidos pela lógica de produção da existência em uma relação de cálculo que confere ou não confiança nas ações. Lembremos que Giddens (1991) não pensa o risco como sinônimo de perigo, mas como o cálculo do perigo, risco é distância que pode ser (ou espera-se que possa ser) calculada entre o estado de proteção e o estado de insegurança. A repetição, portanto, está na busca por reincorporar por meio do cálculo o que surge como incalculado na relação, o que é estranho ao cálculo. É uma lógica de retorno a si indefinidamente, a busca a um estado anterior de diminuição do perigo mediante o cálculo do risco com o objetivo de conseguir alguma garantia para a ação. Não se trata de eliminá-lo necessariamente, senão de administrá-lo, embora mantenha a crença de um ideal de risco zero por meio do controle.

A atenção de Beck, no entanto, foi na direção de mostrar a falha presente nesse processo, pois o estranho que surgia ganhava uma dimensão que transcendia o tempo e o espaço e se distanciava das possibilidades antecipatórias de cálculo. Medidas como as empreendidas pelas Nações Unidas com relação aos riscos ambientais, como a própria ideia de Desenvolvimento Sustentável, nos parece funcionarem nessa mesma lógica de repetição, mas em uma ordem global porque o cálculo do risco já não pode deixar de ser mundial. O estranho se alastrou por todo o

globo ao mesmo tempo em que as relações de reconhecimento se tornaram globais; nossa morada comum (*Heim*) se tornou uma enorme casa assombrada (*Unheim*) já que povoada por riscos mundiais difusos (BECK, 2010).

2.4. O Silêncio do Ambiente

A pulsão de morte, conforme pontua Freud, é silenciosa. Esse caráter silencioso será encontrado em diferentes formas, do brincar das crianças (FREUD, 1920/2006) às guerras mundiais (FREUD, 1933/2006). Contudo, sua manifestação vai se tornando mais clara na medida em que colocamos em análise a relação do sujeito com a cultura, demonstrando que são múltiplas as formas de manifestação da destrutividade, e que há nela esse caráter repetitivo. Esse silêncio de morte fica bem marcado na obra de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, publicada em 1962 e que, conforme aponta Drummond (2006), pode ser compreendida como um trabalho situado entre os marcos para o posicionamento do ambiente nas “grandes questões ambientais de nosso tempo e o seu enquadramento simultâneo como questões sociais” (*Ibidem*, p. 12). Torna-se uma obra importante para um contexto marcado pela perda das grandes narrativas (LYOTARD, 1991), ou entendido como carente de grandes utopias (BAUMAN, 1998), como foi até o início do século XX, um contexto em que alguns ideais sustentadores do modo de vida são perdidos. As grandes narrativas ou as grandes utopias, mesmo que ingênuas, quando faltam, são recobertas pelos discursos de crise que visam à fuga, quando o bem dizer sobre o futuro – utópico ou *Heim*, torna-se mal ditos sobre o futuro – distópico ou *Unheim*.

Entendemos que o trabalho de Rachel Carson foi um dos primeiros sobre o tema ambiental a expressar essa passagem da utopia para a distopia; sua obra teve uma importante característica de denúncia, sobretudo por colocar em questão as práticas sociais, em que a lógica econômica atuava buscando a maximização dos lucros e da produção independentemente dos efeitos nocivos que essa prática poderia trazer ao ambiente e ao humano. Em um primeiro momento, a imagem de uma crise ecológica, tal como exposta em Carson, está vinculada à contestação desse modo de vida (FERREIRA, 2006). Sua publicação causou descontentamento econômico já que seu discurso, amparado no conhecimento rigorosamente

biólogo, levou a um incômodo ruidoso sobre a utilização do DDT³¹, com um teor de denúncia sobre a destruição silenciosa que os produtos industriais causam ao ecossistema e ao humano nele incluído. Ao defender o direito de saber (CARSON, 1969), seu trabalho busca trazer à luz o que permanecia oculto da aplicação desse instrumento técnico: a destruição causada pelo defensivo químico. Essa visibilidade não deixou de causar impacto, “já em 1962 os executivos de empresas produtoras de pesticidas, o *lobby* dos fazendeiros modernizados e os dirigentes de alguns órgãos públicos sabiam muito bem que ela estava desafiando o seu poderio econômico” (DRUMMOND, 2006, p. 13). E não demorou muito, o DDT foi banido nos EUA.

Dos aspectos que nos interessam nessa obra, contudo, um em especial diz respeito ao recurso utilizado pela autora na colocação da questão, porque *Primavera Silenciosa* transita entre o técnico e o literário, de modo que o elemento industrial que ameaça a sobrevivência da humanidade é transmitido de uma forma quase mística. Freud argumenta que, para abordar a pulsão de morte, por vezes é necessário lançar mão desse recurso: a tentativa de explicação pode deixar “a impressão de misticismo” (FREUD, 1920/2006, p. 48). Não julgamos ser indiferente que esta obra seja considerada um dos trabalhos inaugurais do pensamento ecologista do pós-guerra, embora essa característica mística de Carson não seja a mais destacada sobre sua publicação. A interpretação mais corrente coloca em evidência a importância da autora em assentar discussões que não mais desaparecerão das agendas ambientais, dentre elas, a perspectiva de conceituar os riscos mundiais³² e fornecer elementos para entender a organização social de nosso tempo como uma sociedade de riscos (BECK, 2010). Além de chamar atenção para aspectos da relação humano-ambiente, ao produzir interferência em interesses econômicos, *Primavera Silenciosa* se refere ao aspecto da maldição vinculado à expansão econômica ilimitada, tornando-se o livro inaugural de um pensamento iniciado nos anos de 1960 que coloca em causa o aterrador e o formidável ressaltando uma estranheza ambiental, em um trabalho científico que tenta dar visibilidade ao oculto.

³¹ Sigla para Diclorodifeniltricloroetano, pesticida produzido na Segunda Guerra Mundial.

³² A autora não utiliza propriamente o conceito de risco mundial, mas a sua abordagem pensa riscos como produtos da ação humana que retornam em forma de ameaça ao meio do ambiente.

Partindo da construção de uma fábula que conta sobre algumas transformações que puderam ser sentidas no meio ambiente, Carson cria uma cidade fictícia para demonstrar como características que davam ao lugar uma certa percepção de estabilidade, por meio do reconhecimento de seus processos - sua previsibilidade -, foi começando a se transformar e a se tornar um lugar estranho. Com o título de “*Uma fábula para o amanhã*”, conta que na cidade havia uma espécie de encantamento propiciado pela natureza especialmente sentido na primavera. Mas uma doença estranha se espalhou por toda a área, algo misterioso começou a afetar o ambiente; as flores dos campos já não tinham mais a mesma vitalidade de antes, pareciam agora um “inquietante deserto” (CARSON, 1969). Percebeu-se que os animais haviam alterado seus hábitos, passou-se a notar um “estranho silêncio” (*Ibidem*) dos pássaros que antes alegravam a primavera. A reprodução dos animais já não acontecia, a vida não nascia mais ali (*Ibidem*). Menciona que “esse fato não foi obra de feitiçaria, ou uma ação do inimigo”, mas responsabiliza o próprio povo pelos atos destruidores: “Um espectro sombrio se espalmou por cima de nós, quase que sem ser notado” (*Ibidem*, p. 13).

Estranho, inquietante, sombrio são algumas das formas que a autora utiliza para descrever o que é sentido frente às transformações experimentadas com as mudanças ambientais. Aquela característica de estranhamento do lugar familiar é mobilizada pela autora em sua fábula. O não saber da experiência de incerteza sobre o que se passa no ambiente e se de alguma forma isso representa ou não um perigo abre caminho para elucubrações sobre as causas dos acontecimentos e sobre seu possível desfecho.

São reações que podem ser esperadas na presença do estranho, conforme encontramos em Freud, quando refere que “quanto mais orientada a pessoa está, no seu ambiente, menos prontamente terá a impressão de algo estranho em relação aos objetos e eventos nesse ambiente” (FREUD, 1919/2006, p. 239). Nesse ponto, contudo, uma diferenciação precisa ser feita, porque quando se trata de literatura, o recurso de manutenção do suspense por meio da incerteza intelectual pode ser trabalhado intencionalmente para conseguir o efeito estranho. Quanto a isso, Freud pontua que a questão deve ser colocada como um teste de realidade, porque “no domínio da ficção, muitas dentre as coisas que não são estranhas o seriam se acontecessem na vida real” (*Ibidem*, p. 266). Também Lacan ressalta essa característica: “A ficção o demonstra bem melhor, chega até a produzi-lo como efeito

de maneira mais estável, por ser mais bem articulada” (LACAN, 2005, p. 59). Mais adiante, comenta sobre a importância desse aspecto para a análise: “Trata-se de uma espécie de ponto ideal, mas sumamente precioso para nós, já que esse efeito nos permite ver a função da fantasia” (*Ibidem*, p. 59). E a particularidade da obra de Carson está em situá-la na dissolução dessa barreira, sua fábula é utilizada justamente para mostrar um certo *borramento* dessa fronteira, já que para iniciar a parcela técnica de sua discussão, o faz como revestimento simbólico que legitima sua fábula; sua exposição técnica incorpora sua distopia. A autora assevera que “essa tragédia imaginada poderá facilmente tornar-se dura realidade, de que todos nós devemos ter conhecimento” (CARSON, 1969, p. 13).

A fábula de Carson utiliza-se desse recurso estranho que, contudo, tornou-se uma característica desse período, da mesma forma que outras obras da literatura e do cinema das décadas do pós-guerra, em que este estranhamento se relaciona a preocupações com a sobrevivência (LASCH, 1983), expressam a mesma verdade que Einstein em correspondência à Freud quanto à guerra: estamos diante de uma questão de vida ou morte. Esse estar diante de uma questão de vida ou morte nos remete a um dos aspectos do estranho que citamos anteriormente e que ainda não foi tratado nesta tese: o narcisismo. Resumidamente, o narcisismo pode ser entendido como um aspecto regressivo que visa à proteção do ser. Quando se está em uma situação de ameaça ou de perda há um regresso do investimento libidinal dos objetos (do mundo externo) para o próprio eu; um processo da economia psíquica no qual as preocupações tornam-se mais elementares: sob ameaça de morte, apenas a sobrevivência importa. No entanto, na discussão dessa tese, estamos nos referindo a um período em que o discurso hegemônico mantém a presença constante de uma ameaça à vida e coloca em circulação o aterrador da extinção em massa no enlace dos sujeitos. É nesse sentido que no contexto do pós-guerra, em que se iniciam as discussões sobre os problemas ambientais, *Primavera Silenciosa* torna-se uma referência importante.

Lasch (1983), ao analisar a cultura estadunidense nesse período, nota características narcísicas descritas como marcadores sociais, que o levam a afirmar que aquela sociedade estaria vivendo em uma cultura do narcisismo. Dentre os elementos que o autor pontua na explicação de sua tese, está uma generalização relacionada à preocupação de Einstein: a constatação que diversos problemas do cotidiano, por menores que pudessem parecer, passaram a ser enfrentados como

questões de vida ou morte (*Ibidem*, p. 51). O autor cria inclusive um conceito para se referir a esse fenômeno, chama-o de “sobrevivencialismo” ou “mentalidade de sobrevivência” (LASCH, 1986). Com uma busca constante por proteção, a cultura do narcisismo pode ser entendida como um lugar em que o fim do mundo está prestes a acontecer a qualquer momento. É o que já pontuamos desde a perspectiva de Hobsbawn sobre a consciência do fim do mundo. Também este autor pensa essa época de maneira semelhante, em que “gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBBSAWN, 2004, p. 224). Afora a questão nuclear a qual Lasch (1983) estava atento, o enfoque sobre o ambiente também lhe chama a atenção. Para ele duas seriam as principais ameaças articuladas ao sobrevivencialismo: a nuclear e a ecológica. Nesse contexto, a necessidade de manter a integridade de si encontra legitimidade no discurso sobre ameaça global, seja ela nuclear, seja ambiental, que ingressa no cotidiano de maneira massificada, ao que o autor atesta por meio de uma extensa lista de publicações sobre sobrevivência, em romances e ficções, no cinema, no noticiário, em estudos que mesclam uma admiração e um horror à tecnologia, diante de sua ambivalência enquanto salvadora ou destruidora do mundo (LASCH, 1986, p. 54-55).

Sob essa mentalidade da sobrevivência, Carson escreve sua obra dividida em fábula e ciência, na qual os conhecimentos mais atuais da biologia da época são utilizados para legitimar os estranhos acontecimentos imaginados na fábula distópica. O *borramento* da fronteira entre a “tragédia imaginada” e a “dura realidade” não a abandona em sua descrição técnica em que a morte está à espreita por vários caminhos de penetração no ambiente: elixires da morte; águas de superfície e mares subterrâneos; reinos do solo; o manto verde da Terra; devastação desnecessária; nenhum pássaro canta; rios da morte; dentre outros. Partindo de princípios segundo os quais a vida é moldada pelo ambiente e também tendo o poder de o modificar, a autora chama a atenção para o excesso de poder do humano nessa modificação, responsável por abrir o caminho para os estranhos efeitos verificados. Talvez uma repetição da *hubris* homérica que voltaria, em Carson, de forma técnica, com uma consciência do excesso das ações humanas sobre o ambiente, excesso articulado como um mal do humano sobre a terra.

Por meio do discurso da ciência, a autora estadunidense vai dando racionalidade a seu estranhamento, e sua metodologia a leva a encontrar no poder humano os motivos para o desequilíbrio; já está presente em Carson, portanto, a ideia de ações antrópicas, embora ainda não tratada dessa forma em sua escrita. O mundo que vive em paz não investe agressividade na guerra, mas a tem desviado sobre o ambiente, por meio de produtos industriais cada vez mais eficientes em maximizar os ganhos e a produtividade. Quando a destruição invisível passa a ser vista por meio do discurso sobre os danos ao ambiente, retorna ao humano como o produtor da própria destruição ao universalizá-la em ações antrópicas.

A narrativa de Carson em diversos momentos leva a essa impressão de culpa do humano pela destruição do mundo, quando menciona, por exemplo, sobre o “espectro” para se referir às substâncias introduzidas no ambiente que foram desenvolvidas pelos avanços da ciência por conta da guerra; ou quando usa o exemplo da fissão nuclear (o estrôncio-90), que sobe para a atmosfera, volta para as plantas e vai parar nos ossos dos homens. Esse lado oculto das formidáveis criações passa a ser elemento de preocupação para a autora que o coloca como um mal invisível inexorável ao conhecimento científico, pontuado desde um mal-fazer humano. Nisso também expressa seu pioneirismo, pois parece compartilhar da mesma estrutura que faz construir o questionamento sobre nosso tipo de desenvolvimento, fazendo eco aos movimentos da década de 1960 quanto à degradação ambiental e a crítica ao desenvolvimento industrial (FERREIRA, 2006) que vão ganhando forma no contexto político.

Seu alerta é para a ameaça à sobrevivência de toda a humanidade a partir do momento em que as substâncias químicas são lançadas no ambiente, sobretudo o DDT. A finitude tecnicamente justificada torna-se pauta política na medida em que essas substâncias passam a ser vistas como um efeito do desenvolvimento que inscrevem perdas sob o futuro.

Juntamente com a possibilidade da extinção da humanidade por meio da guerra nuclear, o problema central da nossa Idade se tornou, portanto, o da contaminação do meio ambiente total do homem, por força do uso das referidas substâncias de incrível potência para produzir danos; são substâncias que se acumulam nos tecidos das plantas e dos animais, e que até conseguem penetrar nas células germinais, a fim de estilhaçar o alterar o próprio material em que a hereditariedade se consubstancia, e de que depende a forma do futuro (CARSON, 1969, p. 18)

É possível notar a relação direta entre a guerra nuclear e a contaminação ambiental colocada sob a mesma chave da extinção pelo medo de aniquilamento em massa, com a diferença que o temido agente da morte assume outra forma: em Carson passa a ser o DDT, cuja fórmula também tem origem na Guerra.

Essa força destrutiva, que Freud chamará por vezes de ânsia de matar e que acredita estar presente nas formações da cultura, cuja face mais imediata se apresenta na guerra - “sob certas condições, o matar ainda é praticado, e, na verdade, ordenado, por nossa civilização” (FREUD, 1927/2006, p. 20 - 21), foi mantida após terminadas as guerras e deslocada para a necessidade de maximização de lucros - como o uso industrial de armas químicas como defensivos agrícolas. O apelo ao crescimento econômico para que não houvesse outra crise como a dos anos 1929 marcou o pós-guerra, bem como a disputa desenvolvimentista entre os blocos socialista e capitalista.

O episódio do DDT ilustra os parâmetros de um impasse que passa a ser delineado cada vez mais sob o teor global das ameaças; a relação entre desenvolvimento e riscos à sobrevivência atualiza o dilema freudiano sobre o mal-estar como condição de existência em sociedade. Enquanto Freud pensava uma hostilidade à civilização por parte do indivíduo dividido entre o prazer e a evitação do desprazer, cuja solução seria a renúncia pulsional (nunca totalmente realizada porque o preço pago é o descontentamento e a agressividade dispensada em manifestações contra civilizacionais); os riscos mundiais difusos são a consequência objetiva que se volta contra os humanos na medida em que progridem em seu desenvolvimento tecnocientífico, que se auto refunda indefinidamente em uma gramática que procura negar a finitude, não mais renunciando. O saber acéfalo (LEBRUN, 2001) parece produzir uma hostilidade global anônima e impunível e de difícil responsabilização (BECK, 2010). O que em Freud poderíamos ver como parte de um conflito interno do humano frente à civilização, que se traduz em atos contra os produtos da cultura, aqui parece ganhar a forma de estrutura autônoma de funcionamento incorporada à sua própria gramática, como se o conflito que deixa subjacente a hostilidade frente à civilização tivesse se tornado também ele uma coisa da técnica submetida ao regime do cálculo nesta lógica que quer a totalidade.

O sobrevivencialismo e o narcisismo de fundo a ele vinculado reforçam a tese de que a crise ambiental se trata daquele desvio da pulsão que tenta dar outro destino à destrutividade presente nas relações, como a política que desde o ponto

de vista da presença permanente dos riscos mundiais continua a guerra por outros meios. A crise ambiental dá suporte a uma administração global das perdas enlaçando os sujeitos em um discurso modulado por riscos mundiais que circulam em gramática técnica e econômica, deixando-os em uma condição aterradora de indeterminação do futuro, em uma cegueira sobre os riscos que povoam seu mundo e com os quais devem passar a lidar mediados pelas formidáveis invenções técnicas como garantia de sobrevivência. O sujeito na sociedade de risco se encontra assim na posição de objeto do risco já que é objeto da técnica; sua ação está dirigida para a sobrevivência porque há algo invisível e indeterminado que, no entanto, o determina de antemão como ameaçado, em risco de destruição do ser, no mesmo movimento em que o torna a própria causa do risco. Este discurso opera em uma lógica circular (ou reflexiva) quando Carson atribui ao povo a responsabilidade sobre os efeitos degradantes no ambiente e na espécie, lógica que trata universalmente “ações antrópicas” como a destruição que indefinidamente retorna a si. Ao sujeito desse aterrador-formidável da técnica, nessa modalidade de discurso estruturado pela perspectiva de que ações humanas são a causa do mal do mundo, resta-lhe apenas alienar-se nessa gramática para salvar-se das consequências imprevistas de suas próprias ações, seu fazer responderá ao imperativo de mais técnica para mais controle. Ao defender o desenvolvimento da técnica (ou da tecnologia) como solução/medida para a redução da destruição, esse discurso repete a mesma mensagem de que é preciso acirrar ainda mais a lógica para livrar-se dos riscos produzidos em sua circulação, como uma prisão especular.

No início da década de 1960 Carson mostra o invisível aterrador em uma mentalidade de sobrevivência, momento em que os problemas ambientais têm uma característica contestatória na sociedade estadunidense. Mas, até o final dessa década, a porção formidável de nossas inovações assume a direção no discurso, sua reflexividade aprende a incorporar o contraditório e gerar valor a partir dele, produzindo derivações, quando o ilimitado começa a ficar mais forte que a finitude, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – O MUNDO DA LUA

A fronteira da fábula e da realidade com a instalação técnica teria sido rompida na medida em que a técnica guarda em si sua própria crença, e desse rompimento poderíamos depreender um tipo de sentimento caracterizado como estranho quando os desencaixes se tornam mais visíveis, ainda que sob a forma de incertezas. Utilizamos no capítulo anterior *A Primavera Silenciosa* para mostrar esse *borramento*. Essa flexibilização das fronteiras nos permite a pensar que o trans-fronteiriço, não-fronteiriço ou suprafronteiriço é um valor a circular nesse discurso. O que em Carson chama a atenção dessa realização parece se assentar em sua face assustadora, compreendida como efeito de nossas ações. O tema do “sem fronteiras”, serve-nos para realçar a dupla incidência do aterrador-formidável presente nos discursos de crise ambiental, nos quais o impulso de expansão ilimitada convive com o horror da finitude. Sua incidência é dupla no sentido da ambiguidade presente, a atitude ambivalente que ao mesmo tempo em que é a causa do desejo, calcada em uma crença do sem limites, também é gerador de angústia, uma angústia de desintegração³³, cuja figura se adere à série representada pela finitude. Nessa abertura podemos encontrar nossas crenças e suas atualizações conforme as transformações do laço social.

Hoje em dia não mais acreditamos nelas [crenças], *superamos* esses modos de pensamento; mas não nos sentimos muito seguros de nossas novas crenças, e as antigas existem ainda dentro de nós, prontas para se apoderarem de qualquer confirmação. Tão logo *acontece realmente* em nossas vidas algo que parece confirmar as velhas e rejeitadas crenças, sentimos a sensação do estranho (FREUD, 1919/2006, p. 264)

Tendo em mente que nossas práticas sociais podem ter influências de nossas crenças infantis, e que, conforme o conceito que adotamos, repetição pode ser entendida como uma atualização, uma nova versão de si mesma; encontramos em Boltanski e Chiapello (2009) uma análise que compreende as décadas de 1960 a 1990 em que os autores buscam configurar como o momento de assentamento de um novo espírito do capitalismo, o qual chamam também de globalização (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p. 52). Também esses autores identificam um

³³ Ainda neste capítulo, trataremos da fantasia de desintegração incidindo em nível global.

processo que dissolve fronteiras e busca constantemente por inovações tecnológicas. Considerando esse período de transformações sociais, em que vários autores procuram modos de nomeação desses processos, neste capítulo iremos destacar uma experiência inscrita nessa época que nos parece representar e unificar as transformações da visão de mundo a partir da atualização de nossas crenças atravessadas pela dupla finitude-ilimitado, metafórica e literalmente: a Terra vista do espaço. Trata-se da imagem do globo terrestre que circula com bastante frequência na iconografia da crise ambiental, “ela tornou-se um dos ícones dos movimentos ambientalistas naquele período em que as preocupações com a saúde da natureza e da Terra mobilizaram milhões de estadunidenses e europeus” (SIQUEIRA, 2016).

Este episódio também está vinculado à chamada Hipótese Gaia, de Lovelock (2010), que coloca a Terra como um ser biogeofísico e que, conforme Danowski e Viveiros de Castro (2014), na esteira de Latour, trata-se de uma perspectiva que transforma os “humanos em força geológica [...] um objeto ‘natural’” e “dando ao Sistema Terra a forma ameaçadora de um *sujeito histórico*, um *agente político*, uma *pessoa moral*” (*Ibidem*, p. 26, grifos dos autores). O rompimento de fronteira, nesse caso, do humano fora do mundo que o vê como exterioridade totalizada pode ser pensada como uma possibilidade empreendida pela tecnologia construída na corrida do pós-guerra que realiza o sujeito global, inspirado pela própria tecnociência. Como reconhece Lebrun (2001), é esse discurso que visa dar conta da totalidade do mundo. É realização na medida em que o mundo todo é seu objeto de observação unificado em uma imagem. O que não deixa de ser irônico notar, com os desdobramentos, é que aquilo que o sujeito da razão viu com seu olhar tecnocientífico foi nomeado como o nascimento de Gaia, uma deusa-mãe da Antiguidade que retorna em um corpo biogeofísico. Esse retorno de Gaia³⁴ na linguagem poderia nos indicar a presença daquelas antigas crenças a que se refere Freud.

Importante ressaltar que tomamos essa experiência como uma alegoria da globalização enquanto modo de vida que passa a se constituir desde a década de 1960, não conferindo à visão da Terra desde o espaço causalidade às transformações sociais e subjetivas que acontecem no planeta – mas como imagem que representa o enredo globalizante que assistimos nessa época. Isso possibilita

³⁴ Danowski e Viveiros de Castro (2014) “chamam de intrusão de Gaia”.

pensarmos nossas atitudes frente à crise ambiental, orientadas por essa nova visão de mundo. Hannigan (2006) menciona que ao final da década de 1960 e início de 1970 houve um grande aumento da cobertura midiática sobre o meio ambiente. Para este autor, a visão de Terra desde a Lua em 1969 forneceu uma metáfora poderosa para enquadrar a mensagem ambiental (*Ibidem*, p. 82).

Como no capítulo anterior enfocamos a face aterradora desse processo, acreditamos que com a discussão aqui proposta podemos dar maior ênfase à porção formidável presente na crise ambiental, já que agora nos relacionamos com um ambiente que, ao mesmo tempo em que é quantificado como recurso ou identificado técnica e economicamente como espaçonave³⁵, também é elevado a ser, possuindo um corpo e uma “alma” biogeofísica. Tomar esse episódio como alegoria, nos parece uma forma, a exemplo de Danowski e Viveiros de Castro (2014), de levar a sério os discursos sobre o fim do mundo, tentando fazer a leitura dessa experiência como uma “mitologia adequada ao presente” (*Ibidem*, p. 17). E partiremos desse evento para avançar na análise dos relatórios das conferências ambientais da ONU no início da década de 1970, uma vez que isto que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de espírito da época parece se manifestar também neles.

Para a psicanálise, psicologia, psiquiatria, ou ciências do campo *psi*, não é incomum uma relação da loucura com a Lua. A expressão “lunático” ganhou o senso comum para referir-se a pessoas que fogem aos parâmetros vigentes que definem o que é normal. Mesmo institucionalmente essa relação pode ser constatada, por exemplo, com o surgimento, na Inglaterra do século XVIII, do Liverpool *Lunatic* Hospital e do pavilhão *lunático* do Guy’s Hospital, em Londres (FOUCAULT, 1972). Não apenas aos loucos, mas aos poetas também é atribuída uma vinculação estreita com a Lua, de modo que é impossível saber desde quando ela participa de nosso imaginário. Lacan (1999) questionava em 1958, ainda no início da corrida espacial, por que as crianças pedem a Lua. E responde: “elas pedem a Lua porque é da natureza de uma demanda que se exprime por intermédio significativo pedir a Lua.

³⁵ “Spaceship Earth” a nave espacial Terra aparece relacionada à noção de ecossistema na década de 1970 (ACOT, 1990, p. 164). Antes disso, porém, em 1966, a economista Barbara Ward escreveu um livro que se tornou *Best-seller*: *Spaceship Earth*, no qual trata das tendências econômicas globais. Barbara foi considerada uma das visionárias mais influentes do século 20, pela revista *Time Magazine*, e participou ativamente da Conferência de 1972 (Satterthwaite, 2006). No entanto, o historiador Deese (2009) atribui a cunhagem do termo a Richard Buckminster Fuller em 1950, como sinônimo da primeira onda ambientalista global (DEESE, 2009, p. 1). O historiador ressalta o poder metafórico, ligado tanto ao ambientalismo, como à corrida espacial e à Guerra Fria, em que uma nave necessita de um único condutor.

Por isso, aliás, não hesitamos em prometé-la. Por isso, aliás, estamos muito perto de possuí-la” (LACAN, 1999, p. 92). A possibilidade está colocada pela linguagem, lugar do infinito, mas também lugar que agencia as práticas realizadoras, e uma década depois daquela afirmação do psicanalista, fomos buscá-la com nossa tecnociência. Siqueira (2016) pontua que a Lua, nesse contexto, funcionou como um pódio da corrida por desenvolvimento empreendida pelas então potências rivais: EUA e URSS.

Dado o fato de a Lua estar presente de várias formas em nossas manifestações culturais, o que pode significar finalmente alcançá-la? Qual o sentido da sentença “um pequeno passo para o homem, um gigantesco passo para a humanidade” atribuída a Armstrong na viagem à Lua? Pode o discurso de crise ambiental e de sustentabilidade estar relacionado à visão extraterrestre da Terra? Hannigan (2006) menciona que há seis elementos para a formulação de questões ambientais como questões políticas: 1 – ter autoridade científica e validade para as reivindicações políticas; 2 – contar com divulgadores científicos que transformam um objeto de estudo considerado fascinante e enigmático em uma reivindicação proativa ambientalmente; 3 – receber atenção da mídia, que mostra esse objeto importante; 4 – ganhar dramaticidade em termos simbólicos e visuais; 5 – haver incentivos econômicos visíveis para a tomada de decisão sobre o problema; 6 – garantir que haja patrocinador institucional que garanta legitimidade à questão e continuidade na agenda.

Além da concordância dos autores sobre o poder metafórico da visão da Terra do espaço para o debate ambiental, é possível pensar, com os elementos de Hannigan, a reverberação dessa imagem também em *Nosso Futuro Comum*:

Em meados do século XX, vemos nosso planeta do espaço pela primeira vez. Talvez os historiadores venham a considerar que este fato teve maior impacto sobre o pensamento do que a revolução copérnica do século XVI, que abalou a autoimagem do homem ao revelar que a Terra não era o centro do universo. Vista do espaço, a Terra é uma bola frágil e pequena, dominada não pela ação e pela obra do homem, mas por um conjunto ordenado de nuvens, oceanos, vegetação e solos. O fato de a humanidade ser incapaz de agir conforme essa ordenação natural está alterando fundamentalmente os sistemas planetários. Muitas dessas alterações acarretam ameaças à vida. Esta realidade nova, da qual não há como fugir, tem de ser reconhecida - reconhecida e enfrentada. (ONU, 1987, p. 01)

Para pensar nessas questões, vale refletir sobre o contexto em que o encontro lunático se dá. O que é fascinante na Lua esteve situado em grande

medida em sua impossibilidade que, ao tornar-se possível, perde o encanto, e é essa transformação que a tecnociência do mundo sem limites tem feito. Contudo, essa transformação, como argumentamos, possibilitou também o olhar extraterrestre para a Terra, o encontro lunático trouxe uma nova versão do planeta, e favoreceu a dramatização das questões ambientais.

Lembremos que nesse contexto geopolítico de disputa pela supremacia mundial, o medo predominante no Ocidente, desde a perspectiva de Hobsbawn (2004), estava em uma grande depressão econômica e, a fim de evitá-la, este movimento enseja uma corrida nuclear e espacial. Nesta disputa, os russos saem na frente com o programa Sputnik, lançando o primeiro satélite artificial, seguido de um segundo com a cadela Laika, ambos em 1957. Laika não sobreviveu e várias experiências com animais e plantas foram tentadas até abril de 1961 quando o russo Yuri Gagarin se torna o primeiro ser humano a estar no espaço. As primeiras imagens em preto e branco da Terra desde o espaço são difundidas nessa época. Com o avanço soviético, os EUA também se lançam ao espaço com o programa Apollo entre 1961 e 1972; em 1969, temos a informação que o primeiro ser humano pisa em solo lunar.

A frase de Armstrong pode ser compreendida como um *slogan* de união planetária: um indivíduo representava naquele momento toda a humanidade. Uma realização não de um homem ou uma nação, mas de um modo de vida vencedor. Na guerra entre modelos socioeconômicos, a frase de Armstrong sela a supremacia do modelo capitalista. A frase e o hasteamento da bandeira americana em solo extraterrestre compõem a imagem que percorre o mundo e assume o semblante de que aquele modo de vida representa a humanidade, falam em nome dela.

No campo das ciências naturais, ideias sobre a totalidade dos sistemas de vida na Terra, englobando as esferas bióticas e abióticas, ganham força com o conceito de ecossistema estabelecido por Tansley (ANKER, 2002) ainda em 1935 e legitimado pela comunidade científica em meados da década de 1950. Este conceito fornece explicação científica para as inter-relações entre todos os elementos do planeta Terra e faz crescer a importância das preocupações climáticas para a manutenção da vida, bem como a demanda por instrumentos para o seu monitoramento.

Com o enfraquecimento da URSS no campo geopolítico, com o conceito de ecossistema no plano científico, e finalmente, no plano imaginário, com a visão da

Terra do espaço, a imagem de totalidade do planeta vai se consolidando e corre o mundo ao final da década 1960 por meio da comunicação de massa. A conquista lunática enquanto perspectiva de mundo total e integrado borra os antagonismos humano-natureza, sociedade-natureza, humanos e não humanos, classes sociais, diferenças regionais, e inscreve a mensagem que somos todos uma só coisa: Gaia. Esta perspectiva busca arranjar os fragmentos em um todo, legitimada pela racionalidade do conceito de ecossistema, criando a perspectiva de um corpo-Terra que rapidamente é cientificizado com a hipótese de Gaia de Lovelock: “Gaia é um organismo vivo” (LOVELOCK, 2010).

É importante destacar os efeitos que o encontro lunático parece remeter a ponto de estar presente no relatório que institui o Desenvolvimento Sustentável para nosso futuro comum, conceito atravessado por aquela sensação de fragilidade da Terra e de inadequação do humano em integrar seu sistema. A conquista desse mais-além representado por este encontro como uma formidável mostra de força de nossa ciência e tecnologia orientadas pelo pensamento racional é também o evento que, desde a mudança de perspectiva – este olhar fora de lugar, em que não se vê fronteiras – aponta para a nossa fragilidade. Produz a unidade desejada, identifica a todos como humanidade³⁶, como terráqueos, englobando humanos e não humanos. Mas estar diante desse corpo-Terra também evidencia uma sensação de impotência. O olhar científico sobre a Terra, um olhar cuja imagem extraterrestre confirma uma visão de fragilidade, pode estar refletindo nosso próprio desamparo humano.

3.1. Narrativas de Navegação

No tópico anterior, buscamos retratar como o “sem-fronteiras” é valor inscrito no discurso que faz laço social e agencia as práticas sociais; a visão global que a jornada espacial encerra em uma imagem está em um mundo que não se vê mais como dividido em blocos, está na noção de sistema, está na problemática ambiental, e deverá estar no humano cujas formas de reconhecimento de si estão moduladas

³⁶ O termo humanidade já apresentava essa característica de comportar a todos indistintamente, o que parece ser diferente é que o estar diante da Terra produziria um fechamento da imagem (*Gestalt*), passamos a nos reconhecer, e a responder, como globais.

pela estruturação do laço social; neste tópico, tentaremos navegar pela porção afetiva dessa modalidade global, também enredados pela experiência lunática.

As histórias contadas pelos astronautas que passaram pela experiência da visão da Terra do espaço podem ser consideradas como narrativas de fronteira, experiências onde está em causa o fronteiro. A operação simbólica implicada nelas não pode ser desprezada. Como chama atenção Lacan: “entendam que brinco com o cristal da língua para refratar do significante aquilo que divide o sujeito”; e faz a brincadeira: “lhes conto um ‘causo’ em francês, não lhes causo tristeza, espero” (LACAN, 2003, p. 425). As antigas crenças que estão presentes nestas narrativas mobilizam determinados afetos que se vinculam às experiências produzindo miragens ou efeitos emocionais específicos, como em uma alegoria. Isto pode ser verificado em outras experiências, como nas miragens de oásis no deserto, nos “causos” contados por pessoas do campo e nas “histórias de pescador”, como chamamos no Brasil os contos de veracidade questionável – e que se aproximam do fantástico.

Frank White (1987) foi quem primeiramente tentou conceituar um aspecto que percebeu nas narrativas dos diversos astronautas que foram submetidos a essa experiência, chamando-o de *overview effect*³⁷. Baseado em entrevistas com os astronautas, este autor identificou que a maior parte deles mencionava experiências transformadoras sobre o “senso de maravilha e temor (*wonder and awe*), unidade com a natureza, transcendência e irmandade universal” (Vakoch, 2012, *apud* Yarden et al., 2016). Yarden et al. (2016) depreendem ainda que pode ser constatado em alguns astronautas um “renovado senso de propósito” (*Ibidem*, p. 3) e que há “alguma coisa única e profunda sobre ver e contemplar a Terra à distância” (*Ibidem*, p. 3). Poderíamos pensar este efeito como extraordinário não necessariamente por ser extraterrestre, mas por sua raridade; são pouquíssimas as pessoas que efetivamente tenham passado por essa experiência *in loco*. No entanto, o próprio White refere que não parece ser algo muito diferente dos relatos de pessoas em experiências de “visões de grandes imensidões, tal como do pico de montanhas” (WHITE, 1987, p. 1, *apud* YARDEN et al., 2016). A diferença residiria, na

³⁷ Não encontramos na literatura discussão sobre isso em português, mas um recente trabalho intitulado *The Overview Effect: awe and self-transcendent experience in space flight*, (Yarden et al., 2016), faz um estado da arte da literatura produzida a respeito na língua inglesa, e por isso é utilizado como a base para nossa análise. Todas as citações dele provenientes são em livre tradução.

perspectiva desses autores, na intensidade; eles pensam a visão da Terra do espaço como uma “versão da quintessência dessa experiência” (WHITE, 1987, p. 1, *apud* YARDEN *et al.*, 2016). Se por um lado a fronteira da órbita da Terra é um limite raramente ultrapassado por humanos, o efeito relatado nos parece dizer respeito a uma manifestação bastante antiga. Podemos encontrar, por exemplo, na Teogonia de Hesíodo, sob o nome de *numinoso*:

um discurso sobre a experiência do Sagrado, um discurso sobre o que não deve e não pode ser dito, quer por ser motivo do mais desgraçado horror (o Nefando), quer por ser objeto da mais sublime vivência (o Inefável) (HESÍODO, 1995, p. 8).

Essa experiência dual nefando-inefável encontrada na literatura da Antiguidade já retrata aquela dualidade que tentamos destacar com aterrorizante e aterradora presente na experiência do estranho e acreditamos estar presente na crise ambiental de nossa sociedade de risco. De fato, não precisamos retroceder tanto para compreender o *overview effect*. Freud, em *O Mal-estar na Civilização*, retoma uma discussão iniciada com *O Futuro de uma Ilusão* em que descreve as origens das ideias religiosas. No entanto, é confrontado por Romain Rolland sobre a verdadeira origem da religiosidade: “Trata-se de um sentimento que ele gostaria de designar como uma sensação de ‘eternidade’, um sentimento de algo ilimitado, sem fronteiras – ‘oceânico’, por assim dizer” (FREUD, 1930/2006, p. 73). E continua sua descrição: “[não se trata de] um artigo de fé; não traz consigo qualquer garantia de imortalidade pessoal, mas constitui a fonte da energia religiosa [...]” (*Ibidem*, p. 73). E conclui evocando a frase do dramaturgo pessimista Grabbe (1801 – 1836): “Não podemos pular para fora deste mundo” (*Ibidem*, p. 74). É certo que não havia astronautas nessa época.

No entanto, é interessante notar a metáfora náutica presente em sua descrição para um sentimento que romperia as fronteiras do tempo (sensação de eternidade) e do espaço (sem fronteiras). O oceano, à época de Freud, era o elemento que mais imediatamente poderia representar esse algo ilimitado, uma vastidão e incomensurabilidade sem fronteiras que se tenta transmitir nessa ideia. Essa comparação é bastante apropriada quando estamos pensando que a visão da Terra do espaço a posiciona em um lugar cercado pela imensidão do “oceano”

sideral. O *overview effect* pode ser pensado desde essa categoria de sentimento oceânico, hiperbólico, contudo, atualizado em um sentimento sideral.

Todavia, a tese freudiana insiste que este sentimento esteve sempre aí, que a relação de ligação imediata com o mundo é nossa experiência inicial de mundo, sendo o ego um desenvolvimento tardio. O humano, ao nascer, não distingue um mundo exterior, é a experiência de estar no mundo que vai configurando uma diferenciação entre interno e externo, define os limites do eu e do exterior.

numa expressão mais correta, originalmente o ego inclui tudo; posteriormente, separa, de si mesmo, um mundo externo. Nosso presente sentimento do ego não passa, portanto, de apenas um mirrado resíduo de um sentimento muito mais inclusivo – na verdade, totalmente abrangente –, que corresponde a um vínculo mais íntimo entre o ego e o mundo que o cerca. Supondo que há muitas pessoas em cuja vida mental esse sentimento primário do ego persistiu em maior ou menor grau, ele existiria nelas ao lado do sentimento do ego mais estrito e mais nitidamente demarcado da maturidade, como uma espécie de correspondente seu. Nesse caso, o conteúdo ideacional a ele apropriado seria exatamente o de ilimitabilidade e o de um vínculo com o universo – as mesmas ideias com que meu amigo elucidou o sentimento ‘oceânico’. (*Ibidem*, p. 77)

Dentro dessa perspectiva, as crenças religiosas, ou qualquer outra crença que faça o revestimento simbólico para nomear esse sentimento, são derivadas dele. Para Freud, a verdadeira “origem da atitude religiosa” (*Ibidem*, p. 81) como ilusão recobridora que permite dizer sobre a sensação de estar ligado ao universo, reside no desamparo inicial. Neste sentido, a visão da Terra do espaço pode ser compreendida como uma experiência limítrofe que toca nesta antiga fronteira eu-mundo, ou, como preferimos, serve de alegoria para retratar um momento, na Terra, em que a visão de mundo está em transformação, uma transformação que coloca o desamparo em causa, em que as fronteiras estão se decompondo como referência dentro de um processo de trocas sociais em que o “sem-fronteiras” assume novo valor de relacionamento com o mundo. Este relacionamento, contudo, traz junto seu avesso aterrador. O exemplo mais próximo que podemos oferecer é a própria concepção de riscos da modernidade reflexiva, que são riscos que não respeitam fronteiras espaciais, geopolíticas, e temporais (BECK, 2010).

É possível pensar, a partir dessas narrativas de navegação, a crise ambiental como problema social que toca a todos, atinge esse sentimento de mundo, não religiosamente, porque somos esclarecidos, mas tecnocientificamente.

3.2. Gaia e o desamparo

Já levantamos uma antiga paixão pela Lua, que pode ser verificada na mitologia, na poesia e na loucura, importantes aspectos que contrastam com o discurso tecnocientífico. A ficção científica expressa esse desejo desde o século XVII. Cyrano de Bergerac (1619 – 1655) já tratava de uma colonização da Lua (*Historoire comique des Estats el empires de la Lune*, 1657), mas quem representa melhor esse processo é Julio Verne (1828 – 1905) (*De la Terre à la Lune*, 1865) (SIQUEIRA, 2016). No caso de Verne, fica explícita a conquista da Lua por meio das fabricações humanas: o canhão pensado por Verne seria a antecipação do foguete que possibilita o mais-além espacial, defende Lebrun (2001).

A unidade com o planeta e esse desejo pela Lua já circulavam na sociedade desde a colonização, ou das Grandes Navegações. Porto-Gonçalves (2016) refere que, já nessa época, estava presente o termo globalização, vinculado ao ideário europeu. O efeito do encontro, relatado pelos astronautas, é referido por eles como um sentimento de unidade com o planeta. A ideia globalizante é uma das formas mundanas em que se tenta, com os pés na Terra, esse sentimento de unidade. Desde outra perspectiva teórica, Marcuse (1982) destaca a unidimensionalização, que acontece quando

uma sociedade que controla e integra todas as dimensões da existência privada e pública, que assimila forças e interesses antes opostos, que administra metodicamente os instintos humanos; uma sociedade na qual toda força de negação está reprimida e se converte, por sua vez, em fator de coesão e afirmação (MARCUSE *apud* PEIXOTO, 2011).

Esse processo totalizante tem implicado uma série de práticas e noções que carregam a marca significativa do “sem-fronteiras”, como a comunicação de massa, o conceito de ecossistema, as trocas econômicas, dentre outras; uma marca que se prolifera para várias esferas da vida, inclusive a subjetiva, o que nos permite pensar em uma posição subjetiva global ou um sujeito global. Um sujeito global o é pelo reconhecimento de uma identidade global; ser global depende de um processo histórico, social, econômico, e imaginário, para se reconhecer como tal. Colocamos o encontro lunático como parte desse processo de assunção da imagem; para Lacan (1998) trata-se de identificação a “(...) transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (*Ibidem*, p 97). Há uma mensagem implícita nesse

processo: “você é isso que vê no espelho do mundo”. Poderíamos então retomar a frase lunática desde nosso espelho sideral: “um pequeno passo para o homem, um gigantesco passo para a humanidade”. Trata-se de uma experiência que busca nos identificar como humanidade na forma de uma irmandade universal (Yarden et al. 2016). Todos somos um, concernidos à imagem da Terra, nomeada agora de Gaia.

A imagem de uma humanidade terráquea já pode ser sustentada pela visão extraterrestre, viabilizada pela tecnociência. É uma imagem que, ao fazer de todos um, supera o ponto de vista bifocal do pós-guerra, a bipolaridade da geopolítica da Terra. É nesse contexto que os discursos passam a ter a tônica de nos reconhecermos em um mundo só, partes de um único ecossistema³⁸, em que nos identificamos como globais, momento no qual nossas crises e nossos riscos não poderiam deixar de fazer parte dessa cadeia significativa. A formação da identidade global está concernida às questões que dizem respeito à humanidade, a imagem de Gaia legitima isso. Uma outra relação com o mundo deve ser possível e a identidade terráquea contribui para traçar essa nova ordem. A crise ambiental do pós-guerra emerge com esse traço globalizante, engloba o local enquanto se localiza no global, e passa a se preocupar com a sobrevivência da humanidade feita corpo de Gaia. Como humanidade global, temos um novo corpo, é nosso corpo-Terra que agora está em risco (mundial). O sujeito global tem preocupações globais, suas relações de pertencimento e reconhecimento são globais, o mal-estar também passará a atender por um nome global, como uma crise que afeta a todos nesses termos sistêmicos unidimensionais, uma crise ambiental que transborda tempos e espaços.

Nesse tipo de laço global, torna-se possível nos referirmos a um desamparo exteriorizado, como um afeto da Terra, o próprio corpo de Gaia como o lugar em que se dá o circuito de afetos (SAFATLE, 2015), em que a semântica da crise ambiental, no interior de sua produção de saber, passa a dar nomes, a tentar simbolizar este desamparo planetário. Pensamos que ele está inscrito em narrativas de vulnerabilidades, de ausência de recursos ou de apoio para lidar com a percepção de fragilidade do planeta, de seus limites; Gaia aterrorizada pelo encontro com sua própria finitude, revelada pelo conhecimento tecnocientífico. Gaia nasceu, e tudo que nasce deve morrer, mas o real da morte é insustentável, insuportável,

³⁸ Em 1972, na ocasião da Primeira conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente, de Estocolmo, foi lançado pela UNESCO, o documento *Only One Earth*, com texto de mesmo nome da autora da “*Spaceship Earth*”, Barbara Ward.

mobilizando fantasias que permitam lidar com ele, às quais devem ser interpretadas a partir de sua função no discurso que o tenta circunscrever. Ilustramos com a figura da capa do documento da UNESCO de 1972: *Only One Earth* (figura 1); cujo título carrega essas marcas significantes em que há a presença tanto da unidade quanto da finitude, em uma perspectiva de morte de Gaia.

Figura 1 – *Only One Earth* – documento da Unesco de 1972

Fonte: UNESCO

A visão extraterrestre da Terra, que enreda o planeta em uma narrativa de sistema frágil, pode ser interpretada como um reflexo do próprio desamparo do humano que se fez em humanidade global nesse discurso. O encontro com o desamparo leva à necessidade de se fazer algo para sustentar a vida na Terra, ou a vida da Terra, tamponar, de alguma forma, nosso furo simbólico frente a presença real da crise, ainda que isso se constitua como uma ilusão, fantasia ou crença, que irá se manifestar no processo político subsequente. Nesta abertura à indeterminação, que veremos nascer institucionalmente, em 1987, o Desenvolvimento Sustentável como estratégia internacional para o enfrentamento da crise. Em outras palavras, o encontro lunático, nesse sentido, representa o processo de construção da perspectiva que, ao mesmo tempo que nos faz simbolicamente Um global, mostra seu furo, que se converte em demanda e pede por amparo, por consolo, por alguma forma de sustentabilidade como meio de negação da finitude,

que aparece, só depois, com o conceito de Desenvolvimento Sustentável inscrito no relatório *Nosso Futuro Comum* da instituição ONU.

A humanidade sideral que, diante da Terra como seu espelho, vê “uma bola pequena e frágil” (ONU, 1987), se reflete com uma imagem integrada de corpo-Terra desamparada. O medo de perdas de pedaços do mundo (desertificação, perda de biodiversidade, de água, acidificação, mudanças climáticas, dentre outros) é homólogo à visão de um corpo despedaçado, fantasia que aponta para aquela fronteira de constituição do eu, fronteira eu-mundo, *borrada* pela perspectiva de rede que o nome ecossistema transmite. Seguindo essa homologia, podemos pensá-la desde sua incidência nos sonhos, cujo corpo despedaçado surge como a representação do lugar da angústia, já que a constituição do eu, enquanto processo de integração de si, emerge com a imagem de uma unidade corporal (LACAN, 1998). Estamos considerando que o processo de globalização e sistematização (isso que faz fechamento do mundo em sistema) tem funcionamento imaginário semelhante, como um processo de constituição da imagem de um corpo-Terra, em que o mal-estar desse corpo poderá aparecer sob a forma de medo de perda dos pedaços do mundo, representante dessa angústia de desintegração, figura de nossa dificuldade com a finitude em um nível planetário. Freud pensava que os mitos poderiam ser entendidos como os sonhos da cultura; e foi seguindo esse trajeto que Lacan desenvolveu sua teoria do significante e, posteriormente, dos discursos, estruturação que, pensada como a modalidade em que se dá o laço social, pode ser entendida como nossos “mitos” atuais, estejam eles sob uma roupagem racional ou não, já que isso se torna irrelevante para a abordagem da angústia subjacente aos discursos. Podemos perceber isso quando tomamos as perspectivas inscritas nas pesquisas atuais sobre os limites planetários, como a desenvolvida por Rockström *et al.* (2009), em que a constatação presente refere que se um dos aspectos que sustentam a vida na Terra se desfaz³⁹, o sistema colapsa, o corpo desintegra, a angústia de desintegração do eu agora é hiperbolizada em uma angústia de desintegração do corpo-Terra, do qual somos todos sua carne nesse processo de identificação global.

No contexto do início da década de 1970, em que temos essa imagem que permite ver o planeta sem a divisão em blocos (socioeconômicos ou de qualquer

³⁹ São um total de nove, e já os elencamos na introdução.

espécie) e que exerce a função de oferecer um senso de unidade, função desejada desde as guerras, como tentamos mostrar desde o primeiro capítulo, mas que traz consequências, ou efeitos colaterais, que também obedecerão a essa perspectiva de unidade. Os riscos agora são riscos a essa unidade, e a angústia de finitude que esses riscos deixam ver também está concernida a essa unidade.

Essa visão una é compartilhada por Lovelock (2010), em sua hipótese sobre Gaia, desdobramento de nosso sucesso espacial:

Há pouco mais de quarenta anos os astronautas da Apollo 8, enquanto orbitavam a Lua, fotografaram a Terra inteira — a biosfera contrastando com a estéril paisagem lunar onde os astronautas deixaram suas pegadas. As imagens da Apollo despertaram a percepção global de que a “Espaçonave Terra” era vulnerável e que sustentá-la era um imperativo ecológico. Mas houve uma segunda e importante influência de impacto global semelhante — não uma imagem, mas um novo e deslumbrante conceito, com um título romântico. Era Gaia — a ideia de que a biosfera da Terra se comporta como se fosse um único organismo. (LOVELOCK, 2010, p. 11)

Como um mito global a estruturar nossa visão de mundo, o impossível tornado possível pela formidável técnica, ao possibilitar o encontro com o mais-além desejado, reflete o desamparo em Gaia. Do encontro lunático temos a percepção da fragilidade do nosso próprio lugar. Quanto a isso, Freud refere uma “sensação de espanto mesclada à alegria” (FREUD, 1927/2006, p. 34) em encontros dessa natureza, que, segundo este autor, mantém subjacente um conflito próprio a experiências de sucesso; o sucesso da satisfação de um desejo não viria sem a companhia da culpa por tê-lo alcançado. A satisfação da realização é sentida ao mesmo tempo como gratificação e como uma violação de uma interdição. É como se o mais-além desejado (pensamos na conquista da Lua), quando alcançado (o grande passo), tem o traço do triunfo mesclado ao desamparo, da falta de proteção, de segurança; e pede por consolo, ou nos termos de Lovelock, por alguma forma de sustentabilidade. Como argumenta Freud, trata-se de uma condição que encontra na relação com a mãe a sua mais precoce experiência de proteção; o desamparo surge como conceito psicanalítico que pode ser relacionado à sensação de segurança-insegurança que procuramos destacar desde o primeiro capítulo (a pergunta de Einstein), ou seja, diante do desamparo, medidas de proteção passam a ser tomadas para superá-lo, busca-se por amparo.

Se retomarmos nossa linha de argumentação, teremos que, o impulso de expansão ilimitada, abordado no primeiro capítulo já estava subjacente como fantasia cultural no contexto das Guerras, estruturando uma realidade de busca da totalização do mundo, com a negação da finitude. É nesse contexto que a insegurança planetária e a sobrevivência da humanidade ganham a primeira cena. É este o momento que a tecnociência vem prosperando em todos os âmbitos, aumentando seu poder (BECK, 2010), cuja mais terrível e formidável mostra dessas construções foi a bomba nuclear. Sob a ameaça da guerra final, e da depressão econômica, inicia-se a corrida para o desenvolvimento nuclear e espacial, corrida de gigantes que nos leva à Lua, passo formidável da humanidade, a mesma que agora se pensa com o pé pesado e tendo de sustentar sua pegada ecológica (WACKERNAGEL & REES, 1998).

O encontro lunático aponta para a identificação com uma fragilidade que diz a nosso respeito e a respeito de nossa relação com a Terra. É o reconhecimento e assunção de nossa imagem terráquea no espelho do mundo totalizado em ecossistema, e junto a ele passamos a identificar riscos que se voltam contra a manutenção desse sistema. Esse é um dos motivos de a fragilidade do planeta ser colocada como questão no contexto da crise ambiental que passa a ganhar força nessa época. A crise ambiental deve ser traduzida como a forma de manifestação de nosso desamparo quando assumimos uma perspectiva global, é nosso medo de despedaçamento. A crise ambiental é o processo de reconhecimento do desamparo de Gaia que demanda sustentabilidade frente ao risco de sua finitude. É a visão global que possibilita a perspectiva de crise total e demanda uma resposta que reúna todo o arsenal tecnocientífico, porque esta é a ilusão que circula, como um consolo formidável para a manutenção do seu próprio sistema que se vê total. Importante ressaltar que ainda não se tinha a institucionalização do conceito de Desenvolvimento Sustentável nesse momento, mas as condições para seu fomento já pareciam bastante razoáveis.

3.3. Com os pés sobre Gaia

Os afetos circulam no corpo político, como defende Safatle (2015). Tratamos de mostrar que o mundo (visto) da Lua fez nascer Gaia como corpo animado

biogeofisicamente, e junto a ele narrativas que apontam para um sentimento primário próprio à época do nascimento: um sentimento oceânico de indiferenciação eu-mundo. Também mencionamos que as décadas de 1960 a 1990 são o período em que Boltanski e Chiappelo (2009) descrevem como o nascimento de um novo espírito do capitalismo. Esses autores não precisaram ir à Lua para perceber esse novo espírito, mas ficaram em seu próprio território, a França, para descreverem as transformações pelas quais a perspectiva de mundo estava passando. E a mudança que descrevem pode ser resumida como uma lógica de funcionamento empresarial, da qual podemos destacar aspectos como funcionamento em rede, autonomia, liberdade, flexibilidade, transferência de tecnologia, inovações tecnológicas, cooperação, administração por objetivos, preocupações com garantias que envolvem cálculo de risco e administração do futuro.

Esses valores empresariais que passam a circular nessa época e compõem o espírito do capitalismo irão surgir nos relatórios das conferências da ONU compartilhando espaço com o sobrevivencialismo em uma narrativa que nos remete à dos astronautas do *overview effect*. Desse modo, nos parece coerente defender que esses relatórios, analisados na segunda parte desta tese, constituem também um *corpus* apropriado para mostrar como o novo espírito do capitalismo se encarna (ou se enterra) no corpo-Terra desde a primeira conferência de 1972. A metáfora da navegação está sempre presente, seja ao imprimir a ideia de que somos todos passageiros da “Espaçonave Terra”, seja na forma como os riscos são apresentados e enfrentados, inerentes ao navegar, neste caso ao governar, em um oceano de indeterminação do futuro em que se busca garantias para a automanutenção de seu sistema para a eternidade. No entanto, este movimento que vai se delineando nessas décadas do pós-guerra parece ganhar uma definição mais nítida ao final de 1980 e início de 1990, quando também se estabelece o conceito de Desenvolvimento Sustentável para a amarração enquanto resposta institucional global à crise ambiental planetária.

Quando nos referimos a estar com os pés em Gaia estamos nos remetendo a um movimento que Siqueira (2016) denomina de “descendente”, ou de “derivas” (SIQUEIRA, 2016, p. 3). O movimento ascendente é a própria corrida espacial em seu sentido de exploração e conquista. Já o descendente, suas derivas, é compreendido pelo autor por meio do conceito de *spin-off*, cujo sentido original vincula-se à transferência de tecnologia, mas que Siqueira busca pontuar como

modalidades políticas desse processo. Quando ligado à transferência de tecnologia, *spin-off* pode ser traduzido como “derivagem”, e é reconhecido como uma das formas de empreendedorismo que mais favorecem o crescimento econômico (ELPIDA *et al.*, 2010). Trata-se daquilo que produzido pela indústria espacial, sobremaneira instalada nos países desenvolvidos, passa a ser transformado em geração de valor econômico em solo terrestre por meio de jogos de cooperação.

Dentre as heranças da corrida espacial, podemos destacar o próprio desenvolvimento da climatologia como um *spin-off* no sentido que o atribui Siqueira (2016). Conforme aponta Leite (2015), esta ciência surge do encontro entre a previsão meteorológica do tempo por computadores com estudos sobre o ciclo do carbono, na década de 1950. Os desenvolvimentos da informática como recurso de previsibilidade de cenários futuros também foram largamente utilizados na ecologia a partir desse período (ACOT, 1990). O primeiro computador digital foi desenvolvido por von Neumann em projeto à marinha estadunidense como “projeto meteorológico” de modo que não apenas se pudesse prever, mas também controlar o clima para ser utilizado como arma de guerra (LEITE, 2015, p. 646)

Do projeto Manhattan que produziu as bombas atômicas, foi criado um grupo, chamado de *Jason*⁴⁰, que realizava estudos e projetos sobre aquecimento global, oceanografia, e o escudo antimíssil que ficou conhecido como guerra nas estrelas (FINKBEINER, 2006). Esse período foi responsável também pelo desenvolvimento da teoria dos jogos, esquema matemático sobre decisões que pretende a racionalização de comportamentos diante de dilemas envolvendo perdas e ganhos (LEITE, 2015). Para Hamblin (2013), vários trabalhos atuaram como uma frente de “guerra ambiental”, isto é, com a finalidade de controlar ameaças radioativas, biológicas, climáticas dentre outros projetos estratégicos para matar grande número de pessoas. A guerra do Vietnã é considerada como um exemplo do uso do conhecimento sobre o controle de agentes ambientais com objetivos militares (LEITE, 2015, ACOT, 1990).

Nesse contexto, a justificativa econômica toma o lugar para continuar a corrida espacial; ganha força a perspectiva de que as inovações tecnológicas produzidas pela conquista sideral sejam transferidas para tecnologias que proporcionem o crescimento econômico e, com ele, a melhora do modo de vida das

⁴⁰ Em referência à história de Jasão e os argonautas, que deveriam atravessar os perigos em seu navio (Argos) para alcançar o velocino de ouro. Outra metáfora náutica.

populações, basicamente a mesma fórmula do Desenvolvimento Sustentável, prestes a nascer. Busca-se mudar a perspectiva sobre uma prática que, no entanto, permanece em seu processo de expansão ilimitada. Este processo se dá a partir da década de 1970, período em que a postura belicosa é questionada socialmente pelos movimentos de contestação – ambientalistas e pacifistas – e os investimentos nesta área são conseqüentemente reduzidos. A problematização desta questão se reflete na primeira conferência da ONU como a necessidade de investir na paz e não nas armas (ONU, 1972), bem como em *Nosso Futuro Comum* que, inclusive, traz números sobre os orçamentos militares que poderiam ser utilizados para a proteção do ambiente (ONU, 1987).

Siqueira pensa sobre *spin-offs* políticos que reconfiguram os “mecanismos de governo da vida e do planeta”; pensa as bombas nucleares de Hiroshima e Nagasaki como “chave para se observar o aceno da sociedade de controle e sua ecopolítica, em meio a um horizonte ainda predominantemente biopolítico” (SIQUEIRA, 2016, p. 5). Sua concepção de ecopolítica pode ser compreendida como uma governamentalidade⁴¹ planetária, cujo início se daria após a Segunda Guerra, em que as formas de controle não são exercidas mais por estruturas rígidas, mas flexíveis, modulares. Nesse sentido, ganha expressão o monitoramento do território, possibilitado pelos artefatos espaciais; as imagens de satélite são a visão da Terra do espaço. Como Siqueira reporta, ainda em 1957 é assinado um tratado internacional mencionando satélites artificiais (UNESCO, 1957) no âmbito do Ano Geofísico Internacional⁴², relatando a necessidade de conhecer nosso planeta por meio desses instrumentos de monitoramento.

Ainda em 1970 aconteceria nos EUA o Earth Day, encontro científico que estabeleceu o dia da Terra, 22 de Abril. O encontro reuniu cientistas de diversas áreas para debater os problemas ambientais e celebrar a paz mundial. Hannigan (2006) argumenta que este evento marca o ingresso das ciências sociais no debate ambiental, referindo que, a partir dele, esta disciplina intensificou trabalhos na interface natureza-sociedade. E a imagem que estampa esse evento é justamente a

⁴¹ Conceito estabelecido por Foucault (1926-1984), que o descreve como “o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (*apud* DARDOT e LAVAL, 2016).

⁴² Ano Geofísico internacional (1957-1958), foi um evento definido pela Assembleia Geral da ONU, com o objetivo de reunir esforços dos países para uma maior e melhor compreensão dos fenômenos relacionados à Terra, promoveu um sistema mundial de observação da atmosfera (CARDOSO, 2005).

Terra vista do espaço. Os debates passam a ser travados na perspectiva lunática; começa a haver um chamado global para a comunhão em torno do desamparo de Gaia.

A exemplo do primeiro capítulo, no qual discutimos a dupla incidência de “Eras” – desde a associação da “Era das catástrofes” de Hobsbawn (2004) e a “Era da Instalação” de Heidegger, a partir do ponto de vista de Silva Júnior (2017) – parece que nos encontramos novamente com outra associação de “Eras” conforme avançamos no século XX. A “Era Espacial” (SIQUEIRA, 2016) e sua vinculação com a “Era de Crescimento”⁴³ representaria, nos termos de Siqueira, os momentos ascendente, ainda ligados à guerra, e os descendentes, mais ligados à necessidade de crescimento econômico, que posteriormente irá aparecer como princípio organizador de *Nosso Futuro Comum* sob a construção “Nova Era de Crescimento” (ONU, 1987): a Era do Desenvolvimento Sustentável.

Nesta nova era, o “mais urgente problema que a civilização tem de enfrentar” (ONU, 1987) desloca-se para o ambiente e para o clima. Perdemos um inimigo circunstancial, mas ganhamos um crônico, não mais um inimigo de um tempo determinado, mas um inimigo de um tempo indeterminado, que se converte em um terreno para o emprego das tecnologias de guerra. O avanço tecnológico com ferramentas capazes de prever e controlar o futuro para enfrentar o inimigo crônico aparece como a forma mais refinada para a relação de poder sobre a vida por meio do controle técnico do ambiente, como a análise dos relatórios das conferências sobre meio ambiente, objeto da segunda parte desta tese, parece evidenciar.

⁴³ Hobsbawn chama a esse período de “Era de Ouro”, e o subdivide em dois momentos: antes e depois de 1970.

SEGUNDA PARTE – GOVERNO DO FUTURO

CAPÍTULO 4 – O REGIME SUSTENTÁVEL

4.1. Introdução

Os capítulos anteriores nos serviram para estabelecer uma leitura acerca de elementos presentes na constituição de um pensamento sobre a crise ambiental, sua realidade e os modos com os quais o discurso se estrutura para dar-lhe revestimento simbólico. Nesse caminho, dois aspectos complementares estiveram presentes desde o início neste trabalho: a finitude e o ilimitado.

Nessa segunda parte da tese, veremos como esses aspectos podem ser encontrados na própria atuação da ONU frente às questões ambientais, por meio análise dos documentos referentes às quatro conferências realizadas sobre desenvolvimento e ambiente, e do relatório de Brundtland - *Nosso Futuro Comum*. Desde uma perspectiva cronológica, dividimos nossa análise em dois momentos: no primeiro (parte inicial do capítulo 4) analisamos a conferência de 1972 e o relatório Brundtland, buscando apontar as tensões notadas e reverberadas na literatura; e no segundo destacaremos o projeto conciliatório que nos parece estar de acordo com o discurso segundo o qual o simbólico se estrutura para contornar o impossível inscrito na arte de governar. O capítulo 5, por sua vez, continua a análise das conferências Eco92, Rio+10 e Rio+20 e dos documentos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao final da exposição, buscamos uma articulação a partir de uma visão panorâmica desses documentos (capítulo 6), buscando aproximações interdisciplinares que permitam pensar esse processo de mais de 40 anos de debate institucional em torno da crise ambiental. Antes, porém, uma ressalva precisa ser feita. Ao optarmos por essa apresentação cronológica, percebemos que a primeira conferência realizada, em 1972, já deixava explícita uma divisão e um descontentamento, nos quais está em causa o processo de desenvolvimento. Divisão retomada em *Nosso Futuro Comum*, em 1987, documento redigido por uma comissão que prescreve o modo de vida ideal na perspectiva global por meio do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Posteriormente, a Eco92 traz o primeiro conjunto de acordos a operar, de fato, sob a ideia do desenvolvimento sustentável. As demais conferências, como nossa análise evidencia, parecem funcionar como aprimoramento dessa operacionalização, na qual a finitude é recoberta pelo ilimitado inscrito sob os parâmetros econômicos.

4.2. A Conferência de Estocolmo de 1972

Composta por 113 países, 250 organizações não governamentais e órgãos da ONU, a conferência de 1972 buscou a comunhão entre a conservação ambiental e os limites do crescimento. A conferência, ao colocar em confronto essas necessidades opostas, também evidenciou a divisão planetária de interesses, cujo foco assentou-se sobre o desenvolvimento.

Os países desenvolvidos apresentaram a necessidade de alteração do tipo de desenvolvimento mundial, considerado danoso para o ambiente. Conforme pontua Lago (2013), essa proposição pode ser pensada, especialmente, devido ao modo de vida que a classe média desses países havia alcançado.

A classe média nas sociedades mais ricas, após vinte anos de crescimento ininterrupto, durante os quais haviam sido supridas as suas necessidades básicas nas áreas de saúde, habitação, educação e alimentação, estava pronta a alterar suas prioridades para abraçar novas ideias e comportamentos que alterassem diretamente seu modo de vida (*Ibidem*, p. 24)

Os movimentos ambientalistas da década de 1960, que tinham como pauta de reivindicações outro modelo de industrialização, menos danoso ao meio ambiente, refletiram esta disposição da classe média de repensar suas prioridades. Essa movimentação, somada aos diagnósticos feitos com a ajuda dos modelos matemáticos da informática, cujo trabalho mais significativo é *Os limites do Crescimento*, do Clube de Roma (MEADOWS *et. al.* 1972), passou a incorporar uma demanda de alteração do modo de vida, visto agora como predador do meio ambiente. As formas de desenvolvimento mundial precisavam mudar e havia um motivo global para isso: a sobrevivência do planeta em risco.

A perspectiva que parte da compreensão de que o desenvolvimento tornou-se uma ameaça de catástrofe global vem do primeiro mundo ocidental, conforme

apontamento de Lago (2013). Dentro deste entendimento, as propostas de preservação e conservação conduzidas pelos países desenvolvidos não representariam significativas transformações ao seu já desenvolvido modo de vida; no entanto, como pontua Aguiar *et al.* (2015), para os países em desenvolvimento tal proposta representaria um basta ao crescimento de suas economias.

O imperativo de proteção emanado pelos países ricos se chocaria, assim, com a necessidade de crescimento dos pobres para os quais as preocupações com o meio ambiente se tornaram um impeditivo para o desenvolvimento. Um exemplo desse conflito pode ser depreendido da postura do Brasil, conforme encontramos no relatório de sua delegação:

Os grandes recursos naturais e humanos de que dispõe o país e suas comprovadas perspectivas econômicas aconselharam manter-se em Estocolmo e na fase posterior à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente uma atitude de atenção e cautela: atenção no sentido de assegurar, na medida do possível, a incorporação a nosso processo de desenvolvimento os novos conhecimentos científicos e tecnológicos, revelados pelas pesquisas ambientais; cautela a fim de evitar que fatores externos interfiram negativamente no processo de desenvolvimento. Uma posição de equilíbrio, em que nem se ignorem os problemas ecológicos, nem se lhes dê importância excessiva, fez-se, pois necessária e inspirou a atuação da Delegação do Brasil à Conferência (BRASIL. 1972, p. 8).

Começava a se delinear a necessidade de uma proposta que pudesse unificar os países em um interesse comum, para que incorporassem critérios de preservação dos recursos ambientais sem, contudo, ter de pagar o preço dessa preservação com limites ao seu desenvolvimento. Esse confronto possivelmente esteja no cerne da precipitação de outro conceito (e prática): a cooperação entre os diferentes países em torno das preocupações globais – *res communis*⁴⁴ (SOLAR, 2012) – trazidas para a arena do debate.

Esta tensão pode ser verificada em um dos critérios estabelecidos pela conferência que pressupõe que, nos países em desenvolvimento, os problemas ambientais estariam relacionados ao subdesenvolvimento e que para superá-los deveriam desenvolver-se, enquanto que nos países industrializados, tais problemas estariam ligados à industrialização e ao desenvolvimento tecnológico.

Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais está motivada pelo subdesenvolvimento. [...] Assim, os países em

⁴⁴ Aquilo do qual todos podem gozar, mas ninguém pode se apropriar, conforme o autor citado, proveniente do direito romano.

desenvolvimento devem dirigir seus esforços para o desenvolvimento, tendo presente suas prioridades e a necessidade de salvaguardar e melhorar o meio ambiente. Com o mesmo fim, os países industrializados devem esforçar-se para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento. Nos países industrializados, os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico (ONU, 1972, P. 1-2)

A defesa presente no documento de que é necessário reduzir a distância entre os níveis de desenvolvimento destas nações, mediada pela divisão internacional Norte-Sul, ou ricos e pobres, ou industrializados e em desenvolvimento, mostrou o antagonismo presente na construção da definição dos problemas ambientais, no entendimento de suas causalidades e na atribuição de responsabilidades e ações; deixou evidente a divisão que precisava de sutura. A tabela 1 apresenta, de forma sintetizada, os princípios constantes na declaração de Estocolmo:

Tabela 1: Síntese dos princípios da Declaração de Estocolmo, 1972.

Princípio	Conteúdo
1º	Direito fundamental a um meio ambiente de qualidade;
2º	Preservação dos recursos para as futuras gerações;
3º	Manutenção da reprodução dos recursos renováveis;
4º	Responsabilidade humana em preservar e administrar o patrimônio ambiental;
5º	Promoção de um uso dos recursos não renováveis que evite o seu esgotamento;
6º e 7º	Combate à poluição;
8º	Desenvolvimento econômico e social;
9º	Desenvolvimento acelerado mediante assistência financeira e tecnológica;
10º	Estabilidade de preços e pagamento adequado das commodities;
11º	Compatibilização das políticas ambientais com o potencial desenvolvimentista dos países;
12º	Destinação de recursos à preservação e à melhora ambiental dos países em desenvolvimento;
13º e 14º	Planejamento dos processos de desenvolvimento;
15º	Planejamento dos agrupamentos urbanos;
16º	Políticas demográficas;
17º	Papel das instituições nacionais na gestão dos recursos ambientais;
18º	Papel da ciência e tecnologia;
19º	Educação para as questões ambientais;
20º	Pesquisa e desenvolvimento científicos referentes aos problemas ambientais;
21º	Direito soberano dos Estados explorarem seus recursos naturais sem danos aos outros Estados;
22º, 24º e 25º	Cooperação;
23º	Adaptação dos padrões ambientais à realidade de cada país;

Fonte: Villar (2015)

Segundo Shütz (2012), o ideário hegemônico presente na conferência pode ser resumido em três pontos: crescimento populacional em condições de pobreza; monitoramento para a segurança global; ajuda dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento para superar a pobreza (SHÜTZ *et. al.* 2012). Todos eles inseridos em uma política global de cooperação.

A primeira conferência levou o mérito de colocar a problemática ambiental em outro nível de discussão, como uma pauta global: “a luta para preservar o meio ambiente global exigia ação internacional, e somente as Nações Unidas estavam preparadas para encorajar e coordenar essa ação” (ROWLAND *apud* LAGO, 2013, p. 27).

Esta primeira conferência assentou alguns elementos com o quais podemos analisar o processo de produção de uma imagem de humanidade como parte de um grande sistema-mundo, funcionando na chave de uma identidade global, na qual as diferenças locais não são impeditivas para os esforços comuns em torno do objetivo global de evitar a finitude representada pelos problemas ambientais já bastante definidos. Contudo, esta conferência também evidenciou que para que isso acontecesse, seria necessário construir formas em que nenhuma nação renunciasse ao desenvolvimento econômico.

Estava institucionalmente posta a divisão subjetiva global que demandava a construção de um arranjo que funcionasse como preenchimento simbólico da fenda. A palavra sistema, nos parece, se torna chave nessa conferência, em todas as suas ressonâncias: o ecossistema como o lugar que integra toda a existência em sua dinâmica (ONU, 1972, p. 3-4); já o sistema econômico, em sua irrenunciabilidade frente à crise ambiental, reafirma sua demanda por crescimento em documento supranacional⁴⁵. A institucionalização da crise ambiental a coloca dentro de um sistema-mundo de enfrentamento da insegurança planetária causada pela

⁴⁵ Princípio 11: As políticas ambientais de todos os Estados deveriam estar encaminhadas para aumentar o potencial de crescimento atual ou futuro dos países em desenvolvimento e não deveriam restringir esse potencial nem colocar obstáculos à conquista de melhores condições de vida para todos. Os Estados e as organizações internacionais deveriam tomar disposições pertinentes, com vistas a chegar a um acordo, para se poder enfrentar as consequências econômicas que poderiam resultar da aplicação de medidas ambientais, nos planos nacional e internacional (ONU, 1972, p. 4)

indeterminação do futuro, e ao mesmo tempo o sistema econômico de crescimento infinito permanece sendo a base para a sociedade global que se vê em crise.

Com o encontro lunático, estávamos voltando nossa atenção aos processos que caminhavam na direção de um ponto de vista comum, uma perspectiva global que se tornou discurso predominante ao final dos 60 e início dos 70. É possível argumentar que a crise ambiental que emerge nesse contexto contribui para essa visão global, identificada e descrita aos parâmetros com os quais Beck sistematiza a modernidade reflexiva enquanto auto confrontação, um conflito de si consigo, um conflito intraglobal. As desigualdades regionais têm sua importância diminuída em razão do grande problema global, o qual todos estamos preocupados; as desigualdades podem ser desprezadas na medida em que se estabelece um laço de identificação horizontal cujo ponto que torna todos idênticos é a mortalidade do planeta: somos todos passageiros da espaçonave Terra, e ela está em risco (mundial). A crise ambiental exige uma resposta de enfrentamento em forma de esforço comum, favorecendo a cooperação entre as diferentes nações. Nesse sentido, pode ignorar as desigualdades do passado, ou mantê-las em um nível inferior na hierarquia de prioridades, porque o que passa a interessar agora é o futuro da humanidade, e a própria desigualdade passa a ser objeto de governança global atrelada à governança ambiental.

Com o encerramento da disputa entre Ocidente e Leste, entre capitalismo e socialismo, a eternidade do modo de vida que vale a pena ser vivido precisa ser preservada e espalhada pelo globo. Nesse modo, há uma tentativa de reunir todos os colaboradores para a execução de um planejamento estratégico sintetizado em seus critérios e princípios. A ideia de que o planejamento estratégico sistêmico tem a característica de funcionar a partir da leitura de que a realidade pode ser controlada de forma sistemática coaduna com a visão de mundo ecossistêmico que vem sendo construída nessa época, e na qual os riscos globais surgem como necessidade de sobrecontrole. Desde a década de 50, com a aceleração da produção industrial, o crescimento populacional e a demanda por crescimento econômico, as teorias de administração passaram a desenvolver uma visão estratégica sistêmica com a finalidade de orientar empresas diante de uma realidade complexa e incerta que demanda mudança de paradigmas. Nesse sentido, encontramos na análise de Lago (2013) sobre *Os Limites do Crescimento*, do Clube de Roma (que influenciou a conferência de 1972), a seguinte perspectiva que mostra como as demandas

inicialmente de movimentos de contestação penetraram no âmbito corporativo, dando novo relevo aos problemas ambientais:

Os encontros do Clube de Roma foram concebidos, em 1968, pelo industrial italiano Aurélio Peccei, e patrocinados por grandes empresas como a FIAT e a Volkswagen. (...) O foro de discussão mostrou que a preocupação com o meio ambiente não se limitava a uma parcela “alternativa” das sociedades mais desenvolvidas, mas atingia, também, alguns *decision makers*, conscientes das implicações políticas e econômicas de uma mudança de paradigma (*Ibidem*, p. 24 – 25)

O interesse empresarial pela crise ambiental está presente desde sua (re) emergência em meados do século XX, e é tomada como uma mudança de paradigma, para a qual o planejamento estratégico deve-se voltar. Robbins (2004) comenta, quanto ao planejamento, que o fundamental é focar em planos a partir de uma visão e missão, da qual se extraem os objetivos a serem alcançados. A declaração de Estocolmo esboça os primeiros passos nessa direção. A crise ambiental seria administrada a partir de agora sob os mesmos parâmetros, ou pelo menos com os mesmos instrumentos, com os quais se administra uma empresa. O planejamento estratégico sistêmico se apresenta como uma ferramenta dentro do sistema das Nações Unidas para o enfrentamento global de uma crise ambiental do sistema-Terra. Passa a ser necessária a construção de uma solução que pudesse mobilizar igualmente as diferentes nações do globo, as instituições e as pessoas em geral; um ideário que funcionasse de fato como liga para as nações (identificação), um ideal capaz de minimizar as diferenças e com isso concentrar esforços comuns, colocando todos para trabalhar sobre os mesmos parâmetros de cooperação internacional. Nesse contexto, torna-se possível pensar, seguindo o pensamento de Freud, que não há melhor ideal para unir uma população (e fazer os divergentes cooperarem) do que uma grande catástrofe.

A naturalização do capitalismo como sistema único, ao mesmo tempo em que a natureza passa a ser concebida como sistema-Terra, encontra-se em uma gramática técnica em que tudo se torna recursos administráveis. Nesse sentido, Jessop (1998) argumenta que desde os anos 1970 ganha relevância o conceito de “governança” ligado às teorias sistêmicas, e refere seu parentesco com o termo *Steuerung*, de procedência germânica, e *steering*, das teorias de língua inglesa, todas remetidas à liderança ou condução. Para este autor, governança se refere: “aos modos e à maneira de governar o governo, as instituições e agentes

encarregados de governar; e ao ato de governar a si mesmo” (JESSOP, 1998, p. 30, *tradução livre*). É um modo de conduzir sem condutor além do próprio discurso que estrutura as formas de condução por sua gramática. A gestão do mundo, de perspectiva global, amplia seu alcance ao mesmo tempo em que estrutura outras possibilidades de ordenamento da linguagem. Uma mesma gramática que deixa uma simetria entre ecologia e economia, conforme pontuam Silva Jr. e Ferreira (2013), ao analisarem a produção acadêmica na “Era” das conferências, destacando a “interdisciplinaridade disciplinar” (SILVA JR e FERREIRA, 2013, p. 13), um processo que nomeiam como “epistemofágico” (*Ibidem*, p. 12) da gramática econômica. Este canibalismo econômico se daria ao colocar em funcionamento os parâmetros do sistema econômico e sua língua empresarial, tornando-se o universo que possibilita o diagnóstico dos problemas e a construção das soluções.

Essa parece ser uma das funções que poderemos encontrar no relatório, *Nosso Futuro Comum*, em que se estabelece o conceito de Desenvolvimento Sustentável como um arranjo capaz de aglutinar tecnociência e economia para governar os problemas ambientais, deixando crer na conciliação, a partir da estruturação de um discurso que evita a finitude e impulsiona ao crescimento, reduzindo as tensões marcadas pela divisão crescimento *versus* conservação. A definição do Desenvolvimento Sustentável não acontece em uma conferência, mas a partir de uma comissão global; é o trabalho interposto entre a primeira e a segunda conferência internacional sobre o desenvolvimento e ambiente, mas que se faz refletir na segunda (Eco92) já como parâmetro (significante mestre) sob o qual as atividades devem se guiar. Em 1992, o Desenvolvimento Sustentável já está instalado, já é instrumento de governança. Veremos, na próxima seção, seus parâmetros.

4.3. Nosso Futuro Comum

Partimos do entendimento que o discurso tecnocientífico se modula ao discurso econômico desde a característica de fazer equivaler tudo a forma genérica

de “recursos”⁴⁶ para poder administrar – há nessa confluência uma negação da finitude e uma afirmação do ilimitado presentes no discurso do Desenvolvimento Sustentável. Esta relação finitude-ilimitado, que estamos tomando de forma homóloga à divisão subjetiva, é a condição na qual o projeto de futuro é construído neste relatório da ONU, que instala o Desenvolvimento Sustentável como conceito-chave para a condução das práticas que dizem respeito ao enfrentamento dos problemas ambientais, produzindo um discurso de governo do futuro. Este discurso é baseado na crença de conciliação, evidenciando a forma pela qual o simbólico se estrutura para contornar a impossibilidade colocada pelo real. O governo, nesse caso, não deve ser reduzido a governo estatal, mas compreendido dentro da perspectiva de “governamentalidade planetária”, como pontua Passeti (2013):

a sustentabilidade requer mais da civilização. Exige de cada um que seu potencial seja implementado como projeto a economia política, com conservação ambiental e aceitação que o capitalismo é ao mesmo tempo realidade e utopia. A sustentabilidade encontrou sua formulação mais adequada com a noção de desenvolvimento sustentável na medida em que todos são convocados a conservar o planeta diante dos efeitos devastadores do antigo progresso industrial, mas também da conduta presente de cada um, gerando uma governamentalidade planetária (*Ibidem*, p. 13 – 14)

O mundo que se vê global repercute em *Nosso Futuro Comum* sua estrutura de valores globais em suas propostas de governo:

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte de que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas (ONU, 1987, p. 47)

Dardot e Laval (2016) também chamam a atenção para essa estrutura do discurso, mas a qualificam de racionalidade neoliberal⁴⁷. Na análise desses autores, a ONU é compreendida como uma instituição que emite seus princípios a partir dessa racionalidade que tem a empresa como o modelo de subjetivação; para eles, essa instituição reproduz a perspectiva de que as empresas são os melhores agentes do “bem comum” (DARDOT e LAVAL, 2017). Seja na perspectiva da

⁴⁶ Tomemos por base a estrutura do relatório, em que se lê na primeira parte – preocupações comuns: 1 – um futuro ameaçado; 2 – em busca do desenvolvimento sustentável; e 3 – o papel da economia internacional (ONU, 1987).

⁴⁷ “(...) tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17).

ecopolítica (PASSETTI, 2013), da racionalidade neoliberal, ou nova razão do mundo (DARDOT e LAVAL, 2016), ou sob o nome de novo espírito do capitalismo (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009), estes autores evidenciam que o laço social passa a funcionar em plataforma empresarial.

Beck (1995), por seu turno, chama a atenção para o papel da técnica como monopólio sobre a verdade e pensa uma combinação entre economia e política, que produziria “algo diferente” (*Ibidem*, p. 47) daquilo que foi produzido na modernidade simples. Quando retomamos a descrição quanto à gramática técnica, segundo a qual ela se estrutura como um “monopólio operacional da certeza da representação” (SILVA JR, 2017), e pensamos com Beck que a modernização reflexiva é o sucesso do aumento de poder técnico e econômico, podemos argumentar que as práticas de governança, essa modalidade de discurso na vertente da sociedade de risco, vêm se constituindo como essa estrutura de um modo empresarial de vida. Esse modo aposta na técnica e controle cada vez maior para permitir a maximização de resultados econômicos, enfrentando a finitude com direcionamento ao ilimitado, ignorando a impossibilidade do infinito com a introdução técnica. Nessa estrutura, que fala a verdade da economia justificada pela técnica, encerrando tudo e todos em sua lógica, a natureza é incorporada e tratada como capital natural (O’CONNOR, 1999), e o humano como capital humano (BECKER, 1962).

Para Benevides (2017), a arte de governar, em nossa sociedade, deixa de ser saber dizer não e passa a ser saber dizer sim; uma interpretação que está em convergência com os recentes estudos psicanalíticos que pensam nossa sociedade atual como uma sociedade do imperativo ao gozo, ao contrário da sociedade repressiva da modernidade simples cujo laço social modulava formas de sofrimento marcadas pela interdição do gozo. Essas interpretações parecem convergir com *Nosso Futuro Comum*, que não apenas estabelece institucionalmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, mas, ao fazê-lo, responde ao ponto de divergência que surgiu na Conferência de 1972 entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, assentado sobre uma dicotomia desenvolvimento *versus* conservação. Este arranjo conceitual “Desenvolvimento Sustentável” é um meio de governar dizendo sim para ambas as posições, permite que todos possam gozar da biosfera. Essa autorização, contudo, é produzida dentro de uma forma de ser sustentável, que modula a atuação das nações e das pessoas, por isso o termo regime nos parece adequado para se referir ao modo de vida projetado em *Nosso*

Futuro Comum, com sua estrutura de planejamento estratégico para executar um mandato para mudança cujo mandamento é garantir a proteção dos recursos para uma “Nova Era de Crescimento” (ONU, 1987, p. XIV).

Essa reorganização institucional nos leva a pensar sobre o enquadramento do Desenvolvimento Sustentável, dada sua forma e condições de institucionalização, como um discurso que visa conter a finitude com a infinitude fantasmática⁴⁸, e o qual passa a reproduzir, como um critério de vida global. Esse discurso elucida o modo de vida que vale a pena ser vivido, o estilo de vida que, conforme aponta Beck (1995), torna-se uma experiência básica eleita para viver na incerteza:

há cada vez menos formas de segurança importantes para a ação. Esta crise das ficções da segurança da sociedade industrial implica que as oportunidades e compulsões para a ação se abram, e entre elas uma deve permanentemente decidir, sem qualquer reivindicação de soluções definitivas – *um critério pelo qual viver e agir na incerteza torna-se uma espécie de experiência básica* (*Ibidem*, p. 27 – 28, grifos nossos).

Isso nos permite afirmar que, independentemente de o Desenvolvimento Sustentável alcançar seu objetivo explícito de conciliação entre crescimento econômico e proteção ambiental, de ter sucesso ou de fracassar como medida de enfrentamento da crise ambiental, esse arranjo conceitual tem um importante papel para a governança do sistema-Terra à imagem de uma empresa-mundo. Como o significante mestre que, ao assumir o semblante do discurso, permite uma rearticulação da cadeia significativa, o Desenvolvimento Sustentável se torna o critério básico para se viver.

4.3.1. Um Planejamento Estratégico para o Milênio

Nosso Futuro Comum, desde seu início, busca evocar um sentimento de inadequação e de frustração da Comunidade Internacional (ONU, 1987, p. XI) colocando a crise ambiental como “o mais sério problema que a civilização tem de enfrentar” (*ibidem*, p.XIII). Devemos lembrar que esta já era a estrutura da questão de Einstein quando se dirige a Freud sobre a maldição da guerra, que trouxemos no primeiro capítulo. Contudo, neste relatório, como já levantamos no capítulo três, há a

⁴⁸ Refere-se à fantasia, ou à crença que estrutura a realidade.

evocação do sentimento sideral, denominado por White (1987) de *overview effect*⁴⁹, um sentimento de conexão da humanidade com o cosmos, além de um “senso de propósito” (YARDEN, 2016): “A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, levou os países em desenvolvimento e os industrializados a traçarem, juntos, os “direitos” da família humana a um meio ambiente saudável e produtivo (ONU, 1987, p. XIII).

Esse senso de irmandade universal pode ser fator importante para a aceitação dos seus termos, para a sua instalação, porque a identificação entre os membros de um mesmo grupo é o laço emocional que propicia a mentalidade de grupo (FREUD, 1921/2006), é a liga que faltava à Liga das Nações à época de Einstein, conforme apontamos no primeiro capítulo. Esse ideal coletivo compartilhado, capaz de produzir vínculos emocionais entre seus membros, utiliza o poder da união da catástrofe global emitida por meio dos riscos mundiais, cujo afeto de fundo é o medo da morte em nível planetário. Esse ideal seduz com a promessa de alcançar o modo de vida ideal.

A ONU, desde um lugar multilateral, se coloca como portadora da “voz dos povos do mundo” (ONU, 1987, p.2), tal qual ela própria se descreve no relatório. Ao se posicionar assim, como quem fala em nome da humanidade indiferenciadamente, evidencia que, embora as diferenças locais persistam, frente aos riscos mundiais inscritos sobre a imagem do futuro de escassez, a humanidade se iguala em um laço global de necessidade comum de manutenção de seu próprio corpo. Para endossar sua perspectiva, se utiliza da narrativa do astronauta apaixonado pela Terra, chamando atenção para a imagem de fragilidade, um medo do corpo-Terra despedaçado que aterroriza-nos com o risco de desintegração. Reforça, assim, que é possível evitar esse risco se nos unirmos em um esforço comum de cooperação, que passa pelo Desenvolvimento Sustentável. Devemos entrar no regime para nos afastarmos do risco, devemos nos identificar com esse corpo-Terra e assumir a imagem global. Nosso planeta está assombrado por riscos e nossas práticas precisam ser adequadas para escaparmos à finitude que eles nos remetem. Tal adequação centraliza-se na necessidade de uma Nova Era de Crescimento (*Ibidem*) econômico. Temos uma nova ilusão para nos proteger da devastação, um meio de

⁴⁹ O livro de White foi publicado no mesmo ano em que a inadequação da humanidade global era objeto de debate internacional.

garantir as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras garantirem as suas próprias necessidades (*Ibidem*).

Em *Nosso Futuro Comum*, nosso desenvolvimento é tido como predador e precisa mudar. A mensagem é que o desenvolvimento das nações filiadas não será suportado pelo corpo-Terra se todos os países do globo buscarem o mesmo modo de vida sob os mesmos parâmetros de exploração utilizados pelas nações industrializadas. Uma política do “não” aparentemente é colocada a alguns povos do mundo, pois se tornaria insuportável para Gaia que todos alcançassem o mesmo nível de desenvolvimento do mesmo modo realizado até então. Para evitar essa catástrofe, é preciso tomar algumas providências. Mas a arte de governar dizendo “sim” flexibiliza aquela dificuldade inicial no estabelecimento de uma forma aceitável, passa a ser possível desde que haja adequação ao regime sustentável que prescreve o modo de vida para as nações. Nesse sentido, o Desenvolvimento Sustentável é o fiador do futuro que buscamos, nosso seguro de vida, e as maiores transformações deverão ocorrer nos países em desenvolvimento, já que são esses os países com maiores índices de pobreza, condição que, conforme descreve o relatório, sobrecarrega o meio ambiente: “um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza” (*Ibidem*, p. 10).

O esforço comum não consegue abandonar a dualidade que se inscreve sobre a relação Norte-Sul globais, a demanda inscrita nesse discurso define dois lugares: o ocupado pelos países do Norte, de onde provem os princípios e em grande medida são os definidores do risco, já que são dotados de recursos, competências, habilidades e tecnologia para gerir; e o lugar destinado aos países do Sul, que não têm recursos, competências, habilidades nem tecnologia para gerir suas riquezas naturais, sua industrialização e sua organização estatal. Percebemos, na leitura do documento, que essa divisão não consegue prescindir de manter o Norte como o modelo ideal a ser atingido, em termos de nível de desenvolvimento e industrialização⁵⁰; contudo, para os países menos desenvolvidos alcançarem esse modelo ideal, seu desenvolvimento não pode ser realizado da mesma maneira, uma vez que o diagnóstico inscreve a impossibilidade de o planeta suportar.

A necessidade de crescimento econômico e o desenvolvimento são colocados como premissa para alcançar a imagem ideal, dentro de uma atmosfera

⁵⁰ O documento refere que o desenvolvimento sustentável deve reduzir a lacuna entre os países ricos e pobres em termos de desenvolvimento (ONU, 1987).

de liberdade para fazê-lo, desde que esta liberdade mantenha sua observação sobre os riscos mundiais que o crescimento e o desenvolvimento acarretam, desde que consoantes ao regime. Daí se constroem alguns princípios sustentáveis de governo, que irão se apresentar em forma de diretrizes político-institucionais, legislações ambientais sobre os mesmos parâmetros às diferentes nações; uma regulação global dessas diretrizes e um processo econômico cuja dinâmica leva em conta as ameaças à sobrevivência⁵¹. A adequação sustentável, nesse sentido, funciona de forma semelhante a uma política de austeridade sobre os países em desenvolvimento: sacrificar-se em algumas áreas para retomar o crescimento da economia; autorrestrrição em favor de um ideal. A narrativa do risco que projeta a imagem de escassez no futuro, diagnosticado tecnicamente, primeiramente contraria o impulso ao desenvolvimento, o desmente, o mostra impossível; mas a impossibilidade que esse saber fez ver leva à produção de um regime de funcionamento cuja articulação não desconsidera a finitude diagnosticada, mas o faz garantindo sua lógica do ilimitado.

O crescimento econômico é colocado, do início ao fim do relatório, como o livramento da pobreza. A pobreza encontra-se mais expressivamente ao Sul global, portanto, é essa a região que precisa entrar no regime com maior esforço para se adequar, já que a degradação causada por esse particular afeta a sobrevivência universal. Para evitar o mal sobre o todo, os parâmetros sustentáveis devem incidir sobre todos. Já que não há mais possibilidade para que esses países possam se desenvolver degradando para depois corrigirem os problemas (ONU, 1987), a mudança deve acontecer imediatamente por todo o planeta: “a geração atual deve começar a agir agora, e agir unida” (*Ibidem*, p. 25). Esse tipo de incidência generalizada que leva a um governo global torna-se possível na medida em que ingressamos em uma sociedade de risco, que mantém no horizonte o medo da morte global; possivelmente é este aterrador que facilita os jogos de cooperação entre as nações.

⁵¹ Quanto a isso, ver a súmula dos princípios legais propostos para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, adotado pelo grupo de especialistas em direito ambiental, da CMMAD (ONU, 1987, p. 388).

4.3.1. O Mandato para a mudança

Continuar crescendo, mesmo reconhecendo que não é possível continuar da mesma maneira: essa é a proposta apresentada no relatório, sob a construção “precisávamos de um mandato para mudança” (*Ibidem*, p. XII). Uma mudança que diz respeito ao projeto de futuro considerando as próximas gerações, mas que parte de uma continuidade das mudanças ocasionadas à época da mentalidade da sobrevivência que o pós-guerra já havia evidenciado. Uma espécie de repetição na qual a ameaça ambiental reedita a ameaça nuclear, utilizando a consciência da auto aniquilação – a ameaça ambiental à sobrevivência da humanidade, como meio de ingresso no regime sustentável de uma nova era de crescimento.

A democratização dos riscos (BECK, 2010) coloca a humanidade como responsável, independentemente de qualquer desigualdade que essa atribuição possa vir a considerar. A responsabilização pelo mal do mundo, que busca criar uma consciência ecológica dentro do regime, traz como consequência uma culpabilização por este mal, que não apenas coloca os indivíduos no regime, mas pode acarretar formas de sofrimento relacionadas a esse ingresso, uma vez que reflete a organização da própria sociedade. Parece ser isso que sugere Beck ao referir que a “sociedade industrial transforma-se em uma sociedade industrial com má consciência, que ela se reconhece e se culpa como uma sociedade de risco” (Beck, 1995, p 86). O eu-lunático dessa sociedade, conectado ao mundo, como parte da humanidade devastadora reconhece-se, enlaçado por este discurso, como um eu devastador, em uma relação de dívida com as próximas gerações, de modo que a hostilidade pressuposta à relação com a civilização (FREUD, 1930/2006), se seguirmos os pressupostos implicados na economia psíquica, pode encontrar como destino o próprio eu, canalizar-se para dentro do eu devastador, ou sua versão abstrata, a humanidade devastadora. É um dos efeitos que se pode esperar de um discurso que pesa sobre cada um o mal do mundo.

Lasch (1983), em sua cultura do narcisismo, argumenta que a manutenção da ameaça total coloca indivíduos em um regime regressivo, tornando-os mais facilmente sujeitáveis aos imperativos colocados como salvação. Para este autor, além do enfraquecimento da política, há o aumento da circulação da agressividade⁵².

⁵² Tratamos disso no primeiro capítulo.

Ingressamos assim em um contexto no qual nos reconhecemos através do laço social que passa a nos definir como os destruidores de Gaia, o corpo-Terra da humanidade, um sintoma de automutilação. O processo de adequação ao regime passa a ser a estrutura a definir a conduta humana sobre a Terra, gerando uma autovigilância no indivíduo sobre sua própria conduta, além da heterovigilância do semelhante, em forma de comportamentos ecologicamente corretos, fazendo proliferar modalidades de estilos de vida (CASTIEL e DIAZ, 2007) que buscam agir na realidade de modo a se adequarem ao ideal social compartilhado. Do ponto de vista da reflexividade de Beck também se pode depreender esse efeito lunático social e individualmente: “o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais” (BECK, 1995, p. 78). Esse tipo de identificação faz com que a preocupação com os riscos ambientais também seja a preocupação de cada um; sentimos as dores do mundo enlaçados nesse discurso global. A angústia de despedaçamento da Terra mantém-se subjacente às narrativas constantemente atualizadas, em grande medida justificadas pelo discurso científico, em que a melhor forma de viver deve ser a que mantém uma autovigilância sobre os impactos no planeta. As novas modalidades ecológicas de estilo de vida, ao tornarem-se modalidades de existência para o livramento da culpa, pode ainda funcionar como incremento aos objetos de consumo (BOONE e KURTZ, 2001), favorecendo a Era do Crescimento, e reproduzindo uma vez mais a lógica⁵³. Diante da iminência da morte do mundo, são colocados em circulação produtos sustentáveis no mercado, que correspondam a este modo de ser e agir; o pagamento para livrar-se da culpa pelo mal do mundo se adéqua ao sistema de trocas do mercado. Em um regime de equivalência econômica, o não despedaçamento da Terra torna-se o tributo a ser pago pelo eu devastador para garantir sua adequação sustentável e fugir da dívida com as próximas gerações. Desse modo, o mandato para a mudança emitido por uma instituição supranacional em forma de regimento instituinte para as nações chega ao indivíduo como regime de condutas, reforçando a perspectiva segundo a qual a governança se produz a

⁵³ Quanto a isso, Zizek (2012) tem um exemplo que utiliza repetidas vezes, sobre o café Starbucks, o qual, segundo refere, vem com a taxa de culpa porque se trata de um café que respeita o meio ambiente, de modo que o consumidor consciente (e por isso mesmo culpado) sente-se bem em pagar mais caro pelo produto já que sabe que a reparação causada pela destruição ambiental está embutida ao preço.

partir do controle do corpo-Terra agenciando o corpo-nação, para o controle das populações e das condutas individuais (PASSETTI, 2013).

O mal do mundo sob responsabilidade de cada um dificulta a possibilidade de atuação coletiva e de transformações que escapem à lógica do regime, já que todas as forças estão direcionadas à adequação para afastar-se do risco, as formas de organização passam a ser concernentes às suas dramatizações (BECK, 2010). As formas criativas e coletivas são incentivadas desde que regidas pelos princípios do regime, como inovações tecnológicas que buscam a eficiência para reduzir impactos sem interferir na produtividade, inclusive a aumentando⁵⁴. Indivíduos, grupos, organizações e nações assumem a verdade sustentável e passam a operar ordenados por seu discurso. Trata-se agora de encontrar soluções inovadoras para a minimização dos efeitos destrutivos de nosso estar no mundo, um estar no mundo marcado por um conflito eu-contra-mim exteriorizado nas condutas ecologicamente responsáveis: eu-contra-meus impactos. O eu está confrontado consigo mesmo já que estar no mundo é causar um impacto que precisa ser reduzido pela conduta autorregulada em conformidade com o regime, ou negar a existência dos riscos como medida de evitar a angústia de desintegração que circula no laço social. A autoconfrontação nas condutas individuais parece fazer mimese à autoconfrontação reflexiva que Beck descreve socialmente. O eu devastador é um eu culpado e deve se conformar às normas do regime para alcançar o ideal de eu sustentável, que necessariamente implica agir de outra forma, efeito de verdade do mandato para a mudança do discurso do Desenvolvimento Sustentável.

O mandato para a mudança, conforme descrito no relatório, parte da premissa de que o meio ambiente não é mais “uma questão secundária no processo político” (ONU, 1987, p.XII), mas uma questão prioritária, em que a solvência dos riscos locais em riscos mundiais se apresenta como elemento articulador para uma consciência ecológica. É como se estar em risco fosse a condição para seguir à risca os enunciados.

Até recentemente, o planeta era um grande mundo no qual as atividades humanas e seus efeitos estavam nitidamente confinados em nações, setores (energia, agricultura, comércio) e amplas áreas de interesse (ambiental, econômico, social). Esses compartimentos começaram a se

⁵⁴ Há um tópico específico em *Nosso Futuro Comum* em que esse aspecto se destaca, focalizando na “indústria: com menos, produzir mais” (ONU, 1987, p. 230).

diluir. Isto se aplica em particular as várias crises globais que preocuparam a todos, sobretudo nos últimos 10 anos. Não são crises isoladas: uma crise ambiental, uma crise do desenvolvimento, uma crise energética. São uma só (*Ibidem*, p. 4 - 5)

Por isso o relatório faz um apelo a uma coordenação entre as nações e chama à responsabilidade compartilhada sobre os recursos do planeta. Faz também um “apelo à ação” (*Ibidem*, p. 25), colocada como urgente e inescapável, e promove a mudança do foco para crise ambiental como a crise de todas as crises, aquela que toca a todos, independentemente do sistema sociopolítico ou do nível de desenvolvimento. O mandato para a mudança, paradoxalmente, não abre para possibilidades de mudanças, mas fecha em um tipo ideal: o regime de desenvolvimento sustentável. A voz dos povos do mundo, que prescreve o mandato para a mudança, funciona, dessa forma, como uma voz de comando.

Em *Nosso Futuro Comum*, parece-nos que o sucesso do Desenvolvimento Sustentável não está em sua exequibilidade dentro dos parâmetros da sociedade projetada no futuro, mas em sua coação sedutora a um compromisso global em forma de regime de condutas para o bem do mundo. Passetti (2013) pensa que há nas propostas de Desenvolvimento Sustentável uma nova promessa de um mundo melhor para todos (*Ibidem*, p. 23), no entanto, este mundo melhor é colocado ao lado da ameaça de morte de todos: estamos entre a vida e morte global. Nesse processo de garantir a sobrevivência por meio do crescimento, críticas e reformulações constantes são bem-vindas, e isso pode ser notado na sucessão das conferências internacionais sobre ambiente e desenvolvimento. O governo é flexível, pois se governa dizendo sim e incorporando o próprio contraditório para instrumentalizá-lo ao seu parâmetro. É um arranjo conceitual gestado e instituído dentro do projeto de unipolarização dos mundos para um futuro capitalista perpétuo, o mundo único que surge com a derrocada do outro, inimigo. O desejo de conservação está presente, a conservação do planeta e do modo de vida é uma face da autoconservação, mas não há razão para pensar, desde o ponto de vista psicanalítico, que junto a ele não esteja também o seu oposto, o de destruição. *Nosso Futuro Comum* está prescrevendo o modo de vida de tipo ideal, que irá se tornar único com a destruição do outro ameaçador. Este modo de vida, contudo, permite a incorporação flexível dos modos de vida locais, desde que sua existência se coadune com o ideal sustentável prescrito.

A partir de agora, já nos idos de 1987, ergue-se um discurso unificador em que a humanidade deve se preocupar com o ecossistema de forma sustentável. O prefixo “eco”, nesse caso, pode ser entendido como o representante do comum pretendido. Olhar para o ecossistema é fazer olhar para um sistema comum, sem polaridades, e cujo funcionamento do todo é desde uma lógica econômica que reafirma o crescimento ilimitado como princípio que anima as políticas nacionais, regionais e locais, assim como a conduta dos indivíduos.

4.3.2. Riscos de Estimação

O esforço de adequação para o desenvolvimento sustentável, um tipo de desenvolvimento que consiga manter o imperativo de crescimento ininterrupto com bem-estar ambiental, é projetado em torno da proteção incontestada de crescimento econômico e, para mantê-lo, algumas exigências precisam ser colocadas, outros inimigos precisam ser combatidos já que os efeitos são sentidos por todo o globo, toda humanidade sofrerá. E a isso se dedica *Nosso Futuro Comum* quando se coloca como o definidor dos riscos que valem a pena ser combatidos globalmente, e, sobretudo, como isso deve ser feito.

Lembremos que, conforme Beck (2010), há uma encenação ou dramatização de riscos. Para este autor, a sociedade de riscos não é mais estruturada da mesma maneira que uma sociedade de classes, o que não quer dizer que as classes tenham desaparecido, mas que elas deixaram de ser o aspecto de conflito predominante na sociedade, aspecto que, conforme pontua, passa a ser assumido pelos riscos mundiais. É possível com isso situar a ONU ocupando o lugar de dramatização dos conflitos internacionais, enquanto arena política cujos embates irão se materializar em diretrizes que evocam suas prescrições para todas as nações; desde o lugar em que ela mesma se denomina: a voz dos povos do mundo. Seus enunciados definem o drama de nossa irmandade (Yarden *et al.*, 2016), apenas vistos naquilo que é publicado, deixando, contudo, silêncios dos jogos de forças que ficam invisibilizados nos documentos. Com o discurso da ciência, coloca-se a verdade de risco mundial à sobrevivência e constroem-se os parâmetros com os quais devemos nos preocupar para sobreviver. Para *Nosso Futuro Comum*, os parâmetros necessários para a sobrevivência da humanidade concentram-se em:

população, segurança alimentar, extinção de espécies e esgotamento de recursos genéticos, energia, indústria e assentamentos humanos.

Castiel e Diaz (2007), ao discutirem a definição de riscos, propõem uma inversão da expressão “estimação de riscos” – a tentativa de fazer o cálculo do risco – para “riscos de estimação”, aqueles que se tornam mais “valorizados” que outros por estarem ligados ou a interesses econômicos ou a dilemas morais próprios à sociedade. Sua análise se detém à atitude individual frente à proliferação dos riscos a partir de discursos securitários com enfoque sobre a saúde. No entanto, parece ser apropriada uma vez que estamos diante de uma mesma estruturação de discurso; como *Nosso Futuro Comum* pressupõe, é a segurança planetária que está em causa. Interessa-nos olhar por este ângulo ao refletir sobre os riscos que aparecem como aqueles que conduzem nossa preocupação nesse momento específico que é o final da década de 1980, momento bastante importante para a consolidação e estabilização do neoliberalismo⁵⁵.

Não podemos esquecer que dentre os valores que circulam neste período está a flexibilidade, característica presente nos riscos mundiais contemporâneos, que, em sua plasticidade, são difusos e circulam como sinal da finitude. Manipuláveis e dependentes de sua amplificação, esses riscos podem inundar uma sociedade em determinado momento e desaparecer em seguida, ou serem substituídos por outros com bastante rapidez (JERONIMO, 2014). Esta flexibilidade desenha as margens por onde as decisões políticas irão transcorrer, e a distância entre a segurança e a insegurança para a ação. O risco de morte do planeta, no discurso do Desenvolvimento Sustentável, define condutas e provoca a abertura para as formas de enfrentamento construídas ao modelo empresarial de nossa época. Os riscos são utilizados para definir as margens pelas quais as preocupações devem ser dirigidas, são as calhas do discurso por onde escorrem as condutas das nações, instituições e indivíduos.

Se *Nosso Futuro Comum* faz um apelo à ação para a implementação do que é prescrito pelo Desenvolvimento Sustentável, as conferências sobre ambiente e desenvolvimento, realizadas nos anos seguintes, desde a Eco92 até a Rio+20, parecem buscar sua operacionalização. É possível perceber que a partir da década

⁵⁵ Safatle (2008) coloca que em fins da década de 1980 é o momento em que o neoliberalismo se estabelece como política de Estado. O autor está se referindo a Reagan nos EUA e a Thatcher no Reino Unido.

de 1990 a atmosfera de ameaça ambiental mantém-se presente, embora começamos a notar que vai perdendo força no conjunto dos relatórios. Em seu lugar, torna-se mais forte uma vertente desse discurso cuja ênfase se desloca para a eficiência. As conferências que sucedem *Nosso Futuro Comum* constroem o projeto de mundo-sustentável por meio da crença de evitar a finitude e impulsionar o ilimitado: administram os riscos visando ao crescimento. No próximo capítulo, buscaremos mostrar os modos como essa operacionalização se apresenta nas conferências já sob o contexto do Desenvolvimento Sustentável.

CAPÍTULO 5 – FINALMENTE O FIM

5.1. Introdução

Se até meados dos anos de 1980 ainda se vivia sob a desconfiança do impasse dos mundos, o final dessa década coroa uma tendência construída nos anos anteriores – e estamos defendendo que isso acontece com a ajuda do conceito de Desenvolvimento Sustentável e seu imperativo de uma Nova Era de Crescimento. Esta “Era” consolida-se dentro da perspectiva de uma Nova Ordem (NOVAES, 1992), mais especificamente como uma última ordem, o fim do impasse entre os mundos divididos do pós-guerra. A crença inscrita sob este pensamento considera que teríamos ingressado na ordem mais bem-acabada da humanidade, ou “dos povos do mundo” (ONU, 1987), a melhor sociedade que podemos construir enquanto forma de convivência.

A perspectiva de fim da história (FUKUYAMA, 1989), que até hoje rende críticas a seu autor, parece se realizar e alguns parâmetros por ele colocados parecem se concretizar nas preocupações dos anos seguintes: “impossibilidade de resolver problemas técnicos, cálculos econômicos, preocupações ambientais e satisfação de demandas de consumo” (FUKUYAMA, 1989, p. 17). Zizek (2016) menciona que é fácil zombar da ideia de Fukuyama, mas defende que “hoje a maioria é fukuyamista: o capitalismo liberal-democrático é aceito como a fórmula finalmente encontrada da melhor sociedade possível, e tudo o que se pode fazer é torná-la mais justa, tolerante” (*Ibidem*, p. 300). Neste capítulo, argumentamos que os documentos da ONU funcionam dentro desses parâmetros; são as possibilidades políticas mundiais sobre as preocupações ambientais que não conseguem escapar do capitalismo liberal. Os imperativos desenvolvimentistas inscritos nos documentos da ONU, neste sentido, contribuem para a naturalização da ideia de que o capitalismo é o melhor sistema possível e tratam dos problemas – sociais ou ambientais – sem interferir na lógica de livre mercado.

O clima da década de noventa tem a tonalidade do otimismo dos vitoriosos (GUIMARÃES e FONTOURA, 2012), em que as incertezas sobre o futuro são efeitos de um discurso de governo do futuro por meio dos parâmetros normativos e do

conjunto de valores implicados no regime sustentável. Argumentamos que esses valores e modos de atuação se preservam no tempo buscando à sua implementação. Neste capítulo, discutiremos esse período, a partir da análise dessas conferências, seus documentos e das proposições sobre os ODM e ODS. Argumentamos que nessas décadas, entre 1990 e meados da década atual, no âmbito da política internacional, há continuidade de um ritual de reafirmação dos princípios de 1987, com uma ascendente radicalização da lógica do livre mercado, culminando com a introdução dos princípios da economia verde na última conferência (ONU, 2012).

Esse conjunto de documentos é capaz de indicar como esse processo foi sendo construído ao longo das últimas décadas, período marcado no campo social, político e econômico pelo estabelecimento do neoliberalismo como nova racionalidade do mundo (DARDOT e LAVAL, 2016), a qual vem promovendo também transformações nas relações sociais e nos modos de subjetivação. Buscamos capturar como se deram estes momentos de elaboração, de debates e acordos entre as diferentes nações do planeta dentro de um mesmo discurso que os arregimenta. Diferentemente do Relatório de Brundtland, que é a instituição dos termos do regime, o eixo de análise neste capítulo pensa esses produtos como a operacionalização do regime sustentável no cenário internacional.

Importante ressaltar que a maior ênfase dada neste capítulo está na primeira conferência pós-Brundtland, que, conforme nossa leitura, atuam para a instalação do Desenvolvimento Sustentável. Entendemos que as outras duas conferências são marcadas por um aprimoramento da perspectiva gerencial.

5.2. ECO92

O primeiro desafio colocado para a análise dos documentos gerados no âmbito dessa conferência está em sua forma de apresentação, em formato jurídico. Tratam-se de produtos de conflitos políticos, efeitos do que se torna possível diante do problema apresentado e das condições que as nações, em suas diferenças, conseguem produzir. Compreendemos que esses documentos são o resultado de um jogo de forças e antagonismos entre diferentes atores sociais e interesses. No entanto, para o objetivo dessa tese, tomamos os documentos como a expressão

possível desses conflitos, que, ao ser publicada por uma instituição que se auto intitula “a voz dos povos do mundo”, cristaliza-se de modo a deixar perceber as tendências de maior influência nesses jogos.

Os produtos desta conferência são de três tipos: declarações, convenções e a Agenda 21. Há duas declarações, uma mais geral, que é a declaração do próprio encontro, a Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento (ONU, 1992); e a Declaração dos Princípios sobre as Florestas (DPF, 1992), cujo objetivo é expor os princípios para “um consenso sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas” (*Ibidem*, p.1), diferindo das convenções por não ter poder vinculante.

Já as três convenções temáticas versam sobre diversidade biológica (CDB, 1992), desertificação (UNCCD, 1992) e mudanças do clima (CQMC, 1992). Ao contrário da declaração das florestas, são instrumentos vinculantes, em forma de um contrato entre partes sobre seus temas.

Por fim, a Agenda 21 é compreendida neste trabalho como um manual de boas-práticas ambientais a ser reproduzido pelas diferentes nações.

5.2.1. Governança das perdas do mundo

Priorizaremos neste capítulo a análise das convenções dado seu caráter contratual, que expressa uma formação de compromissos globais envolvendo todas as nações signatárias, “um tratado mundial para enfrentar o problema” (CQMC, 1992, p.2). Junto a elas, incluímos a Declaração de princípios sobre as Florestas, publicada neste formato já que os debates não culminaram em acordos que pudessem se efetivar em compromissos. As florestas estão em convergência com a diversidade biológica, com a desertificação e com a mudança do clima enquanto preocupações comuns, e já figuravam em *Nosso Futuro Comum*; tornam-se os riscos mundiais a serem enfrentados por meio do regime sustentável, e concentram um aspecto importante em relação às nossas outras ameaças de perdas. As florestas são formas de defesa contra várias perdas:

O papel vital de todos os tipos de florestas na manutenção de processos ecológicos nos níveis local, nacional, regional e global através de seu papel na proteção de ecossistemas frágeis, bacias hidrográficas e os recursos de

água doce e como ricos depósitos de biodiversidade e recursos biológicos e fontes de material genético para produtos de biotecnologia, bem como a fotossíntese, deve ser reconhecido (DPF, 1992, p. 3)

A não transformação desse documento em convenção é um indicador da dificuldade em produzir acordos que contemplem as diferentes nações nas relações internacionais. Além das dimensões sintetizadas no fragmento citado, as florestas estão ligadas aos debates relativos à matriz energética global, já que atuam no “sequestro de gás carbônico” (CORDANI *et al.* 1997, p. 401). Esta matriz energética global é eminentemente sustentada por combustíveis fósseis, fator importante da discussão geral sobre crise ambiental desde 1973, com a crise do petróleo. O olhar sobre a gestão dos “recursos e serviços ambientais” (DPF, 1992, p. 1) procura traduzir a relação entre os gases de efeito estufa (GEE) e as florestas como sumidouros para esses gases (CRUTZEN, 1970), que ganha a feição de riscos à sobrevivência do sistema econômico, energético-dependente (SWYNGEDOUW, 2010).

O sistema ONU procura prescrever uma reorganização das nações para que funcionem em uma mesma chave de operação: o Desenvolvimento Sustentável, como um disciplinamento dos corpos nacionais (PASSETTI, 2013) sendo regidos pelos mesmos princípios globais, emitidos por esta instituição. Contudo, sua narrativa multilateralista mostra a necessidade de afirmar a soberania das nações, flexibilizando o local no global, com práticas que devem enfrentar de problemas além das fronteiras; produzindo desta forma protocolos sem fronteiras para enfrentar os maiores problemas para a sobrevivência da humanidade (ONU, 1987), comportando toda a diversidade do mundo, embora englobada no regime único.

Essa forma protocolar se mostra nas três convenções que têm a mesma estrutura, trabalham de acordo com os princípios e valores do Desenvolvimento Sustentável e preveem que seus efeitos possam ser arbitrados em ritual específico: das convenções surge a Conferência das Partes (COP). A COP é assim chamada por consistir em reunião entre partes contratantes: os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento – e dentre eles, os países afetados, sob os quais há o reconhecimento de vulnerabilidade. A COP é o “órgão supremo” (UNCCD, 1992, p.

21) para a governança que, em 1992, é marcada pelo princípio de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”⁵⁶ (CQMC, 1992, p. 3).

Nosso Futuro Comum (1987) já reconhecia as diferenças dos países e enunciava que o tipo de desenvolvimento predatório deveria ser substituído por um desenvolvimento sustentável; isso incidiria de maneira diferente entre os países em diferentes estágios de desenvolvimento. Este princípio se tornou mais nítido na Eco92 ao colocar os países em lugares diferentes de enfrentamento dos problemas ambientais a partir de sua responsabilização também diferenciada.

Este grau de diferenciação aparente em 1992 flexibiliza o objetivo inicial de encaminhar acordos globais de modo a propor mudanças institucionais. Nos documentos podemos encontrar essa defesa, seja na forma de “responsabilidades comuns” (CNUMAD, 1992), “desafios comuns” (Agenda 21, 1995, p. 15), ou “preocupações comuns” (CQMC, 1992, p.3). Lembremos que os países desenvolvidos propunham na década de 1970 limites para o crescimento, enquanto os países pobres passaram a construir uma narrativa sobre direito ao desenvolvimento, um conflito conciliado na construção “comum, porém diferenciado”.

Todas as convenções da Eco92 têm a mesma mensagem de cooperação internacional no contexto do desenvolvimento sustentável; em que destacamos uma relação recorrente com o saber: transferência de tecnologia e extração de conhecimento sobre os territórios. E são nessas formas que aparecem as responsabilidades diferenciadas das partes: países desenvolvidos, com poder econômico e de tecnologias, e países em desenvolvimento, com limitados recursos financeiros e científicos, dependendo da ajuda internacional. Podemos encontrar nas convenções, a seguinte construção: “(...) as Partes países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos” (CQMC, 1992, p. 7). Os países do norte assumem os compromissos de colaboração a partir de seu saber para implementar imediatamente medidas para reverter as alterações ambientais quanto à biodiversidade, à desertificação e às mudanças do clima. Esses

⁵⁶ Pode-se encontrar essa construção na Declaração do Rio, em seu princípio sétimo e na convenção do clima; e indiretamente sua presença se encontra na convenção sobre biodiversidade e sobre desertificação, desde que o entendamos como princípio que rege as obrigações das partes países desenvolvidos e as partes países em desenvolvimento e afetados.

países devem arcar financeiramente com as medidas e proceder a ajuda financeira e com transferência de tecnologia às Partes países em desenvolvimento.

A contrapartida dos países em desenvolvimento visava a construir um saber sobre seus territórios, um saber transparente, fornecido por meio de relatórios periódicos, apresentados à COP. Há um trabalho de construção de uma base de dados global sobre as condições dos recursos de todas as partes do planeta. Conforme podemos destacar da convenção sobre diversidade biológica, o objetivo de: “Estabelecer a forma e a periodicidade da comunicação das informações a serem apresentadas (...), e examinar essas informações, bem como os relatórios apresentados (...)” (CDB, 2000, p. 20).

Além disso, com a ajuda financeira e o apoio em tecnologia, visa-se o desenvolvimento desses países que para tanto devem estruturar-se institucionalmente, atuar com capacitação de suas populações, produzir saber, modificar sua forma de produção tornando-a eficiente para crescer economicamente e reduzir a pobreza. Em nosso entendimento, trata-se também de apropriar-se do território por meio do saber, um saber tecnocientífico em forma de dados. As convenções atribuem à COP a arbitragem sobre os dados fornecidos à comunidade internacional; dessa forma, a colaboração de todas as nações significa que voluntariamente produzem dados para o processamento de futuros relatórios da ONU. Notadamente, foi após 1992 que a ONU passou a emitir relatórios globais (LAFER, 1995) cada vez mais sofisticados, tornando-se uma espécie de referência global nas projeções sobre as perdas do mundo, uma espécie de agente tanto de monitoramento quanto de antecipação de cenários futuros sobre as condições ambientais. O saber que retorna costuma ser referido como um balizador de decisões políticas; é produção de saber que retorna ao jogo de poder para a tomada de decisões. E o fazer movido pela constante necessidade de eficiência incide sobre ambos, o norte e o sul globais, como já havíamos encontrado em Brundtland: “assegurar que as novas tecnologias cheguem a todos que precisam delas [...]” (CMMAD, 1987, p.95). O pacto das convenções contribui para a construção de uma máquina institucional de saber sobre o mundo, reconfigurado em dados, e propiciado pela cooperação internacional.

A colaboração entre as nações no âmbito da crise ambiental funcionaria, no nosso entendimento, como forma de circulação, espelharia o processo de governo global em que as informações deveriam estar disponíveis à tomada de decisões

sobre recursos e riscos. Esse saber produz aberturas a serem preenchidas com o desenvolvimento de novas tecnologias e campos para a transferência, já que os diagnósticos estão cada vez mais precisos e as políticas das nações se alinham ao funcionamento do Desenvolvimento Sustentável.

O resultado da Eco92 foi operacionalizar o regime sustentável, o estilo de vida de Gaia, em que pese a formação do órgão supremo (COP) de arbítrio sobre as perdas dos pedaços do mundo, além da agenda de atuação, a Agenda 21, como o modelo ao qual as nações devem se espelhar para alcançar o desejado Desenvolvimento Sustentável. O alinhamento e adequação ao modo unificado de operação favorecem o fluxo de circulação global, tornam-no mais eficiente. O Desenvolvimento Sustentável, desde Brundtland, busca oferecer uma resposta para reverter as perdas de pedaços do mundo.

5.2.2. Os pedaços do saber

Duas dimensões se repetem por todos os relatórios da Eco92: eficiência e inovação tecnológica. Incluímos neste momento também a Agenda 21 por seu conteúdo que, neste trabalho, tomamos como um manual de boas-práticas globais a servir de espelhamento para as agendas locais das nações.

Rezende (2012), autor que faz uma análise sobre outros relatórios da ONU, especificamente sobre desenvolvimento humano desde a década de 1990, depreende de sua estrutura que esses documentos “comungam com uma ideia recorrente: a de que o investimento no fator humano resulta em desenvolvimento econômico capaz de beneficiar a sociedade como um todo” (REZENDE, 2012, p.134). As conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente parecem seguir o mesmo padrão, destacando-se, neste caso, a transferência de tecnologia, o fomento da produção do saber sobre os territórios, a defesa da eficiência em práticas que desenvolvam formas de maximizar o uso de recursos com o mínimo de impactos, a incorporação das formas tradicionais às modernas, o desenvolvimento de medidas de adaptação a condições extremas e a mitigação ou reversão de processos degradantes. Por exemplo, no artigo quinto da Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, intitulado *Pesquisa e observação sistemática*, a colaboração entre as partes favorece esse tipo de práticas:

Apoiar e promover o desenvolvimento adicional, conforme o caso, de programas e redes ou organizações internacionais e intergovernamentais que visem a definir, conduzir, avaliar e financiar pesquisas, coletas de dados e observação sistemática, levando em conta a necessidade de minimizar a duplicação de esforços (CQMC, 1992, p. 12)

Na declaração das florestas:

A investigação científica, inventários florestais e avaliações realizadas por instituições nacionais que tenham em conta, sempre que relevantes, variáveis biológicas, físicas, sociais e econômicas, bem como desenvolvimento tecnológico e sua aplicação no campo do manejo florestal sustentável, conservação e desenvolvimento, deve ser reforçada através de modalidades eficazes, incluindo a cooperação internacional (DPF, 1992, p. 5)

Esses trechos buscam exemplificar como as soluções propostas vão formando arranjos embasados pela perspectiva de produção de um saber a ser gerido eficientemente. Conforme Rezende (2012) refere, a ONU não se deixa constranger pela necessidade de mudanças estruturais como a concentração de propriedade, de renda e de poder; conforma-se em reproduzir que cabe a cada nação capacitar-se para reduzir a pobreza no circuito de trocas levado a cabo em forma de colaboração internacional. Esse valor de capacitação constante circula no discurso em nível global, no nível nacional e no nível individual como investimento no fator humano.

Tomemos a Agenda 21 que foi recebida à época como a implementação do Desenvolvimento Sustentável (LAGO, 2006, 2013). A Agenda 21 é a formação de compromissos mundiais para o Desenvolvimento Sustentável no próximo milênio; estabelece objetivos e, em vários casos, prazos, com previsão orçamentária para a execução. Tem um papel de modelo em que todas as nações do globo são instadas a produzir suas próprias agendas nacionais de modo a espelhar os compromissos expressos globalmente (FERRARI, 2014). Estes compromissos funcionam como ordenamento mundial sob as bases do regime sustentável, de modo a ter como efeito esperado uma reforma institucional para o funcionamento unificado das diferentes estruturas dos países.

No entanto, quando se olha mais detidamente para a composição da Agenda 21, é sua característica de gestão que toma evidência. Dividida em quatro seções (*Dimensões Sociais e Econômicas; Conservação e Gestão de Recursos*

para o Desenvolvimento; Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais; e Meios de Implementação), esse documento revela algumas particularidades. Por exemplo, a participação dos povos indígenas se apresenta no princípio 22 da Declaração do Rio como valorização do conhecimento e práticas dos povos locais; no entanto, esse princípio de valorização sofre, na Agenda 21, uma refração tecnocientífica, porque há a necessidade de considerar os grupos minoritários e ao mesmo tempo funcionar nos parâmetros do regime. Assim são construídas frases “de consenso” como a que pode ser vista no capítulo 26, intitulado *Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Indígenas e suas Comunidades*: “Aumentar a eficiência dos sistemas de manejo de recursos das populações indígenas, promovendo, por exemplo, a adaptação e a difusão de inovações tecnológicas apropriadas” (Agenda 21, 1995, p. 375). Defende a valorização dos modos de vida minoritários e conhecimentos tradicionais, mas a aplicabilidade prática está baseada por um único modo de vida, cujo valor inscrito nas trocas sociais e simbólicas reproduz os conhecimentos validados pela gramática da técnica, querendo difundir inovações.

É possível extrair da análise desse documento um discurso que enfatiza a produção de um saber sobre os corpos territoriais para conservá-los na medida mesma em que deles se apropria para a sua extração com eficiência, por meio das ciências que orbitam na construção do saber da ecologia, submetidas à economia. A Agenda 21 ocupa a função de uma ferramenta de operacionalização desse processo. Pode ser verificada, ao longo de seus 40 capítulos, a ênfase sobre a construção de um sistema de informações ambientais, sobre todos os territórios do planeta, para se construir uma base de dados a ser constantemente avaliada e monitorada. Os efeitos dessa organização já estão disponíveis: a ONU passa a construir quadros e painéis de monitoramento, uma forma de pôr o mundo em tela, transparente na apresentação dos dados codificados em forma de índices de destruição (degradação, desertificação, emissão de gases, perda de biodiversidade, diminuição das florestas, aumento do nível do mar, acidificação dos oceanos, dentre outros). Uma das constantes que se repete na Agenda 21 é a necessidade de desenvolver pesquisas, sobretudo nos países em desenvolvimento. O que em *Nosso Futuro Comum* aparecia como capacitação de recursos humanos, retorna na Agenda 21 sob a fórmula: capacitação, cooperação, monitoramento e avaliação.

Essa é a proposta institucional para a administração global das perdas dos pedaços do mundo. Com essa operacionalização, o Desenvolvimento Sustentável

se prolifera como modo predominante até o ponto de parecer intuitivo que enfrentar a crise ambiental seja sinônimo de alcançar suas metas. É isso que queremos dizer, desde a psicanálise, quando o tomamos por significante mestre, isto é, um referente que assume a posição de agenciador da articulação significante, esta parece ser justamente a força desse arranjo: fazer trabalhar às nações sob um mesmo regime.

Podemos considerar que o otimismo renovado das sociedades capitalistas liberais que constrói esses agenciamentos parece afetar também a perspectiva sobre os riscos vinculados à crise ambiental. A Eco92 faz um investimento na cooperação internacional, necessidade reproduzida já em *Nosso Futuro Comum*, buscando uma integração ecológica para o desenvolvimento, de modo que o enfoque volta-se à administração e já não apresenta a mesma ênfase sobre as ameaças como anteriormente feito naquele relatório; o otimismo se aglutina à segurança de termos encontrado o caminho da conciliação que cremos possível. Podemos pensar que, até a publicação deste relatório, precisávamos da força da ameaça no futuro comum, fator de identificação segundo a psicanálise, mas na década de 1990, nosso espírito já é outro, as ameaças ingressam em outra racionalidade, em que a aposta é a gestão empresarial como o contorno simbólico às inseguranças presentes na sociedade de risco; uma confiança imaginária no planejamento e controle por meio de instrumentos de monitoramento e avaliação que seriam construídos pela tecnociência, e estratégias de capacitação e aperfeiçoamento trabalhariam para sanar as insuficiências verificadas. Estaríamos, dessa forma, tamponando os buracos que os riscos apresentam. Uma crença de que basta seguir a agenda para proteger os recursos e serviços ambientais, enfrentar a pobreza e alcançar o bem-estar global para esta e as futuras gerações.

5.3. Rio+10

Uma década depois da ECO92, a conferência de Johannesburgo, também conhecida como Cúpula Mundial, ou Rio+10 (ONU, 2002), tem, conforme resolução preparatória (ONU, 2001), o objetivo de avaliar e implementar a Agenda 21 e os acordos firmados na ECO92, de modo que não foi admitida nenhuma proposta nova que alterasse os acordos anteriores. Seu caráter foi limitado à ratificação do plano de ação fazendo os devidos acertos sobre as dificuldades de implementação.

Nas análises sobre esta conferência podemos encontrar uma constante busca em se fazer um balanço entre pontos positivos e negativos (LAGO, 2013, BARROS-PLATIAU; VARELLA & SCHLEICHER, 2004). Esses balanços e seus resultados carregam similaridades. Os pontos positivos comumente estão no fato de as nações envolvidas reconhecerem a importância da discussão sobre a crise ambiental em todas as suas dimensões. Lembramos que é dentro dessa área que a discussão sobre riscos mundiais vem se avolumando – riscos cuja análise demanda definições constantes porque uma de suas características é justamente a indefinição (BECK, 2010). A definição de risco é dependente de um saber que seja capaz de dar-lhe os contornos de significação; afastando o aterrador da finitude global a partir do gerenciamento.

Beck percebe o problema de reconhecimento quando menciona que, de um lado, os riscos podem ser amplificados, papel em geral desempenhado pela mídia, mas ancorada no discurso da ciência; e por outro lado, eles são minimizados politicamente (BECK, 2010), envoltos em dramatizações, articulados pelo que chama de “semântica do risco” (BECK, 2015). E esse aspecto plástico sob o qual a distância segurança-insegurança se coaduna com a perspectiva psicanalítica da fantasia está presente no discurso, uma vez que se trata de uma operação simbólica a acentuação da catástrofe projetada no futuro, que aproxima do real insuportável, constituindo em um buraco que deve ser preenchido imaginariamente. Tendo o Desenvolvimento Sustentável funcionado como essa sutura que permite operar na realidade, a preenche oferecendo maior segurança, afastando simbolicamente o risco ou o deslocando, de modo que seu tratamento político em fórum internacional se torna ponto positivo no reconhecimento da questão. Esse recobrimento, no entanto, pode ou não ocorrer com efeitos práticos para nos afastarmos do risco. Reconhecer e reafirmar os problemas faz parte de uma lógica que não os nega diretamente, embora não necessariamente gere efeitos esperados diante da dimensão do problema, uma vez que carrega a característica ambígua da fantasia de provocar decepção.

O que surge como negativo estaria em uma incapacidade de transformar o discurso em prática efetiva (LAGO, 2013). A forma como a conferência de 2002 foi concebida já indicava seu limite desde a resolução preparatória; mesmo antes de acontecer estava marcada pela frustração e pelo fracasso (FERRARI, 2014), uma vez que seu objetivo era o de reafirmar a ECO92.

Dando continuidade à ECO92, é possível notar uma característica desses processos: reproduzem normatividades que permitem seu não cumprimento. Todas as nações são livres e soberanas para assinar os acordos, e para descumpri-los ou adiar seu cumprimento. A assinatura dos acordos, planos e convenções é o reconhecimento da preocupação, inscrita sobre a urgência de medidas, no entanto, as agendas urgentes vão sendo alargadas.

O não cumprimento na maior parte das vezes tem justificativas econômicas ou outro aspecto que tenha tomado o interesse internacional como uma preocupação imediata. Quanto a esse aspecto, é importante destacar dois elementos no contexto da Cúpula Mundial. Esta conferência se deu um ano após a queda das Torres Gêmeas, nos EUA, momento em que a guerra ao terror passou a emitir o eco de “o maior problema que a humanidade tem que enfrentar” (ONU, 1987). O risco polimorfo estava de volta sob outro traje; o ataque às Torres Gêmeas foi o evento que deslocou o risco que vale a pena ser temido do ambiente para o terrorismo, adiando aquele que foi considerado o maior problema da humanidade em 1987.

Outro aspecto desse contexto que não pode deixar de ser comentado está na moldura do fim do mundo que sustenta o quadro da crise ambiental, e que precisa estar presente para fazer funcionar o regime, já que ele se ergue como expressão da necessidade de evitar a finitude planetária. Pensando na encenação dos riscos mundiais (BECK, 2015), a África era o melhor palco nesse início de século. A declaração de Johannesburg traz como título *Das Nossas Origens ao Futuro*, trazendo um apelo ao reencontro renovado das origens. Em 1992, a encenação ocorreu quando a conferência foi realizada em um país em desenvolvimento, o Brasil, que foi reconhecidamente combativo para exigir o direito de desenvolvimento para os países pobres na conferência escandinava de 1972. A realização da conferência de 1992 em um país cujo território se encontra a floresta amazônica, a maior bacia de água doce do planeta, com uma das maiores reservas de biodiversidade quantificadas, e uma das nações com maior potencial para a geração de energias alternativas; vários fatores que o tornam um território em disputa na política global. Na Rio+10, a África foi tomada como cenário em um contexto no qual as discussões se afunilam para eleger a pobreza como o maior

desafio global a ser superado para sermos sustentáveis⁵⁷, com o Continente africano apresentando os maiores índices de miséria da planeta, grande evolução no processo de desertificação, projeções alarmantes sobre a finitude da água e o sempre ameaçador crescimento populacional em ascendência naquele território. Esse lugar, cheio de desafios, é o palco para reafirmarmos nossas esperanças no regime sustentável, no início de século que deixa para trás o fim do mundo (mas o mantém no horizonte) e age sob o fim da história, isto é, sob a crença de que a liberalização das nações, unicamente, seria suficiente para a superação dos problemas identificados.

5.4. Rio+20

Mais uma década passada e novamente o Rio de Janeiro sedia a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2012), também chamada de Rio+20. Ocorrida em 2012, esta conferência reuniu 191 Estados-membros das Nações Unidas, além de organismos internacionais, com mais de 80 chefes de Estado ou de Governo.

A Rio+20 foi construída de forma a reafirmar os acordos e direcionamentos tratados em conferências anteriores, essa é a maneira que os diversos temas aparecem: *reafirmar, ressaltar e reforçar*. Por exemplo, na seção *II – Renovação do Compromisso Político*, encontramos:

14. Reafirmamos a Declaração de Estocolmo [...]; 15. Reafirmamos todos os princípios da Declaração do Rio [...]; 16. Reafirmamos o compromisso de implementar plenamente a Declaração do Rio [...], o Programa de Implementação da Agenda 21, o Plano de Implementação da Cúpula Mundial [...], o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, [...] Programa de Ação de Istambul, [...] Programa de Ação de Almaty [...], a Declaração do Milênio [...] e o Documento final da Cúpula Mundial de 2005 [...], o Congresso de Monterrey [...], a Declaração de Doha [...], o documento final da Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre os ODM, [...] o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento [...] e da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim (ONU, 2012, p. 5).

⁵⁷ O primeiro objetivo do milênio é *Erradicar a pobreza extrema e a fome* (ONU, 2000).

Nestes 40 anos que separam a primeira conferência da última, há uma pulverização dos assuntos, com convenções, acordos, planos de ação e implementação, objetivos, metas e agendas sendo constantemente reafirmadas, de modo que sob o título *O Futuro que Queremos*, a Rio+20 pretende *renovar* “o nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a promoção de um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as atuais e futuras gerações” (*Ibidem*, p. 3).

Há, no entanto, dentre as reafirmações colocadas uma nova afirmação: a defesa da “economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável” (*Ibidem*, p. 11) sendo incorporada como a forma de se alcançar esse tipo de desenvolvimento e reduzir a pobreza, que se mantém como o grande desafio do milênio (*idem*). A defesa da economia verde está expressa na declaração, sem, contudo, haver uma definição clara sobre o que é economia verde. A ausência de definição, todavia, não impede que sejam expressos os termos da crença que a subjaz, que podem ser sintetizada no parágrafo 60:

Reconhecemos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza vai aumentar nossa capacidade de gerir os recursos naturais de forma sustentável e com menores impactos ambientais negativos, aumentar a eficiência dos recursos e reduzir o desperdício (*Ibidem*, p.13)

A Câmara de Comércio Internacional (ICC⁵⁸) a descreve como um ideário no qual “o crescimento econômico e a responsabilidade ambiental trabalham juntos de maneira mutuamente reforçada ao mesmo tempo em que apoiam o progresso no desenvolvimento social”⁵⁹. Há 10 condições para alcançar a economia verde: mercados abertos e competitivos; métricas, contabilidade e relatórios; finanças e investimento; consciência; abordagem de ciclo de vida; eficiência; emprego; educação e habilidades; governança e parceria; política integrada e tomada de decisões. Conforme Moreno (2012)⁶⁰, há um percurso para que a economia verde chegue à Rio+20. A autora ressalta a criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em 1944 no âmbito da Convenção Brentton Woods de

⁵⁸ International Chamber of Commerce: Câmara de Comércio Internacional (em tradução livre)

⁵⁹ Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20160505222844/http://www.iccwbo.org/products-and-services/trade-facilitation/green-economy-roadmap/>>. Acessado em 27/08/2018.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/linha-do-tempo-do-cinismo-ambiental>>. Acessado em 27/08/2018.

gerenciamento econômico internacional, vinculada à criação da ONU e ao contexto de reconstrução do mundo pós-guerra. Reconstrução que tratava de fazer uma Revolução Verde, com investimento tecnológico na agricultura e ao mesmo tempo escoar a produção de agentes químicos utilizados durante a Segunda Guerra; uma estratégia de duplo propósito: maximizar a produção de alimentos por meio da monocultura e combater o avanço do modelo do bloco comunista. A oficialização da Economia Verde na Rio+20 estaria ligada, contudo, à conferência anterior, a Rio+10, que, conforme coloca a autora, teria sido o momento em que houve maior penetração do setor privado no governo do mundo; muito embora esta perspectiva já estivesse desenhada em *Nosso Futuro Comum*, desde o final da década de 1980. Um terceiro aspecto pontuado por Moreno está na produção de um estudo no intervalo entre as duas conferências realizadas no Rio de Janeiro, *A Economia das Mudanças Climáticas*, ou *Relatório de Stern*, encomendado pelo governo britânico, documento que sugere a destinação de 1% do PIB mundial ao combate às mudanças climáticas, defendendo que o custo-benefício é maior do que o imobilismo. A inação custaria ao PIB mundial entre 5-20% ao ano, o que criaria um desequilíbrio econômico e social equivalente à Guerra Mundial (STERN, 2010).

A Rio+20 acontece em um contexto de crise global econômica, iniciada em 2008, que abalou os mercados internacionalmente. A exemplo da Rio+10, quando o tema que desloca o problema é o terrorismo, nesta última é a crise econômica que assume este papel. Manfredo & Ferreira (2015) fazem um trabalho sobre as perspectivas de participantes da conferência e pontuam uma impressão geral de que o poder político impediu que houvesse avanços frente aos diversos diagnósticos já feitos, e mencionam ainda que “a Rio+20 teria sido uma repetição do encontro de 2002, (...) onde (...) ninguém decidiu nada” (*Ibidem*, p. 277). As autoras relatam “um retrocesso em vários sentidos” (*Ibidem*, p. 280) em que a “crise econômica serviu de aparente justificativa para silêncios e postergações” (*Idem*).

Parece-nos interessante notar, quando olhamos para as conferências da ONU sobre desenvolvimento e ambiente, que o diagnóstico de Beck (2010) sobre o século XXI parece se confirmar; para este autor, as crises deste século, na sociedade de risco, se manifestariam em três dimensões primordialmente: ecológica, econômica e o terrorismo. Como mostramos, todas elas se encontram presentes nestes 40 anos de debate ambiental no âmbito da ONU, em que o risco ambiental teve seu efeito político para a instalação do Desenvolvimento Sustentável como

perspectiva a orientar o debate sobre a finitude sem comprometer o ilimitado do crescimento; solução que, desde então, passa a ter maior penetração do setor privado (MORENO, 2012) e se esforça em dar maior tonalidade econômica, culminando com a economia verde nesta última declaração

5.5. ODM e ODS

No início do século XXI, a governança global ganha novo reforço por meio dos ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de objetivos globais, com metas e indicadores mensuráveis. A intenção, pontuada pelo então secretário geral da ONU Koffi Annan, “foi utilizar a força simbólica do Milênio para ir ao encontro das necessidades reais das pessoas de todo o mundo” (ONU, 2000). A agenda dos ODM vigorou por 15 anos (de 2000 a 2015) e posteriormente foi substituída pela agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tanto os ODM quanto os ODS são as formas mais sintéticas de operacionalização para a governança das Nações e dos povos do mundo no caminho para o Desenvolvimento Sustentável; eles são os instrumentos para a realização da crença de conciliação colocada em 1987 diante do impasse verificado na década de 1970. São aquilo que nos deixa crer nessa possibilidade e balizadores da ação global. Os ODM, dentro do seu período de vigência, puderam mostrar uma realidade global, por meio de relatórios provisórios e de um relatório final que apontou avanços e lacunas. Já os ODS, lançados em 2015, seguem o mesmo *modus operandi* dos ODM, mas se mostram mais abrangentes e mais ambiciosos em suas intenções.

Os ODM foram considerados por Ban Ki-Moon, em 2013, então secretário geral da ONU, como “o mais bem-sucedido esforço planetário para acabar com a pobreza” (ONU, 2013, p. 3). Os oito ODM são: erradicar a extrema pobreza e a fome; alcançar o ensino primário universal; promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

O documento dos ODM inclui 21 metas e 60 indicadores, os quais foram construídos de modo que fosse possível fazer a mensuração objetiva de seus resultados. Estavam, assim, estruturados pela gramática técnica ao traduzirem o

mundo em recursos operacionais. Conforme aponta Hulme e Scott (2010), os ODM começaram a ser discutidos pela ONU e pela OCDE no contexto das relações internacionais pós-guerra-fria; a partir de 1989, os orçamentos passaram a ser cortados acreditando-se que apenas a liberalização dos países fosse suficiente para alcançar o desenvolvimento (*Idem*). Essa perspectiva de Hulme e Scott (2010) vai ao encontro do postulado de Moreno (2012) e de Fukuyama (1989) sobre o estabelecimento do modelo econômico que apenas faz girar em torno de si mesmo os problemas, e cujo objetivo é colocar para trabalhar os instrumentos necessários para a sua própria manutenção, lidando com os contornos que se apresentam, independentemente das ameaças com as quais tem de lidar. Dentro da lógica econômica, todas as ameaças podem ser minimizadas ou contornadas. O fator econômico nessa atividade de auto sobrevivência de sua própria lógica pode ser pensado como o motor da reflexividade identificada por Beck na sociedade de risco, uma vez que os riscos não necessariamente provocam rupturas, senão, como o próprio autor menciona, criam aberturas para o preenchimento político, e são reinseridos na lógica que os criou.

Essa trilha econômica está inscrita na história que evidencia as influências na formulação do ODM. Na última década do século vinte, a União Europeia construiu um grupo de trabalho para discutir o futuro do desenvolvimento, o que culminaria, em 1996, com a publicação *Shaping the 21th Century: the contribution of development co-operation* (OCDE, 1996). Nele, os objetivos e metas estavam fixados, em sua maioria, para serem alcançados até 2015 dentro de três dimensões centrais: bem-estar econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental e regeneração (CARVALHO e BARCELLOS, 2014). Várias construções contidas nesse documento, como mostram estes autores, migraram para a Declaração do Milênio com os ODM, cujo foco principal continuava sendo a erradicação da pobreza, colocando o desenvolvimento como sinônimo dessa erradicação, e não como uma das causas de sua existência, porque, na sociedade de risco, problemas gerados pelo desenvolvimento passam a ser solucionados com mais desenvolvimento (BECK, 2010). Outro aspecto importante foi uma mudança metodológica sobre desenvolvimento e gestão ocorrida na década de 1990, por influência dos trabalhos de Amartya Sen, que elabora um conceito de desenvolvimento ligado às capacidades, as quais serviriam para a definição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH incorpora um fator humano ao

desenvolvimento, elemento que circula como valor no discurso dessa época, como mencionamos anteriormente ao tratar dos pressupostos verificados na ECO92. Basicamente, passa-se a se considerar as dimensões educação, saúde e renda. A construção dos ODM também esteve apoiada nas ideias de Osborne e Gaebler que propõem que os governos adotem a lógica privada de mensurar objetivos e metas, chamada de SMART: elásticos, mensuráveis, acordados e delimitados no tempo⁶¹ (CARVALHO e BARCELLOS, 2014). Ainda conforme os autores, a ONU teria adotado esses princípios, assim, com o intuito de alcançar uma administração eficiente, além de servirem para fortalecer a “capacidade de produção de estatísticas dos países em desenvolvimento” (*Ibidem*, p. 225). Esses vários exemplos deixam ver a incidência, nessa instituição multilateral, do funcionamento empresarial como modelo de atuação e perspectiva de enfrentamento dos variados problemas com os quais tem de lidar. Esse modelo se apresenta como a conjugação do discurso tencocientífico com o econômico.

Ao examinarmos os oito ODM, vemos que a pobreza e a fome seguem sendo apontados como o principal problema para o desenvolvimento; e desde a primeira conferência em 1972 são estes os aspectos considerados como agravantes à sobrecarga dos recursos planetários. O arranjo do Desenvolvimento Sustentável aborda a pobreza como consequência da falta de desenvolvimento e sua superação, naturalmente, é compreendida e empreendida pelo imperativo de garantir o direito ao desenvolvimento. Isso se repete na Declaração do Milênio (p. 6), que também busca lembrar dos esforços para a conservação das florestas; do cumprimento do protocolo de Kyoto sobre redução de gases; da conservação sobre diversidade biológica; dos esforços contra a desertificação e contra a exploração dos recursos hídricos; e da necessidade de melhorar a cooperação para reduzir os efeitos das catástrofes naturais e aquelas provocadas pelos humanos, boa parte dos elementos presentes na grande conferência de 1992 no Rio de Janeiro. Objetiva-se cumprir a agenda sob os parâmetros do regime sustentável, sendo os ODM instrumentos para sistematizar e sintetizar essa tarefa. Neste momento, o Desenvolvimento Sustentável já é a única via possível, que irá se refletir de forma sintética nos ODM. Eles são os objetivos cujo alcance melhoraria o IDH dos países que obtivessem êxito; são os índices de cumprimento da agenda, e a medida da distância que

⁶¹ Sigla em inglês para “stretching, measurable, agreed, realistic and time-limited (SMART)

estamos de nos adequarmos ao *Nosso Futuro Comum* (ONU, 1987). Uma distância calculada no intervalo de 15 anos cujo sucesso se torna realidade na língua dos indicadores.

5.5.1. Os ODM melhoraram o mundo

Conforme o relatório final sobre os ODM, “a comunidade mundial tem razões para celebrar” (ONU, 2015, p. 4). Essa afirmação vem sustentada pelos dados apresentados no documento, evidências de mudanças desde a década de 1990. A pobreza extrema, isto é, pessoas vivendo com menos de US\$1,25 por dia, reduziu de 47% da população mundial para 14%; crianças não escolarizadas em idade escolar que em 2000 eram de 100 milhões passaram em 2015 para 57 milhões; o índice de mulheres que passaram a frequentar a escola melhorou, a taxa de empregos de mulheres fora do setor agrícola também subiu ao passo que sua participação em empregos vulneráveis diminuiu, e sua participação nos parlamentos também cresceu. A mortalidade infantil global foi reduzida pela metade; a mortalidade materna reduziu globalmente em 45%; os índices sobre HIV/AIDS, a malária e outras doenças tiveram melhorias. A AIDS, por exemplo, teve uma redução de 40% do número de novas infecções no período desde 1990 e estima-se que, com o acesso aos tratamentos, em torno de 7,6 milhões de mortes por HVI/AIDS foram evitadas em todo mundo. Quanto à sustentabilidade ambiental, o relatório refere que por volta de 1,9 milhões de pessoas passaram a ter acesso à água potável, e que globalmente 147 países alcançaram a meta da água potável, 95 a do saneamento e 77 ambas. A ajuda dos países desenvolvidos aumentou 66% de 2000 a 2014, chegando a US\$135,2 bilhões (*Ibidem*, p. 4-7).

O documento final transmite a mensagem de sucesso da proposta dos ODM e apresenta dados produzidos e mensuráveis que indicam tais avanços; no entanto, também assevera que com o encerramento do quindênio dos ODM uma nova agenda, mais ambiciosa, precisaria ser construída, eliminando as dificuldades dos ODM e buscando cobrir aspectos por eles não considerados. Contudo, essa nova agenda deve persistir com o mesmo modo de operar por metas e indicadores, o qual, neste relatório, é chamado de “ação global”, em que se afirma ser o “único caminho” (*Ibidem*, p. 9)

5.5.2. Os ODS

Seguindo o caminho único de funcionamento, com objetivos, metas e indicadores; o documento *Transformando o mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015) parte do balanço presente no relatório de 2015 sobre os ODM no qual, para além dos dados positivos indicados, há o reconhecimento de falhas e lacunas, as quais passam a ser balizadoras para a melhoria das condições globais de vida. Ainda persiste a compreensão da pobreza e da fome como problemas primordiais para um mundo que alcançou o mais alto nível de organização social. Tanto nos ODM como no documento que trata dos novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), esse é o primeiro objetivo colocado. A redução de 47% para 14% no número de pessoas que ainda vivem na miséria extrema evidencia, por meio de indicadores, uma realidade de superação. Todavia, conforme pontuam Carvalho e Barcellos (2014), isso pode estar ligado ao bom desempenho econômico dos países da América Latina e do crescimento acima da média global da China e da Índia no período compreendido, de modo que, mesmo o índice geral tendo aumentado, países do continente africano, considerados os mais vulneráveis, permaneceriam com um desempenho pouco favorável. A afirmação na abertura dos ODS, “ninguém será deixado para trás” (BRASIL, 2015, p. 7), reafirma a prioridade de desenvolvimento dos países considerados mais vulneráveis (*Ibidem*, p. 6). Nessa edição, há um aumento considerável dos objetivos, enquanto os ODM eram 8, os ODS são 17. Reproduzimos a seguir os 17 ODS:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservar e usar sustentavelmente os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e deter a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Não apenas os objetivos foram acrescidos, mas as metas, que nos ODM eram de 21, saltaram para 169; do mesmo modo os indicadores que eram 60 inflaram para 232⁶². O adjetivo sustentável, que nos ODM apenas figurava em um dos objetivos, agora está em quase todos. Do mesmo modo, a ideia de que “ninguém será deixado para trás” é reforçada com complementos mais generalizantes, como “em todos os lugares”, “para todos”, “para todas as idades”, “para todas as mulheres”.

É interessante notar como o discurso se ordena em *Transformando nosso Mundo*. Havíamos destacado que a partir da década de 1990 o discurso da gestão empresarial foi se tornando mais explícito na medida em que as ameaças foram diminuindo. Com a publicação dos ODS, as metas e os indicadores servem de

⁶² Disponível em: <<https://unstats.un.org/sdgs/indicators/indicators-list/>> Acessado em: 31/10/2018.

parâmetro para medir a *performance* das nações conjugadas aos objetivos. Em *Transformando nosso mundo*, não há uma ação organizada em torno da ameaça do fim do mundo, senão que os objetivos e metas devam ser tomados como desafios; não se trata do agir para a fuga, mas do agir para a conquista. Isso pode ser depreendido da maneira como o futuro da humanidade passa a ser determinado, não como o lugar da incerteza aterrorizante, mas como o lugar de extração de benefícios: “(...) está nas mãos da geração mais jovem de hoje, que vai passar a tocha para as gerações futuras” (*Ibidem*, p. 12). Aquele lugar do sobrevivencialismo caracterizado por ameaças, que teria sido predominante nas primeiras décadas do pós-guerra, agora é ocupado por um modelo de competição esportiva.

Ehrenberg (2010), que também analisa a incidência do discurso econômico sobre a vida, pensa que nesse período as práticas empresariais foram tomando cada vez mais as características dos esportes de alto rendimento. O próprio discurso empresarial teria ganhado essa nova camada, sobremaneira notada a partir de 1990, em que o risco assume a característica de aventura (SPINK, 2001), algo que se deve assumir, atravessar, para garantir a experiência do sucesso, sentido como experiência de superação. A ação passa a ser orientada para a superação constante dos próprios limites em busca de um algo mais, tornando cada realização o motivo para outra superação, mais ambiciosa. Ehrenberg chama a isso de “culto da *performance*”, uma prática empresarial de superação ilimitada. Esta é a última versão em que os relatórios da ONU espelham o discurso empresarial. É interessante notar que, na análise desse autor, a figura do sobrevivente está presente, mas não mais como aquele que escapou à tragédia, um sujeito pós-traumático (CASTILHO, 2013) por assim dizer. Este sobrevivente toma o risco por desafio, se coloca em risco para por à prova sua existência na aventura, age para a conquista; essa nova modalidade do laço empresarial produz a “coincidência da sobrevivência e da vitória” (EHRENBURG, 2010). Atravessamos nossos limites com os ODM, e queremos mais, dobramos o número de objetivos. As nações e os povos do mundo têm agora um desafio muito maior, os ODS parecem ser, assim, nossa nova aventura de superação na transformação sustentável do mundo.

CAPÍTULO 6 – CRISE DE OPORTUNIDADES

6.1. Introdução

No início desta tese, buscamos mostrar como o imperativo de expansão ilimitada esteve ligado às configurações sociais e aos eventos extremos, pensando nas guerras mundiais e nos totalitarismos do século XX e como eles deixaram suas heranças na sociedade que passa a ser conformada como uma sociedade de risco. A análise de Arendt (1998) permitiu pensar que aquelas experiências produziram um protocolo sobre como fazer uma gestão de riscos, mesmo momento em que identificamos uma “Era da Instalação” (SILVA JÚNIOR, 2017) como modalidade discursiva, uma combinação que abriu a possibilidade de aniquilação em massa desde as armas nucleares – em outras palavras, a manifestação material sob a crença do “sem limites” (LEBRUN, 2001). De outro lado, os apontamentos sobre o processo de empresariamento da vida (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009; DARDOT e LAVAL, 2016) nos mostraram como as técnicas de gestão empresarial tornam-se o método privilegiado a ser destacado nas últimas décadas, configurando-se como a modalidade de discurso da sociedade contemporânea. Os relatórios analisados nos capítulos anteriores mostraram uma mudança de ênfase após a institucionalização do Desenvolvimento Sustentável, em 1987, em que as ameaças perdem força em benefício de uma perspectiva administrativa para nossa ameaça crônica. No contexto desse período ganha destaque o estabelecimento do modelo de economia em sua versão neoliberal.

Beck pensa a política ecológica, ou a política sobre os problemas ecológicos, como um processo que não pode funcionar conforme as antigas estratégias industriais de enfrentamento de conflitos; segundo o autor, não se trata mais de um conflito de positivities. No “novo conflito ecológico (...) o que está em jogo são negatividades: perdas, devastação, ameaças (Beck, 1995b, p.3). Ianni (2012) pontua que esta forma com que Beck passa a pensar a política foi influenciada pelo desastre nuclear de Chernobyl, ocorrido na Ucrânia no ano de 1986, o qual é colocado pelo autor como o evento que “alterou todo o cenário do tecido social alemão, da esfera privada às esferas pública e institucional daquela sociedade” (*Ibidem*, p. 371). Beck se soma aos pensadores que identificam os

eventos extremos como os causadores de substanciais transformações na organização social. Para ele, “[...] a duplicação do mundo ocorre na era nuclear. A ameaça ao mundo por trás do mundo permanece completamente inacessível aos nossos sentidos” (Beck 1995b, p.65). É a partir desse evento que Beck desenvolve a noção de “choque antropológico”, evidenciando que esse tipo de catástrofe produz “transformação da consciência dos sujeitos” (IANNI, 2012). Segundo essa autora, trata-se de uma mudança decorrente da experiência antropológica ligada à insegurança e à incerteza. Os conflitos da sociedade de risco impõem novas formas de enfrentamento político e transformações institucionais (BECK, 1995a). Motta (2009) pontua que é possível depreender do pensamento de Beck uma humanização da globalização, “pois, a encenação dos riscos globais criaria demandas morais e políticas que ultrapassam fronteiras, configurando um momento cosmopolita da história mundial (*Ibidem*, p. 391). De fato, a análise de *Nosso Futuro Comum*, como buscamos argumentar nesta tese, permite pensar o Desenvolvimento Sustentável como o estabelecimento de um regime global para a manutenção do planeta que tem um apelo moral (FONSECA e BURSZTYN, 2007); foi e continua sendo um processo político sobre a existência da humanidade. No entanto, o movimento que observamos no conjunto dos documentos analisados parece neutralizar uma certa potência transformadora para a resposta aos problemas ambientais. Esse fator neutralizador depreendido dos relatórios analisados constitui-se na manutenção do crescimento.

Em seu “Esclarecimento Ecológico” (BECK, 1995b), o choque antropológico é pensado como decorrente dessas novas modalidades de problemas sociais que a crise ambiental impõe, sobretudo por sua característica mundial/global/sem fronteiras. Seguindo a trilha do choque e do esclarecimento, mas confrontando com o discurso econômico presente nos relatórios analisados, propomos uma análise nesse capítulo sobre a forma como o discurso econômico passa a ser modulado, seguindo nossa leitura que apontou uma mudança de ênfase – em que a ameaça se torna objeto de gestão. Dividimos em dois momentos essa análise. No primeiro, amparamos nossa discussão na *Doutrina do Choque* apresentada por Naomi Klein (2008), que interpreta o choque também como um fator de mudança que levaria à aceleração da instalação das políticas neoliberais. Essa primeira parte busca analisar o processo de difusão dos riscos, e se detém ao momento identificado neste trabalho como mais marcadamente articulado pelas ameaças globais presentes no

discurso, isto é, até o final da década de 1980 com a institucionalização do Desenvolvimento Sustentável como o regime dos “povos do mundo” (ONU, 1987). A segunda parte busca pensar o esclarecimento ecológico na ação política empreendida no âmbito da ONU, e sua articulação, depreendida pelo que encontramos nos relatórios pós-Brundtland, que se estrutura como um cinismo moderno, se este for entendido como uma “falsa consciência esclarecida” (Sloterdick, 2011), em que as ameaças permanecem presentes, mas a manutenção do imperativo de crescimento econômico se torna o aspecto refratário do enfrentamento dos problemas ambientais reflexivos.

Tanto a versão chocante quanto a versão cínica podem estar mescladas e em ambas a crença da oportunidade econômica consegue se metamorfosear e se mantém intocável a estruturar os modos de se relacionar com mundo, produzindo diversas formas de esgotamento.

6.2. Da concentração à difusão de riscos

Em seu trabalho *A Doutrina do Choque: ascensão do capitalismo do desastre*, Naomi Klein (2008) busca entender como a racionalidade neoliberal se utiliza de tragédias – ambientais ou de outra natureza – para sua instalação e perpetuação; o que nos ajuda a pensar o aterrador-formidável em aplicação por esta racionalidade, cuja dimensão hiperbólica encontra no desamparo aberto pela catástrofe o terreno para sua operação de governo. Klein parte de uma pesquisa psicológica na qual pessoas eram submetidas a choques constantes de intensidade pequena, depois moderada até atingir níveis que eram considerados insuportáveis. A sucessão dos choques com o aumento gradual de intensidade cria uma janela de acomodação, ou adaptação. A doutrina do choque teria esse princípio de funcionamento, ao impor paulatinamente condições adversas (ambientais) cada vez piores para condicionar as pessoas a suportar choques cada vez maiores. Contudo, para Klein, interessa a utilização social desse princípio. Segundo ela, a doutrina do choque foi utilizada para a obtenção de objetivos de crescimento econômico, como no Chile de Pinochet em 1973, para imprimir o modelo de capitalismo nos países sul-americanos que flertavam com o socialismo soviético, um risco mundial à época. Havia um risco a circular nesse momento que se transforma na referência a partir da

qual se constrói uma justificativa para as medidas políticas e sociais empreendidas; como distância entre segurança e insegurança, sua determinação determina a ação, instaura práticas para evitar o aterrador sob a máscara do risco, facilita a identificação com a saída apontada⁶³. Ao mesmo tempo em que essa prática é dirigida para a fuga, ela instala a lógica que se pretende, traça o caminho de escape conforme o espírito da época e as relações de poder, já que é construída em uma gramática que as reproduz. Os termos dessa gramática são trazidos por Klein, que presume o “choque” como meio para a instalação de um modelo liberal de economia. Para a autora, quando Pinochet assumiu o poder no Chile em 1973, cedeu seu país para implementação das ideias econômicas de Friedman⁶⁴.

A década de 1970 aponta para uma torção nos valores culturais; há uma efervescência contestatória sobre o modo de vida, no qual se verificam críticas ao industrialismo, às guerras, à degradação do meio ambiente e aos valores tradicionais da sociedade nas relações familiares, afetivas e de trabalho. Beck (2010) esteve atento a essas transformações, e as identifica dentro do processo de transformação da sociedade industrial em sociedade de risco. Essas transformações, inseridas em um processo histórico que pode ser designado sob o nome de destradicionalização, como mencionam os teóricos do risco, poderiam ser condensadas em um valor a circular na modernidade reflexiva, confirmado também por outras abordagens que se dedicam a interpretar nosso tempo. Boltanski e Chiapello (2009), por exemplo, pensam que o que emerge como valor condensado daquelas reivindicações fragmentárias foi sintetizada sob a ideia de flexibilidade. A flexibilidade parece ser um valor a partir do qual se articula essa nova configuração. Ela também aparece na interpretação de Harvey (2008) sobre essa década de 1970, especialmente quando pontua que o “choque do petróleo” foi o ápice de um momento de crise da organização econômica, referida como “fordista-keynesiana”, e que o “colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza” (*Ibidem*, p. 119). O autor tenta traduzir esse período como a transformação de um modelo de rigidez para um modelo de

⁶³ Parece-nos um processo semelhante ao descrito por Arendt no sentido em que cria um princípio organizador segundo o qual a prática instalada ganha o sentido de proteção, solução, salvação ou saída de um estado de coisas o qual se pretende evitar.

⁶⁴ Professor e teórico de crítica econômica do modelo Keynesiano, seu trabalho fundou uma escola do pensamento econômico que passou a ser chamada de Escola de Chicago. Parte da juventude do Chile, os chamados *Chicago Boys*, foi estudar economia nos EUA, sob essa matriz do pensamento econômico.

flexibilidade de acumulação (*ibidem*, p. 140), marcado por um internacionalismo em busca de novos mercados com precários direitos trabalhistas, movimento que impulsiona a industrialização dos países periféricos, o Sul global, que passam a ser considerados como importantes mecanismos para o crescimento econômico.

as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta (*ibidem*, p. 140)

O autor refere que dentre as necessidades dessa reestruturação econômica há o estabelecimento de novos padrões de consumo e uma valorização crescente das inovações comercial, tecnológica e organizacional (*ibidem*, p. 140). São os mesmos parâmetros com os quais o regime sustentável busca implementar seu mandato, organizando as nações a partir deles, mas o fazendo desde uma perspectiva de risco mundial sobre o ambiente global, presente nesse discurso. O documento que institui o Desenvolvimento Sustentável, como argumentamos, utiliza a crise ambiental como a unificadora das diferentes crises (ONU, 1987), mas as medidas apresentadas para seu enfrentamento fazem parte da reestruturação econômica neoliberal. A crise é compreendida como o buraco no simbólico que nos aproxima do insuportável real, remete à finitude para a qual as práticas sociais se estruturam visando evitar esse encontro. Esta crise é, contudo, revestida simbolicamente sob a estrutura de valores neoliberais, de modo que suas formas de enfrentamento não prescindem dos valores aí contidos, mas, ao contrário, os reforçam, e a própria realidade apreendida sob essa estrutura flexível nos deixa crer em um convívio harmonioso de um agir para o ilimitado crescimento capaz de tamponar a finitude.

A luta pela existência, noção presente tanto na filosofia política quanto na ecologia, atualizada por uma nova economização, faz o mundo se totalizar desde uma perspectiva econômica: a luta pela existência se torna competição no livre-mercado, entre corporações, empresas, Estados e indivíduos (DARDOT e LAVAL, 2016). Ao mesmo tempo em que há um movimento de unificação e reconhecimento da humanidade em um sistema único de mundo – a perspectiva lunática –, o

sistema do livre-mercado assume o semblante de totalidade, rearticulando a cadeia de saber-fazer no mundo desde seus preceitos. Manter as condições de vida ou o ecossistema significa manter o sistema econômico que planeja sua perpetuação eterna⁶⁵. Esta perspectiva de perpetuação exige o governo do futuro ao modo empresarial, o qual atua com os riscos desde uma lógica de mercado.

É possível pensar o Chile de 1973 como um momento extremo pelo uso do choque, como um laboratório para o neoliberalismo, como propõe Klein. Mas o choque também pode se tornar virtual, uma sombra para a instalação de algum princípio, e é nesse ponto que o discurso que modula as relações humanas passa a ser determinante. Os riscos – como as assombrações da tragédia colocada no futuro – são apresentados como os emissários da antecipação do choque e como instrumentos de gestão para o governo do futuro que age para a negação da finitude, com práticas gerenciais empreendidas a partir de um choque virtual.

Ao abordarmos os riscos ambientais, estamos falando de riscos que trazem consigo aquele sentimento aterrador ligado à consciência do fim do mundo e de aniquilação em massa sobre a totalidade do corpo-planeta; sua função de ligação afetiva é semelhante à do traço. Para a psicanálise, o traço significa um elemento que se liga a uma experiência mnêmica, podendo ser trágica ou traumática, um resquício de experiência do passado ao qual se vincula um afeto, mantido em nível inconsciente, o que implica uma espécie de apagamento (invisibilidade), dada sua insuportabilidade; mas que pode retornar deformado na estrutura de sintoma ou outras formas de sofrimento. A diferença entre traço e risco pode ser pontuada pelo componente temporal, o traço remete ao passado, enquanto o risco é referido ao futuro, conforme já o demonstrara Beck (2010). O risco é, nesse sentido, um avesso do traço, invertido, um estranho. Essa relação de oposição risco-traço encontra um uso intuitivo nas artes plásticas⁶⁶.

⁶⁵ Em artigo de jornal brasileiro, de 2016, disponível em: <https://economia.estadao.com.br/blogs/lentes-de-decisao/ecossistemas-de-negocios/>; acesso: 06/02/2019; podemos encontrar o híbrido, já bastante assentado “ecossistema de negócios” e construções como: “o nascimento de uma nova espécie viva: a corporação global”. Isso mostra que a simetria da interdisciplinaridade disciplinar, que Silva Júnior e Ferreira (2013) mostram em literatura específica, é a própria modulação do discurso incidindo nas diferentes áreas.

⁶⁶ Um traço constrói uma imagem ou figura na medida em que *acrescenta* uma substância em uma superfície, como no caso de um lápis em uma folha de papel que acrescenta grafite ao papel para dar forma, o traço está lá, é parte da forma produzida. O risco, ao contrário, *retira* uma substância da superfície, como uma pedra ou madeira entalhada, o risco é o ganho da forma pela perda de pedaços da superfície.

Essa homologia com o desenho ilustra o processo que queremos indicar como uma característica modular do risco, em que o afeto a ele ligado dá forma às práticas e aos sujeitos, um sujeito assombrado por riscos invisíveis que prescrevem práticas securitárias, aquele aspecto que chamamos de formidável anteriormente. As políticas de risco e o gerenciamento de risco funcionam como os entalhes das relações e dos sujeitos, os modulam, dão-lhe forma em relação às tragédias virtuais. O Desenvolvimento Sustentável é, nesse sentido, sua talha, uma ferramenta de governo. Abrahan refere que “o neoliberalismo quer ser sociável, e se maquia” (ABRAHAN, 1997 *apud* GOLDENBERG, 1997, p.51); parece-nos que sua maquiagem, nesse caso, significa poder prescindir do governo pelo choque. Há uma brutalidade no choque tornada obsoleta pela sofisticação de seu emissário, o risco, funcionando como cálculo, mesma língua da técnica e da economia. A face administrativa do Desenvolvimento Sustentável interessa ser salientada para demarcar o seu lugar nesse discurso em que se evidencia uma matriz econômica inspirando seus desdobramentos. A governança global, se seguirmos a metáfora plástica, pode ser vista como a própria arte de esculpir esse corpo-planeta, seja pela prescrição de hábitos ambientalmente sustentáveis, seja cirurgicamente⁶⁷ com inovações tecnológicas e transferência de tecnologia, seja por outras variações de investimento em capital humano. Em todo caso, o Desenvolvimento Sustentável se mostra como técnicas de governo. A presença dos riscos se torna importante para dar forma às políticas internacionais em que o Desenvolvimento Sustentável surge como estilo de vida do planeta para evitar a morte ou o esgotamento; é a forma que devemos assumir na presença dos riscos crônicos. A mensagem dos relatórios da ONU, como argumentamos neste trabalho, coloca a divisão entre o fim do mundo e a “Nova Era de Crescimento”, um tipo de alternativa infernal, como colocam Pignarre e Stengers (2005), em que a própria recusa da finitude deve ser realizada pela ação dirigida para o ilimitado.

As prescrições desse estilo de vida seguem emitindo *mal ditos* sobre o futuro no horizonte de finitude, mostram os riscos para realizar a forma de ser sustentável, assim definem as margens do caminho mantendo a indeterminação sobre o futuro.

⁶⁷ Utilizamos a expressão para indicar uma precisão proporcionada pelas inovações, como na expressão “guerra cirúrgica”. No campo ambiental, o melhor exemplo vem da agricultura de precisão, processo que tem transformado “o produtor rural em empresário rural” (TSCHIDEL e FERREIRA, 2002, p. 159).

De modo semelhante à empresa, precisamos construir meios de administrá-los para a manutenção da expansão, somos postos a trabalhar em um ambiente cada vez mais devastado. Gerenciar a indeterminação dentro da abertura que a sociedade de riscos permanentemente mantém é um valor para a sobrevivência. O risco não é apenas um valor, mas também um produtor de valor (JERONIMO, 2014), gera mais-valor na medida em que, buscando garantias securitárias, põe a trabalhar a tecnologia para a extração de eficiência que se converte em ganhos de produtividade e incrementa a atividade econômica, mas sob a justificativa de causar menos impacto, como na perspectiva colocada em *Nosso Futuro Comum*: produzir mais com menos.

Klein (2008) se pergunta: Qual é o valor da tragédia? E encontra a resposta na teoria de Friedman:

somente uma crise - real ou pressentida - produz mudança verdadeira. Quando a crise acontece, as ações que são tomadas dependem das ideias que estão à disposição. Esta, eu acredito, é nossa função primordial: desenvolver alternativas políticas existentes, mantê-las em evidência e acessíveis até que o politicamente impossível se torne o politicamente inevitável (FRIEDMAN *apud* KLEIN, 2008, p. 16).

Os riscos, como assombrações (BOSCO, 2010) da crise ambiental, são a parte plástica do gerenciamento que visa “desenvolver alternativas políticas”. O Desenvolvimento Sustentável passou a ser, após 1987, o arranjo conforme o qual as alternativas devem ser guiadas, tornou-se, assim, plataforma. A ONU é a agência que emite os princípios do Desenvolvimento Sustentável; sua emissão é articulada pelo discurso capitalista, como mostramos nos capítulos anteriores. A orientação de Friedman acima citada é um dos lemas mais reproduzidos em livros de empreendedorismo que reproduzem a lógica de funcionamento desse discurso: agir conforme a crença de que toda crise é uma oportunidade.

Pode parecer simplificador pensar que o “mais sério problema da humanidade” (ONU, 1987) venha a ser tratado com uma simples frase motivacional de *couching* empresarial. No entanto, se estamos analisando as modulações do discurso de um tempo, devemos admitir que as mesmas crenças são reproduzidas em diferentes esferas. Diferentes autores têm chamado a atenção para essa perspectiva de mundo a estruturar o laço social pelo menos desde a década de 1970, acentuando-se desde 1990, em que a perspectiva empresarial para o governo do mundo é tomado como o valor a ser reproduzido em nossa sociedade para o

tratamento dos mais diversos problemas, senão de todos eles. E essa crença presente no discurso de espelhamento ao modo empresarial também pode ser verificada na construção que define *Nosso Futuro Comum*, por ele mesmo, onde se lê:

Nosso futuro comum não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos, ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais (ONU, 1987, p. 1)

Por meio das assombrações técnicas evocadas nos relatórios em forma de *mal ditos* sobre o futuro, emite-se o imperativo de gozo: cresça. Temos a grande oportunidade de colocar todo o planeta na mesma racionalidade que quer a nova era de crescimento. O sucesso do Desenvolvimento Sustentável, já o pontuamos, está em se tornar essa plataforma de reprodução da lógica empresarial. Talvez por isso as ameaças que circulavam com maior intensidade até o nascimento do Desenvolvimento Sustentável foram dando lugar ao gerenciamento e a própria crise ambiental passa a ser mais explicitamente relegada ao *status* de acompanhante do crescimento: precisamos crescer, respeitando o ambiente.

6.3. Regime Sustentável e a Racionalidade Cínica

Considerando o que foi apresentado sobre o arranjo conceitual do Desenvolvimento Sustentável e das conferências que passaram a funcionar sob este regime, temos condições de propor uma discussão que leve em conta a incidência desse discurso sobre a (ou da) crise ambiental e, sobretudo, seu *agir* sustentável, de modo que tentaremos pensá-lo pela chave de uma racionalidade cínica que vem sendo desenvolvida pela filosofia política e pela psicanálise.

Peter Sloterdijk (2011) publica em 1983 sua *Crítica da Razão Cínica*, na qual faz uma análise do conceito no pensamento ocidental, desde a Grécia antiga, onde a figura de maior expressão é Diógenes. O cinismo de Diógenes funcionava como estratégia de desmonte dos códigos morais vigentes na democracia ateniense. Há

neste conceito, em sua origem, uma potência crítica de suspensão dos valores morais e questionamentos dos costumes da sociedade. Dentre suas características, encontram-se: o retorno à natureza, a carência de necessidades e uma inteligência sarcástica, que faz da sátira seu instrumento privilegiado de crítica (ASSIS & OLIVEIRA, 2016).

Diógenes foi quem trouxe para a filosofia ocidental a conexão original entre felicidade, carência de necessidades e inteligência; uma racionalidade que muito mais tarde reaparece em todos os movimentos naturalistas de culto à vida simples e combate dos excessos (de bens, comida, etc.), como o movimento *hippie* e as dietas naturalistas (SLOTERDIJK, 2011)

Para Sloterdijk é essa inteligência satírica a primeira ciência, mais próxima da literatura que da episteme cientificista, e que funda as bases para pensadores do inconformismo como Montaigne, Voltaire, Nietzsche, e Freud; com este último, por manter uma característica subversiva à psicanálise, sua versão cínica estaria em entender o funcionamento psíquico como um mascaramento, um disfarce (SLOTERDIJK, 2011, *apud* ASSIS & OLIVEIRA, 2016).

Goldenberg (1997) refere que o *Cynismus/Kynismo* representava o pensamento clássico de Diógenes, mas no século XIX a filosofia alemã passa a empregar uma variação, referida por *Zynismus*, como o “nome de uma atitude que não reconhece nada como sagrado e que insulta os valores, sentimentos e o decoro provocativamente, com mordente sarcasmo” (Goldenberg, p. 262).

Haveria ainda outra variação, um cinismo ao espírito do nosso tempo; essa trajetória em três etapas é resumida no que segue:

Em uma primeira versão, o cinismo aparece como uma intuição que expressa o mal-estar que impregna a vida social, o que pode ser visto sob a forma de ‘falsa esperança’ e ‘desengano’. Em um segundo ângulo, a noção de cinismo adquire uma dimensão histórica e expressa a tensão que pode ser experimentada nos movimentos de resistência e oposição política. Trata-se de uma espécie de “provocação cínica”, um movimento de tornar visível a crise moral da civilização. Por fim, [Sloterdijk] procura contrapor o cinismo enquanto corrente crítica de pensamento ao cinismo próprio à ideologia do capitalismo contemporâneo (ASSIS & OLIVEIRA, 2016)

O que nos interessa particularmente está nesta última versão, marcada pela falência da crítica, como expressa Safatle (2008). Este autor refere que a forma mais simples de entender o cinismo seria como “uma entre outras máscaras da insinceridade” (SAFATLE, 2008, p. 13), mas que assume, sobretudo nas formas

contemporâneas de capitalismo, “um problema geral referente à mutação nas estruturas de racionalidade em operação na dimensão da *práxis*” (SAFATLE, 2008, p. 13). O autor busca mostrar que o modo de funcionamento da sociedade torna-se cínico e que essa mutação é decorrente de um processo de crise de legitimação que, como pontuamos, estaria vinculado às transformações de nossa época, sendo o ponto culminante de inflexão a década de 1970. Neste sentido, é possível pensar o cinismo como a maneira que o novo espírito encontrou para operar o princípio da flexibilidade, identificado por vários autores como valor inscrito em nossas práticas sociais.

Trata-se, portanto, de um processo histórico que, conforme Giddens (1991), ainda está em curso, momento em que vemos a emergência do ambientalismo, em versão contestatória, como um dos elementos que compõem esse processo. Se concordarmos com esses autores, ao tomar as conferências da ONU nos últimos 40 anos, devemos ter em mente que todas foram realizadas em um contexto social cuja estrutura vem se apresentando como cínica. Importante ressaltar essa ligação do cinismo a momentos de crise que, na análise de Safatle, é pontuada como crise de legitimidade da sociedade contemporânea, isto é, refere-se a uma maneira própria dessas sociedades em sua relação com a normatividade. Também é importante realçar essa dimensão estrutural para não creditarmos à crise ambiental um caráter cínico, senão depreender dela o cinismo com que seu enfrentamento se depara.

Goldenberg pontua que o cínico clássico

não atacava os princípios da moralidade popular, mas as convenções, no que elas tinham de hipócrita e de inconsistente. Ele não suportava ver as mesmas regras sendo invocadas ao mesmo tempo para proscriver e prescrever a conduta imoral; e a prática sancionando o que o preceito proibia (GOLDENBERG, DATA, p. 252 - 253)

No entanto, continua o autor, “curiosamente, estas atitudes dúbias e fingidas, alvo dos Cínicos da Antiguidade, são precisamente as que definem o cínico no sentido moderno” (*ibidem*, p. 253). O discurso capitalista tornou-se cínico, “o capitalista ri de si mesmo” coloca Safatle (2008). Significa dizer que o funcionamento das instituições sociais está articulado de modo que uma crise específica, ou mesmo o modo de vida, estão concernidos a essa maneira de funcionamento, somos entalhados ao modo cínico.

O funcionamento cínico da sociedade contemporânea diz respeito à produção de saber e sua relação com o fazer social. Os autores nos quais nos baseamos parecem concordar quanto a esse aspecto: a racionalidade cínica diz respeito à ação, à *práxis* (SAFATLE, 2008), ou ao fazer (ZIZEK, 1992), e não mais, como certa tradição da crítica social, sobre um saber. Zizek (1992) explica essa diferença partindo de uma fórmula contida no pensamento marxista: “eles não sabem o que fazem”. Essa fórmula pretende revelar uma “falsa consciência” sobre os mecanismos de funcionamento da sociedade; o que, em sua análise, ressalta um anacronismo, porque sob o olhar atual, soaria ingênuo, já que este saber sobre o que se está fazendo torna-se politicamente inócuo. Safatle (2008) concorda, referindo que o saber sobre as contradições não tem mais produzido nessa estrutura cínica possibilidades de crítica social. O autor ironiza esse processo: “há momentos na história em que chamar de gato um gato não significa muita coisa” (SAFATLE, 2008). Em outras palavras, haveria um esgotamento, nas sociedades contemporâneas, quanto à apresentação de suas contradições internas, já que elas mesmas, no discurso cínico contemporâneo, são incorporadas e funcionam como a legitimação daquilo que se permitem deslegitimar na prática; o legítimo foi flexibilizado.

Retomemos uma construção que já mencionamos aqui como presente no enfrentamento da crise ambiental, a ideia liberal e tornada verdade do neoliberalismo: “toda crise é uma oportunidade”. Quando dizemos que esta crença estrutura o “fazer” social, significa que as práticas não se permitem deixar de operar sem essa perspectiva de base, que desestabiliza a crise em seu aspecto temerário com o seu exato oposto; um mesmo objeto de medo (crise) que nos aproxima da finitude torna-se o objeto em que podemos depositar nossas esperanças (oportunidade), fazendo equivaler crise a oportunidade, em que o medo se torna esperança e a tragédia pode realizar o impulso para o crescimento. Tem-se a flexibilidade de utilizar duplamente o mesmo aspecto da realidade; o risco a servir de estilete para políticas globais, de modo que sua presença implica a indeterminação, abertura para o confronto político que estabelece seus modos de enfrentamento, garantindo as vantagens a serem extraídas ao modo empresarial. Fazemos acordos como se nos importássemos, mas os desprezamos na prática que está orientada pela oportunidade. E não é justamente um paradoxo desses que encontramos nos relatórios da ONU sobre a crise ambiental? Uma conjugação que permite a co-

incidência do medo e da esperança? Um consenso multilateral que só é consenso na medida em que mantém o paradoxo entre aquilo com o que devemos nos preocupar (a crise) e aquilo com o que nos ocupamos na prática (a oportunidade de crescimento)?

Safatle refere que a noção de paradoxo é bastante apropriada para tratar do cinismo e recorre a Honneth para descrevê-la como:

uma estrutura contraditória específica [...]. Uma contradição é paradoxal quando, através da concretização almejada de uma intenção, reduz-se justamente a probabilidade dessa intenção se concretizar. Em casos bem específicos, a tentativa de concretização de uma intenção produz condições que vão de encontro a essa intenção inicial (HONNETH, *apud* SAFATLE, 2008)

Tomemos nosso caso específico, o Desenvolvimento Sustentável. Mencionamos anteriormente que seu sucesso não estaria em alcançar os objetivos declarados, mas em ser instituído como protocolo para pensar os problemas e suas soluções com respeito ao desenvolvimento e ao ambiente, e com isso, governar as populações, de modo que as nações e os indivíduos tivessem suas condutas regidas por seus princípios. No entanto, após *Nosso Futuro Comum*, produz-se uma conferência espetacular, a Eco92, em que é a concretização dos princípios declarados que está em jogo, é do “fazer” sustentável que se trata agora. Estamos operando nessa chave, e a partir daí verificamos uma série de repetições dos princípios que vão se esvaziando em efeitos concretos. A Rio+10 e a Rio+20 não são mais do que uma ecolalia⁶⁸ das preocupações mais importantes da humanidade ocupando-se de tornar mais presente a lógica empresarial; na Rio+20 essa lógica é representada com mais força pela economia verde. Estas conferências, e seu *real politic*, são sentidos como grandes decepções (GUIMARAES e FONTOURA, 2012), porque não se tornaram instrumentos possíveis de empreender mudanças – mesmo havendo um *mandato para a mudança* – tampouco de realizar ações efetivas – embora *Nosso Futuro Comum* faça um *apelo à ação*. O que, por outro lado, não deixou de ser produzido foi o monitoramento a partir da construção de um saber transparente sobre todos os recursos do planeta; passamos a quantificar o mundo. Desse modo, o que se nota é o confronto entre diagnósticos cada vez mais precisos

⁶⁸ Em psicopatologia é descrito como repetições em eco da fala, considerada um tipo de afasia, sintoma bastante comum em casos de autismo (SAAD & GOLFELD, 2009)

e minuciosos – sabemos o que fazemos; e poucas transformações em termos práticos que atuem sobre a crise – mas continuamos fazendo. Para Žižek (1992), a fórmula do cinismo pode ser compreendida como: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas continuam fazendo”, retirando do “saber” o aspecto a ser analisado, colocando o olhar sobre o “fazer”. Desde uma perspectiva psicanalítica, este fazer é sustentado por uma fantasia ideológica, esta inconsciente, mas que estrutura a realidade e nosso fazer sobre ela. A fantasia, à qual o autor se refere, é tratada neste trabalho como crença, ou o conjunto de crenças, que tentamos depreender da estruturação do discurso sobre a crise ambiental.

Safatle encontra em Hegel os primeiros indícios de que a modernidade, como um processo crescente de destruição das formas tradicionais de vida, “podia abrir espaço para a indeterminação e para o esvaziamento de toda substancialidade normativa do social” (SAFATLE, 2008). Poderíamos dizer que Beck e demais teóricos do risco mundial seguem esse caminho no diagnóstico da modernidade, já que a indeterminação é uma das características presentes em suas descrições de risco. Neste trabalho tratamos como plasticidade dos riscos sua capacidade de assumir diferentes formas e assim servir de métrica com a qual se pode tanto afirmar a crise como negá-la; ou utilizar os instrumentos que antecipam situações críticas e preparar-se para explorá-las como oportunidade econômica, reproduzindo a lógica. A mesma flexibilidade que faz o risco servir de recurso instrumental para produzir protocolos de ação aos governos, às instituições e às pessoas em geral, é o instrumento de cálculo manejável para o alargamento dos limites ou mesmo para colocá-los em dúvida sob as construções balizadas pelo uso do saber tecnocientífico em forma de a autorização para a continuidade de práticas danosas ao ambiente por não constituírem “resultados conclusivos”. Em outras palavras, ao manterem a abertura à indeterminação, mantém-se a prática estruturada pelo ideal de extração e acúmulo. Esse não saber (inconclusivo) administrado permite o boicote da ação ou seu adiamento quando a relação dano-ganho afeta o ganho, quando a oportunidade é afetada.

Ser sustentável só é possível na medida em que se reduz ou evita danos aumentando o crescimento, um paradoxo específico, mas que mantém uma hierarquia bastante clara, já que o risco ao crescimento antecede o risco ao ambiente em prioridade, não há renúncia nesse esquema. O cinismo como essa estrutura de deslegitimação legítima, ou transgressão, nos problemas ambientais e

climáticos aparece em termos de pré-ocupação ecológica com ocupação econômica; ocupação tanto no sentido de que a economia deixa-nos ocupados trabalhando para o seu crescimento; como de ocupar o espaço mesmo de outras disciplinas, trazendo-as para sua gramática, é ocupação do discurso, como mostram Silva Junior e Ferreira (2013) com a construção paradoxal “interdisciplinaridade disciplinar”. Safatle aponta que se trata de uma dimensão nessa sociedade que é assombrada pelo fantasma da indeterminação, e que se torna “padrão hegemônico de normatização social” (*Ibidem*, 2008). A sociedade de risco é essa sociedade da indeterminação do futuro. É como se nossa realidade estivesse estruturada por construções do tipo “crise é oportunidade”, em que os riscos margeiam a conduta como uma ação para a fuga da crise, ao mesmo tempo em que reafirmam promessas de ganhos. A face aterradora tende a ser apagada, uma vez que não queremos saber de nossa impotência representada pelos limites planetários; como um mecanismo perverso que encontra na introdução do objeto fetiche a manutenção do gozo o qual jamais renuncia. Socialmente, iremos nos voltar para a oportunidade, sua face formidável de onipotência, e nossas ações, nosso fazer, continuarão estruturados pela crença de conciliação entre crescimento e superação da crise. A astúcia do discurso capitalista nessa modalidade cínica reside no fato de jamais negar a crise, mas agir para sua transgressão ao tratá-la como oportunidade. É possível considerar o reconhecimento de uma renúncia à extração de ganhos: realmente preocupamo-nos com isso, inclusive com assinatura de importantes tratados, mas de modo algum prejudicaremos a oportunidade em função da crise, podemos contorná-la com fetiches tecnológicos, mas porque agimos desde a crença de que temos que ganhar com ela. Diante de riscos produzidos pela tecnociência, respondemos reflexivamente com mais tecnociência (BECK, 2010). Possivelmente o exemplo mais emblemático seja o Protocolo de Kyoto. A previsão era que, com a assinatura desse protocolo, os países deveriam reduzir em 5,2% a emissão de gases de efeito estufa (GEE), tomando como referência o ano de 1990, com prazo até 2012, para elaborar outro protocolo a partir dos resultados. No entanto, “as emissões atmosféricas de CO₂ aumentaram de 1992 a 2012 mais de 50%” (MARQUES, 2016, p. 41-42). Nossa normativa procedural (SAFATLE, 2008), ou nosso ritual institucional, legitima a redução, mesmo assim agimos para o aumento.

Para Zizek, “o paradoxo da posição cínica só aparece ao identificarmos a ilusão atuante na própria realidade” (ZIZEK, 1992, p.63), sua fantasia ou crença.

Conciliar crescimento ilimitado com proteção ambiental se apresenta como um paradoxo da posição cínica, porque não há conciliação, senão submissão de um mundo tornado equivalente a recursos, à economia que não renuncia ao seu próprio crescimento. Desse modo, faz-se da tragédia a causa do ganho, e sabe-se disso. O sustentável é cínico na medida em que propõe uma prática amparada pela ilusão de uma conciliação entre o crescimento e a anulação de seus efeitos deletérios; e ganha com isso fazendo todos trabalharem para desenvolver inovações com a promessa de uma extração sem impactos. É o paradoxo de sustentar o insustentável e agir como se fosse possível. A crença nesse discurso, cujo papel é tamponar imaginariamente o buraco do simbólico que mostra o real, onde reside a angústia, funciona de modo semelhante a uma anestesia: não se renuncia ao desejo de crescimento, que se expressa em degradação, destruição e consumo; mas sabemos que essas práticas geram efeitos colaterais danosos e resistência. Constrói-se então uma anestesia, não para evitar as práticas, mas como instrumento mesmo para permiti-las. A anestesia não é para quem sofre a dor, mas para que a intervenção continue com menos resistência; é uma modalidade de discurso que não nega os limites, mas se apropria deles para integrá-los e seguir ganhando com eles.

A anestesia vem do próprio processo político que afirma e reafirma as preocupações ambientais globais. Safatle busca pensar as formas de manifestação da racionalidade cínica de modo a oferecer um enfoque sobre o agir contemporâneo. Nessa perspectiva, argumenta que “não é uma questão de falsa consciência ou de crença cega, mas uma questão de repetição de rituais materiais” (SAFATLE, 2008, p. 106). O desenvolvimento (nosso fazer) como motor da sociedade é diagnosticado como um problema quando tratamos da crise ambiental, de modo algum isso é negado. Para esse problema há uma intenção de nos reunirmos e concretizarmos uma solução. E é justamente na repetição desse ritual material que se propõe como solução, reflexivamente, mais crescimento e mais inovação tecnológica. Constrói-se uma normatividade para a mudança que garante o fazer oportunista, procedendo a ajustes no campo do saber (inovações) que promovam esse mais-ainda de crescimento.

Como pudemos mostrar na análise dos documentos das conferências sobre desenvolvimento e meio ambiente, os problemas ambientais com os quais nos preocupamos são recursos a serem explorados pelo saber, respeitando a soberania,

colocando-os no jogo de negociações entre as partes: quem tem o recurso em seu território e quem tem a tecnologia para explorá-lo.

Com o fim da história e o desenvolvimento sustentado pela crença no ilimitado, parece que nos encontramos em um lugar condenado a repetir eternamente os mesmos rituais de crescimento. Lacan se referia ao discurso capitalista como “o que se fez de mais astucioso como discurso [mas] destinado à explosão. É porque é insustentável” (LACAN, 1972, p. 17). Ele já destruiu o passado e antecipa as ameaças de um futuro em ruínas, incerto e inseguro, do qual tentamos escapar, evitar os riscos mundiais seguindo os caminhos traçados, produzir certezas que afastem as incertezas. Esse processo de auto confrontação reflexiva coloca todos para trabalhar, produzir ainda mais, e repetir os mesmos rituais materiais de crescimento ilimitado.

6.3.1. Cinismo para a capitalização

O cinismo enquanto estrutura de reprodução dos rituais materiais (SAFATLE, 2008), recoberto por uma fantasia ideológica (ZIZEK, 1992) para dar conta da finitude planetária por meio do ilimitado, nos parece estar presente nos documentos analisados nesta tese, na medida em que as soluções pensadas para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável são oriundas de teorias econômicas que visam primeiramente à nova era de crescimento econômico, o imperativo de gozo do qual não renunciamos, de modo que esse arranjo passa a ser seu meio de aplicação, em um nível global, para manter o corpo-Terra são (PASSETTI, 2013) para este crescimento. Se, por um lado, o aterrador dos riscos é um primeiro momento de abertura para a instalação desse tipo de desenvolvimento, que encontra na indeterminação seu terreno de atuação política; por outro, como as conferências desde 1992 evidenciam, a operacionalização se dá com a instalação mesma dos princípios econômicos colocados na “voz dos povos do mundo”. A articulação simbólica do Desenvolvimento Sustentável não renuncia ao imperativo do gozo, que se apresenta sob o mandato para o crescimento.

Uma vista panorâmica pelo conjunto dos relatórios nos oferece indícios que há em seu ritual construções teóricas sobre as quais circundam a noção de capital humano, outro processo que, conforme nossa compreensão, evidencia a presença

dessa modalidade empresarial que melhor sintetiza a ordem do discurso em nossa sociedade atual, incidindo em várias esferas, inclusive, na interface ambiente-sociedade. O conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes favorecem a realização de trabalho de modo a produzir valor econômico: “o capital incorporado aos seres humanos, especialmente na forma de saúde e educação” (PAIVA, 2001, p. 187) passa a ser, em grande medida, o fundamento presente nos documentos da ONU sobre desenvolvimento e ambiente. Este fundamento prescreve a conduta apropriada de acordo com o valor que circula. O capital humano, além de evidenciar a estrutura do discurso empresarial, apresenta a posição subjetiva, as formas pelas quais o sujeito aparece e incorpora os valores sociais, seu enlace nessa trama global em que o discurso capitalista encarna no humano.

A Agenda 21 pode ser tomada como exemplo, evidenciando que a formação de recursos humanos é elemento recorrente com a defesa de uma educação, capacitação e desenvolvimento permanente de habilidades e atitudes para se alcançar melhores resultados. A capacitação dos recursos humanos passa pela transferência de tecnologia, outro valor que destacamos em capítulos anteriores. Importante salientar, nesse sentido, que, para a negociação ser bem sucedida, as tecnologias transferidas precisam ser operadas por “recursos humanos” locais, abrindo para a necessidade de capacitação das populações. O que se busca produzir como efeito dessa modalidade de discurso está inscrita em outro valor que pontuamos anteriormente, a noção de eficiência que enlaça a todos, fazendo-nos trabalhar na busca constante de uma *performance* melhor, a busca sempre aberta por um algo a mais, um *plus*, um adicional ou diferencial que deve ser alcançado, uma busca por um pedaço sempre faltante, como se em uma condição permanente de incapacidade, mas sob a crença de totalidade (capacitação) nunca alcançada, mas que impera, impulsiona na direção desse mais além. É um efeito do imperativo de gozo presente no discurso que modula as práticas sociais e a perspectiva de si dos sujeitos que creem nisso e agem para a capacitação, funcionamento que não apenas está nos documentos da ONU, mas presente na sociedade de risco.

Há uma espécie de instrumentalização da existência que impulsiona para a eficiência e para o desempenho. Como observamos na análise dos relatórios, as diferentes nações são colocadas para trabalhar visando à eficiência para a extração de crescimento (sem impactos).

São agenciamentos que produzem formações de compromisso. Na psicanálise, formação de compromisso é uma das maneiras de descrever a relação do sujeito com o seu sintoma, o compromisso com o sintoma significa também a sua manutenção, porque o sintoma já é uma tentativa, ainda que fracassada, de lidar com a angústia, mesmo que isso possa representar uma porção de sofrimento. O capital humano potencializa o intocável do crescimento econômico ao encarnar a operação capitalista de extração e acúmulo nos humanos: coloca todos para trabalhar por sua causa, produzindo mais para o consumo crescente. Sobre os problemas ambientais, ainda que se reconheçam os limites e os efeitos danosos desse tipo de prática, ela é incorporada, de modo que a fórmula não parece ser diferente também nesse campo, estamos enredados ao mesmo discurso capitalista de gestão de recursos para maximização de ganhos, seja gerindo um almoxarifado, seja gerindo o planeta. É a gestão de recursos, em que as inovações tecnológicas e as condutas humanas devem se orientar para as formas mais eficientes.

O crescimento econômico não é apenas inatacável, mas é ele mesmo a causa de movimento de construção de regimes sintomáticos para sua implementação. Como causa, temos em mente o mecanismo de relação do sujeito com o Outro, social e simbólico, estrutura que impera e faz desejar, definindo a ação do sujeito como meio de tamponar esta demanda do Outro, circunscrita no discurso como os riscos do mundo solucionáveis com mais eficiência tecnológica e crescimento econômico. Como indivíduos, passamos a desejar e nos colocar em ação para realizar esse desejo de eficiência, capacitação, crescimento e desenvolvimento aos parâmetros sociais do ideal de ser sustentável. A nova era de crescimento, prerrogativa de *Nosso Futuro Comum*, é o princípio que opera também nas teorias do capital humano que, como analisa Paiva (2001), embora venha sendo desenvolvido desde a década de 1950, passa por uma retomada na década de 1980. O pensamento orientador nessas teorias é que os custos com treinamento, capacitação, qualificação e todas as variantes de aperfeiçoamento se convertem em maximização dos benefícios, que o investimento em capital humano provoca desenvolvimento econômico para o conjunto social. Como afirma Dufour (2005), “o que nomeamos ‘educação’ é sempre o que foi institucionalmente instalado quanto ao tipo de submissão a ser induzida para produzir sujeitos” (*Ibidem*, p. 39). Assim, sob o discurso capitalista, produzimos sujeitos cuja encarnação do capital constitui-se como formas de auto extração (de recursos, de esforço, de vitalidade). Esse

capital encarnado no humano se torna uma postura frente à vida, um modo de vida, que se converte em uma exigência constante de desenvolvimento. É importante insistir nessa dinâmica, já que a demanda do Outro, seu imperativo, torna-se desejo do sujeito que crê e age para sua consecução, de modo que a exigência externa se torna exigência interna, autoexigência, autovigilância e, como pontuamos, autoextração. Por isso podemos concordar com as teorias que pensam o discurso social como ordenamento que conduz condutas que, em termos psicanalíticos, identificamos um fazer desejar.

Gorz (2005) trata essa dimensão do capitalismo como capital imaterial, e o aborda não apenas como conhecimento formal, mas também o desenvolvimento de habilidades e competências vinculadas à resolução de problemas, como criatividade, relacionamento interpessoal, capacidade de cooperação, dentre outras. O sujeito agenciado por esse discurso busca extrair de si mesmo essa eficiência para o crescimento, torna-se um valor a incrementá-lo, por isso é imaterial. Mostrar esse movimento e seus fundamentos não significa defender que os países não devam investir na educação e saúde de seu povo, mas apontar como a crise ambiental, ao produzir a abertura para o preenchimento simbólico, funciona para a implementação das estratégias econômicas cujo objetivo de enfrentamento efetivo dos problemas diagnosticados não ocupa a cena principal – porque nosso fazer está estruturado pela oportunidade de crescimento. É a lógica empresarial que impera sobre os produtos da ONU enquanto instituição que reflete essa sociedade, que enuncia em seus títulos desenvolvimento e meio ambiente, mas cuja enunciação mostra a submissão desse último pelo primeiro.

Se nas décadas anteriores já parecia bastante difícil se pensar outra lógica de funcionamento, com o otimismo renovado dos anos de 1990 não é de se estranhar um esvaziamento cada vez maior das possibilidades de enfrentamento da crise ambiental por meio do Desenvolvimento Sustentável, porque ser sustentável significa funcionar ao modo-empresa para se livrar do risco da finitude planetária. Essa montagem discursiva, a partir da última década do século XX, conforme nosso estudo tentou mostrar, tornou-se a regra e não a exceção, em que o ideal de eficiência pressupõe um “sem limites” de esforço já que sempre aberto ao aperfeiçoamento, há sempre um *plus* a se extrair dos indivíduos, e como mostramos, também de Gaia, já que somos globais. É como se esse discurso produzisse um espectro de insuficiência sobre os “povos do mundo”, e sobre o planeta. A crise

ambiental é o lugar em que as formas de insuficiência, sob a figura da escassez planetária projetada no futuro, são o tema permanente. Contudo, a crise ambiental mostra também que não há mundo suficiente para nosso imperativo de crescimento, colocando-nos em um regime repetitivo de extração de sempre mais. Sabemos disso, mesmo assim continuamos fazendo.

6.3.2. O esgotamento como efeito colateral da eficiência

Outro aspecto das sociedades do capitalismo avançado, em que essa estruturação atua é a noção de transparência das políticas. Para Safatle (2008), a transparência se mostra como a própria forma de opacidade nessas políticas. Esse processo, que tentamos destacar no capítulo 5 com as possibilidades dadas pelo jogo de cooperação internacional e o monitoramento dos recursos planetários que colocam o “mundo em tela”, permite pensar o desdobramento pragmático presente nos ODM e ODS. Segundo a dinâmica que apresentamos sobre os imperativos do Outro, os ODM e ODS são versões desse imperativo incidindo internacionalmente; os objetivos mandam na medida em que apresentam a falta (no mundo) que precisamos superar para atingir o ideal que realiza a crença da possibilidade de conciliação. Desde o ano 2000, com a extinção extraoficial da Agenda 21 (SHÜTZ, 2012, p. 1411), os ODM ingressaram como nova agenda que coloca as nações para trabalhar orientando-as para a busca dos resultados desejados. Esses instrumentos são inegavelmente transparentes em suas metas e indicadores, os quais estão disponíveis à comunidade internacional.

Se de um lado, os ODM, e posteriormente os ODS, significam uma relação estreita com a defesa dos direitos humanos e com a justiça social, como é enunciado na declaração do milênio (ONU, 2000, p. 12); por outro, em linguagem econômica, esses objetivos contribuem para a implementação dos princípios de educação e saúde como investimentos para crescimento, e ainda, como enfrentamento do crescimento populacional.

Notamos que o risco da superpopulação, ameaça preocupante nas décadas de 1960 e 1970 e ainda presente em *Nosso Futuro Comum* de 1987, também perde ênfase nos documentos posteriores analisados. Uma possível explicação para esse esfriamento pode estar vinculada às metodologias econômicas orientadas por esses

princípios. A longevidade da população, desde essa perspectiva, deve ser vista como um investimento, que passa por melhorias de condições de saúde e sanitárias, ao passo que a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher pela educação e saúde são consideradas formas eficazes de combate ao crescimento populacional, já que a inserção no processo de desenvolvimento de habilidades e competências tem mostrado produzir como efeito uma diminuição na taxa de natalidade. Países com índice maior de desenvolvimento apresentam taxas menores de crescimento populacional e maiores de renda *per capita* (MAYER, 2013). Nos parece que a perspectiva gerencial liberalizante assume o lugar de enfrentamento das ameaças. As mudanças sobre o controle da vida e da morte das populações haviam tomado essa característica afirmativa e conciliatória de governo (BENEVIDES, 2017); cuidamos da vida das pessoas liberalizando suas nações e condutas (MACHADO, 2013, CARVALHO e BARCELLOS, 2014).

Os ODM e ODS são os vigilantes do sucesso do regime sustentável, indicam onde estamos conseguindo atingir suas prescrições, e orientam a ação das nações. Há sempre, contudo, o lado sombrio (GIDDENS, 1991), ou uma ambiguidade do sucesso da modernidade, quando olhamos para suas consequências, que em geral são indiretas. Como Beck (2010) apontou, é o sucesso da modernidade que fabrica e prolifera essas assombrações (BOSCO, 2010) trans-temporais e trans-espaciais às quais nos ocupamos reflexivamente, repetindo os mesmos rituais materiais (SAFATLE, 2008), crendo com isso enfrentá-las. Os 40 anos de conferências ambientais, ordenadas pelo discurso capitalista, apresentam, na versão mais recente de sua agenda, nos ODM e ODS, a forma de competições de alto rendimento como a derradeira camada desse discurso – em que o “mais” que deve ser buscado, incorpora o risco à sobrevivência como valor de aventura de superação para a existência (SPINK, 2011). O imperativo se torna alcançar um tipo de eficiência identificada ao alto rendimento, sempre idealizado e por isso nunca alcançado, mas que gera como efeito um esforço suplementar para sua consecução – e, nesse sentido, é técnica de governo de si, se quisermos utilizar os termos de Ehrenberg (2010) para tratar da incidência do discurso sobre as nações e o sujeito, uma orientação para extrair um *plus* nos resultados. Quanto aos objetivos que guiam as condutas nacionais, talvez a própria ideia de sucesso deva ser pensada com alguma reserva. Se são responsáveis por colocar as nações orientadas em um sobre-esforço cujo modelo é o da empresa em competição, aquele que deve

assumir os riscos para aumentar os ganhos, os efeitos colaterais podem retornar em outras formas. Nesse sentido, podemos pensar o esgotamento de recursos do planeta que se vincula ao nosso tipo de desenvolvimento, já comprovado por várias evidências, como o efeito colateral do nosso sucesso industrial. Essa compreensão, nos parece, está na base do processo político para a instalação do Desenvolvimento Sustentável; estamos lidando com um esgotamento do corpo-Terra devido ao nosso modo de vida. Todavia, o estudo que fizemos até aqui nos indica que a proposta do Desenvolvimento Sustentável, consoante com o discurso capitalista, o tornou instrumento para por as nações para trabalharem de acordo com as modulações desse discurso, em que uma das camadas é o modelo de sobre-esforço das competições esportivas, que visam uma sobre extração dos corpos para uma melhor *performance*. Como levantamos, ainda no primeiro capítulo, o discurso que visa à totalização do mundo, fazendo-o equivaler a recursos também atua dessa forma sobre a subjetividade, em que o sujeito identificado também age no mundo desde a perspectiva de recurso a ser explorado nessa lógica, a qual, pelo diagnóstico dos problemas ambientais e climáticos, nos leva ao esgotamento.

Essa relação é explicitada no trabalho de Ehrenberg (2010), e poderíamos circunscrevê-la como uma forma subjetiva do efeito colateral descrito por Beck, desde que compreendido como um efeito do sucesso de nossa forma de vida na sociedade de risco. Ehrenberg (2010) pensa que o enlace do discurso capitalista, cujo imperativo do gozo nos coloca a trabalhar para a auto extração, estaria produzindo um efeito depressivo na sociedade. Esta depressão pode ser entendida como uma perda de vitalidade do sujeito frente às exigências de aumento de *performance*, uma figura de esgotamento do sujeito. O autor refere-se a um culto da *performance* na sociedade contemporânea, um modo de se relacionar com o mundo como uma aventura empreendedora que leva à depressão (*Idem*). Sua análise se ampara no contexto da sociedade francesa e estadunidense, em que cruza dados sobre a incidência de problemas relacionados ao humor e à ansiedade nesses países, com a proliferação do consumo farmacológico para seu enfrentamento.

Globalmente, a depressão é chamada, pela *World Federation for Mental Health (WFMH)* – sigla inglesa para Federação Mundial de Saúde Mental – também como uma crise global (WFMH, 2012, p. 19). Segundo o referido relatório, a Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que a depressão se tornará o transtorno mental de maior incidência até 2030 (*Ibidem*, p. 2).

Quando pensamos a clínica da depressão, as exigências sociais identificadas na construção do discurso do Desenvolvimento Sustentável assumem uma forma importante nesses apontamentos⁶⁹. É o que encontramos, por exemplo, em Kehl:

A depressão é a expressão de mal-estar que faz água e ameaça afundar a nau dos bem adaptados ao século da velocidade, da euforia *prêt-à-porter*, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado (KEHL, 2009, p. 22)

A autora pontua que a depressão deve ser entendida como um “refugio da urgência das demandas de gozo do Outro” (*Ibidem*, p. 21): o depressivo se recusa a trabalhar (de forma inconsciente, por meio da doença), deixa de responder, ainda que sob o preço do adoecimento, ao imperativo do Outro.

Nessa correlação de efeitos da cultura da performance na saúde mental, podemos ainda pensar outra manifestação: o *burnout*. Diretamente ligado ao campo ocupacional, o *burnout*, palavra inglesa cuja tradução possível, dadas suas características, é esgotamento, pode ser pensado como outro efeito dessa forma de organização da sociedade contemporânea. Não é incomum que esta condição seja diagnosticada como depressão, ambos os casos apresentam um esvaziamento de forças, com uma perda de vitalidade. O que acontece no *burnout* pode ser descrito como um momento de superinvestimento seguido de um momento de desinvestimento (nos objetivos da empresa, às suas exigências). Há um primeiro momento de engajamento e uma identificação com as metas empresariais; que passam a ser os ideais do próprio sujeito – subjacente a valores como o expresso pela frase “vestir a camisa da empresa”. Por tornar-se a medida de funcionamento do eu, a realização dos objetivos laborais⁷⁰ passa a ser assumida como exigência de autorrealização, para a qual há um esforço cada vez maior para atingi-los. As dificuldades de cumprir as metas aí inscritas produzem a desilusão consigo mesmo, a sensação de fracasso, que vem em forma de colapso. É neste momento em que

⁶⁹ Não se deve entender do exposto como uma relação direta do tipo “Desenvolvimento Sustentável gera depressão”, mas compreender que se trata de uma mesma estruturação, segue os mesmos parâmetros para modos de subjetivação presentes em nossa sociedade; faz parte de um mesmo arranjo discursivo que, segundo pesquisas psicanalíticas, tem produzido patologias cuja marca atual vincula-se à relação dos sujeitos com o imperativo do gozo.

⁷⁰ Não raro implicam uma forma de ser: proativo; líder; trabalhar em rede, em equipe; empreender, inovar, dentre outros de um vocabulário bastante extenso para ser ao modo empresa.

emergem o sentimento de menos-valia e o esgotamento. Antes disso, contudo, outras manifestações, psíquicas ou fisiológicas podem aparecer; esquecimentos, distrações, irritabilidade, problemas musculares, articulares, a depender da singularidade, mas que podem ser compreendidas como os sinais do colapso. Essa relação com as exigências sociais, esse discurso que, por todos os lados, aperta o sujeito e exige a extração de algo a mais – e que nos relatórios analisados nesta tese se repete na forma de “eficiência”, um princípio que se encontra em diversas esferas da vida, como valor/ideal social a ser atingido – tem como efeito o esgotamento, físico e psíquico, mundano e humano.

Han (2015) busca articular essa figura do esgotamento no campo social em seu ensaio sobre a *Sociedade do Cansaço*. Também de orientação foucaultiana, este autor se soma a outros pensadores dessa vertente para apontar as transformações da sociedade atual, que em seu escrito nomeia de uma “sociedade do desempenho”, para a qual “seus habitantes não se chamam mais ‘sujeitos da obediência’, mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos” (*Ibidem*, p. 23). Esses apontamentos nos interessam na medida em que mostram como o discurso do Desenvolvimento Sustentável, que manifestamente defende um tipo de desenvolvimento capaz de minimizar o esgotamento do planeta, agindo desde a perspectiva de encarnar capital no humano para dele extrair esforço, produtividade e crescimento, está mais uma vez produzindo, indiretamente, esgotamento; aquele espectro de insuficiência, que mencionamos anteriormente, circula no corpo-planeta, nos corpos institucionais, nos corpos nacionais e nos corpos humanos.

O *burnout*, apenas recentemente⁷¹ foi considerado pela OMS uma síndrome resultante de estresse crônico no trabalho, mas se apresenta como uma figura potencial para se pensar uma patologia do social (SAFATLE *et. al.*, 2018) em um mundo que se vê tornado empresa. Podemos esperar que o sofrimento decorrente dessa organização também reflita esse modo empresarial como consequência desse tipo de laço social. Sofremos por sobrecarga, do planeta às pessoas, e a dificuldade parece estar em abandonar essa lógica de extração, já que o próprio meio construído para tentar conter o esgotamento do planeta é um arranjo do modo

⁷¹ Em 28 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2019/05/27/oms-define-sindrome-de-burnout-como-estresse-cronico-e-a-inclui-na-lista-oficial-de-doencas.ghtml>>. Acesso em: 24/06/2019.

extrativo, em um funcionamento reflexivo que desloca também para os humanos a sobrecarga do ajuste do mundo para o sustentável que, no entanto, mantém as práticas para o crescimento que se quer cada vez mais acelerado. Sofremos, nesse sentido, de crescimento e de aceleração.

Danowski e Viveiros de Castro (2014) afirmam que as mudanças climáticas no planeta estão tão rápidas que os próprios parâmetros para sua mensuração não conseguem acompanhar o ritmo das transformações, não permitem a precisão das medições porque os próprios parâmetros se alteram constantemente como efeito da crise. Não podemos desconsiderar que o planeta tornou-se veloz e tornar-se veloz é um efeito de verdade do discurso que quer aceleração, é efeito do sucesso da modernização, nos termos de Beck (1995a, 2010). Danowski e Viveiros de Castro (2014) referem que “o tempo está fora do eixo, e andando cada vez mais rápido” (*Ibidem*, p. 19); os autores concordam com Latour que “o próprio tempo, como dimensão da manifestação da mudança (...), que parece estar, não apenas se acelerando, mas mudando ‘o tempo todo’” (*Idem*). Essa aceleração enquanto modo de vida não é negada pelo Desenvolvimento Sustentável instituído pela ONU; ao contrário, é reafirmada por ele quando se estabelece com o objetivo de construir uma nova era de crescimento econômico e quando investe nas inovações tecnológicas como o livramento para as mudanças climáticas e os problemas ambientais, além de sua narrativa de urgência para a aplicação do mandato para a mudança, uma mudança que, contudo, visa à aceleração e reproduz o esgotamento ao exigir eficiência. Estes autores pensam Gaia como o novo sujeito histórico, moral e político, sob o qual os humanos têm sido recorrentemente referidos como uma força geológica; os humanos assumem, nessa perspectiva, a posição do trabalho de Gaia, sua força de transformação e, no modo capitalista, o lugar de extração. Todavia, essa força tem sido vinculada, sobretudo, à sua faceta destrutiva, as ações antrópicas são a força destrutiva de Gaia. A sociedade de risco como o reflexo do sucesso da modernidade atesta isto no sentido em que os riscos mundiais nos assombram e nos fazem trabalhar para que busquemos a segurança contra os efeitos colaterais.

Estamos vivendo o sucesso da modernização, em que o Desenvolvimento Sustentável se faz membro da articulação de uma lógica que produz esgotamento em vários níveis, do corpo-planeta ao plano individual. No processo de reflexividade descrito por Beck, em que os temas e problemas da sociedade retornam para ela

mesma, o crescimento ilimitado do discurso econômico, valendo-se da técnica, faz produzir mais e conseqüentemente gera mais esgotamento. O Desenvolvimento Sustentável, nesse sentido, pode ser compreendido como uma política reflexiva na medida em que se torna uma resposta ao “problema mais sério que a humanidade tem de enfrentar” (ONU, 1987), mantendo o crescimento como solução adequada em um ritual material de reprodução dessa lógica. Não há uma proposta de Desenvolvimento Sustentável, desde a perspectiva institucional analisada neste trabalho, que se coloque contrária ao crescimento econômico. Seu discurso mantém invisibilizado o problema econômico ao não o correlacionar como problema, funcionando nessa estrutura cínica que enreda a política internacional no tratamento dos problemas reflexivos dessa modernidade. Goldenberg (1997) procura resumir o cinismo do discurso capitalista a partir de uma construção à brasileira: a lei de Gerson. Ela consiste “em querer levar vantagem em tudo” (*Ibidem*, p. 253). Esta “lei” que, conforme o autor, ordena o discurso capitalista, nos parece outra maneira de se referir ao que mostramos a partir da ideia de extrair oportunidade da crise, aspecto chamado por Zizek (2012) de “obscenidade”, presente na fórmula propalada pelos modos de ser empresarial da sociedade contemporânea, e que também está presente nos relatórios da ONU que analisamos. Goldenberg adverte, no entanto, que “alguém precisa bancar o trouxa para a lei poder ser cumprida” (*Ibidem*, p. 259). Ocorre que, com a indeterminação da crise ambiental torna-se mais difícil determinar quem ocupa esse lugar. Podemos pensar na humanidade indiferenciada, ou mesmo, na esteira de Danowski e Viverios de Castro (2014), a própria Gaia, porque o diagnóstico de Beck (2010) mostra que, na modernidade reflexiva a tragédia global é a realização da democracia liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – MAL DITO TEMPO

O caminho percorrido nesta tese buscou compreender antecedentes históricos que culminariam com as narrativas de crise ambiental. Isso nos permitiu pensar as modulações do discurso desse período, com sua forma de emitir *mal ditos* sobre o futuro com a ilusão de evitar a finitude, ao mesmo tempo em que configura seu imperativo para o ilimitado. Mostramos com este trabalho, como as modalidades do discurso foram se organizando no tempo para dar conta desse duplo finitude-ilimitado. A divisão da tese em duas partes pode ser pensada dentro da conjugação do discurso tecnocientífico e econômico, partindo do diagnóstico de Beck (2010). Como argumenta este autor, são essas as duas dimensões do poder na modernidade reflexiva e das quais a discussão sobre riscos não pode deixar de enfrentar.

Se ao longo desse trabalho, nosso percurso analítico esteve em diálogo com o arranjo conceitual do Desenvolvimento Sustentável, enfrentando esse duplo finitude-ilimitado, neste momento de fechamento da tese, nos permitimos nos desprender das formas institucionais que permitiram nossa análise e explorar outras possibilidades e perspectivas, de modo que se, ao longo da tese adotamos a expressão “voz dos povos do mundo” para compreender o lugar que a ONU se coloca em sua própria narrativa, agora nos voltamos aos “silêncios dos povos do mundo”, na tentativa de pensarmos em outros termos que não os do discurso que nega a finitude impulsionando para o infinito.

Além dos silêncios para os quais apresentamos novas concepções e perspectivas, nos debruçamos também sobre uma significativa ausência dentro do debate institucional que nos serviu de fonte: o Antropoceno. O Antropoceno, nos parece, traz novas possibilidades para pensar as dificuldades de nomeação do mal-estar e os laços sociais modulados pelo discurso tecnocientífico conjugado com o capitalista, que debatemos ao longo da tese. A finitude em última instância é a morte. Contudo, como refletimos nesse trabalho, algumas de suas gradações podem ser identificadas no vocabulário da crise ambiental, particularmente perdas e limites.

Destas categorias surgem enunciados em gramática técnica para contorná-las, na tentativa de quantificar essas perdas e estabelecer a distância necessária de limites.

O ilimitado, por outro lado, não entra no cálculo senão como resultado desejado. O imperativo ordena que se cresça sem limites, não existindo um teto; há ausência de uma construção que aponte para uma finalidade ou ponto ótimo; crescer para sempre é a ordem. O ilimitado do crescimento econômico foi abordado, neste trabalho, como crença que estrutura a realidade; o ilimitado subjaz, impulsiona, interpela, faz trabalhar, causa, move, e mantém a indeterminação sobre o futuro.

A indeterminação pode ser pensada justamente por essa dificuldade de nomear o tempo social que vivemos, e o não-lugar projetado no futuro. Em que tempo estamos? Há referência que permita dizer? Beck (1995a) o identifica como modernidade reflexiva, em que a indeterminação surge como incertezas, riscos e efeitos colaterais.

A hipótese de um ordenamento técnico do discurso para lidar com as indeterminações de sua própria aplicação parece apontar para uma crença ainda mais forte na versão derradeira da ciência que é a técnica (LEBRUN, 2001), animando formações securitárias, em um ritual que a posiciona como meio para obter mais controle, cada vez mais técnico. Neste sentido, podemos pensar a reflexividade como a expressão de uma compulsão à repetição. Busca-se mais controle quando a condição em que se dão as experiências é de descontrole – outra forma de se referir à indeterminação de nosso tempo, estruturado por um discurso que deixa crer na possibilidade de controle total. A perda de confiança no futuro, na política e nas instituições identificadas por Beck não se confirma nos relatórios que posicionam a ONU como a voz dos povos do mundo, em que a fé tecnológica e os mecanismos econômicos são apontados como os representantes da superação da finitude planetária. Contudo, quando compreendemos a função dessa fantasia global, percebemos que a fé tecnológica e econômica é ela mesma o indicador da perda na confiança política e institucional, da perda dos amparos sociais e simbólicos. Entendemos que a técnica assumiu outra forma como resultado do acirramento de sua própria lógica após a decepção e perplexidade das guerras mundiais, tomadas como as primeiras experiências catastróficas do modo de vida

idealizado. De maneira similar a um ritual obsessivo, em que a insegurança enrijece formas de controle e crenças de proteção; a técnica tornou-se hiperbólica⁷².

Os documentos analisados nesse trabalho nos oferecem base para compreender o Desenvolvimento Sustentável como um arranjo que nos permitiria continuar indefinidamente a explorar os recursos naturais por meio dos ajustes proporcionados pela conjugação tecnocientífica e econômica. Em outras palavras, o *Nosso Futuro Comum*, os demais documentos analisados e o processo político consequente não parecem mostrar que perdemos a fé tecnológica, mas que a tornamos hiperbólica na sociedade de risco. Colocada a finitude planetária como questão, tentamos reincorporar reflexivamente os riscos tecnológica e economicamente para não renunciarmos ao ilimitado, em um mecanismo de traços perversos próprio do discurso do capitalista.

É possível compreender que o Desenvolvimento Sustentável seja parte de uma nova forma de lidar com o mundo frente ao que passamos a saber sobre sua degradação em nível global, uma proposta dentro da perspectiva de esclarecimento ecológico (BECK, 1995b). A característica do esclarecimento é de confrontar nossas crenças para superá-las pelo método racional, pelo menos pensamos assim até a modernidade simples. Com a modernidade reflexiva, com os riscos mundiais circulando na sociedade, contudo, vemos esse processo de auto confrontação transformando as velhas crenças em outras versões delas (FREUD, 1919/2006). Embora esse processo de esclarecimento ecológico, ainda que lento, se constitua em uma discussão global, um debate também hiperbólico a crença no ilimitado não foi superada na perspectiva econômica que modula o laço social em nosso tempo. Ela mantém-se como crença a estruturar a realidade mesmo frente à finitude planetária, funcionando cinicamente para extrair e acumular mais; levando ao esgotamento e à insuficiência para todas as dimensões da existência.

Ainda que se reconheça que é um erro reduzir desenvolvimento a crescimento econômico (VEIGA, 2005), e que o próprio Relatório de Brundtland, que alicerça o Desenvolvimento Sustentável, fez essa diferenciação em seu enunciado, a base desse desenvolvimento está atrelada a uma nova Era de crescimento econômico, conforme mostramos na segunda parte desta tese. A realidade estruturada a partir dessa crença não permite que o Desenvolvimento Sustentável,

⁷² O sentido dado a hiperbólico é exatamente igual ao da hipérbole como figura de linguagem: grande e exagerado, mas não ilimitado.

enquanto política internacional, realize seu potencial, se o pensarmos como tentativa de construir um modo de existência que lide com a finitude, porque sua estruturação reproduz o imperativo do gozo presente em nossa sociedade.

Figuras do Outro

Dufour (2005) sugere uma interpretação do nosso tempo⁷³ partindo da acepção lacaniana do discurso do capitalista, “um discurso tão astucioso que anda muito bem, anda rápido demais, consome tudo e acabará por consumir a si próprio” (DIAS, 2006). O efeito desse discurso em sua versão derradeira – a sociedade ultraliberal – é, para este autor, a redução de cabeças.

O argumento do autor é que para construir um sujeito “pós-moderno”, o capitalismo precisou destruir o sujeito crítico kantiano, o sujeito neurótico freudiano e o sujeito ideológico marxiano. Esse sujeito de cabeça reduzida é pós-crítico, pós-neurótico e pós-ideológico.

Essa transformação subjetiva foi possível pela transformação do Outro, conceito lacaniano que remete à alteridade radical, é o lugar simbólico e imaginário que permite a inscrição do sujeito, “a linguagem [é] habitada pelo sujeito” (LACAN, 1988). Conforme Dufour, o sujeito não é causa de si, mas se constitui a partir do Outro (da linguagem). Sua perspectiva pensa uma Psicologia Histórica, entendendo que a história é sempre a história do Outro, sendo o inconsciente a relação com as figuras do Outro que se sucedem na história (*Ibidem*, p. 43). Dufour afirma que o inconsciente é “necessariamente político na medida em que o Outro organiza o espaço social em que o sujeito se produz” (*Ibidem*, p. 44). Figuras do Outro é a maneira como o autor quer mostrar essa variação no tempo, como se estrutura para dar conta da questão nunca totalmente respondida sobre a origem, para construir certa estabilidade em que se possa ser; é tecido social, malha simbólica. O Outro é uma ficção compartilhada (DUFOUR, 2005, p. 35) que organiza o espaço social, produz o sujeito e se coloca como o terceiro da fala. A relação do sujeito com o Outro, e sua historicidade, estão bem resumidas no que segue:

⁷³ O autor o enquadra como “pós-modernidade” e chama a sociedade de “ultraliberal”.

Se o “sujeito” é o “*subjectus*”, o que é *submetido*, então poderíamos dizer que a história aparece como uma sequência de assujeitamentos a grandes figuras instaladas no centro de configurações simbólicas cuja lista podemos bastante facilmente fazer: o sujeito foi submetido às forças da *Physis* no mundo grego, ao Cosmos ou aos Espíritos em outros mundos, ao Deus nos monoteísmos, ao Rei na Monarquia, ao Povo na República, à Raça no nazismo e algumas outras ideologias raciais, à Nação nos nacionalismos, ao Proletariado no comunismo... Ou seja, ficções diferentes que foi preciso a cada vez edificar com grande reforço de construções, de realizações, até mesmo de colocações em cena muito exigentes. (DUFOUR, 2005, p. 39)

A modernidade, para este autor, teria se iniciado como ficção compartilhada a partir das grandes navegações, por conta do choque entre os grandes Outros e sua liquidação para uma figura globalizante e conquistadora que destrói “os antigos valores fixos, os antigos ritos e hábitos sociais das sociedades” (*ibidem*, p. 46). No entanto, o mal-estar é inescapável, e essa configuração teria se estruturado “ao preço de dar lugar a um sentimento de instabilidade, crise permanente, de tensão na subjetividade” (*Idem*).

Também para este autor, o moderno é caracterizado pela abertura para o ‘infinito’ (*Ibidem*, p. 46), e em nosso tempo atual, a ficção compartilhada deve ser chamada de Mercado. É esta ficção que demanda o ilimitado ao seu modo, o crescimento econômico. Não há outro mal-estar senão o discurso capitalista, pontua Dufour, porque é o laço cuja ação antrópica é caracterizada pelo consumo, que é apenas outra palavra – um eufemismo (CASTIEL e DIAZ, 2007) – para destruição.

A lógica de equivalência de tudo à forma mercadoria seria a responsável pela dessimbolização do mundo, processo de redução de cabeças para Dufour. Este seria o déficit do discurso capitalista, porque o mundo por trás da mercadoria torna-se o estranho invisível e aterrador, já que a ordem que permite ver é a do Mercado, nossa ficção. Beck refere em sua análise política da sociedade de risco que há um mundo por trás do mundo (BOSCO, 2010). Esse mundo subjacente é o que eclode de forma explosiva.

A teoria da reflexividade de Beck, com seu conceito de efeitos colaterais, esse estranho de nosso próprio sucesso, faz bastante sentido nessa lógica de identificação do Mercado à ordem simbólica. Beck reiteradas vezes aponta que a dimensão hiperbólica dos riscos mundiais não pode mais ser tratada à maneira industrial, ou da modernidade simples, já que há uma insuficiência tanto técnica quanto política para lidar com eles. Os efeitos colaterais são os excessos produzidos por uma lógica do impossível. Mas devemos lembrar que desde a Era da Instalação

(SILVA JÚNIOR, 2017), o impossível torna-se possível, na medida em que introduzimos na realidade, feitiços tecnológicos (LEBRUN, 2001) e políticas cínicas (GOLDENBERG, 1997, SAFATLE, 2008, ZIZEK, 1992); traços perversos (LEBRUN, 2010) da figura do Mercado (DUFOUR, 2005) enquanto ordenamento simbólico que modula as relações sociais. O capitalismo é feiticeiro, nos lembram Pignarre e Stengers (2005), que também mencionam que ele sempre nos coloca em alternativas infernais (SZTUTMAN, 2018) cujo objetivo é manter a crença no ilimitado do crescimento econômico.

Maldição econômica

Estamos admitindo que a crença no ilimitado não é nova, mas modulada conforme as diferentes figuras do Outro. Como argumentamos nesta tese, a presença insistente do ilimitado é constante nos relatórios e documentos da ONU e em seu tratamento ao “mais sério problema que a humanidade tem que enfrentar” (ONU, 1987). Trabalhamos com o que nesses documentos é dito, e por nossa interpretação, *mal dito* em função da gramática que permite dizer. Mas há silêncios que precisam ser interpretados, que não estão presentes nos relatórios, embora façam parte do debate teórico da época em que as primeiras conferências aconteceram. Há também uma ausência hiperbólica, mais recente, que começa a reivindicar um nome, cuja presença pode vir reordenar o discurso. Iniciemos pelo silêncio.

Como argumenta Veiga (2005, p. 112), a física exige a superação do crescimento econômico por conta do segundo princípio da termodinâmica, a lei da entropia. Os estudos do economista Georgescu-Reogen, como recorda Veiga, já no início da década de 1970 teriam construído certo constrangimento aos economistas ao proporem que o pensamento utilitarista no qual se baseia a economia provocava uma invisibilidade sobre a própria concepção de mundo. Baseada em uma perspectiva segundo a qual o ambiente está à disposição para a produção, esta economia, um dia, iria irremediavelmente se deparar com a impossibilidade de crescimento e deveria entrar em um processo de decrescimento. O autor propunha que a economia deveria se submeter à ecologia de modo a construir esquemas econômicos orientados pelos processos físicos que permitissem ao planeta manter-

se como base de circulação para a produção da existência das sociedades humanas. Veiga argumenta, ainda, que Georgescu-Roegen, por sua “heresia” em propor o fim do crescimento, foi excluído dos círculos econômicos e sua teoria silenciada (*Ibidem*, p. 111). A heresia consistiu em afirmar que

as atividades econômicas gradualmente transformam energia em forma de calor tão difusas que são inutilizáveis. A energia está sempre passando, de forma irreversível e irrevogável, da condição de disponível para não disponível. (...) em algum momento do futuro, a humanidade deverá apoiar a continuidade de seu desenvolvimento na retração, isto é, com o decréscimo do produto. O oposto do sucedido nos últimos 10000 anos (*Ibidem*, p. 111-112).

A tentativa de abafamento da teoria de Georgescu-Reogen não impediu que uma série de outras ciências passasse a defender as mesmas afirmações. Conforme Veiga (2005), no próprio campo econômico, passou-se a discutir modelos econômicos que considerem os princípios da termodinâmica, como a proposta da “condição estacionária” desenvolvida por Daly. A condição estacionária não trata de crescimento zero, mas de aumentos qualitativos. Como explica Veiga, essa condição estacionária pode ser pensada a partir do exemplo de uma biblioteca cheia, que não tem mais lugar para novos livros, de modo que apenas se admite a substituição de um livro do acervo por outro evidentemente melhor. Para o autor, as economias dos países desenvolvidos são essas bibliotecas já cheias de livros (energias fósseis) que devem ser substituídos por energia limpa, qualitativamente melhor. O parâmetro com o qual se deve trabalhar deveria ser o da entropia da física, não o cálculo utilitário.

Essa breve síntese reforça um aspecto que buscamos mostrar na análise dos relatórios: de que as decisões políticas justificadas por dados científicos não permitem outros direcionamentos que não aqueles que reafirmem o ilimitado do discurso capitalista, e que a tecnociência é colocada para trabalhar, como todos nós, para alcançar o objetivo do crescimento. Nessa encruzilhada, a crise ambiental tornar-se-á cada vez mais extrema, já que ela é efeito de nossa ficção que quer crescimento econômico. Como argumenta Viveiros de Castro, a crise ambiental é um muro com o qual o capitalismo irá se chocar⁷⁴.

⁷⁴ Seminário: Os mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra. Disponível em: < <https://osmilnomesdegaia.eco.br/>>, acessado: 07 Abr 2019.

Esses esquecidos incômodos não aparecem nos relatórios da ONU analisados já que confrontariam a lógica ali impressa; todavia, estão presentes de diferentes formas na literatura específica, que revelam e endossam as transformações de Gaia, evidenciando os problemas ambientais causados pela configuração social consumidora.

Para Dufour (2005), em seu ensaio sobre a sociedade ultraliberal, um possível candidato a grande Outro de nosso tempo seria a Natureza:

A Natureza, na narrativa ecológica, é a referência diante da qual as outras não têm mais curso, já que ela as engloba. Se retiramos a Natureza ao Estado-nação, aos proletários, às Igrejas, não restará mais nenhuma terra na qual construir seu território. Foi por isso que, nesse período de declínio das grandes narrativas, pudemos ver um certo número de ideólogos dos antigos grandes Sujeitos, notadamente do proletariado, juntar-se à linhas da Natureza (*Ibidem*, p. 70).

Nesse sentido, o Desenvolvimento Sustentável, como estratégia política, deve ser considerado produto do processo histórico que o tornou plataforma para a discussão ambiental cuja presença da preocupação ambiental se nota em diferentes esferas da sociedade. Em sua narrativa, está presente a necessidade de confronto com aquilo que parece ser o cerne do sofrimento no tempo capitalista, o consumo; ainda que dentro de um processo político cínico.

Lunáticos e solares

Nas análises psicanalíticas, o consumo se mostra como ponto recorrente para a crítica social, dada sua característica redutora de cabeças e destruidora (DUFOUT, 2005) enquanto laço social contemporâneo. Embora seja reconhecidamente um grave problema identificado na literatura de interface ambiente-sociedade, argumentamos que a maior repulsa de Gaia quanto ao consumo costuma aparecer associada aos combustíveis fósseis (VIOLA e BASSO, 2016), gases de efeito estufa (GEE) ou dióxido de carbono (CO₂). Não há uma narrativa sobre uma economia de baixo consumismo tão forte quanto a de uma economia de baixo carbono. Simbólica e socialmente, o CO₂ tem-se tornado uma espécie de contra moeda, uma sombra para o crescimento, o desenvolvimento e os acordos políticos; sua circulação é incômoda; é a parte que não é possível ser

calada das leis da física, e que retorna como ameaça global. Mas o reconhecimento de sua inegável presença não tem sido suficiente para efetivar sua redução, porque a *práxis* é cínica.

Desde a Era da catástrofe (HOBBSAWN, 2004), com a inscrição da catástrofe mundial sob a forma de guerra mundial, a partir da qual se instala a gramática da técnica, se instala também um modo de agir no mundo e controlar tudo na medida em que qualquer coisa possa ser equivalente a recurso. O trabalho acumulado da técnica a serviço do crescimento passa a ser o excesso que começa a pesar sobre o mundo, que tem limites reais que devem ser considerados pela economia.

Bataille (2016), em sua obra *Parte Maldita*, recorre à noção de uma “economia geral” (*Ibidem*, p. 37), na qual podemos encontrar semelhanças com a proposição de Georgescu-Reogen. Essa perspectiva de economia generalizada parte do princípio de que um sistema – seja a sociedade, o indivíduo, ou mesmo o planeta, precisa dar destinação a um excesso que lhe é inerente. O exemplo da energia solar é tomado como esse excesso que exerce pressão e precisa “encontrar um destino”. Ao tornar-se excedente, esta energia precisa ser dissipada e isto ocorrerá de qualquer forma porque obedece a uma lei, que Bataille chama de princípio do dispêndio⁷⁵: “o ‘dispêndio’ das riquezas é, em relação à produção, o objeto primeiro” (*Idem*). Significa dizer que é preciso perder, gastar o excedente, caso contrário, esse excesso que exerce pressão encontrará seu destino na destruição.

Para o autor, o excedente está sempre exercendo pressão. Ele utiliza o Sol, que dá sem nunca receber, como o representante do princípio da perda: “os homens sentiram isso muito antes de a astrofísica ter medido essa incessante prodigalidade; eles o viam amadurecer as colheitas e vinculavam o esplendor que lhe pertence ao gesto de quem dá sem receber” (*Ibidem*, p. 50). E é essa energia abundante que coloca a necessidade do gasto, restando-nos a margem de manejo entre a perda catastrófica ou gloriosa, porque “ela de qualquer forma ocorre” (*Ibidem*, p. 52), sendo o processo político o aparelho que deve operar nesse espaço. Mesmo hiperbólicos em nossa economia global, estamos ainda dentro de um sistema maior, cuja lei inexorável é a do excesso que irá encontrar seu destino no dispêndio.

⁷⁵ É referido em diferentes formas, como “princípio do dispêndio”, “princípio da perda” e “princípio da despesa”.

Fortes (2010) busca estabelecer uma relação entre a dimensão do excesso em Bataille e em Freud, encontrando esse princípio da “economia generalizada” na economia psíquica por meio do conceito de pressão presente na descrição freudiana de pulsão. Para esta autora, “todo problema reside em saber como, no seio dessa economia geral, é usado o excedente” (FORTES, 2010, p. 11).

Seria esse princípio da perda bastante semelhante ao que serviu a Georgescu-Reogen para apontar a inadequação de um sistema econômico ancorado sobre o crescimento ilimitado. Georgescu-Reogen argumentava que mesmo se nos convertêssemos em uma sociedade solar, cuja base energética fosse o Sol, ainda assim teríamos de superar o crescimento econômico, porque não podemos contrariar a segunda lei da termodinâmica (VEIGA, 2005, p. 112). Bataille apontava para o mesmo aspecto: “em definitivo, o tamanho do espaço terrestre que limita o crescimento global” (BATAILLE, 2016, p. 51).

Essa concepção sobre o destino do excesso pode nos ajudar a pensar onde estão nossos “gastos suntuosos”, nessa configuração que se tornou a economia global de princípio utilitarista. Importante entender que o pensamento econômico em Bataille é anti-utilitarista, porque pelo princípio da perda pressuposto em todo sistema, o utilitarismo leva invariavelmente à catástrofe, já que se estrutura sem conceber o gasto necessário à existência do sistema, produzindo, assim, os efeitos colaterais explosivos (BECK, 2010), que podem ser entendidos como uma das formas catastróficas de efetivação do princípio da perda. Bataille também chama esse princípio de maldição da economia generalizada, sua parte maldita:

O sentimento de uma *maldição* está ligado a uma dupla alteração do movimento que a consumação exige de nós. Recusa da guerra sob a forma monstruosa de que ela se reveste, recusa da dilapidação luxuosa, cuja forma tradicional significa doravante injustiça. No momento em que o *acréscimo* das riquezas é maior do que nunca, ele acaba de adquirir a nossos olhos o sentido de *parte maldita* que, de qualquer forma, sempre teve (BATAILLE, 2016, p. 57, grifos do autor)

Essa perspectiva tem correspondência com a maneira que Veiga (2005) descreve a teoria de Georgescu-Reogen: “herética”. Ela confronta nossa crença de crescimento ilimitado. O que deixou de ser dito, mas com a crise ambiental tem sido levantado, é que o pensamento utilitário que embasa as teorias econômicas deve ser substituído por outras formas de pensamento econômico que contemplem o princípio de perda, porque ignorá-lo não o neutraliza, somente o torna pior, explosivo

e catastrófico. Como nossa análise evidencia, a ênfase colocada no discurso do Desenvolvimento Sustentável sobre a superação da pobreza por meio de crescimento econômico mediada por crescente inovação tecnológica ainda continua sustentando a crença no ilimitado. A ênfase precisa se voltar para a riqueza planetária acumulada e para seus destinos, a forma menos danosa (ou mais gloriosa) de promover sua dissipação, essa deve ser, conforme essa perspectiva, a direção de um processo político de elaboração global.

Beck anunciava que a política para o século XXI, na modernidade reflexiva, não se trataria de um trabalho que visa ganhos, como quer a economia verde e seu discurso de ganha-ganha; mas de uma política de perdas (BOSCO, 2010). O que o estudo de Bataille mostra é que a partir de determinado ponto de excesso entra em ação o princípio do dispêndio, quer queiramos ou não, quer o tenhamos previsto ou não, quer o nomeemos ou não. A análise de Bataille “inclui a dimensão do risco, pois se trata de uma luta que possui a perda como aspecto crucial do combate” (FORTES, 2010, p. 14). Entra em cena a necessidade de nos concentrarmos na “maneira de perder o excedente” (*Ibidem*, p. 12). É neste ponto que se torna fundamental o processo político, e a crença sob a qual se estrutura, porque, como aponta Bataille (2016), “trata-se de *consentimento*, e não mais de utilidade” (*Ibidem*, p.52, grifos do autor); a perda vai acontecer, catastrófica ou gloriosa; e a crise ambiental, com a catástrofe no horizonte, parece apontar a trilha pela qual esse excesso tem sido destinado em nosso processo político-econômico e social. O modelo lunático de globalização, como discutimos no capítulo terceiro desta tese, precisa ser substituído, segundo essa perspectiva, por um modelo solar pensado em conformidade com o princípio da perda e consoante com as leis da física.

Uma ausência hiperbólica

Voltamos à questão: em que tempo estamos? É tempo de realização do crescimento ilimitado, ou do dispêndio catastrófico? Afora as análises sociais, as ciências da natureza também buscam trazer suas contribuições para a nomeação do mal-estar. É o caso da estratigrafia, um ramo da geologia, que define nosso tempo com base nas modificações nas camadas da Terra. Nesse entendimento, o humano teria surgido e se sedentarizado no Holoceno, período de estabilidade climática

desde a última Era glacial. Essa Era, porém, chegou ao fim, ou está à beira da extinção. A sua sucessora, o Antropoceno, ainda não foi oficialmente definida⁷⁶. A previsão é que o Antropoceno, a “época do humano”, tenha sua nomeação em 2020 (VEIGA, 2019). Tal nomeação já nascerá em vigor há pelo menos 200 anos, se a corrente que aponta a Revolução Industrial como transformação humana determinante conseguir provar nos termos estratigráficos esse marco temporal de mudança planetária. Isto porque há outros marcos temporais sendo avaliados para estabelecer quando esta Era teria de fato começado.

Caracterizado por alterações provenientes da intervenção do humano sobre o ecossistema, o Antropoceno identifica o humano à categoria de “força geológica”. Neste entendimento, as transformações impetradas pelo humano teriam modificado o funcionamento do planeta de modo que, para se equilibrar, este passaria a operar sob outro regime climático⁷⁷, caracterizado pela instabilidade (VIOLA e BASSO, 2016), e por outra escala espaço-temporal (HARAWAY, 2016). Se observarmos o princípio do dispêndio, as descrições do Antropoceno permitem pensá-lo como o tempo da dissipação catastrófica.

A geologia e seus ramos não chegaram ainda a um acordo definitivo sobre a aceitação do termo Antropoceno, já que essa denominação é dependente de uma série de critérios que demonstrem a inscrição da ação humana sobre a Terra. No entanto, pensamos que não há transformação ambiental sem transformação cultural (LEFF, 2000), que as formas de organização social são uma maneira de inscrever os traços da cultura sobre o ambiente físico e permitir sua leitura, e não apenas nele, pois esta inscrição da ação humana está na sociedade e na subjetividade daqueles que compartilham da mesma ficção. O Antropoceno, ainda que não tenha alcançado todos os critérios geológicos para se caracterizar como uma “época humana”, já se realiza na linguagem e ganha materialidade na vida cotidiana (VEIGA, 2019). O seu assentamento na linguagem diz sobre o lugar do humano no mundo, seja por sua atividade sobre ele, seja por sua representação nesse lugar.

⁷⁶ Tornar-se oficial significa, nesse caso, ser legitimado pela Comissão internacional de Estratigrafia (International Commission on Stratigraphy), quem detém, em nossa sociedade, a autoridade científica para dar a palavra definitiva sobre as Eras geológicas.

⁷⁷ Novo Regime Climático é um termo utilizado por Bruno Latour em conferência de encerramento do seminário *Comment penser l'anthropocène?*, realizada entre 5 e 6 de Novembro de 2015, no *College de France*, Paris. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=QD3B5DR-x2E>>, acessado em 29/01/2018.

Se a Era geológica na qual as civilizações humanas são instituídas é referenciada como Holoceno (ZALASIEWICZ, *et al.*, 2008), o Antropoceno, por sua vez, vem sendo colocado como o reconhecimento da dominância do humano sobre o mundo, é o tempo que leva o nome do humano por meio do radical grego *antropos*, já que se trata de uma época produzida por suas mãos, por sua razão, por seu trabalho de transformação do mundo, um trabalho de civilização. O Antropoceno fala da centralidade do humano no domínio da natureza, valor moderno de dominação, aquele Outro conquistador a que se refere Dufour (2005). Essa nova Era poderia ser entendida, assim, como uma obra do ser humano cujos efeitos o revelam, falam de sua maneira de conviver. É a transformação de um planeta bruto – em que as forças geológicas se dão por si mesmas no corpo-Terra – para um planeta humano, tornado meio dessa ação específica agora hiperbólica – é efeito do humano feito força geológica. Os efeitos colaterais acumulados ganham visibilidade no tempo de rosto humano. É o reconhecimento da humanidade nas alterações ambientais; é a humanidade dessas alterações. Sua prática, sua técnica, sua política, sua economia, seu desejo, sua razão, enfim, sua cultura; se mostram no conceito de Antropoceno: a época humana na qual cada aspecto do mundo evidencia essa presença, e a circunscreve no nome.

Foi Eugene Stoermer⁷⁸, professor da Universidade de Michigan, Estados Unidos, quem cunhou pela primeira vez o termo na década de 1980 (STEFFEN *et al.*, 2011, p. 843), mas foi em um trabalho conjunto com o pesquisador Paul Crutzen⁷⁹ que o termo Antropoceno ganhou visibilidade, correlacionando-o à introdução da máquina à vapor e propondo seu nascimento em 1784 (CRUTZEN & STOERMER, 2000, p. 17-18), mesmo marco histórico da Revolução Industrial. Contudo, a data inicial dessa nova Era ainda é objeto de disputa. O geólogo Zalasiewicz⁸⁰, por exemplo, coloca como marca do início dessa nova Era o dia do teste nuclear estadunidense da Trinity A-bomb em Alamogordo, New Mexico, em 16 de julho de 1945 (ZALASIEWICZ *et al.*, 2014), trazendo para o debate o fator

⁷⁸ Disponível em <https://www.lib.umich.edu/faculty-history/faculty/eugene-f-stoermer/memoir> Acessado em 05 de Fevereiro de 2018.

⁷⁹ Químico Holandês, prêmio Nobel de química de 1995 com o estudo sobre a formação e decomposição do ozônio na atmosfera. É professor do Instituto Max Planck de Química. Disponível em: <http://www.environmentandsociety.org/exhibitions/anthropocene/paul-j-crutzen-mister-anthropocene>. Acessado: 16 Fev. 2018.

⁸⁰ Professor da University of Leicester, Reino Unido, que coordena um grupo de trabalho para apresentar um relatório do Antropoceno, vinculado à Comissão Internacional de Estratigrafia.

hiperbólico das armas de destruição em massa e sua invisível e irreversível penetração no ambiente. Em ambas as perspectivas, as datas prováveis⁸¹ para definição do início do Antropoceno, 1784 ou 1945, carregam a marca do aprofundamento da intervenção do humano sobre a natureza por meio de sua ciência e prática social.

Caso 1945 seja estabelecido como o início do Antropoceno, essa definição seria uma mostra de que nossos conceitos, nosso processo de conceituação, sofrem influência do que Hobsbawn (2004) chamou de consciência do fim do mundo relacionada à Era das catástrofes. Assim como a sociedade de risco se organiza à sombra da perspectiva catastrófica, a noção de Antropoceno representaria um tipo próprio de concepção de mundo concernido ao laço social característico dessa sociedade. O Antropoceno seria assim também uma forma de falar do fim do mundo, inscrita nas camadas do corpo de Gaia.

A máquina a vapor, da Revolução Industrial, inscreve o progresso técnico como causa do fim, mas trata-se ainda de uma época de utopias circunscrita à modernidade simples. Já o tempo da bomba, esse excesso de poder tecnocientífico, escreve-se com a letra das distopias, em um contexto que já pode ser identificado como modernidade reflexiva, seja pela narrativa que aponta o Antropoceno como um efeito colateral da ação humana, alçada à condição de força geológica, seja por se tratar de um período de abertura à indeterminação. Trata-se de um tempo em que a figura da finitude se apresenta em outra dimensão, de conjugação planetária; a morte em massa não é novidade, mas assumiu nesse tempo outro valor. A destruição em massa possibilitada pela bomba atômica não extermina apenas populações “lixo” (BAUMAN, 2005), ou “corpos supérfluos” (ARENDT, 1998), inscritas sob uma relação de abjeção, mas inscreve também a morte das figuras dominantes, é um risco democrático nos termos de Beck, que ameaça, portanto, o modo de vida que vale a pena ser vivido. Esse parece ser o horror por trás dessa questão de vida ou morte hiperbólica.

⁸¹ Não são apenas esses dois marcos temporais, há defesas que apontam para períodos anteriores, como as grandes navegações e a colonização, ou antes, o sedentarismo e a agricultura, ou antes, ao domínio do fogo. Mas as propostas mais difundidas são a de Crutzen de 1784 e a de Zalasiewicz de 1945.

A Ecologia tem chamado as intervenções humanas de ações antrópicas, ou seja, o peso da produção humana sobre a Terra⁸². O termo ecológico é tratado nesta tese como um correlato à noção de trabalho, desde que este seja entendido como atividade primordial na relação do humano com a natureza (MARX, 1983, p. 50). Nesse sentido, a narrativa desse tempo que vem a ser, coloca o trabalho, enquanto produção da existência, como causa de alterações significativas no funcionamento do sistema-Terra e produz uma época humana como uma nova condição de existência, de instabilidade climática. Para Danowski e Viveiros de Castro (2014), o Antropoceno representa o fim da epocalidade, porque sua narrativa prevê que embora tenhamos estado em seu início, enquanto espécie, não veremos seu fim; tal transformação marcaria também o fim do evento causador: o humano feito força geológica.

O Antropoceno chega-nos à linguagem em sua forma mais elaborada na dobra dos séculos, no início do século XXI (CRUTZEN & STOERMER, 2000; CRUTZEN, 2002), entre o momento de fim de um ciclo e o início de um novo, com uma espécie de marcação de um não-retorno. Haraway (2016) também o interpreta dessa forma: “o que vem depois não será como o que veio antes” (*Ibidem*, p. 140). E mesmo para a Estratigrafia, o não-retorno significa um critério de aceitabilidade para a nova época: a condição de que as alterações constatadas são irreversíveis, é a medição de uma mudança qualitativa.

Giddens (1999) já observara que, em nosso tempo, não há mais Terra virgem ou natureza intocada, entendimento compartilhado por Beck (2010), para quem a natureza é a sociedade, que não pode mais ser vista como uma externalidade. Conforme as narrativas do Antropoceno, ele se apresenta inteiramente como produto do trabalho humano, ou do excesso dele extraído e acumulado, é tempo de dispêndio catastrófico (BATAILLE, 2016) constatado pela instabilidade. O Antropoceno é, assim, a época do humano que já não deve travar uma luta contra a natureza para dominá-la, como na modernidade simples, toda ela foi humanizada. Cabe a ele, agora, lidar com os efeitos de seu sucesso (BECK,

⁸² Não encontramos na literatura específica – por sua ausência ou por nossa própria deficiência, uma genealogia sobre o uso dessa construção “ações antrópicas”. A aproximação com as ciências humanas e sociais nos permite tratá-las como “trabalho”. Se essa aproximação tiver algo de acertada, não há grande revelação nessa “evidência científica” para a filosofia ou as ciências sociais; a novidade, nos parece, encontra-se em atribuir à humanidade a perspectiva de ter-se tornado uma “força geológica”, construção que, segundo nosso entendimento, é um traço desse processo de hiperbolização e identificação global.

2010). O conflito antropocênico parece se situar sobre as práticas sociais contra seu modo de humanização antecedente, não há exterioridade ao se tratar o humano como força geológica, pois somos a interioridade de Gaia, parte fundamental de seu metabolismo, o doméstico (familiar) que se tornou hiperbólico e integrado como sistema, perspectiva que fez ver um efeito colateral também de dimensão global. A presença do efeito colateral provoca a abertura que se converte em demanda por determinação desse efeito, em um mesmo movimento que crê em sua reintegração reflexiva. Mas o Antropoceno condensa-se em um gigantesco *Unheim*, o qual se vincula à angústia de desintegração de si, cuja dimensão, em nosso tempo, seria mais apropriadamente lida como angústia de desintegração planetária, um tipo de manifestação afetiva que se torna possível quando estamos concernidos a um laço social de caráter globalizante, típico da modernidade reflexiva.

Para bem dizer o Antropoceno: o terrível

O tópico anterior serviu para descrever o tempo que é e está por vir conforme as discussões atuais. Há uma literatura crescente que aponta não apenas a disputa sobre o marco temporal de início dessa nova época; mas, sobretudo, disputas sobre a hipótese principal do Antropoceno e a perspectiva nela impressa: considerar chamá-lo assim evocando o radical grego *antropos* e utilizando o conceito também universalizante de “ações antrópicas” colocaria toda a humanidade como responsável pelas consequências em curso do consumo planetário. Uma das críticas a essa nomenclatura busca incorporar o sistema capitalista como a figura principal para compor esse nome, já que os humanos estão divididos entre a imensa maioria sem meios de produção e sem poder de decisão e uma minoria que os detêm, que exerce a primazia do uso de combustíveis fósseis e demais recursos globais, bem como a permanência de um modelo que apregoa o consumo infinito. De origem marxista, a proposta é que nosso tempo seja chamado de Capitaloceno⁸³. Render essa homenagem ao capital significa circunscrever que os sofrimentos

⁸³ Termo atribuído a Andreas Malm, professor de ecologia humana na Universidade de Lund, Suécia. A síntese de uma palestra sua em evento da UNESCO está disponível: <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/perspectiva-da-dominica-antropoceno-ou-capitaloceno>, acessado: 29 mar 2019.

atuais e futuros estão ligados à forma como o sistema social acumulou riqueza, amparada na extração e consumo de combustíveis fósseis, e indicar que se algo precisa mudar não é a espécie humana indiferenciada, mas o sistema social por colocar humanos devorando o planeta e outros humanos. Trata-se de uma perspectiva que busca desvelar a ideologia que cobre a nomenclatura do Antropoceno.

Viveiros de Castro, em sua exposição durante o evento *Mil nomes de Gaia: do Antropoceno à idade da Terra*⁸⁴ (Rio de Janeiro, 2014), debate o conceito de Antropoceno a partir do pensamento de Donna Haraway. Sua perspectiva parte da compreensão de que o *antropos* está vinculado à concepção de homem na democracia ateniense, conceito que se afirma pela exclusão das mulheres, dos estrangeiros e dos escravos e, nesse sentido, a ação antrópica baseada na dominação está realmente contemplada no termo Antropoceno. O que a proposta do Capitaloceno busca fazer é não permitir que o *antropos* seja utilizado como apagamento da dominação capitalista historicamente presente.

Lembremos, no entanto, que Dufour (2005) defende que o Mercado se constitui como a figura do Outro operando a destruição também do sujeito ideológico marxista, e que Žižek (1992) atribui ao cinismo a forma mesma de o capitalismo rir de suas críticas e as incorporar para manter seu imperativo consumidor, de modo que o desvelamento ideológico consegue fazer pouco em nosso tempo; devoramos o mundo, o sabemos, e fazemos disso uma extração de oportunidades.

A proposta de nomeação de Donna Haraway, compartilhada por Viveiros de Castro, nos parece alcançar algo que a crítica marxista tem dificuldade para fazer, o que já pode ser, inclusive, efeito desse tempo. Para a autora, o que importa é que “narrativas contam narrativas, e que conceitos pensam conceitos. Matematicamente, visualmente e narrativamente, é importante pensar que figuras figuram figuras, que sistemas sistematizam sistemas” (*Ibidem*, p. 140). Ela constrói outra narrativa sobre o que se passa em nosso tempo, e aponta para outros modos de vida. A centralidade das ações antrópicas é retirada em seu pensamento porque a autora procura historicizar a biologia mais do que biologizar a história. Esse movimento a permite considerar várias ações bióticas e abióticas evolucionárias e revolucionárias em milhões de anos. Não se trata de isentar as ações antrópicas, mas as compor ao

⁸⁴ Vários vídeos do evento estão disponíveis: <https://osmilnomesdegaia.eco.br/>, acessado: 29 mar 2019.

resto do mundo. Neste sentido, a autora se define como composta-humanista, não como pós-humanista⁸⁵. A proposta de Haraway é hiperbólica por reconhecer que, nesse tempo, as escalas tempo-espaciais se alteram, não é mais possível o estar no mundo ser pensado pelas categorias do imediatismo utilitário, e apenas centrado no humano. Para ela, seja o Antropoceno o produto da dinâmica do planeta em milhões de anos, seja efeito do tipo de organização social capitalista, seja a composição de ambas as circunstâncias, a condição está posta e coloca outros parâmetros de existência.

As construções de Haraway nos parecem subversivas, no sentido psicanalítico do termo, isto é, permitem pensar o avesso dos discursos de dominação, expor injunções deficitárias colocadas pelo regime moral por meio de outros agenciamentos, outros tipos de relacionamento. O nome do tempo proposto por Haraway é “Chthuluceno”, o qual a autora se desculpa de partida por ser “sobrecarregado com seus problemáticos tentáculos gregos” (*Idem*). Seu nome faz referência às forças ctônicas da mitologia grega, forças provenientes das profundezas da Terra. Para a autora, isso deve ser entendido como algo de familiar: o terrível da Terra. A outra referência ao Chthuluceno está nos contos de terror de Lovecraft⁸⁶, em especial o “chamado de Cthulhu” (também subvertido na grafia), cuja história se baseia em uma criatura enterrada no tempo, vinda do imemorable e que, quando desperta, traz o desespero e a morte. Viveiros de Castro refere que as figuras as quais Haraway se ampara procuram associar o Antropoceno ao terrível, algo com o qual não devemos nos relacionar como exterioridade, mas como um familiar estranhado, é *Unheimlich*, se o pensamos com a psicanálise. É nesse sentido também que a imaginação da autora pode nos ajudar com o mal-estar de nosso tempo, pensando-o como a dificuldade de nomeação desse não lugar, ou da perda de lugar nesse tempo da instabilidade.

O *mal dito* hiperbólico, o Antropoceno, esse terrível, que vem das profundezas, traz em si uma dinâmica planetária inscrita; condição que somente pode ser nomeada como instabilidade no por vir, com o qual teremos de nos familiarizar. Essa relação estranho-familiar está em Haraway em duas categorias

⁸⁵ A construção fica melhor no original: “not post-humanist, but *compost*-humanist”.

⁸⁶ H. P. Lovecraft (1890 – 1937), escritor estadunidense de contos de terror, com elementos de fantasia e ficção científica.

que nos remete ao doméstico (*Heimlich-Unheimlich*) e aos laços possíveis no tempo terrível: refúgio e parentesco.

Lembremos a acepção de mal-estar como o não lugar de difícil nomeação, em que a “clareira” (DUNKER, 2015) se apresenta como o lugar onde é possível estar. Na interpretação de Haraway, a clareira é vista como um refúgio. Lembremos ainda que o “sofrimento que não se pode nomear perfeitamente [...] é indissociável da relação com o outro” (*Ibidem*, p. 192), interpretação que nos levaria à noção de parentesco. As duas categorias trazidas pela autora parecem tocar nesses dois aspectos, o refúgio como clareira e o parentesco como a relação com o outro, colocados como uma necessária elaboração, o espaço político que nos cabe dentro do “ponto de inflexão das consequências que muda o nome do ‘jogo’ da vida na terra” (*Ibidem*, p. 139). Para Haraway, é preciso encontrar uma maneira de viver e morrer bem, o que significa a construção de refúgios, entendidos como “recomposição biológica-cultural-política-tecnológica, que deve incluir o luto por perdas irreversíveis” (*Idem*). O refúgio não se trata da corrida lunática para construir fortificações monumentais no espaço sideral onde parte da humanidade segmentada pelo Mercado poderá aceder. O Antropoceno é compreendido, na perspectiva da autora, como intervalo⁸⁷, lugar de instabilidade⁸⁸, que perdeu refúgios bióticos e abióticos, produzindo refugiados humanos e não humanos. Trata-se de permitir que o lugar (refúgio) venha a ser, produzir o crescimento desses sistemas e não os interromper produzindo não-lugares com crescimento econômico e dispêndios catastróficos.

A categoria de parentesco, por sua vez, implica um tipo de relacionamento que nega a linhagem sanguínea, genealógica e familiar; aproxima-se, para pensar com a ideia de composto, de agregados e incorporados; é laço ampliado, comparado pela própria autora à categoria de terranos de Latour (2014), composto por humanos, não humanos e mais-que-humanos, enlaces que tem a Terra como o referente (um candidato a novo Outro, conforme Dufuor, 2005). O contexto no qual discute essa categoria de parentesco ainda enfrenta uma questão antiga nas narrativas de crise ambiental: a superpopulação. Para Viveiros de Castro, Haraway extrapola as contestações conservadoras e progressistas que se restringem a (neo)

⁸⁷ “Eu, juntamente com outras pessoas, penso que o Antropoceno é mais um evento-limite do que uma época, como a fronteira K-Pg entre o Cretáceo e o Paleoceno” (HARAWAY, 2016, p. 140).

⁸⁸ Instabilidade é a característica predominante desse tempo em todas as narrativas.

malthusianos ou não; refere que, se por um lado, não se pode deixar de considerar a influência do capitalismo ao problema; por outro, o crescimento populacional deve ser pensado também como um ato da espécie. Neste sentido, uma população mundial ideal giraria em torno de 3 bilhões, aquilo que éramos antes de 1945, sem prescindir de todos os benefícios tecnológicos dos quais dispomos hoje e tendo no parentesco a forma relacional para esse decrescimento.

Parentesco é uma palavra que traz em si um arranjo. Todos os seres compartilham de uma “carne” comum, paralelamente, semioticamente e genealogicamente. Os antepassados mostram-se estranhos muito interessantes; parentes são não familiares (fora do que pensávamos ser a família ou os genes), estranhos, assombrosos, ativos (HARAWAY, 2016, p. 142).

A defesa de Haraway, contudo, deve ser entendida como um trabalho de gerações, é hiperbólica no sentido em que o Antropoceno demanda uma outra escala espaço-temporal. Caso contrário, podemos incorrer no erro de interpretá-la ao modo utilitarista e muito rapidamente nos vemos às voltas com o extermínio de populações justificada pelo bem hiperbólico que é a manutenção da vida no planeta e da espécie. O tempo do terrível traz consigo a necessidade de outra forma de relação com o outro, e é justamente essa relação, segundo Freud (1930/2006), a principal fonte de mal-estar. A intenção de Haraway com essa política do composto depende inicialmente da superação do utilitarismo capitalista; essa, nos parece, é a parte difícil.

As duas categorias de Haraway, refúgio e parentesco, neste texto que, a exemplo de outros trabalhos da autora, tem a forma de manifesto político, podem ser encarados como referências para servir de contra ponto ao discurso predominante do Antropoceno, que tem sido apontado como problemático em sua universalização, que retira o aspecto de dominação histórica e os tipos de laços aparelhados por essa dominação. Devem ser compreendidos como categorias para o pensamento, são imaginação teórica, como a própria autora também os localiza, e por isso mesmo servem de amparo para o confronto político.

Particularmente a categoria refúgio/refugiado já é pensada por outras abordagens. Agamben (2017), por exemplo, resgata um trabalho de Arendt sobre refugiados para discutir os limites jurídicos da noção. Refere este autor que o refugiado é a figura que se coloca como a vanguarda para as relações sociais de

nosso tempo, dado o fato de que sua condição de um sujeito do não lugar fará prescrever as definições de cidadão vinculadas à Nação enquanto lugar de reconhecimento jurídico⁸⁹. Aponta, assim, para a incapacidade das formas políticas atuais não apenas em resolver o problema dos refugiados, mas mesmo de ter condições de abordá-lo nos parâmetros vigentes, porque ao estarem desterritorializados da Nação, não são, não estão na normatividade que define as formas de ser e estar. O que se pode esperar, no tempo do Antropoceno, é que os refugiados ambientais venham a aumentar com a instabilidade e as perdas possíveis.

Quanto ao mal-estar na civilização, a categoria refúgio também encontra lugar. Freud enumera algumas modalidades de enfrentamento do mal-estar, consequências de sua característica inescapável. Essas modalidades foram enumeradas e sintetizadas por Dunker (2015):

- 1 – *evitação* das situações de desprazer por meio da construção de uma vida tranquila e protegida;
- 2 – *conquista da natureza*, no escopo da qual se reforçam os laços de comunidade;
- 3 – *intoxicação* anestésica ou excitativa capaz de criar uma barreira “corporal” contra o desprazer e facilitar a satisfação por meio de um refúgio em um mundo próprio;
- 4 – substituição das metas pulsionais por tarefas socialmente reconhecidas, também chamada de *sublimação*;
- 5 – o consolo proporcionado pelas *ilusões*, nas quais se destaca o papel das religiões e dos discursos e das práticas que rebaixam o valor da vida;
- 6 – retraimento ou *introversão da libido* a si mesmo, seja por meio da ascese do eu, seja por meio do delírio;
- 7 – o principal método concorrente do tratamento psicanalítico, ou seja, a *experiência do amor*, (...);
- 8 – *estetização da existência*, ou seja, o encontro do prazer no gozo do belo, inibindo a meta sexual da pulsão, favorecendo, mas não necessariamente induzindo, a sublimação;
- 9 – como uma última técnica de vida, que promete ao menos satisfações substitutivas, se oferece o refúgio na *neurose*, refúgio que, na maioria dos casos, se consuma já na juventude (*Ibidem*, p. 199 – 200, grifos do autor).

Grande parte dessas estratégias de mitigação do mal-estar pode ser enquadrada sob a categoria refúgio, enquanto formas possíveis de habitar o mundo e lidar com o excesso de sofrimento que o viver junto inevitavelmente coloca. Todavia, novamente, essas estratégias significam meios de se lidar com ele, não de

⁸⁹ “[...] seria possível imaginar duas comunidades políticas insistentes sobre uma mesma região, e ambas em êxodo, articuladas entre si por uma série de recíproca extraterritorialidade, na qual o conceito-chave não seria mais o *ius* do cidadão, mas o *refugium* do indivíduo”. (AGAMBEN, 2017)

se livrar dele. Percorremos algumas destas estratégias nesse trabalho: a *evitação* (da finitude); o *domínio da natureza*, com *ilusões* religiosas, com ciência e com técnica; o *retraimento da libido* frente às situações de ameaça, sobretudo no contexto pós-guerra e posteriormente com os riscos mundiais. A *intoxicação* normalmente é remetida para a conduta individual, mas pode ser pensada como a compulsão ao consumo (intoxicação de ofertas), ou mesmo a perspectiva de uma sociedade energético-dependente (SWYNGEDOUW, 2010).

Considerando esses aspectos, e esse trilhamento para refúgios para o enfrentamento do tempo do Antropoceno, podemos insistir na característica presente no mal-estar que aponta para a incompletude, de modo que o horror à finitude e as ilusões de ilimitado devem ser consideradas parte desse inescapável. Corridas lunáticas de livramento têm pouco a contribuir com a situação, além de, como vimos, poderem levar ao pior.

Nas narrativas do Antropoceno, embora tenham sido concebidas sob os mesmos parâmetros da crise ambiental, há uma diferença que deve ser ressaltada: a produção de uma espécie de fechamento sobre a inevitabilidade de uma condição. O Antropoceno já é (VEIGA, 2019), não se trata de evitá-lo, “os eventos com que temos que lidar não estão no futuro, mas em grande parte no passado [...] o que quer que façamos, a ameaça permanecerá conosco por séculos, ou milênios” (LATOURETTE, 2013 *apud* DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014, p. 16). Ilusões de livramento ganham novo contorno; nossa onipotência técnica não o evitou, e em boa parte dos argumentos ela é colocada como aceleração para o seu encontro⁹⁰. Isso permite pensar conceitos potentes para outras formas de enfrentamento, minimizar os efeitos de alarmismo sobre as narrativas de fim do mundo, “sistematizar sistemas” econômicos que reconheçam os danos do pensamento utilitário, para poder figurar futuros que não respondam unicamente pelo nome de catástrofe. Haraway é um exemplo disso, com sua concepção de refúgio e parentesco que trata do lugar e das relações no lugar segundo as condições do lugar; construindo “narrativas que sejam grandes o bastante, e não mais que isso” (HARAWAY, 2016), que permita-nos viver com o problema (HARAWAY, 2014).

⁹⁰ “Grande Aceleração” é o momento compreendido desde a Segunda Guerra Mundial, essa nomenclatura está presente no *International Geosphere-Biosphere Programme* (IGBP), e é utilizado na literatura específica para se referir a esse período de grande crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico.

Talvez suas categorias possibilitem pensar uma sociedade do refúgio ou de parentes, com uma dinâmica diferente da sociedade de risco, onde se ataque o individualismo e o consumismo de nossa ficção e desloque o ilimitado para outro lugar. Na lógica de Beck, a sociedade de risco realiza a sociedade industrial. Seguindo princípio, é possível imaginar que uma sociedade do refúgio deva realizar a sociedade de risco, porque a crise ambiental e o Antropoceno mostram que a dissipação catastrófica alcançou o ponto de ebulição (BATAILLE, 2016). Talvez seja pior, já que o problema é literalmente crônico, e segundo Haraway, ctônico, terrível. Mas há iniciativas que apontam para transformações condizentes com a condição do Antropoceno, essa outra escala espaço-temporal, hiperbólica, cuja instabilidade climática é a base para o viver nesse tempo.

Viola e Basso (2016), em análise recente sobre a política internacional ressaltam o aspecto de atualização conceitual para a atuação da ONU, sobretudo em se tratando de ameaça, segurança e interesse nacional (*Ibidem*, p. 2). Levantam aspectos semelhantes aos colocados por Agamben e Beck quanto à insuficiência dos processos políticos nessa outra escala espaço-temporal e de condição de instabilidade, e também enfocam a barreira sobre o aspecto imediatista da tomada de decisões, afiliada à perspectiva utilitarista de extrair oportunidades das crises. Essa perspectiva de atualização tem tomado força e se espalhado como uma narrativa sobre a impossibilidade de manter esse modo de governar as populações.

Uma nova proposta reformista tem buscado colocar-se contrária a isso, desde 2012⁹¹, e ganhou *status* teórico com a publicação do livro da economista Kate Raworth em 2017. Nele, a autora tenta pensar uma economia sem externalidades ambientais e oferece uma imagem que permite a qualquer um discutir economia: a rosca (Raworth, 2017). Utiliza como imagem a famosa rosquinha, o *Doughnut*, para ilustrar seu esquema econômico, refere que também pode ser pensado como um pneu ou qualquer forma circular que tenha “um vazio interior e um vazio exterior”. A figura 2 ilustra seu esquema:

⁹¹ Embora faça parte de uma campanha da Oxfam chamada “Cresça”, imperativo de nossa ficção compartilha, a proposta leva o nome de “Um espaço seguro para a humanidade: podemos viver dentro de um ‘dunut’?” e se apresentou como um texto base divulgado pela Oxfam para ser discutido na Rio+20, disponível: <https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/dp-a-safe-and-just-space-for-humanity-130212-pt_4.pdf>, acessado: 10 Abr 2019. A rosca de Raworth não aparece explicitamente no relatório daquela conferência, muito provavelmente absorvida pela categoria geral “economia verde”.

Figura 2 – Esquema proposto por Raworth (2017)

Fonte: Veiga (2019)

O vazio interior se trata das desigualdades sociais, condições que precisam ser observadas para uma vida segura e justa para toda a humanidade, cuja base são os Direitos Humanos. O vazio exterior significa os 9 limites planetários de Rockström *et al.* (2009). O meio da rosca é o lugar em que todo ser humano deve estar: espaço seguro e justo.

Podemos pensar que Raworth elabora um refúgio em linguagem econômica, como o meio da rosca, a clareira é preenchimento entre as iniquidades e os limites planetários. Um aspecto que vale a pena ser ressaltado de sua teoria é o ataque à crença do crescimento ilimitado. Para a autora, a hipótese do comportamento econômico racional, que subjaz às teorias do capital humano, da desregulamentação neoliberal e dos discursos de meritocracia, diz mais respeito aos economistas que as defendem do que à realidade ela mesma (Raworth, 2017). Sobre a rosca, Veiga (2019) refere que

Dos sete capítulos dedicados à defesa de tal tese, quatro são sobre crescimento econômico. A autora mostra esperança de que não demore

para que os economistas venham a se tornar ‘agnósticos’ em vez de ‘viciados’ em crescimento (*Ibidem*, p. 24).

Outro aspecto importante a ser destacado de Raworth é sua compreensão de que a economia forma o mundo⁹², o que nos remete à perspectiva de ficção compartilhada (Outro) de Dufour (2005), cuja figura é o Mercado. Sua proposta poderia se aproximar, também, da economia generalizada de Bataille (2016), no sentido de que a ecologia é aí internalizada. No entanto, ao ingressar no processo político orientado pelas oportunidades de crescimento, a contribuição de Raworth tem grandes chances de ser esvaziada. Veiga (2019) refere que a própria autora duvida que sua proposta penetre o século XXI. Além disso, cabe ressaltar a preocupação de Stengers sobre o risco de um “totalitarismo ecológico” (DANOWSKI e VIVEIROS DE CASTRO, 2014), porque a economia da rosca, com esse refúgio ideal, veio a ser em razão dos limites planetários agora plenamente visíveis e inegáveis, enquanto a desigualdade social, o vazio interior, foi historicamente negligenciado, isso pode apontar uma clivagem para a manutenção do modo de vida que vale a pena ser vivido.

Em nossa análise, mostramos como a crise ambiental, com sua narrativa de ameaça global, serve também como justificativa para salvar um certo modo de vida. Zizek (2012) discute esse aspecto partindo do ponto de vista de Chakrabarty (2009), o qual defende que

(...) sejam quais forem as escolhas socioeconômicas e tecnológicas, sejam quais forem os direitos que queremos comemorar como nossa liberdade, não podemos nos dar o luxo de desestabilizar condições (como a zona de temperatura em que o planeta existe) que funcionam como parâmetros fronteirios da existência humana. Esses parâmetros são independentes do capitalismo e do socialismo (ZIZEK, 2012, p. 224)

O contraponto de Zizek à Chakrabarty é que não se pode atacar a crise ambiental sem atacar o sistema capitalista. Tal perspectiva permite pensar que o refúgio deve passar por outra forma de organização social, porque “a chave para a crise ecológica não reside na ecologia como tal” (*Ibidem*, p. 226). Também Viola e Basso (2016), ao compreenderem a necessidade de atualização do sistema da política internacional no tempo do Antropoceno, apontam para o sistema econômico

⁹² “*Economics is the mother tongue of public policy, the language of public life and the mindset that shapes society*” (RAWORTH, 2017, p. 5).

e sua lógica imediatista como importante barreira às transformações. Dufour (2005), ao pensar a Natureza como candidata à nova ficção compartilhada, sugere que há nela uma vulnerabilidade que consiste em se deixar ser tomada por outras narrativas:

O único problema desse candidato a grande Sujeito é que a verdadeira natureza do homem é não ter nenhuma. Inclusive é por essa razão que ele teve que criar para si uma segunda natureza: a cultura. [...] Em suma, o discurso sobre a Natureza não se sustenta sozinho: é por isso que não haverá ecologia da primeira natureza sem o que eu chamaria de uma *ecologia da segunda natureza* – mas está justamente aí o que ameaça a narrativa ecológica de dissolução, de perder-se nas outras narrativas (DUFOR, 2005, p. 71, grifos do autor).

Nesse sentido, o tratamento da crise ambiental padece da forma econômica presente em seu vocabulário, em que há uma fusão entre ecologia e economia, como destacaram Silva Junior e Ferreira (2013) sobre a predominância do discurso econômico constituindo uma interdisciplinaridade disciplinar na Era das conferências. Conforme Dufour (2005), uma elaboração cultural precisa ser feita, o tratamento cultural passa pela quebra do paradigma do crescimento, não há clareira no modo de vida capitalista. A imagem do *Doughnut*, por exemplo, com suas vantagens aparentes, não consegue abandonar a continuidade do modo de vida ideal, das sociedades que compõem o Norte global, isso é viver bem, cremos. Em 2012, Raworth, na Rio+20, apresentou seu diagrama, ainda em elaboração, com a localização dos países em relação à rosca: os países desenvolvidos estão todos no espaço seguro e justo, são a imagem que representa a segurança e justiça em nossas sociedades; os países de economias emergentes estão na fronteira entre a rosca e o vazio interior; e os países vulneráveis, sobremaneira a África negra, estão no vazio interior.

O refúgio, no entanto, é lugar por vir, é modo de viver no não lugar, representado pela instabilidade literal do corpo-Terra e pela escala espaço-tempo hiperbólica do Antropoceno. Possivelmente, a próxima conferência sobre desenvolvimento e meio ambiente da ONU tenha que abordar o Antropoceno como isso que já é. O que resta à política como elaboração global é um caminho que permita proceder a dispêndios gloriosos em lugar dos dispêndios catastróficos, já que os dispêndios invariavelmente acontecerão; mas esta possibilidade parece remota.

Mesmo decorrido meio século de debates institucionais – de 1972 a 2022, é difícil esperar que a voz dos “povos do mundo” venha a admitir que o crescimento ilimitado não é possível, e que a descrição do Desenvolvimento Sustentável como um tipo de desenvolvimento para uma nova Era de crescimento não pode ser sustentada, porque a nova Era até então não dita e que veio a ser, o Antropoceno, é uma Era que se realiza em perdas.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, B. S. (org.) **História da Filosofia**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ACOT, P. História da Ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ADORNO, T. W. **O ensaio como forma**, in ADORNO, T. W. Notas de literatura. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Editora 34, 2003.
- ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. Dialética do Esclarecimento. Ed. Jorge Zahar Editor Ltda. Rio de Janeiro, 1985.
- AGAMBEN, Giorgio. Mais além dos direitos do homem. **Tradução de Murilo Duarte Costa Corrêa. 2010a.** v. 10, 2017.
- Agenda 21. Ministério do Meio Ambiente. Brasil. Biblioteca digital da Câmara do Deputados. Centro de documentação e informação. Coordenação de Biblioteca, 1995.
- AGUIAR, M. H. P.; MATTOS, B. R. B.; CARDOSO, N. T. O discurso ambiental brasileiro e a transformação do conceito de soberania: uma análise de Estocolmo à Rio+20. estudos internacionais. v. 3 n. 1 jan-jun 2015 p. 141-164.
- ANKER, Peter. The context of ecosystem theory. *Ecosystems*, 5 (7): 611-613, 2002.
- ASSIS, M. F. P.; OLIVEIRA, M. L.. O cinismo como metáfora da cultura. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 82-92, ago. 2016.
- ARENDT, H. Origens do totalitarismo, 3ª reimpressão. Companhia das Letras, trad. Roberto Raposo, São Paulo, 1998.
- _____. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999
- BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 100-130, Dec. 2004.
- BATAILLE, G. **A parte maldita**. Precedida da noção de dispêndio. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BECK, U. **A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernidade reflexiva**. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995a.

_____. **Ecological Enlightenment**. Essays on the politics of the Risk Society. Translated by Mark A. Ritter. New York: Humanity Books, 1995b.

_____. Living in the world risk society. **Economy and Society**. London, v. 35, n. 3, Aug. p. 329-345, 2006.

_____. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. **Sociedade do risco mundial: em busca da segurança perdida**. Extra coleção. Edições Almedina, SA, Lisboa, 2015.

BECKER, G. S. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **Journal of Political Economy** 70, no. 5, Part 2 (Oct., 1962): 9-49.

BENEVIDES, P. S. Neoliberalismo, Psicopolítica E Capitalismo Da Transparência. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, 2017.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

BLOOM, P. Work as the contemporary limit of life: Capitalism, the death drive, and the lethal fantasy of 'work-life balance.' **Organization**, 23(4), 588-606. 2016.

BOLLAS, C. **Psicanálise na Era da Desorientação: do retorno do oprimido**. Revista Brasileira de Psicanálise, vol. 49, nº1, 2015.

BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Ed. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2009.

BOONE, L. E.; KURTZ, D. L. Contemporary marketing. Orlando: The Dryden Press, 2001.

BOSCO, Estevão. A Política Na Sociedade de Risco - Ulrich Beck. **Ideias**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 229-253, dez. 2010.

BOSCO, E.M. & DI GIULIO, G.M. Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em ambiente e sociedade e desafios. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 2, p. 149-160, abr/jun. 2015.

BRASIL. Transformando nosso mundo: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Traduzido do inglês pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016.

_____. (CQMC) – **Convenção-quadro sobre Mudanças Climáticas**. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. 1992.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. **Convenção sobre diversidade biológica** (CDB). Brasília: CID Ambiental. 2000.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Relatório da delegação do Brasil à conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano. Estocolmo, 1972a. v.1. Acesso em: 30 set. 2015.

CALLON, M, *et. al.* **Acting in an uncertain world: an essay on technical democracy**. Originalmente publicado em Francês: *Agir dans un monde incertain*. This translation: Massachussetts, London: MIT Press, 2009.

CARDOSO, J. L. R. O Brasil e o Ano Geofísico Internacional. AMPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

CASTILHO, P. Algumas considerações sobre o conceito de “novos feridos” de Zizek e Malabou. XX Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise e XXXI Jornada de Psicanálise do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais. **2013**.

CASTIEL, L. D.; DIAZ, C. A-D. **Saúde Persecutória**: os limites da responsabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

CARVALHO, P.G.M. e BARCELLOS, F.C. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM: uma avaliação crítica. **Revista Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez. 2014.

CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry* v. 35, n. 2, p. 197-222. 2009.

CHOMSKY, N. A nova guerra contra o terror. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 16 (44), 2002.

CORDANI, U. G.; MARCOVITCH, J.; SALATI, E. Avaliação das ações brasileiras após a Rio-92. **Estudos Avançados**. 11 (29), 1997.

COSTA, A. & POLI, M. C. (2006). Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, 19(188), 14-21.

CNUMAD – **Conferência Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1992.

CROCHÍK, J, L. A Formação do Individuo e a Dialética do Esclarecimento. **Nuances** -- Vol. VII - Setembro de 2001.

CRUTZEN, P. J. The influence of nitrogen oxides on the atmospheric ozone content, **Q J. R Meteorol. Soc.**, 96, 320-325. 1970.

_____. Geology of mankind. **Nature**. v. 415, n 23, 03 Jan. 2002.

CRUTZEN, P. J. & STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. **IGBP Newsletter**, n 41, 17–18, May 2000.

DANOWSKI, D., VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo. 2016.

_____. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo Boitempo, 2017.

DEESE, R.S., The artifact of nature: ‘Spaceship Earth’ and the dawn of global environmentalism, **Endeavour**, 2009.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992.

DE OLIVEIRA ALVES, L.; MARTINS, J.; MALISKA, M. E. Sujeito, Discurso E Ideologia: Uma Compreensão Psicanalítica Sobre A Posição Do Sujeito Em Discursos Midiáticos. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 15, n. 1, 2018.

DIAS, S. A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal [Resenha]. **Psic. Rev. São Paulo**, n. 15(2): 249-253, novembro, 2006.

DODDS, J. Psychoanalysis and ecology at the edge of chaos: Complexity theory, Deleuze, Guattari and psychoanalysis for a climate in crisis. Routledge, 2012.

DRUMMOND, J.A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 21, n. 62, 2006.

DUFUOR, D-R. **A arte de reduzir as cabeças**: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

DUNKER, C. *et al.* **Análise psicanalítica de discursos**: perspectivas lacanianas. São Paulo: Estação das letras, 2016.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica laciana a partir do perspectivismo animista. **Tempo Social**, v. 23, n. 1. pp. 115-136, 2011.

DUNKER, Christian Ingo Lenz *et al.* Romance policial e a pesquisa em psicanálise. **Interações**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 113-126, jun. 2002.

EHRENBERG, A. **O culto da performance**: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras. 2010.

ELPIDA, S. GALANAKIS, K. BAKOUROS, I. PLATIAS, S. The Spin-off Chain. **Journal of Technology Management & Innovation**. Vol 5, Issue 3. September, 2010.

FERRARI, A. H. De Estocolmo, 1972 a Rio+20, 2012: o discurso ambiental e as orientações para a educação ambiental nas recomendações internacionais. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. 2014.

FERREIRA, L. A Centralidade da Interdisciplinaridade nos Estudos Sobre Ambiente e Sociedade. **Política & Sociedade**, nº7, 2005.

_____. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, Lúcia C.; MANFREDO, M. T. M. **Da Rio 92 a Rio+20: breve balanço crítico sobre os dois encontros**. In. **Governança ambiental no Brasil: entre o socioambientalismo e a economia verde**. CASTRO, F.; FUTEMMA, C. (orgs). Paco Editorial. São Paulo: 2015.

FEUERBACH, L. **Preleções sobre a Essência da Religião**. Campinas: Papyrus, 1989.

FIGUEIREDO, L. C. M. **Psicologia: uma (Nova) Introdução**. São Paulo: Editora Educ PUC – SP, 2002.

FINKBEINER, A. The jasons: the secret history of science's postwar elite. New York: **Viking**, 2006.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004.

_____. **A história da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectivas, 1972.

_____. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 20ª Edição. Ed. Vozes. Petrópolis, 1987.

FONSECA, I. F.; BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambient. soc.**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 169-186, Dec. 2007.

FREIRE, M. A intervenção do discurso analítico na estrutura de linguagem. **Dissertação de mestrado não publicada**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2003.

FREUD, S. Além do Princípio do Prazer (1920). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XVIII.

_____. Análise terminável e interminável (1937). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006a. vol. XXIII.

_____. Construções em Análise (1937). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006b. vol. XXIII.

_____. Dois verbetes de enciclopédia (1923). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XVIII.

_____. O Estranho (1919). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XVII.

_____. O Futuro de uma Ilusão (1927). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XXI.

_____. O Mal-estar na Civilização (1930). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XXI.

_____. Por que a guerra? (1933) **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XXII.

_____. Psicologia de Grupo e Análise do Ego (1921). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XVIII.

_____. Sobre os Fundamentos para Destacar da Neurastenia uma Síndrome Específica Denominada Neurose de Angústia (1895). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XIII.

_____. Sobre o Narcisismo: uma Introdução (1914). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XIV.

_____. Totem e Tabu (1918). **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. vol. XIII.

FORTES, Isabel. A dimensão do excesso: Bataille e Freud. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 9-22, June 2010.

FUKUYAMA, F. The end of history? **The National Interest**, Summer, 1989

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOLDENBERG, R. (org.). **Goza!** Capitalismo, globalização, psicanálise. Salvador: Ágalma. 1997.

GORZ, A. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GUIMARAES, R. P.; FONTOURA, Y. S. R. Rio+20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Ambient. soc.**, São Paulo, v.15, n.3, p. 19-39, Dec. 2012.

HAMBLIN, J. D. Arming mother nature: the birth of catastrophic environmentalism. Oxford: **Oxford University Press**, 2013.

HAN, B-C. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2016.

_____. **Psicopolítica**: neoliberalismo y nuevas técnicas del poder. Barcelona: Herder Editorial. 1ª Ed. Digital. 2014.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology**. Secand Edition. London and New York: Routledge, 2006.

HARAWAY, D. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom**, ano 3, n. 5, "Vulnerabilidade", 2016.

_____. **Staying with the Trouble**: Symptoiesis, String Figures, Multispecies Muddles. Cerisy 2013, Gestes Spéculatifs, 2014.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17ª Ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HERRMANN, F. **Psicanálise, ciência e ficção**. Jornal de Psicanálise, São Paulo, 39(70): 55-79, jun. 2006.

HESÍODO. **Teogonia**: a origem dos deuses. Trad: Jaa Torrano. 3ª Edição. Iluminuras. São Paulo. 1995.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX 1914-1991. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HULME, D. e SCOTT, J. (2010) The Political economy of the MDGs: Retrospect and Prospect for the World's Biggest Promise, **BWPI Working Paper** 110 January 2010 Institute for Development Policy and Management – University of Manchester, UK.

IANNI, A. M. Z. Choque antropológico e o sujeito contemporâneo. Ulrich Beck entre a ecologia, a sociologia e a política. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 364-380, Mai./Ago. 2012.

IGREJA CATÓLICA. Papa Francisco. **Carta Encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015.

IRIBARRY, I. N. **O que é pesquisa psicanalítica?** *Ágora* v. VI n. 1 jan/jun 2003 115-138

JERONIMO, H. M. Riscophrenia and "animal spirits": clarifying the notions of risk and uncertainty in environmental problems. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 12, n. spe, p. 57-74, 2014.

JESSOP, B. **The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development**. Published by Blackwell Publishers, 108 Cowley Road, Oxford OX4 1JF, UK and 350 Main Street, Malden, MA 02148, UNESCO. 1998.

JÜNGER, E. A Mobilização Total. *Natureza Humana*. 4(1): 189-216, jan-jun. 2002.

KEHL, M. R. **O Tempo e o Cão: a atualidade das depressões**. São Paulo: Boitempo, 2009.

KLEIN, N. A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LACAN, J. **Do discurso psicanalítico**. Conferência de Lacan em Milão em 12 de Maio de 1972. Trad.: Sandra Regina Felgueiras, Título original: *Du discours psychanalytique*. In *Lacan in Itália* (pp. 32-55). Milão: La Salamandra.

_____. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **O Seminário, livro 3: as psicoses**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. **O Seminário, livro 4: As Relações de Objeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).

_____. **O seminário, livro 10: a angústia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora. (Originalmente publicado em 1962). 2005.

_____. **O Seminário, livro 14: a lógica do fantasma**. Recife: Publicação não comercial dos membros do Centro de Estudos Freudianos do Recife. 2008.

_____. **O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise** (1969/70). Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. **O Seminário, livro 20: mais, ainda** (1975). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. O estágio do espelho na formação da função do tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).

_____. **Radiofonia**. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).

_____. **O Aturdido**. In: **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Campo Freudiano no Brasil).

LAFER, C. A ONU e os direitos humanos. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 169-185, Dec. 1995.

LAGO, A. A. C. **Conferências de desenvolvimento sustentável**. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo**: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Instituto Rio Branco (IRBr) / Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) – Ministério das Relações Exteriores, 2006.

LASCH, C. **A cultura do Narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças em declínio. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____. **O Mínimo Eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Brasiliense. São Paulo: 1986.

LATOUR, B. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista De Antropologia**, 57(1), 11-31, 2014.

LE BOM, G. **Psicología de las Masas**. 5ª Ed. Ediciones Morata. Madrid. 2005.

LEBRUN, J-P. **Um Mundo sem Limite**: ensaio para uma clínica psicanalítica do social. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

LEBRUN, J-P. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud. 2010.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Edifurb, 2000.

LEITE, J. C. Controvérsias na climatologia: o IPCC e o aquecimento global antropogênico. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 643-77, 2015.

LIEBER, R.R. e ROMANO-LIEBER, N.S. 2002. **O conceito de risco: Janus reinventado**. In: MINAYO, M.C.S. e MIRANDA, A.C. (orgs). *Saúde e ambiente: estreitando nós*. Fiocruz, Rio de Janeiro, p. 69-111.

LIMA, A. S.; SOUZA, M. R. O pai da horda e o supereu: de um prenúncio da instância. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 420-428, dez. 2016.

LIMA, R. A. Articulação em conjunto: o financiamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 2014)

LOVELOCK, J. **Gaia: alerta final**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

LOGSDON, J.M. **John F. Kennedy and the Race to the Moon**. Palgrave Macmillan, New York, 2010.

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

LYOTARD, J-F. **La Condicion Postmoderna: informe sobre el saber**. Traducción de Marino Atolín Rato. Editorial R.E.I. Argentina S.A. V. Virasora-1739/47 - (1414) Bs. Aires - R. Argentina Segunda edición: junio 1991.

MACHADO, F. Desenvolvimento Sustentável: outra Babel? **Revista Da Faculdade De Direito Da UFG**, 37(2), 125-159. 2013.

MAIA, M. S. **Extremos da alma**. Dor e trauma na atualidade e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Trad Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARQUES, F. L. C. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª Ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, vol. 1, t. 1. 1983.

MASS, O. Racionalidade dialética entre mito e esclarecimento: um novo estado de submissão do homem moderno. **Visão Global**, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 97-112, jan./jun. 2008.

MAYER, F. G.; RODRIGUES, W. A Influência Do Capital Humano Sobre O Desenvolvimento Econômico: um olhar sobre a educação. **Revista de Administração do Unisal**, [S.l.], v. 3, n. 3, maio 2013.

MAZZUOLI, V. O.; TEIXEIRA, G. F. M. O Direito Internacional do Meio Ambiente e o Greening da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. **Rev. Direito Fundação Getúlio Vargas**. São Paulo: 9(1), p.199-242, jan-jun 2013.

MEADOWS, D. H; MEADOW, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. **The limits to growth: a report for the club of Rome's project on the predicament of mankind.** Universe Books, 1972.

MEZAN, R. **Freud, pensador da cultura.** São Paulo: brasiliense, 1985.

MONCKEBERG SOLAR, F. J. La defensa del patrimonio y de las preocupaciones comunes de la humanidad. **Revista de Derecho de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso**, Valparaíso, n. 38, p. 687-729, jul. 2012.

MOTTA, R. Sociologia de risco: globalizando a modernidade reflexiva. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 384-396. 2009.

NOVAES, W. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**. Vol. 6, n.º 15, São Paulo: maio/agosto, 1992, p.79-93.

OCDE. **Shaping the 21th Century: the contribution of development co-operation.** OCDE: Paris, 1996.

O'CONNOR, M. Natural capital. **Policy Research Brief Series**, n. 3, Cambridge Research for the Environment, 1999, 22 p.

OLIVIER, B. **Intersecting Philosophical Planes: Philosophical Essays.** Frankfurt: Peter Lang Publishers: 235-53. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas e estatuto da corte internacional de justiça.** 2014. Disponível em: Acesso em: 06 Fev 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta da Terra.** 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. CMMAD – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Da Conferência Das Nações Unidas Sobre O Meio Ambiente Humano – 1972. Documento também conhecido como **Declaração de Estocolmo**. Tradução não oficial. Organização das Nações Unidas, 1972. Disponível em: <<http://http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em: 06 de Fevereiro de 2018.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Johanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável: Das nossas origens ao futuro.** 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento.** 2012. Disponível em: http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/esboco-zero/at_download/esboco-zero.pdf.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). Rio de Janeiro, jun. 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Cimeiro do Milênio. Nova Iorque, 6-8 set. 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Healthy Planet Healthy People**. Sixth Global Environment Outlook assessment report. Cambridge University Press. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. New York: ONU. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolução n.º 55/199**. Assembleia-Geral das Nações Unidas. ONU: Resolutions adopted by the General Assembly at its 27th session.

PAIVA, V. Sobre o conceito de "capital humano". **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.113, p.185-191, July, 2001.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez. 2003.

PASSETTI, E. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 5, jan-abr, pp. 2-37. 2013.

PEIXOTO, Luiz Antonio da Silva. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. In: **Estudos e pesquisas em Psicologia**, Abr. 2011, vol.11, no. 1, p.156-180.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste**. Pratiques de désenvoutement. Paris: La Découverte, 2005.

PONDÉ, D. Z. F. **Winnicott e-prints**. São Paulo, v.6, nº2, p. 82-131, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

QUINET, A. **Psicose e laço social**: esquizofrenia, paranoia e melancolia. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

RANDALL, R. Loss and climate change: The cost of parallel narratives. **Ecopsychology**, v. 1, n. 3, p. 118 -129, 2009.

RAWORTH, K. **Doughnut Economics: seven ways to think like a 21st Century economist**. Nova York: Random House. 2017.

RAWORTH, K. **Um espaço seguro e justo para a humanidade**: é possível viver dentro de um “dunut”? Oxford: Oxfam. 2012.

REINO, L. M. G.; ENDO, P. C. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, dez. 2011.

REZENDE, A. M. BIANCHET, S. B. **Dicionário de Latim Essencial**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014 (Coleção Clássica)

REZENDE, M. J. Os Relatórios Do Desenvolvimento Humano E A Ampliação Do Acesso À Educação Aos Grupos Mais Pobres: Em Pauta O Debate Sobre Capacidades, Habilitações E Igualdade De Oportunidades. **Interacções**. No. 21 PP. 124-151. 2012.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**. Vol 461. Nº24. September. 2009.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza. V. IV. N. 2. P. 329 – 348. SET. 2004.

_____. **Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento**. Tese de Livre-docência, São Paulo: USP, 2015.

SAAD, A. G. F.; GOLDFELD, M. A ecolalia no desenvolvimento da linguagem de pessoas autistas: uma revisão bibliográfica. **Pró-Fono R. Atual. Cient.**, Barueri, v. 21, n. 3, p. 255-260, Sept. 2009.

SAFATLE, V. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo. 2008.

_____. **O Circuito Dos Afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SAFATE, V., SILVA JUNIOR, N. e DUNKER, C. (Orgs). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, L. O. **Transtornos de Pânico: sua aparição na sociedade de risco**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

SATTERTHWAITE, D. **Barbara Ward and the Origins of Sustainable Development**, 2006.

SCHÜTZ, G. E. *et al.* A agenda da sustentabilidade global e sua pauta oficial: uma análise crítica na perspectiva da Saúde Coletiva. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1407-1418, June, 2012.

SEARLES, H. F. Unconscious processes in relation to environment crisis. **Psychoanalytical Review**, 59, 361-374. 1972.

SHINN, T. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. **Sci. stud.**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, Mar. 2008.

SILVA JUNIOR, N. Um ponto cego de O Mal-estar na Cultura: a Ciência na era da Instalação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 31, n. 91, p. 173-192, Dec. 2017.

SILVA JUNIOR, R. D.; FERREIRA, L. C. Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento - um olhar para ecologia e economia. **Ambient. soc.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 1-18, Mar. 2013.

SIQUEIRA, L. Derivas espaciais, ecopolítica e governamentalidade planetária. **ECOPOLÍTICA**, [S.l.], n. 15, set. 2016.

SOUZA, A. A. T.; ROCHA, Z. J. B. No princípio era o mythos: articulações entre Mito, Psicanálise e Linguagem. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 14, n. 3, p. 199-206, Dec. 2009.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1277-1311, Dec. 2001.

SLOTTERDIJK, P. **Crítica de La razón cínica**. (1ª Ed). Madrid: Ediciones Sirueva. 2011.

STEFFEN, W. et al. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. **Philosophical Transactions of the Royal Society A**, n. 369, p. 842–867, 2011.

STERN, N. Stern Review on The Economics of Climate Change (pre-publication edition) Executive Summary. **HM Treasury**, London. Archived from the original on 31 January 2010. Retrieved 31 January 2010.

STRONG, M. **Discurso na Cerimônia de Encerramento da Conferência do Rio**, 14 de junho de 1992.

SWYNGEDOUW, E. Apocalypse Forever? **Theory, Culture & Society**, 27(2–3), 213–232. 2010.

SZTUTMAN, Renato. Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. **Rev. Inst. Estud. Bras.**, São Paulo, n. 69, p. 338-360, Apr. 2018 .

UNESCO, 1957. **El Año Geofísico Internacional**, por Werner Buedeler. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128396>. Acesso: 17 Jan. 2019.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. (Org.). **Economia socioambiental**. São Paulo: SENAC, 2009.

_____. **O Antropoceno e a Ciência do Sistema Terra**. São Paulo: Editora 34, 2019.

VILLAR, P. C. **Governança hídrica: definições e arcabouço legal**. 2015.

VIOLA, E.; BASSO, L. O Sistema Internacional No Antropoceno. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 31, n. 92, 2016.

VIRILIO, P. LOTRINGER, S. **Guerra Pura**: a militarização do cotidiano. Brasiliense. São Paulo, 1984.

WACKERNAGEL, M. REES, W. **Our Ecological Footprint**: reducing human impact in the Earth. New Society Publishers, 1998.

WEINTROBE, S. **Engaging with climate change**: Psychoanalytic and interdisciplinary perspectives. Routledge, 2013.

WHITE, F. **The overview effect**: Space exploration and human evolution. Boston, MA: Houghton Mifflin. 1987.

WINNICOTT, D. **A Criança e o seu Mundo**. Zahar Editores. Rio de Janeiro: 1971.

WORLD FEDERATION FOR MENTAL HEALTH (WFMH). Depression: a global crisis. WFMH. Oct. 2012.

YARDEN, D. B. IRWY, J. SLACK, K. J. ZHAO, Y. VAILLANT, G. E. NEWBERG, A. B. *The overview Effect: awe and self-transcendent experience in space flight*. **Psychology of Consciousness**: Theory, Research, and Practice. Vol. 3, No. 1–11. 2016.

ZALASIEWICZ, J. *et al.* Are We Now Living in the Anthropocene? **GSA Today**, v. 18, n. 2, p. 4-8, Fev. 2008.

ZALASIEWICZ, J. *et al.* When did the Anthropocene begin? A mid-twentieth century boundary is stratigraphically optimal. **Quatern. Int.** (in press). 2014.

ZIZEK, S. A verdadeira utopia. In: SOUSA, C. M., org. **Um convite à utopia** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Um convite à utopia collection, vol. 1, pp. 291-301. ISBN: 978-85-7879- 488-0.

_____. **Eles não sabem o que fazem**: o sublime objeto da ideologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.

_____. **Como Marx inventou o sintoma?** In: ZIZEK, S. (Org.) *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 297-331.

_____. **Vivendo no fim dos tempos**. Zahar, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Can One Exit the Capitalist Discourse without Becoming a Saint? **Crisis and Critique**, 3(3), 2016, pp. 481-99. 2016.